A/C.DIVA OLIVEIRA DEP.FINANCEIRO

2ª - 3.ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS - ESTADO
1041

VAN-TRANPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LTDA.

C.G.C./M.F.: 93.817.989/0001-01

ALTERACAO E CONSOLIDACAO DO CONTRATO SOCIAL

LUIZ ANTONIO DAU DE SOUZA, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, residente e domiciliado à rua Portugal, 1030, apto 307, p, em Porto Alegre-RS, portador da C.I. nº 2044849244, expedida pela SSP-RS, e inscrito no C.P.F. sob nº 745.221.087 - 53, e LARISSA GOMES CARDOSO, brasileira, solteira, maior, professora, residente e domiciliada a rua Estácio de Sá, 525, em Porto Alegre-RS, portadora da C.I. nº 1037518621, expedida pela SSP-RS, e inscrita no C.P.F. sob nº 665.188.810 - 20, unicos sócios componentes da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada VAN-TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LTDA., sito a rua Angelo Dourado, 96, bairro Anchieta, em Porto Alegre-RS, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministerio da Fazenda sob nº 93.817.989/0001-01, e atos constitutivos arquivados na M.M. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, sob NIRC nº 43.202.081.563, resolvem de comum acordo alterar e consolidar o contrato social mediante clausulas e condicoes a saber:

I

Transferir a sede da sociedade da rua Angelo Dourado, 96, bairro Anchieta, em Porto Alegre-RS para a rua Provenzano, 275, bairro Anchieta, em Porto Alegre-RS.

II

Adaptar a redacao da cláusula que trata do Capital Social, ao novo padrão monetário brasileiro, instituido pela Medida Provisoria 336 de 28 de julho de 1993, respectivamente; bem como aumentar o Capital Social de CR$ 25.000.00 (vinte e cinco mil cruzeiros reais), para CR$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros reais), mediante a emissao de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de novas quotas de Capital Social, no valor nominal de CR$ 1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas no prazo máximo de 24 (vine e quatro) meses, em moeda corrente nacional, e assim distribuídas entre os sócios:

LUIZ ANTONIO DAU DE SOUZA	CR$	20.000.000,00
LARISSA GOMES CARDOSO	CR$	5.000.000,00
	CR$	25.000.000,00

III

Em face das alteracões introduzidas atraves deste instrumento deliberam os sócios consolidar o contrato social com a redacão que a seguir se transcreve.

DE P 1

A/C.DIVA OLIVEIRA DEP.FINANCEIRO



VAN-TRANPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LTDA.

C.G.C./M.F.: 93.817.989/0001-01

ALTERACAO E CONSOLIDACAO DO CONTRATO SOCIAL

LUIZ ANTONIO DAU DE SOUZA, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, residente e domiciliado a rua Portugal, 1030, apto 307, p, em Porto Alegre-RS, portador da C.I. nº 2044849244, expedida pela SSP-RS, e inscrito no C.P.F. sob nº 745.221.087 - 53, e LARISSA GOMES CARDOSO, brasileira, solteira, maior, professora, residente e domiciliada a rua Estácio de Sá, 525, em Porto Alegre-RS, portadora da C.I. nº 1037510021, expedida pela SSP RS, e inscrita no C.P.F. sob nº 865.188.810 - 20, unicos sócios componentes da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada VAN-TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS LTDA., sito a rua Angelo Dourado, 08, bairro Anchieta, em Porto Alegre-RS, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministerio da Fazenda sob nº 93.817.989/0001-01, e atos constitutivos arquivados na M.M. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, sob NIRC nº 43 202 081 562, resolvem de comum acordo alterar e consolidar o contrato social mediante clausulas e condicoes a saber:

I

Transferir a sede da sociedade da rua Angelo Dourado, 96, bairro Anchieta, em Porto Alegre-RS para a rua Provenzano, 275, bairro Anchieta, em Porto Alegre-RS.

II

Adaptar a redacao da clausula que trata do Capital Social, ao novo padrão monetário brasileiro, instituido pela Medida Provisoria 336 de 28 de julho de 1993, respectivamente, bem como aumentar o Capital Social de CR$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros reais), para CR$ 50.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros reais), mediante a emissao de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de novas quotas de Capital Social, no valor nominal de CR$ 1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, em moeda corrente nacional, e assim distribuidas entre os sócios:

LUIZ ANTONIO DAU DE SOUZA	CR$	25.000.000,00
LARISSA GOMES CARDOSO	CR$	5.000.000,00
	CR$	25.000.000,00

III

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

1043

2ª (segunda) Alteração do Contrato Social da Empresa " VBM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LIMITADA "

JOSE CLEIMAR CORREA SENA, de nacionalidade / brasileira, natural do Estado do Rio de Janeiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade número 77-1-00388 expedida pelo CREA-RJ, e do C.P.F. número 427.433.627-15, residente e domiciliado à Rua Major Avila nº 116 ap. 401 nesta cidade, e LUIZ PEREIRA/ RAMOS, de nacionalidade brasileira, natural do Estado/ do Rio de Janeiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº 01.011.234-0 expedida pelo / Instituto Félix Pacheco e do C.P.F. nº 011.497.847-68, residente e domiciliado à Rua Senador Soares nº 18 -/ Vila Isabel, nesta cidade, únicos sócios componentes / da sociedade por cotas de responsabilidade limitada " VBM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.", com sede e foro nesta cidade à Rua Silva Pinto nº 49 sala 815 - Vila / Isabel, com contrato social arquivado na Junta Comer-/ cial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 33 20174034-3, por despacho de 11 de novembro de 1987 e 1ª (primeira) alteração de contrato social arquivada sob número 401.731 por despacho de 03 de maio de 1988, resolvem / alterar o referido contrato social nas seguintes condições:

PRIMEIRA - Por fôrça da conversão da moeda que passou de cruzado, para / cruzado novo e retornando para cruzeiro, o capital social que era / de Cz$ 30.000,00 (TRINTA MIL CRUZADOS), ficou reduzido para Cz$ / 30,00 (TRINTA CRUZADOS NOVOS), ficando posteriormente em Cr$ 30,00/ (TRINTA CRUZEIROS). Assim sendo o capital social é aumentado para Cr$ 11.000.000,00 (ONZE MILHÕES DE CRUZEIROS). O aumento do capital social de Cr$ 10.999.970,00 (DEZ MILHÕES NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E SETENTA CRUZEIROS) é feito da seguinte forma: / Cr$ 354.452,97 (TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS CRUZEIROS E NOVENTA E SETE CENTAVOS) com o saldo / da conta "Lucros Acumulados até 1988" e Cr$ 10.645.517,03 (DEZ /

OFÍCIO DE NOTAS | CERTIFICO que a presente é cópia fiel do seu original | Rua do Rosário, 17 | RIO DE JANEIRO | COTA VIII-N.º 1

MILHÕES SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL QUINHENTOS E DEZESETE CRUZEIROS E TRES CENTAVOS) com parte do saldo da conta "Lucros Acumulados após 1988". O capital social de Cr$ 11.000.000,00 (ONZE MILHÕES/ DE CRUZEIROS) dividido em 1.100 (hum mil e cem) cotas de Cr$ ..... 10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país fica assim distribuido entre os sócios: ao sócio JOSÉ CLEIMAR CORREA SENA, 990 (novecentos e noventa) cotas, ou sejam Cr$ 9.900.000,00 (NOVE MILHÕES E NOVECENTOS MIL CRUZEIROS) e ao sócio LUIZ PEREIRA RAMOS, 110 (cento e dez) cotas, ou sejam Cr$ 1.100.000,00 (HUM MILHÃO E CEM MIL CRUZEIROS). As cotas são indivisíveis, ficando vedada sua transferência sem o consentimento do outro/ sócio, que terá preferência para aquisição das mesmas, sendo a ros-/ ponsabilidade dos sócios na forma da lei limitada a importancia total do capital social.

SEGUNDA - Tendo em vista as alterações acima indicadas, e para maior facilidade de consulta, resolvem os sócios consolidar o Contrato Social, cuja redação em sua totalidade passa a ser a seguinte:

NOVO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA " VBM COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA."

PRIMEIRA - A sociedade girará sob a denominação social de " VBM COMERCIO/ E REPRESENTAÇÕES LTDA. ", regendo-se por este contrato e pelas disposições legais pertinentes.

SEGUNDA - A sociedade tem sua sede, foro e domicilio na Rua Silva Pinto/ nº 49 sala 815 - Vila Isabel, nesta cidade.

TERCEIRA - A sociedade tem por objetivo a exploração do comércio e representações de aparelhos elétro-mecânicos.

QUARTA - O prazo de duração da sociedade será indeterminado.

QUINTA - O capital social será de Cr$ 11.000.000,00 (ONZE MILHÕES DE/ CRUZEIROS), totalmente integralizado em moeda corrente do país neste ato, dividido em 1.100 (hum mil e cem) cotas de Cr$ 10.000,00 (DEZ / MIL CRUZEIROS) cada uma, ficando assim distribuido entre os sócios:/ ao sócio JOSÉ CLEIMAR CORREA SENA, 990 (novecentas e noventa) cotas, ou sejam Cr$ 9.900.000,00 (NOVE MILHÕES E NOVECENTOS MIL CRUZEIROS), e ao sócio LUIZ PEREIRA RAMOS, 110 (cento e dez) cotas, ou sejam Cr$ 1.100.000,00 (HUM MILHÃO E CEM MIL CRUZEIROS). As cotas são indivisíveis, ficando vedada sua transferência sem o consentimento do outro

Continua

OFÍCIO DE NOTAS - CERTIFICO que a presente ... do documento ... 19/01/1994 ... COTA VEI-Nº 17 ... RIO DE JANEIRO

1045 CONCORDATA

sócio, que terá preferência para aquisição das mesmas.

SEXTA - A responsabilidade dos sócios, é na forma da lei limitada a importancia total do capital social.

SETIMA - A sociedade será administrada pelo sócio JOSE CLEIMAR CORREA / SENA, o qual terá a função de sócio gerente e o uso da firma da sociedade, podendo o mesmo delegar suas funções de gerência a procurador devidamente habilitado, ficando o sócio gerente dispensado de caução. Fica expressamente vedado o uso da firma para fins estranhos ao objetivo da sociedade tais como, avais, endossos, cartas de fiança, promissórias e obrigações de qualquer natureza.

OITAVA - Em 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á ao levantamento / do Balanço Geral da sociedade com a apuração da conta " Resultado do Exercício ". Os lucros ou prejuizos verificados serão distribuidos / proporcionalmente entre os sócios.

NONA - Em caso de desistência, incapacidade ou falecimento de um dos sócios, se procederá de imediato ao levantamento do Balanço Geral da sociedade, e os lucros e haveres do sócio desistente, incapacitado / ou falecido lhes serão pagos ou aos seus herdeiros, sendo 50% (cinquenta por cento) à vista, e os restantes em 10 (dez) prestações / iguais, vencíveis mensalmente 30 (trinta) dias após o primeiro pagamento.

DECIMA - O sócio gerente terá uma retirada mensal pró-labore que será / debitada a conta " Resultado do Exercício ".

DECIMA-PRIMEIRA - No caso de divergência entre os sócios, nomear-se-á um arbrito de comum escolha cuja decisão será definitiva.

E por estarem de acôrdo assinam o presente contrato social em duas (2) vias na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 30 de Junho de 1992

JOSE CLEIMAR CORREA SENA

LUIZ PEREIRA RAMOS

"T E S T E M U N H A S"

PAULO DOS SANTOS BESSA

PAULO BOAVENTURA DOS ANJOS

Rua de Rosário, 17
RIO DE JANEIRO
COTA VIII - Nº 17
19 OUT 1992

9 JUL 1992

573154

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIDÃO Certifico que este documento foi arquivado sob número e data apostos mecanicamente.

AZIZ AHMED
SECRETÁRIO-GERAL DA JUCERJA- MAT. 153.7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Programa de Modernização Administrativa - PMA

PODER JUDICIÁRIO

BATEV

CONCORDATA - 8.ª VARA CÍVEL
1046

CERTIDÃO

Certifico que deixei de publicar o despacho de fls. 1010, tendo em vista as petições de fls. 1011/1015.

O referido é verdade.

Rio, 30 de 5 de 1995

O Escrivão

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Juiz Luiz Fernando R. de Carvalho

Rio, 31 de 5 de 1995

O Escrivão

Proc - 8012

Processo nº 8012

Ao Comissário e, após, ao M.P.

Em, 31/05/95 Luiz Fernando

LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO
Juiz de Direito

RECEBIDO, nesta data estes autos com despacho

Rio, 31 de 5 de 1995

O Escrivão

7535-651-0292

VISTAS

Faço vista destes autos ao
Dr.: 1º Liquidante Judicial
Rio, 9 de 6 de 1995

O Escrivão

Proc. 8012

RECEBIDO
06-06-95

Petição em referido.
Rio, 07.06.95

MARIA HELENA CORREA PIRES
1º Liquidante Judicial em exercício
Mat. 05/0433 nomeado pelo ato normativo

CARTÓRIO DO 1.º LIQUIDANTE
JUDICIAL DA COMARCA
DA CAPITAL
Av. Erasmo Braga, 115 - Sala 207-B
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1047

EXMO.SR.DR.JUIZ DE DIREITO DA 5a VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS.

08-06-95

A la LIQUIDANTE JUDICIAL, EM EXERCICIO, DA COMARCA DA CAPITAL, Comissária da Concordata Preventiva de PLASBAG MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., vem, respeitosamente nos respectivos autos, dizer a V.Exa o seguinte:

I. Ciente do acrescido.

II. Requer a Comissária que a Concordatária cumpra corretamente o determinado pelo ilustre Juízo às fls. 1010, trazendo a documentação solicitada às fls. 1000, item 2, eis que de todos os credores que cederam seus créditos para o Sr. MARCOS VIANA RIBEIRO relacionados às fls. 840, só vieram documentações referentes a 07 empresas.

Nestes termos,
Pede deferimento.
Rio de Janeiro (RJ), 07 de junho de 1995.

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial em exercício
Matr. 01/3456 nomeada pelo ato executivo

TFP/
7635-651-0291

PODER JUDICIÁRIO

1048

RECEBIDO nesta data estes autos com petição

Rio, 8 de 6 de 1995

O Escrivão

VISTAS

Faço vista destes autos ao Dr: Eduardo de Moraes

Rio, 8 de 6 de 1995

O Escrivão

Proc - 8012

fl. 19/06/95

Dr. Luiz

1. Vista de fls. 1011/1018.

2. Nada a opor às fls. 1047/II.

Em 20.06.95

RECEBIDO nesta data estes autos com ciente e procuração

Rio, 22 de 6 de 1995

O Escrivão

7535-651-0292

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Dr. Juiz Luiz Fernando R. de Carvalho
Rio, 26 de 6 de 1995

O Escrivão

Proc - 8012

Proc. nº 8012

À Concordatária, para atender fls. 1047. Publique-se.

RJ, 26.06.95

Juiz de Direito

RECEBIDO, nesta data estes autos com despacho

Rio, 26 de 6 de 1995

O Escrivão

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que enviei notícia do despacho de fls. 1048/00 ao Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Rio, 06 de julho de 1995

O Escrivão

CERTIDÃO

CERTIFICO que, o despacho de fls. 1048/L foi publicado no "Diário de Justiça" de 10/7/95 a fls. 69

O referido é verdade e dou fé.

GB, 10 de 07 de 1995

O ESCRIVÃO

COMARCA DE FALÊNCIAS - E CONCORDATAS
1049

JUNTADA

Junto a estes autos nesta data
que
Rio de Janeiro, 7 de 1995

O Escrivão

Eduardo Antonio Kalache *Manoel Marques da Costa Braga Neto* *Luiz Sergio Chame*
Edna Dinis da Costa Braga *Roberto de Gayoso e Almendra*
Ana Cláudia Correa *Tony Lo Bianco Mahet*
A D V O G A D O S

Rodrigo Kalache de Paiva *André Alves Almeida Chame*
Yamba Souza Lanna *Rafaela Faroni Ganem*
E S T A G I Á R I O S

17 JUL 95 0066 15
CORREGEDORIA
PODER JUDICIÁRIO - RJ
R O G E R

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 5ª Vara de Falências e Concordatas.

18 JUL 1995

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIA PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva perante este MM. Juízo, por seu procurador abaixo assinado, vem requerer a V. Exa que, tendo em vista o volume da documentação requerida no despacho de fls., protestar por prazo para sua juntada .

Termos em que,

P. E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1995.

LUIZ SERGIO CHAME
OAB 18.777

Travessa do Paço, 23 - Gr. 410 - Tels.: PABX 224-1999 - 222-6962 - Fax: 231-0424

PODER JUDICIÁRIO



CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Dr. Juiz Luiz Fernando R. de Carvalho
Rio, 26 de 7 de 19 95

O Escrivão

Proc. 8012.

Proc. nº 8012

Defiro o prazo de 10 (dez) dias para a juntada da documentação pela Concordatária. Publique-se.

RJ, 26.07.95

LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO
Juiz de Direito

RECEBIDO, nesta data estes autos com despacho.
Rio, 27 de 7 de 19 95

O Escrivão

CERTIDÃO

Certifico que escp., digo em cumprimento ao r. despacho de fls. 54 dos autos nº 8.111 apensei a este o referido processo.

O referido é verdade e dou fé.
Rio, 28 de 7 de 19 95

O Escrivão

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que enviei notícia do despa-
cho de fls. 110 ao Diário Oficial do Estado
do Rio de Janeiro.
Rio, 25 de abril de 1995

O Escrivão

CERTIDÃO

CERTIFICO que, o despacho de fls. 100
foi publicado no "Diário de Justiça" de 1.9.95
às fls. 101
que o certificado é verdade e dou fé
Rio, 1 de 9 de 1995

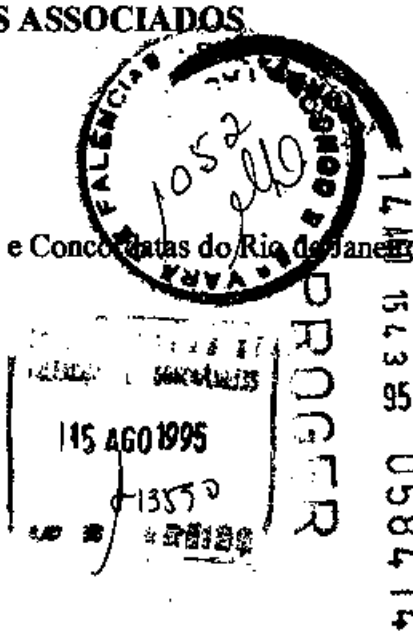
O ESCRIVÃO

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data a
petição retro.
Rio, 1 de 9 de 1995

O Escrivão

SALES E MARQUES - ADVOGADOS ASSOCIADOS



Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 5a. Vara de Falências e Concordatas do Rio de Janeiro

POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., por seu advogado, nos autos da **CONCORDATA PREVENTIVA** de **PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.**, que se processa perante esse I. Juízo e respectivo Cartório, vem, respeitosamente, tendo em vista o depósito efetuado pela concordatária, relativo à primeira parcela do favor legal, requerer o levantamento do valor que lhe é devido, com os acréscimos cabíveis, após os cálculos do Sr. Contador, se necessário.

Termos nos quais,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 1995

ANTONIO CELSO AMARAL SALES

ISABELA AMARAL PALADINO

PODER JUDICIÁRIO



JUNTADA

Juntada à(s) fls. (numeração, frente e verso) data 8

Aos ... dias do mês de ... de 19 95

Rio, 14 de ... de 19 95

O Escrivão

Manoel Marques da Costa Braga Jr.
Eduardo Antonio Kalache *Manoel Marques da Costa Braga Neto* *Luiz Sergio Chame*
Edna Dinis da Costa Braga *Roberto de Gayoso e Almendra*
Ana Claudia Correa *Tony Lo Bianco Mahet*

A D V O G A D O S

Rodrigo Kalache de Paiva *André Alves Almeida Chame*
Yamba Souza Lanna *Rafaela Faroni Ganem*

E S T A G I Á R I O S

1ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 5ª Vara de Falências e Concordatas.

14 SET 1995

PROGER
13 SET 17 41 95 041839
PODER JUDICIÁRIO - RJ
CORREGEDORIA

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva perante este MM. Juízo, neste ato por seu procurador abaixo assinado, em cumprimento ao r. despacho de fls., vem apresentar e requerer a V. Exa. a juntada aos autos dos Contratos Sociais, Estatutos, Atas ou procurações das firmas credoras que cederam total ou parcialmente seus créditos, todos fornecidos pelos cessionários respectivos.

Termos em que,

P. E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1995.

LUIZ SERGIO CHAME
OAB 18.777

Travessa do Paço, 23 - Gr. 410 - Tels. PABX 224-1999 - 222-6962 - Fax: 231-0424

1055

RODOVIÁRIO REPÚBLICA LTDA.

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

GERALDO MOREIRA MEGRE, brasileiro, desquitado, do comércio, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Marquês de Abrantes, nº 178, ap. 1.903, Flamengo, portador da carteira de identidade expedida pelo IFP-RG nº 816.612, inscrito no CPF (MF) sob nº 027.931.217-20; IARA SILVA NETTO, brasileira, solteira, do comércio, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Marquês de Abrantes, nº 178, ap. 1.903, Flamengo, portadora da carteira de identidade expedida pelo IFP-RG nº 1.959.879, inscrita no CPF (MF) sob nº 787.466.987-87 e JOSÉ MANUEL VIEIRA DA SILVA, português, casado, do comércio, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Adilson Lisboa Gonçalves, quadra "LM", bloco 26, ap. 201, Olaria, portador da carteira de identidade expedida pelo SE/DPMAF-RNE-W136221-6, inscrito no CPF (MF) sob nº 662.820.128-72, únicos sócios componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada - RODOVIÁRIO REPÚBLICA LTDA. -, firma com sede e foro na Rua Vinte e Quatro de Fevereiro, nº 33, Bonsucesso, Rio de Janeiro, RJ., e filiais no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. do Estado, nº 1.846, bairro Ponte Pequena e no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Rua Garcia Rodrigues, nº 234, bairro Jardim Industrial, têm justo e acordados a presente alteração contratual, consubstanciada na alteração de endereço de sua filial no Estado de São Paulo e na extinção de sua filial no Estado de Minas Gerais, permanecendo inalterados o capital social e o objetivo da sociedade, tudo conforme a seguir descrito.

I

Ante a grave crise econômica porque passa a economia brasileira, resolvem, os sócios, extinguir a sua filial no Estado de Minas Gerais, no Município de Contagem, na Rua Garcia Rodrigues, nº 234, bairro Jardim Industrial, nomeando o Sr. Alfredo Calixto Batista Netto, contador, casado, brasileiro, com escritório na Av. João César de Oliveira, nº 3.403, sala 306, Eldorado, Contagem, Minas Gerais, inscrito no CRC-MG sob nº 19.937 e no CPF (MF) sob nº 124.858.296-91, para guarda dos livros e documentos fiscais e providências de baixa de inscrição e outros, no Estado de Minas Gerais.

II

Pelo mesmo motivo explicitado no item I, resolvem, os sócios alterar o endereço de sua filial no Estado de São Paulo, CEP, para a Rua Ulisses Cruz, nº 1.285, no bairro do Tatuapé.

III

Em decorrência da alteração que ora se formaliza e ante à necessidade de atualização de algumas das originais disposições, é o contrato social consolidado em todos os seus termos, tendo como cláusulas as que adiante se seguem.

RODOVIÁRIO REPÚBLICA LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade que constituem, como sócios cotistas, GERALDO MOREIRA MEGRE, IARA SILVA NETTO e JOSÉ MANUEL VIEIRA DA SILVA, anteriormente qualificados, é por cotas de responsabilidade limitada, e se regerá pelo estatuído neste Contrato e, subsidiariamente, no Decreto-lei nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade tem sede e foro no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Vinte e Quatro de Fevereiro, nº 33, Bonsucesso, CEP-21.040 e filial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ulisses Cruz, nº 1.285, bairro do Tatuapé, CEP-03.077.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sociedade tem por objetivo a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas em geral.

CLÁUSULA QUARTA

O Capital Social é de Cr$ 3.000,00 (Três Mil Cruzeiros), dividido em 3.000 (três mil) quotas do valor nominal de Cr$ 1,00 (Hum Cruzeiro) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, assim distribuidas entre os sócios:

- Geraldo Moreira Megre, com 2.100 (duas mil e cem) quotas, totalizando Cr$ 2.100,00 (Dois Mil e Cem Cruzeiros);
- Iara Silva Netto, com 450 (quatrocentos e cinquenta) quotas, totalizando Cr$ 450,00 (Quatrocentos e Cinquenta Cruzeiros) e,
- José Manuel Vieira da Silva, com 450 (quatrocentos e cinquenta) quotas, totalizando Cr$ 450,00 (Quatrocentos e Cinquenta Cruzeiros).

Parágrafo único - Fica destacado o capital de Cr$ 50,00 (Cinquenta Cruzeiros) para a sua filial no Estado de São Paulo-SP.

CLÁUSULA QUINTA

A responsabilidade dos sócios é limitada à totalidade do capital social.

CLÁUSULA SEXTA

A gerência e a administração da sociedade será exercida pelos sócios: Geraldo Moreira Megre, isoladamente e, Iara Silva Netto e/ou José Manuel Vieira da Silva em conjunto com Geraldo Moreira Megre, os quais poderão constituir procuradores para, nos limites do mandato, responder pelos negócios sociais, inclusive movimentação de contas bancárias, emissão de cheques e notas promissórias, aceite de títulos de crédito, assinatura de contratos, vedado, porém, aos sócios gerentes e procuradores, a concessão de garantias, avais, fianças ou endossos de favor, ou quaisquer outros atos estranhos aos interesses sociais.

Parágrafo único - Para os negócios que envolvam fianças, avais, venda do imobilizado, cessão de equipamentos ou do contrato de locação, será exigido o consentimento expresso dos sócios, inadmitida, na espécie, a delegação de poderes.

CLÁUSULA SÉTIMA

A remuneração mensal, pro labore, dos sócios gerentes, será fixada pelos sócios, em conjunto, respeitada a proporcionalidade de quotas de cada um na sociedade.

CLÁUSULA OITAVA

No encerramento de cada exercício social, que corresponde ao ano civil, a trinta e um de dezembro, será levantado um balanço geral e, dos lucros líquidos apurados, far-se-á a distribuição que ficar determinada pelos sócios, em conjunto, sendo, em qualquer hipótese, respeitada a proporcionalidade dos cotistas na data do evento.

Parágrafo único - Os prejuízos verificados em balanço serão suportados pelos sócios na proporção de seus respectivos capitais.

CLÁUSULA NONA

A sociedade terá a duração por prazo indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA

Nas decisões tomadas pelos sócios prevalecerá sempre o da maioria do capital na sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

Aquele que pretender alienar suas quotas, notificará tal propósito, por escrito, aos outros sócios, sendo a esses assegurado o prazo de 30 (trinta) dias para, em igualdade de condições, exercerem o direito de preferência na aquisição das mesmas.

Parágrafo único - É defeso a qualquer dos sócios, sem que haja expressa anuência dos outros, ceder ou transferir para terceiros, parcial ou totalmente, sua participação na sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve a sociedade. Os herdeiros e sucessores do sócio falecido, exercerão, em comum, o direito às suas quotas, designando, por escrito, um dos co-proprietários para representá-los junto à sociedade.

A sociedade poderá, desde que haja fundo disponível, sem ofensa ao capital social, adquirir as cotas do sócio falecido, pagando-as, a quem de direito, ao valor patrimonial evidenciado no último balanço geral, em parcelas bimestrais e iguais.

Parágrafo único - As partes interessadas poderão, entretanto, acordar outra modalidade de pagamento, que prevalecerá.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

Ocorrendo o falecimento do cônjuge de qualquer dos sócios, a declaração dos haveres, para efeito de inventário, terá por base o último balanço geral, seja qual for o período de tempo que mediar deste até a ocorrência do óbito.

E, como assim contrataram, obrigam-se a cumprir todos os termos e cláusulas acima, sendo este instrumento lavrado em 4 (quatro) vias, de igual teor, firmadas pelos sócios na presença das testemunhas adiante nomeadas.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1991

Geraldo Moreira Megre

Iara Silva Netto

José Manuel Vieira da Silva

TESTEMUNHAS:

Leliana Monteiro

Fátima Monteiro da Silva

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Programa de Modernizacao Administrativa - PMA

73029/91

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIDÃO Certifico que este documento foi arquivado sob
número e data apostos mecanicamente.

AZIZ AHMED
SECRETÁRIO-GERAL

05 DEZ 1991

31 OUT 91

55187-4

Viação São Cristóvão Ltda.
REGISTRO EMBRATUR N.º 0.700.255/00
CGC (MF) 20.146.015/0001-70 - INSC. EST. 223.003671.0004
AVENIDA AUTORAMA, N.º 1000 - FONE PABX (037) 212-1478
CEP 35501-221 —:— Divinópolis —:— Minas Gerais

1059

Folha 01

49ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ANTÔNIO DALDEGAN SOBRINHO, JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA e NILTON MARCELINO DALDEGAN, únicos sócios da Empresa VIAÇÃO SÃO CRISTOVÃO LTDA, inscrita no CGC/MF sob o nº 20.146.015/0001-70, com sede á Av.Autorama nº1.000, bairro Santa Luzia nesta cidade de Divinópolis-MG, tendo o seu ato constitutivo e última alteração contratual registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob os nºs 316.584 de 14.01.74 e 1.264.858 de 02.03.1994 respectivamente, resolvem de comum acordo, proceder a alteração dos instrumentos acima e o fazem, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA : A sociedade continua girando sob a denominação de Viação São Cristovão Ltda, com sede e foro nesta cidade de Divinópolis-MG à Av. Autorama nº 1.000, Bairro Santa Luzia, mantendo a atividade no ramo de exploração de Transporte Coletivo de passageiros municipais, intermunicipais e interestaduais, bem como a prestação de serviços de transportes turísticos de superfície e transportes de cargas de terceiros com prazo de duração indeterminado.

CLÁUSULA SEGUNDA : A sociedade continua por cotas de responsabilidade limitada á importância de capital social, que é atualmente de CR$300.000.000,00 (Trezentos milhões de cruzeiros reais) em conversão pelo plano Real em 01.07.94, passou a ser o capital no valor de R$109.090,90 (Cento e nove mil noventa reais e noventa centavos) resolvendo neste ato eleva-lo para R$990.000,00 (Novecentos e noventa mil reais), relativos a 990.000 (Novecentos e noventa mil) quotas de R$1,00 (Hum real) cada, utilizando, para tal, recursos da Reserva de Correção Monetária no valor de R$880.909,10 (Oitocentos e oitenta mil novecentos e nove reais e dez centavos) ficando assim distribuidos:

1ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1060

ANTÔNIO DALDEGAN SOBRINHO	330.000 quotas	R$330.000,00
JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA	330.000 quotas	R$330.000,00
NILTON MARCELINO DALDEGAN	330.000 quotas	R$330.000,00
	990.000 quotas	R$990.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA : A sociedade resolve mudar o endereço da filial Itaúna-MG.

de Av. Brasília, nº 244
Para Av.Brasília, nº 250

Desta forma as filiais continuam a ser as seguintes:

ABAETÉ-MG : Rua Padre Miguel Vital 142
BELO HORIZONTE-MG : Av. João XXIII, 327 - Bairro Alípio de Melo
BOM DESPACHO-MG : Rua do Rosário, 1.224
BRASÍLIA-DF : Ql 13, Lote 24/26, Taguatinga Norte
CAMPINAS-SP : Rua Salto Grande, 244 - Jardim do Trevo
CLAUDIO-MG : Rua Belo Horizonte, 643
FORMIGA-MG : Av. Vereador José Higino Filho, 468
ITAÚNA-MG : Av. Brasília, 250
LAGOA DA PRATA-MG : Rua Santa Catarina, 395
LAVRAS-MG : Rua Comandante Soares Júnior, 581
NOVA SERRANA-MG : Rua Celestina Maria, 277
OLIVEIRA-MG : Av.Alameda N.Senhora de Fátima, 158
PARÁ DE MINAS-MG : Rua Francisco M.Mendonça, 115
RIO DE JANEIRO-RJ : Rua Cuba, 386 - Penha
SÃO PAULO-SP : Rua do Bosque, 1.486 - Barra Funda
SÃO PAULO-SP : Rua do Bosque, 1.331 - Barra Funda

CLÁUSULA QUARTA: A representação social continua sendo de forma conjunta, indistintamente, dois a dois, que representarão ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em quaisquer atos ou contratos de qualquer natureza ou finalidade, podendo praticar todos os atos legais necessários ao per-

1061

Continuação... **49ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL** **Folha03**

feito funcionamento da sociedade.

CLÁUSULA QUINTA : Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato, Original e posteriores alterações que não foram modificadas pelo presente; e, estando justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(Três), vias de igual teor, para um só efeito.

Divinópolis-MG, 10 de Novembro de 1.994

-ANTONIO DALDEGAN SOBRINHO-

-JOSÉ ANTONIO DA SILVA-

-NILTON MARCELINO DALDEGAN-

Rolney A. Henriques Duarte
- Deptº. Jurídico -
OAB-MG 39.388

TESTEMUNHAS:

-SUELI NAZARÉ RODRIGUES-

-ERNANE RODRIGUES DE OLIVEIRA-

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 1325912
Em : 22/11/94
Prot.: 1942094590
CÉLIO COTA PACHECO
SECRETÁRIO GERAL

CONTRATO SOCIAL DA FIRMA " IMPERAÇO - COMERCIAL DE FERRO E AÇO LTDA. "

DIOMICIO TARTARI, brasileiro, divorciado, do comércio, natural de Santa Catarina, residente e domiciliado neste Município, á av. Vicente de Carvalho, nº 330 apto. 902, portador da Carteira de Identidade nº 1.090.283, expedida pelo I.F.P. e inscrito no C.P.F. sob o nº 367.251.457-87 e FERNANDO TARTARI, brasileiro, solteiro, do comércio, natural do Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro residente e domiciliado neste Município, á rua Angaí, nº 420, portador da Carteira de Identidade nº 3.438.176, expedida pelo I.F.P. e inscrito no C.P.F. sob o nº 372.799.637-49, RESOLVEM de pleno e comum acôrdo e por êste instrumento particular, á constituição de uma Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que regor-se-á pelas Cláusulas seguintes:-

CLAÚSULA I - á Sociedade girará sob a denominação social de " IMPERAÇO - COMERCIAL DE FERRO E AÇO LTDA. " e tem por objeto o comércio de ferro e aço, podendo participar direta ou indiretamente de outras atividades comerciais ou industriais, congêneres ou não, por meio de ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

CLAÚSULA II - o prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CLAÚSULA III - á Sociedade terá sua séde e fôro no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, á Rua Califórnia, nº 68 e 74 e DEPÓSITO FECHADO SEM VENDAS, á rua Califórnia, nº 89 , podendo abrir Filiais em tôdo o território nacional, na dependência dos interêsse sociais.

CLAÚSULA IV - o CAPITAL SOCIAL será de Cz$../ Cz$3.000.000,00 (três milhões de cruzados), totalmente realizado e integralizado em moeda corrente no país, dividido em 3.000.000 (três milhões) de quotas de Cz$1,00 (hum cruzado) cada uma, ficando assim distribuidas:-

DIOMICIO TARTARI -	1.500.000 quotas de	Cz$1,00 c/uma =	Cz$1.500.000,00
FERNANDO TARTARI -	1.500.000 quotas de	1,00 c/uma =	1.500.000,00
t o t a l -	3.000.000 quotas de	1,00 c/uma =	Cz$3.000.000,00

A responsabilidade dos sócios é limitada a importância total do CAPITAL SOCIAL.

PARÁGRAFO ÚNICO - á Sociedade determina do seu CAPITAL SOCIAL, á importância de Cz$30.000,00 (trinta mil cruzados) para o seu DEPÓSITO FECHADO SEM VENDAS.

CLAÚSULA V - á Gerência e Administração da Sociedade serão exercidas pelos sócios de pleno e comum acôrdo, independente da prestação de caução, aos quais são delegado o direito de uso da firma individualmente, podendo comprar, vender, movimentar contas bancárias, sacando e depositando, aceitar, endossar duplicatas, cheques e notas promissórias e constituir PROCURADORES.

CLAÚSULA VI - é vedado aos sócios o direito de usod a firma em negócios estranhos a Sociedade, como avais, endossos fianças ou qualquer outro documento estranho, respondendo cada um individualmente e as suas próprias custas, o sócio que assim o fizer.

CLAÚSULA VII - as quotas da Sociedade são indivisíveis, não podendo ser CEDIDAS ou TRANSFERIDAS a terceiros, sem o expresso consentimento do sócio remanescente, que terá preferência na sua aquisição, na proporção de suas quotas, mediante comunicação por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, por parte do sócio que desejar ceder-las.

CLAÚSULA VIII - á pró-labore dos sócios será á mês continua. . . . . .

IMPERAÇO - COMERCIAL DE FERRO E AÇO LTDA. -

á máxima permitida pela Legislação do Impôsto de Renda a título de representação e será levada a conta de Despesas Gerais.

CLAÚSULA IX - o BALANÇO GERAL da Sociedade, bem como o levantamento da conta de LUCROS E PERDAS, serão feitos no dia 31 de dezembro de cada ano, sendo os lucros ou prejuízos divididos proporcionalmente ao CAPITAL aplicado por cada sócio.

CLAÚSULA X - os sócios poderão ser representados na Sociedade por PROCURADORES legalmente constituídos por escritura pública, sendo aos mesmos delegado o direito de uso da firma, nos têrmos da Claúsula V.

CLAÚSULA XI - á Sociedade não poderá exigir dos sócios prestações suplementares. Qualquer um dos sócios porém, poderá emprestar a Sociedade, mediante juros de Lei, as importâncias que forem julgadas necessárias e indispensáveis.

CLAÚSULA XII - em caso de falecimento ou interdição de um dos sócios, a sociedade se dissolverá, convencionando-se dêsde já que o sócio remanescente apurará em BALANÇO ESPECIAL os haveres do sócio falecido ou interditado, que serão pagos aos seus herdeiros nas seguintes condições:- 40% (quarenta por cento) em moeda corrente no país, 90 (noventa) dias após o falecimento ou interdição e os restantes 60% (sessenta por cento) em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, dos haveres apurados.

CLAÚSULA XIII - fica eleito o fôro do Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões relativas ao presente instrumento de CONTRATO SOCIAL, com renúncia de qualquer outro que do direito possa caber, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, obrigam-se as partes entre si, seus herdeiros, representantes ou sucessores, ao fiel cumprimento de tôdas as Claúsulas e condições do presente instrumento particular, que assinam em 02 (duas) vias de igual teôr e fôrma, tudo na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 1988

DIOMICIO TARTARI

FERNANDO TARTARI

TESTEMUNHAS:- 1-

2-

USO DA FIRMA POR QUEM DE DIREITO

De acôrdo com a Portaria nº 83/67 do Ministério da Indústria e Comércio - M.I.C. - os sócios assinam individualmente têrmos da Claúsula V.

IMPERAÇO - COMERCIAL DE FERRO E AÇO LTDA.

FERNANDO TARTARI

IMPERAÇO - COMERCIAL DE FERRO E AÇO LTDA.

DIOMICIO TARTARI

29356

J U C E R J A

16 MAI 1988

18 MAI 1988

Fabrication d'objets agricoles mécaniquement

SOCIETE [illegible] 88306636

c/AU Dim

Avq

Am: 15.05.93

2º - 8ª VARA DE FALÊNCIAS - CONCORDATAS
1064

RAF COMERCIO DE METAIS LTDA.

Terceira Alteracao Contratual

ROBERTO FRANCISCO, brasileiro, casado, representante comercial, portador da Identidade No. 3.783.502 do IFP, CPF-MF No. 432.898.947-20, residente e domiciliado nesta cidade à rua Antonio Saraiva No. 300, e WALKER AMADO PEREIRA, brasileiro, casado, comerciante, portador da Identidade No. 3.858.740 do IFP, CPF-MF No.379.127.477-53, residente e domiciliado nesta cidade na rua Babacu No. 196, RESOLVEM proceder a alteracao do contrato de "RAF COMERCIO DE METAIS LTDA." sociedade por cotas de responsabilidade limitada, inscrita no CGC-MF sob o No. 31.044.100/0001-43, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o No.3320143/19-5 por despacho de 28/07/1986, alterado pela última vez pela Alteracao Contratual arquivada na JUCERJA sob o No. 3/6903 por despacho de 28/08/87, na seguinte forma:

1 -
A sociedade era constituída pelo sócio WALKIRIO AMADO PEREIRA, Alem dos socios ROBERTO FRANCISCO e WALKER AMADO PEREIRA.-

2 -
Ocorre que o sócio WALKIRIO AMADO PEREIRA veio à falecer, sendo processado o respectivo inventário perante o Juizo de Direito da Segunda Vara de Orfãos e Sucessões, da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, cendo sua inventariante a Sra. MARIA LUCIA RHAULT ISOLA PEREIRA, brasileira, viuva, do lar, Identidade No. 06273628-5 do IFP e CPF-MF No. 982.006.667-00, residente e domiciliada na rua Adolfo Porto No. 116, Rio de Janeiro - RJ.

3 -
Consoante se verifica do Alvará de Autorizasão, expedido por aquele Juizo, datado de 25 de Julho de 1989, o qual fica fazendo parte integrante da presente alteração, a Sra. Maria Lucia Rhault Isola Pereira foi nomeada inventariante do referido espólio, com poderes para promover, em nome do espolio, Alteração do Contrato Social da firma "RAF COMERCIO DE METAIS LTDA." e o faz nas

condisces seguintes:

- A - Cessão da totalidade das cotas, correspondente dentro do novo padrão monetário a 270 (Duzentos e setenta) cotas de capital do valor unitário de NCz$ 1,00 (Hum Cruzado Novo), equivalentes a 1/3 (Um terço) do Capital Social, pertencentes ao "De cujos ", para o sócio cotista ROBERTO FRANCISCO, já qualificado no preâmbulo deste instrumento.

4 -
É admitida na sociedade como nova socia cotista a Sra. MARIA DE FATIMA DE ALENCAR FRANCISCO, brasileira, casada, comerciante, identidade No. 3.441.392, CPF-MF No. 485.012.147-15, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Antonio Saraiva, No.300.

5 -
Retira-se e desliga-se da sociedade o sócio cotista **WALKER AMADO PEREIRA**, cedendo e transferindo a totalidade das cotas de capital que possuia na sociedade, correspondente dentro do novo padrão monetário a 270 (Duzentos e Setenta) cotas de capital do valor unitário de NCz$ 1,00 (Hum Cruzado Novo), equivalentes a 1/3 (Um terço) do Capital Social, aos cotistas abaixo discriminados e nas proporções, a saber:

ROBERTO FRANCISCO.....	189 cotas.....	NCz$ 189,00
MARIA DE FATIMA DE ALENCAR FRANCISCO...	81 cotas.....	NCz$ 81,00
T O T A L.....	270 cotas.....	NCz$ 270,00

6 -
A fim de desenvolver os negócios da sociedade, os cotistas remanescentes subscrevem e integralizam neste ato, em moeda corrente do País, na proporção de suas cotas de capital, 2.010 (Dois Mil e Dez) cotas de Capital do valor unitário de NCz$ 1,00 (Hum Cruzado Novo), no valor total de NCz$ 2.010,00 (Dois Mil e Dez Cruzados Novos).

7 -
Com aproveitamento de parte do saldo da conta RESERVA DE CAPITAL, é incorporado ao Capital Social a importância de NCz$ 17.180,00 (Dezessete Mil e Cento e Oitenta Cruzados Novos).

8 -

Em virtude das cláusulas anteriores, o Capital Social que era de NCz$ 810,00 (Oitocentos e Dez Cruzados Novos), passa a ser de NCz$ 20.000,00 (Vinte Mil Cruzados Novos), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, dividido em 20.000 (Vinte Mil) cotas do valor unitário de NCz$ 1,00 (Hum Cruzado Novo), e assim distribuidas:

ROBERTO FRANCISCO.....	18.000 cotas..	NCz$18.000,00
MARIA DE FATIMA DE ALENCAR FRANCISCO..	2.000 cotas..	NCz$ 2.000,00
T O T A L.....	20.000 cotas..	NCz$20.000,00

9 -

A responsabilidade dos sócios, de conformidade com o Decreto n. 3.708 de 10 de Janeiro de 1919, é limitada ao montante do Capital Social."

10 -

A administração, gerência e o uso da firma caberá ao cotista ROBERTO FRANCISCO, gerente dispensado de caução, que assinará todos os documentos oficiais da sociedade, sendo-lhe vedado o uso da firma em avais, fianças ou títulos de mero favor.

11 -

Permanecem em vigor todas as demais cláusulas e condições do primitivo Contrato Social e posteriores Alterações Contratuais, não modificadas por este instrumento de forma direta ou indireta.

E por estarem certos, justos e contratados, firmam o presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, fazendo-o firme e valioso por si, seus herdeiros e sucessores.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1989.

Maria Lucia Rhault Isola Pereira.

Espólio de WALKIRIO AMADO PEREIRA
(Maria Lucia Rhault Isola Pereira)
(Inventariante)

ROBERTO FRANCISCO

WALKER AMADO PEREIRA

MARIA DE FATIMA DE ALENCAR FRANCISCO

TESTEMUNHAS:

1) Rodulfo de Oliveira Costa

2) Ronaldo de Oliveira Costa

USO DA FIRMA POR QUEM DE DIREITO:

"RAF COMERCIO DE METAIS LTDA."

ROBERTO FRANCISCO

21 SET 1989

JUCERJA
REG.SOB.Nº 461501

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIDÃO Certifico que este documento foi arquivado sob
número e data apostos mecanicamente

Mário Navarro P. Filho
Secretário Geral

JP - DE PAULO CONSULTORIA JURÍDICA

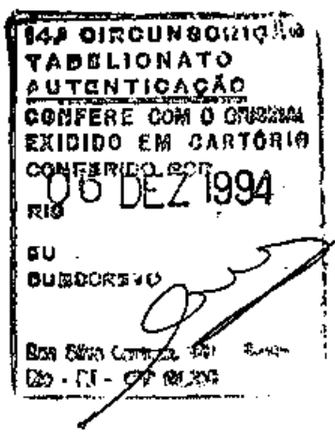
CONCORDATAS • FALÊNCIAS
1068

ESTATUTOS SOCIAIS

DE

COMEX SA PRODUTOS QUIMICOS

ABRIL/1993


14º CIRCUNSCRIÇÃO
TABELIONATO
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXIBIDO EM CARTÓRIO
CONFERIDO POR
06 DEZ 1994
RIO
SU
SUBSCRETO

VOLONGO 1069 VARA DE FALEN 2

ESTATUTOS SOCIAIS DE COMEX S. A. PRODUTOS QUIMICOS

CAPITULO I

DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

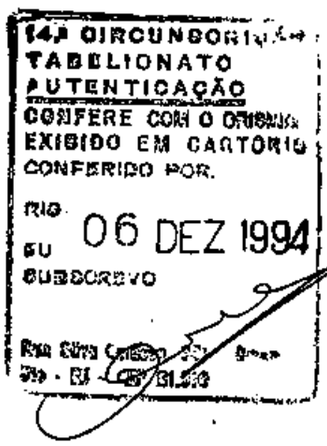
ARTIGO 1º: A denominação da sociedade é COMEX S. A. PRODUTOS QUIMICOS, que se regerá pelos presentes Estatutos Sociais e legislação aplicável, sendo uma sociedade anônima de capital fechado, podendo a Assembléia Geral alterar a denominação social e natureza jurídica, por proposta da diretoria.

ARTIGO 2º: A sociedade tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, podendo, a critério da Diretoria, abrir filiais, agências, sucursais, escritórios ou depósitos em qualquer parte do território nacional.

§ 1º: A sede ou matriz da sociedade está localizada na Avenida Brasil nº 33.050, Bangú, Rio de Janeiro, RJ, inscrição no C.G.C.M.E. Nº 33.355.579/0001-64, possuindo filial na cidade de Belo Horizonte, MG, situada a Av. Major Delfino de Paula Ricardo nº 1214, com inscrição no C.G.C.M.E. Nº 33.355.579/0005-98, outra na cidade de Guarulhos, SP, situada a rua Colônia Leopoldina nº 195, Cumbica, com inscrição no C.G.C.M.E. Nº 33.355.579/0008-30, e escritório comercial na rua Fernandes Morina nº 764, Santo Amaro, São Paulo, SP, com inscrição no C.G.C.M.E. Nº 33.355.579/0009-11.

ARTIGO 3º: O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

ARTIGO 4º: O objetivo social da sociedade é o comércio de compra e venda por atacado e a varejo, importação e exportação, como revenda ou distribuição, de quaisquer produtos, inclusive químicos, equipamentos para a aplicação dos produtos comercializados, máquinas e equipamentos, em especial para conversão de uso de gás natural e correlatos, comissões, consignações e prestações de serviços, compreendendo os produtos de suas atividades, podendo ainda, participar de outras empresas de atividades afins ou mesmo diversas.


(4º) CIRCUNSCRIÇÃO
TABELIONATO
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXIBIDO EM CARTÓRIO
CONFERIDO POR.
RIO
06 DEZ 1994
SUBSCREVO

COMARCA DE PALENCIA - SECRETARIA
1070

CAPITULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES.

ARTIGO 5º: O capital social é de Cr$ 17.969.702.444,00 (dezessete bilhões, novecentos e sessenta e nove milhões, setecentos e dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros), representado por 17.969.702.444 (dezessete bilhões, novecentos e sessenta e nove milhões, setecentos e dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro) ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outra forma, de valor nominal de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro), cada uma.

ARTIGO 6º: Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

ARTIGO 7º: A empresa pode emitir certificados múltiplos de ações, e, provisoriamente, cautelas que a representam.

CAPITULO III

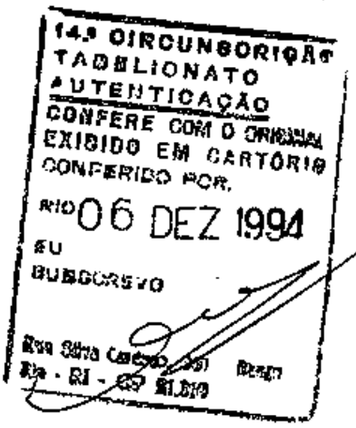
DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 8º: São orgãos de administração e fiscalização da empresa: a)as Assembléias Gerais; b)o Conselho Fiscal; c)a Diretoria.

ARTIGO 9º: A Assembléia Geral compete exercer as atribuições que a Lei lhe confere.

ARTIGO 10º: A Assembléia Geral reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou pelo Dirtor-Vice-Presidente-Executivo e será por eles presidida ou por um acionista de sua livre escolha.

ARTIGO 11º: O Conselho Fiscal, que não terá carater permanente, somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido dos acionistas, na forma do § 2º do Artigo 161, da Lei 6.404, de 15.02.76.


14.º CIRCUNSCRIÇÃO
TABELIONATO
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXIBIDO EM CARTÓRIO
CONFERIDO POR.
RIO 06 DEZ 1994
EU
SUBSCREVO

VARA DE FALÊNCIAS - S.P. CONCORDATAS - E
107

(continuação Estatutos de Comex S.A.)

ARTIGO 12º: A Diretoria é composta de 08 (oito) Diretores sendo: um Diretor-Presidente, um Dirtor-Vice-Presidente-Executivo e 06 (seis) Diretores ~~Adjuntos~~ Executivo, que, subordinados, auxiliam os dois primeiros na administração da sociedade.

§ único: O mandato da Diretoria tem duração por três anos, permitida a reeleição, devendo, preferencialmente serem eleitos os seus membros nas Assembléias Gerais Ordinárias anuais.

ARTIGO 13º: Mesmo vencido o mandato dos diretores, serão os mesmos mantidos nos respectivos cargos até a data de posse e investidura dos novos membros.

§ único: Em casos especiais, a demissão de um Diretor será aceita, "ad referendun" posterior da Assembléia Geral.

ARTIGO 14º: Os Diretores prestarão, cada um, caução de cem ações da empresa próprias ou não.

ARTIGO 15º: Em caso de vagas ocasionais ou temporárias por morte, interdição, incapacidade ou demissão de um dos Diretores, será convocada, a critério do Diretor-Presidente ou do Dirtor-Vice-Presidente-Executivo, uma Assembléia de Imediato para eleger seu substituto, ressalvados os casos do substituição previstos neste Estatuto.

ARTIGO 16º: A Diretoria se reunirá sempre que for necessário e as decisões e resoluções constarão de atas lavradas em livro próprio.

ARTIGO 17º: A Diretoria administrará a sociedade com amplos poderes competindo-lhe a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da sociedade.

ARTIGO 18º: Compete ao Diretor-Presidente, ou ao Diretor-Vice-Presidente-Executivo, de per si ou isoladamente: a)abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias, emissão ou endossos de cheques, duplicatas, promissórias, letras de câmbio, assinatura de borderos de desconto ou caução, o aval, o recebimento ou dação de

14.º CIRCUNSCRIÇÃO
TABELIONATO
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXIBIDO EM CARTÓRIO
CONFERIDO POR
RIO 06 DEZ 1994
EU
SUBSCREVO
Rua Silva Cardoso, 207 - Barra
Rio - RJ - CEP 22.310

VARA DE FALÊNCIAS - SÃO PAULO
1072

(continuação Estatutos de Comex S.A.)

quitação, assim como praticar toda e qualquer movimentação ou operação bancária, representando perante a rede bancária, particular e oficial, especialmente perante o Banco do Brasil S A e Caixa Econômica Federal e suas agências; b)prestar e aceitar caução, fiança e aval no interesse da sociedade, levar a protesto letras de câmbio, duplicatas, notas promissórias, contas de vendas, cheques, conhecimentos e outros títulos de crédito; c)fazer penhor de mercadorias, matérias primas e embalagens; d)fazer caução de títulos e duplicatas; e)fazer alienação fiduciária de bens móveis; f)alienar, gravar, onerar, ceder ou transferir os bens imóveis da sociedade sem autorização ou deliberação da Diretoria ou aprovação da Assembléia Geral; g)presidir as reuniões de diretoria e zelar pelo cumprimento de suas resoluções; h)convocar, instalar e presidir as Assembléias Gerais; i)assinar contratos de qualquer espécie e natureza inerentes a própria atividade empresarial da sociedade e no seu interesse; j)constituir procuradores "ad judicia" e "ad negócia" com poderes expressos e, a seu critério, de duração limitada; l)admitir e demitir empregados fixando-lhes as atribuições e os respectivos ganhos e vantagens; m)responder pelo setor administrativo da sociedade; n)superintender as atividades comerciais da sociedade; o)orientar, fiscalizar e manter sob sua guarda e reponsabilidade, a contabilidade, o estado de caixa e os valores da sociedade, bem como a aplicação dos valores mobiliários sociais e o movimento bancário, ter sob sua guarda os livros da sociedade; p)supervisionar, orientar e opinar sobre a quitação de matéria prima; q)nomear ou contratar representantes, agentes, correspondentes e prestadores de serviços; r)responder com plena autonomia pela gerência da sociedade, bem como pelo setor comercial; s)responder ativa e passivamente em juizo ou fora dele em nome da sociedade, recebendo citações iniciais, representar a sociedade em falências e concordatas de seus devedores, conceder ou embargar estas e requerer aquelas, votar, ser votado, eleger e destituir síndicos e liquidatários, aceitar cargos, firmar compromissos, concordar ou impugnar créditos, requerer inquéritos e quaisquer medidas policiais; t)nomear e destituir diretores ou administradores de empresas controladas, coligadas ou interligadas, podendo, inclusive, alienar a participação acionária ou cotizante nas sociedades que controlar; u)praticar, enfim, todo e qualquer ato legal da vida civil, admitido em direito, em nome da sociedade e no seu interesse.

14.º CIRCUNSCRIÇÃO
TABELIONATO
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXIBIDO EM CARTÓRIO
CONFERIDO POR
06 DEZ 1994
SU
SUBSCREVO
Rua Silva [illegible], 351 Bonsucesso
Rio - RJ - CEP 21.310

1073

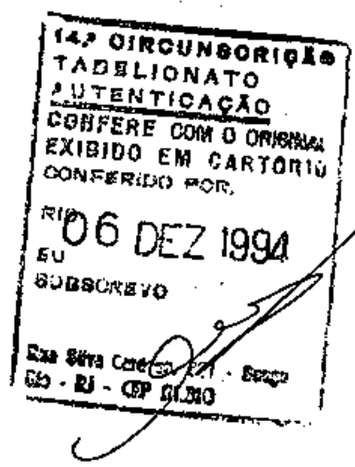
§ 1º: O Diretor-Vice-Presidente-Executivo substitui o Diretor Presidente em seus impedimentos podendo, ainda que não havendo impedimento, gerir os negócios da sociedade como se Diretor Presidente fosse, também isoladamente, estando seus atos assim como os do Presidente, referendados estatutariamente e investido dos poderes conferidos no "caput" do presente artigo, sem necessidade de apresentar instrumentos outros que não os presentes estatutos para o exercício pleno de suas atividades, ressalvados os atos e poderes previstos nas letras "f" e "t", acima, cuja prática não poderá ser isolada e, sempre e obrigatoriamente, sob pena de nulidade, em conjunto do Diretor Presidente com o Diretor Vice Presidente Executivo.

§ 2º: Compete aos demais diretores sempre em conjunto de dois ou com algum procurador legalmente constituído, conforme letra "j" deste artigo, exercer os poderes constantes dos incisos: a,b,d,g,h,i,l,m,n,o,p,q,e r deste artigo ou, isoladamente desde que com poderes expressos e específicos e com limitada duração.

§ 3º: Nenhum membro da diretoria, a exceção do Diretor Presidente e do Diretor-Vice-Presidente-Executivo, isolada ou conjuntamente, sob pena de reponsabilidade pessoal e perda de mandato, poderá usar o nome da sociedade em negócios estranhos aos fins sociais, tais como: avais, fianças e outras garantias de favor, em benefício próprio ou de terceiros.

§ 4º: A sociedade poderá, a critério do Diretor Presidente e/ou Diretor-Vice-Presidente-Executivo prestar fianças ou avais de um modo geral, à empresas coligadas, controladas, interligadas ou não, utilizando-se de procuradores, sempre em conjunto, com poderes expressos e específicos para tal fim.

§ 5º: Os poderes "ad judicia" com possibilidade de transigir, acordar, renunciar, representar civil e criminalmente, receber citação inicial, receber e dar quitação poderão ser outorgados para exercício isolado, no interesse da Justiça.


14.º CIRCUNSCRIÇÃO
TABELIONATO
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXIBIDO EM CARTÓRIO
CONFERIDO POR.
RIO 06 DEZ 1994
EU
SUBSCREVO

1074

ARTIGO 19º: A Assembléia Geral fixará os honorários da diretoria obedecendo as disposições legais que terão vigor, quanto a limites sempre que ausente a fixação.

CAPITULO IV

DO EXERCICIO SOCIAL, LUCROS E SUA APLICAÇÃO

ARTIGO 20º: O exercício social coincidirá com o ano civil e a 31 de dezembro de cada ano será levantado o balanço geral, de conformidade com as prescrições legais para apuração de lucros ou prejuízos.

ARTIGO 21º: Dos lucros líquidos apurados em balanço, depois de constituídas as reservas e aplicações legais, serão deduzidos: a)5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal, até atingir o montante de 20% (vinte por cento) do capital social; b)25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendo mínimo obrigatório, respeitado o que estabelecem os parágrafos 4º e 5º do Artigo 202, da Lei 6.404, de 15.12.76; c)o saldo, se houver, terá o destino que for deliberado pela Assembléia Geral.

ARTIGO 22º: Os administradores poderão participar dos lucros do exercício social em relação ao qual foi atribuído aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório. Essa participação, contudo, não poderá ultrapassar sua remuneração global anual, nem um décimo dos lucros que remanescerem, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 23º: A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, cabendo à Assembléia Geral estabelecer como será processada e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devem funcionar du-

14ª CIRCUNSCRIÇÃO
TABELIONATO
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXIBIDO EM CARTÓRIO
CONFERIDO POR.
RIO 06 DEZ 1994
EU
SUBSCREVO

Rua Silva Cardoso, 1071 - Barro
Rio RJ - CEP

1075 fls 19
2.º VARA DE FALÊNCIAS - CONCORDATAS

durante esse período, com observância das formalidades legais.

ARTIGO 24º: Os casos omissos nestes estatutos serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor, ressalvada a soberania das Assembléias Gerais de acionistas.

CONSOLIDAÇÃO EFETIVADA NA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 1993.

14º CIRCUNSCRIÇÃO
TABELIONATO
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EXIBIDO EM CARTÓRIO
CONFERIDO POR.
RIO
06 DEZ 1994
SUBSCREVO

Rua Silva Cardoso, 381 Barra
Rio - RJ - CEP 21.310

Sete milhões e duzentas mil ações preferenciais"; c/ - por igual votação foi aprovada a lavratura sumária da presente ata, nos termos do art. 130 da Lei 6.404/76.-Outros assuntos: não foram discutidos. São Paulo (SP), 13 de junho de 1994. Acionistas Presentes: aa) - Walter Bernardes Nory - (p.p. Ney Pereira dos Santos); aa) - Cheade Farah; aa) - Flaxxon Empreendimentos Imobiliários Ltda. (p.p. Ney Pereira dos Santos); aa) - Fort-Solo Empreendimentos Imobiliários Ltda. (p.p. Ney Pereira dos Santos). Confere com o original lançado no livro próprio. São Paulo (SP), 13 de junho de 1994. Cheade Farah - Presidente da Mesa - Wilson Bernardo - Secretário da Mesa. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Certifico o registro sob o nº 100.816/94-0 em 20/07/94. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

Grupo ANTARCTICA

CERVEJARIA ANTARCTICA NIGER S.A.

C.G.C. nº 55.962.385/0001-60
NIRC nº 35.300.058.739

Sede: Rua Mariana Junqueira nº 33 - Ribeirão Preto-SP

Aviso aos Acionistas - Distribuição de Dividendos

1 - 41º Dividendo Correspondente ao 1º Semestre de 1994. Conforme aprovado pela Administração da Companhia, estará à disposição dos acionistas o dividendo nº 41, relativo ao período de 01.01.1994 à 30.06.1994, no valor de R$ 28,07 por lote de mil ações em 30.06.1994, para ser pago a partir de 22 do corrente mês. 2 - **Atendimento** - O pagamento será efetuado por intermédio do Banco Bradesco S.A., como instituição Financeira Depositária, ou pelos bancos que com ela mantém convênio, observando-se o seguinte: a) Os acionistas que possuem conta-corrente no BRADESCO, terão seus dividendos creditados automaticamente na data acima indicada; b) Os acionistas que possuem conta-corrente em outros bancos e que desejarem ter seus dividendos creditados nas respectivas contas, deverão verificar antes se existe convênio entre o banco e o BRADESCO; c) Em caso positivo, deve ser comunicado à Instituição Financeira Depositária BRADESCO, para que possa tomar as providências pertinentes; d) Os demais acionistas receberão, via postal, o formulário "Ordem de Pagamento de Dividendos de Ações Escriturais", devendo, para recebimento, apresentar-se na agência BRADESCO de sua preferência, munido, além do formulário, de documento de identidade e do CIC. 3 - **Imposto de Renda** - Na conformidade das disposições legais vigentes, os dividendos estão sujeitos à tributação na fonte, à alíquota de 15%. Ribeirão Preto, 12 de setembro de 1994. **Diretoria.** (13, 15 e 20)

EXTRATO DA SOCIEDADE ESPORTIVA SAO BENTO. I - A Sociedade Esportiva São Bento, é uma Entidade sem fins lucrativos, sediada no Distrito de Monte Verde Paulista, Município de Cajobi, a Rua Matheus Del Arco, s/n, e tem por finalidade: Difundir a pratica de esporte amador entres seus associados, promover reunides de caráter esportivo, recreativo e social e filiar- se a Federação Paulista de Futebol.II - Poderes Diretivos da Associação:Assembléia Geral, Conselho Deliberativo,Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

IMOBILIARIA PREDIAL ARARAS S/C LTDA, ret. Marcia Regina Zambon Baraldi e Maria Elisa Zambon Valiero, cap. elev. p/ R$5.992,00 sendo: José Roberto Zambon c/ R$5.330,00 e Marcos Rogerio Zambon c/ R$592,00.

Valinhos-SP., 12/09/94. aa) **Mário Francisco Fagá** - Diretor Presidente. (15, 16 e 17/09)

CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os proprietários de Farmácias, (Manipulação Natural, Fitoterápica, Homeopatas e Alopatas), Drogarias, Postos e Distribuidoras de Drogas, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos de Santo André, para reunirem-se no dia 19.09.94., às 8:30 hs, na R: Senador Fláquer, 217, sala 108, Centro, Santo André-SP para discutirem e deliberarem a seguinte ordem do dia: a) Aprovação da Fundação da Associação dos Proprietários de Farmácia de Santo André - APROFAR S.A.; b) Aprovação dos Estatutos; c) Eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal; d) Fixação do valor de mensalidade e/ou anuidade social. *Santo André 13.09.94.* Carlos Eduardo Gaeta - RG 13.109.443 - *P/ Comissão.*

METALÚRGICA DETROIT S.A. torna púbico que requereu junto à Cetesb a licença de instalação para a fabricação de Conexões Metálicas e Mangueiras à Av. Antonio Piranga, 2.120 - Diadema/SP.

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA CAPITAL-SP (Pes. Jurídicas nesta Capital) CONSTITUIÇÕES: PRIMÉ - ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS SC LTDA: R. Artur de Azevedo, 776 ap. 101.* PRIELA E CIA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS SC LTDA: R. Frederico Abranches, 168 ap. 43. Ed. Colibri.* MAHONE - REPRESENTAÇÕES SC LTDA: R. Dom Bernardo Nogueira, 410 ap. 23.* FRANCO NETO REPRESENTAÇÕES SC LTDA: R. Nagib, 272.* HEROS MARTINS SC LTDA: Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 1700, 7º.* ALTERAÇÕES: SEG-MASTER ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS SC LTDA. Nova Sede: Av. Paranaguá, 917. Elevou o capital p/R$. 2.500,00.* MOVIMENTO GNÓSTICO CRISTÃO UNIVERSAL DO BRASIL NA NOVA ORDEM. Criou-se duas filiais, à R. 13 de Maio, 468, B.Lourdes - Caxias do Sul - RS.; e à Rua Bento Gonçalves, 502, Ijuí - RS.* COLÉGIO PORTAL LTDA. Elevou o capital p/R$. 117.440,00.* GRH ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS SC LTDA. Criou-se uma filial à R. Joaquim de Oliveira Freitas, 1165 - terreo. Vl. Mangalot - Pirituba.* CASA DE MARKETING E COMUNICAÇÕES LTDA. Nova Sede: Alameda dos Maracatins, 80. Alterou o endereço da filial p/Á Fazenda/ET/DA, 2450-Q74 - Chácara dos Lagos - Carapicuíba/SP. Elevou o capital p/R$, 6.000,00.* V.M.A. - VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL SC LTDA. Entrada e saída de sócios. Elevou o capital p/R$. 20.000,00. Alterou o objetivo social.* PHORMA ESTETICA CORPORAL SC LTDA ME. Entrada e saída de sócios.* CHECK IMOVEIS SC LTDA. Entrada e saída de sócios. Nova Denominação: L.R.L. ASSESSORIA E SERVIÇOS SC LTDA..* MATRICULAS: "BRAZIL RIDER" Sede de redação e Adm. R. dos Patriotas, 699, cj. 03.* "MOTOR SHOW" Sede de redação e Adm. R. William Speers, 1000, 12 cj. 39.*

SOCOR PROCARDIACO-SERVIÇOS CLINICOS E CARDIOLOGICOS S/C LTDA.EXTRATO DA ALT.CONTRATUAL.Em 20.08.94,a soc.alt. a Razão Social de"SOCOR SERVIÇOS CLINICOS E CARDIOLOGICOS S/C LTDA",p/"SOCOR PROCARDIACO-SERVIÇOS CLINICOS E CARDIOLOGICOS S/C LTDA",alt.capital de CZ$.120.000,00 para R$.300,00.Alt.endereço p/ a Av.Emilio Ribas,718 Gopouva-Guarulhos.

POLIDERIVADOS S.A.
CGC 59.682.583/0001-20

ATA DA 40ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Data: 10.08.94. Horário: 10:30 horas. Local: Av. Paulista 1754 - 5º andar, São Paulo. Pauta: Eleição da Diretoria. Presentes: Os Membros do Conselho de Administração: Srs. Vasco Nunes Leal, Ruy Aluizio Albergaria, Luiz Enéas Fortes. Convidados: Srs. Ernesto Teixeira Weber, Rui Gaspar Mouço, Carlos Roberto Teixeira Netto, Hudison de Assis Martins Júnior e Wilmar Buzzo. Foram abertos os trabalhos pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Vasco Nunes Leal, que convidou para secretariar os trabalhos o Sr. Ernesto Teixeira Weber, passando-se em seguida a deliberação da pauta do dia: eleição dos Diretores da Sociedade - foram eleitos para o biênio 1994/1996, em conformidade com o artigo 13 do Estatuto Social, os senhores: para Diretor Superintendente o Sr. Ernesto Teixeira Weber, brasileiro, divorciado, engenheiro industrial mecânico, CPF nº 017.630.678-15, RG nº 7.567.753, residente e domiciliado em São Paulo, SP, na Rua Caconde nº 522, apartamento 92 e para Diretores sem designação, os Srs. Rui Gaspar Mouco, português, casado, administrador de empresas, CPF nº 259.754.047-20, RG RNE W342.371-0, residente e domiciliado em São Paulo, SP, na Av. Rouxinol 436, apartamento 104; Sr. Hudison de Assis Martins Júnior, brasileiro, desquitado, CPF nº 267.011.117-34, CREA-RJ 22.002.D, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, na Rua Gipoia nº 104; e Carlos Roberto Teixeira Netto, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 347.747.187-34 e RG nº 3.612.267-IFP-RJ, residente em São Paulo, SP, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek 1830, 10º andar. Os diretores eleitos declararam não estarem incursos em nenhuma das penalidades previstas em lei que os impeçam de exercerem as atividades mercantis. Em seguida, o Sr. Presidente colocou a palavra aos presentes como ninguém dela fizesse uso, suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros Vasco Nunes Leal, Luiz Eneas Fortes, Ruy Aluizio Albergaria. São Paulo, 10 de agosto de 1994. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Sociedade. Ernesto Teixeira Weber - secretário. JUCESP nº 131.445/94-7 em 08.09.94. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral).

BCN Banco de Crédito Nacional SA
Companhia Aberta
CGC/MF nº 00.806.725/0001-61

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 21 de setembro de 1994, às 9h, na sede social, na Av. Andrômeda, s/nº, Alphaville, Barueri (SP), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) exame e votação da Proposta da Diretoria para constituição de carteira de investimento, nos termos da Resolução nº 2.099, de 17.08.94, do Conselho Monetário Nacional, e consequente alteração da redação do estatutário artigo 2º, "caput"; 2) outros assuntos de interesse social. Barueri, 09 de setembro de 1994. (a) Arlindo Conde - Presidente do Conselho de Administração.

(13-14-15)

COPIA EXTRAIDA PELA
POLIBRASIL S/A. IND. E COM.
AV. PAULISTA, 1754 - 3 o
CGC 15 229 395/0001-10

Responsável

Data: 19/9/94

12º CARTÓRIO DE NOTAS-CAPITAL-SP.
AL. SANTOS, 1470-FONE: 288-6277
AUTENTICAÇÃO-

19 SET 94 001533

AUTENTICO A PRESENTE COPIA EXTRAIDA
NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL
EXIBIDO

12º CARTÓRIO DE NOTAS
VALOR COBRADO
Ao Serventuário R$ 0,64
Ao Oficio R$ 0,16
Ao IPESP R$ 0,12
A APAMAGIS R$ 0,02
TOTAL R$ 0,94
PLÁCIDO APARECIDO LAGO
JOSÉ NICOLA SPOSITO
DULCE BERNARDES PÉRICO
ELAINE XAVIER FIALHO
MARIA CELESTINO DOS S. MICHELIN

BRASPOL POLÍMEROS S.A.
CGC/MF Nº 31.911.001/0001-11
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 1994

Aos nove dias do mês de maio de 1994, às 9:00 horas, na Avenida Paulista, 1754, 5º andar, na Cidade de São Paulo, SP, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Braspol Polímeros S.A., abaixo assinados. Assumiu a presidência da reunião o Presidente do Conselho de Administração Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, que, declarando estar preenchido o "quorum" estatutário, convidou o Conselheiro Luiz Eneas Fortes para servir de Secretário. O Sr. Presidente esclareceu que a reunião estava se realizando para deliberar sobre a eleição dos Diretores da Sociedade. Os Conselheiros decidiram reeleger como Diretores da Companhia, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a se realizar em 1995, os Srs. Ernesto Teixeira Weber, brasileiro, divorciado, engenheiro industrial mecânico, portador da Carteira RG nº 7.587.753 e do CPF nº 017.630.678-15 residente e domiciliado na Rua Caconde 522, apto. 92, na Cidade de São Paulo, SP; Francisco José Nunes Neves da Rocha, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Carteira de Identidade nº 545.762-SSPBA e do CPF nº 061.155.325-68, residente e domiciliado na Rua Nebraska 635, na Cidade de São Paulo, SP e Wouter Johannes Jan Goetzee, holandês, casado, engenheiro químico, portador da Carteira de Identidade RG nº V106022-S e do CPF nº 163.626.358-20, residente e domiciliado na Rua Professora Lucinda Alvez de Carvalho nº 156, Chácara Flora, São Paulo, Estado de São Paulo, sendo o primeiro para ocupar o cargo de Diretor Superintendente e os dois últimos para os cargos de Diretores, sem designação especial. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, é assinada por todos os Conselheiros presentes: Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, Percy Louzada de Abreu, Luiz Eneas Fortes, Ruy Aluizio Albergaria, Carlos Roberto Teixeira Netto, Sergio Silveira Saraiva, Roberto Bastos Taliechas Filho. São Paulo, 9 de maio de 1994. Esta é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da sociedade. Luiz Eneas Fortes - Secretário. Registrado na JUCESP sob o nº 126.129/94-0 em 31.08.94. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

BANCO BANDEIRANTES DE INVESTIMENTOS S.A.
CGC/MF nº 63.080.609/0001-19
COMPANHIA ABERTA
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 1994

Às dez horas do dia primeiro de agosto de mil novecentos e noventa e quatro, na sede social, à rua Boa Vista nº 162 - 7º ander - São Paulo - SP, reuniram-se os membros efetivos do Conselho de Administração do Banco Bandeirantes de Investimentos S.A., sob a presidência do senhor doutor Gilberto de Andrade Faria. Iniciados os trabalhos, os senhores Conselheiros elegeram, na forma do disposto no item "b" do artigo 6º do estatuto social, José Walter Conradi, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado em São Paulo - SP, à rua São Benedito nº 597 apto. 121, RG nº 2.781.194 SSP/SP e CPF/MF nº 042.824.268-53 para o cargo de diretor, com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração a se realizar após a assembléia geral ordinária de 1995 e honorários mensais a serem fixados em reunião do Conselho de Administração, observado o limite mensal, global, deliberado pela assembléia geral ordinária realizada em 27.04.94. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos presentes. São Paulo, 01 de agosto de 1994. Gilberto de Andrade Faria, Presidente; Inês Maria Neves Faria e Clemente de Faria, Conselheiros. A presente é cópia autêntica da original, lavrada no livro próprio. Gilberto de Andrade Faria - Presidente. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o número 121.865/94-0 em 24.08.94. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

março de 1994. Matias Machline - José Mauricio Machline - Aziz Adib Nauful"; e, VI. Relativamente ao disposto no Artigo 289, § 3º da Lei nº 6.404/76, a Sociedade passará a fazer as publicações previstas em Lei, no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "O Estado de São Paulo", sem prejuízo da eventual publicação em outros jornais. Encerramento: Leitura, aprovação e assinatura da presente ata. Matias Machline - Presidente; José Mauricio Machline - Secretário. Acionistas: p/ Durável S.A.: Matias Machline e Sérgio Aleksandro Machline - Matias Machline - José Mauricio Machline. Cópia autêntica da ata lavrada no livro próprio. José Mauricio Machline - Secretário. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 120.266/94-5 em 23/08/94. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

POLIBRASIL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CGCMF Nº 15.229.396/0001-10
ATA DA 137ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos nove dias do mês de maio de 1994, às 10:00 horas, no Escritório Central da Polibrasil S.A. Indústria e Comércio, na Avenida Paulista 1754, 5º ander, na Cidade de São Paulo, SP, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Sociedade abaixo assinados. A reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho Percy Louzada de Abreu que, declarando estar preenchido o "quorum" estatutário, convidou o Conselheiro Luiz Eneas Fortes para servir de Secretário, esclarecendo que a reunião estava se realizando para eleger a Diretoria da Polibrasil para o biênio 1994/1996. O Conselho, por unanimidade, houve por bem reeleger para compor a Diretoria para o biênio de 1994/1996, em conformidade com o artigo 13 do Estatuto Social, os seguintes senhores: Diretor Superintendente: Ernesto Teixeira Weber, brasileiro, divorciado, engenheiro industrial mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 7.587.753 SSP/SP e do CPF nº 017.630.678-15, residente e domiciliado na Rua Caconde 522, apto. 92, São Paulo/SP, e Diretores, sem designação especial, Sr. Wouter Johannes Jan Goetzee, holandês, casado, engenheiro químico, residente e domiciliado na Rua Profª. Lucinda Alvez de Carvalho 156, Chácara Flora, São Paulo-SP, portador do RGE V106022-SSP/MAF/SR/SP e do CPF nº 163.626.358-20; Sr. Francisco José Nunes Neves da Rocha, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade RG nº 545.762 SSP/BA e do CPF nº 061.155.325-68, residente e domiciliado na Rua Nebraska 635 - Brooklin, São Paulo/SP; Sr. Rui Gaspar Mouco, português, casado, administrador de empresas, portador do RG RNE W 342.371-0, e do CPF nº 259.754.047-20, residente e domiciliado na Rua Juruperi, 282, São Paulo/SP; e o Sr. Marcio Alves de Almeida Cardoso, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro químico, portador da cédula de identidade nº 22.724D (CREA/RJ) e do CPF nº 184.091.137-91, residente e domiciliado na Avenida Jurupis 490, apto. 151, São Paulo/SP. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros da Sociedade presentes: Luiz Eneas Fortes, Percy Louzada de Abreu, Carlos Roberto Teixeira Netto, Ruy Aluizio Albergaria, Armando Guedes Coelho, Vasco Nunes Leal, Max Feffer, Adhemar Magon. São Paulo, 9 de maio de 1994. Esta é cópia fiel da ata lavrada em livro própria da sociedade. Luiz Eneas Fortes - Secretário. JUCESP nº 126.130/94-2 em 31.08.94. José Edgard L. Gomes - Secret. Geral.

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA REGIONAL CINTURÃO VERDE DE SÃO PAULO

Certidão. Certifico, em cumprimento ao despacho da Sr. Secretário Geral desta Junta Comercial, exarado em petição taxada e protocolada sob nº 290.973/94-6, que a sociedade "Cooperativa Agrícola de Cotia Regional - Cinturão Verde de São Paulo", com sede à Avenida Jaguaré nº 1.487 - São Paulo-SP, arquivou nesta Repartição sob nº 110.493/94-1, em sessão de 05.08.94 Ata de Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 31.05.94, do que dou fé. Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 31 de Agosto de 1994. Eu, Rosemeire Moreira Bertolini, Escriturária, a escrevi, conferi e assino. Eu, Elene Batista da Silva, Chefe da Seção de Certidões, a subscrevo. Visto. José Edgard Laborde Gomes, Secretário Geral

BERGDOLT; DIRK ALBERT BLAESING; DR. HORST EDUARD IGNAZ HEIDRICH; MANFRED FEIG. Confere com o original: Presidente da Mesa: DR. HORST EDUARD IGNAZ HEIDRICH. Secretária: DRA. SONIA MARIA GIANNINI MARQUES DOEBLER. OAB/SP Nº 26.914. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 125.681/94-0, em 30/08/94. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

SISTEMA S/A - CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS - CGC-MF Nº 50.582.527/0001-40 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30.03.94. DATA: 30 de março de 1994, às 14:00 horas. LOCAL: Sede Social, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2000 - 2º e 3º andares - São Paulo - SP. PRESENÇA: Totalidade dos acionistas. MESA: Presidente: JOSÉ LUIZ ACAR PEDRO; Secretário: CLÁUDIO BELLOCCHI. ORDEM DO DIA: 1 - Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.93, a saber: Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado; Mutações do Patrimônio Líquido; Origens e Aplicações de Recursos; Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes; 2 - Deliberação do Resultado do Exercício; 3 - Adaptação do Capital Social ao novo padrão monetário; 4 - Aprovação da correção da expressão monetária do capital social; e 5 - Reforma Estatutária. DELIBERAÇÕES: Após os esclarecimentos de que os documentos mencionados no item "1" da ordem do dia, haviam sido publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário Popular, edição de 10.02.94, foram aprovadas por unanimidade, as seguintes deliberações: 1 - todos os documentos mencionados no item "1" da Ordem do Dia; 2 - o resultado apurado no exercício está incorporado e conta "Lucros ou Prejuízos Acumulados", e permanecerá nesta conta até ulterior deliberação; 3 - adaptação do capital social ao novo padrão monetário, passando para CR$ 70.520.900,00 (setenta milhões, quinhentos e vinte mil e novecentos cruzeiros reais); 4 - aprovação da correção da expressão monetária do capital social; 5 - o capital social é elevado para CR$ 1.778.580.000,00, mediante a incorporação de parte do saldo apresentado na conta Reserva de Correção Monetária do Capital Realizado em 31.12.93, no montante de CR$ 1.708.059.100,00. Não haverá emissão de novas ações. O artigo 6º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 6º - O Capital Social é de CR$ 1.778.580.000,00, representado por 120.000.000 de ações, sendo 60.000.000 de ações ordinárias e 60.000.000 de ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. 6 - Para efeitos de arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Estatuto Social, devidamente consolidado, é transcrito ao final da presente ata. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 30 de março de 1994. ASSINATURAS: Presidente: JOSÉ LUIZ ACAR PEDRO; Secretária: CLÁUDIO BELLOCCHI; Acionistas: BANCO SISTEMA S/A, representado por José Luiz Acar Pedro e Cláudio Bellocchi; e JOSÉ LUIZ ACAR PEDRO. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. JOSÉ LUIZ ACAR PEDRO - Presidente. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico e Registro sob o número 58.548/94-1 em 29.04.94. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçado e Vestuário de Birigui e Região, pelo presente Edital convoca seus associados para comparecerem em Assembléia Geral a ser realizada, em primeira convocação, no dia 13 de Setembro de 1994, às 18:00 à Av. Gov. Pedro de Toledo, 167, na cidade de Birigui, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem de Dia: 1) Dissociação e desmembramento de categorias e base territorial em decorrência da ratificação da fundação de STI Calçados de Birigui; 2) Retirada ou manutenção da impugnação oferecida ao referido Sindicato; 3) Partilha ou manutenção patrimonial decorrente da referida dissociação e desmembramento. 4) Alteração [illegible]

COPIA EXTRAIDA PELA
POLIBRASIL S/A. IND. E COM.
AV. PAULISTA, 1754 - 3.o
CGC 15.229.369 COD.-10

Responsável

19/9/94
Data:

12º CARTÓRIO DE NOTAS-CAPITAL-SP.
AL. [illegible]IOS, 1479-FONE: 288-6277
AUTENTICAÇÃO

19 SET 94 001487

AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA EXTRAÍDA
NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL
QUE ME FOI APRESENTADO. ADRIANO NERO

12º CARTÓRIO DE NOTAS
VALOR COBRADO
Ao Serventuário R$ 5,61
Ao Estado R$ 0,56
Ao IPESP R$ 0,19
À APAMAGIS R$ 0,02
TOTAL R$ 6,36
FLÁVIO APARECIDO LAGO
JOSÉ NICOLA SPOSITO
WALDIR BERNARDES PÊGO
ELAINE XAVIER FULINO
MARIA CRISTINA DOS S. BUENO

CONFERE COM O ORIGINAL

MONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

Débito

	Cr$	Cr$
postos		4.227,60
guelis, estampilhas e outras despesas		9.677,20
		156,00
diente		67,00
lização		
		14.725,80

Crédito

	Cr$	Cr$
restimo		1.188,40
		37,90
issões		2.053,50
Semestre Prejuizo real verificado		11.436,00
		14.725,80

iro, 31 de dezembro de 1949. — *Alfredo Correia Pinto.*
es da Cunha. — *Clovis F. de Castro Menezes* — Con-
— C.R.C. 6.804.

42.º Ofício de Notas.

ECER DO CONSELHO FISCAL. PRESENTE

assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da
R. de Castro S. A., tendo examinado minuciosamente o
balanço e a conta de lucros e perdas, referentes ao
49, apresentados pela Diretoria, e sendo-lhes forne-
nformações e esclarecimentos solicitados, declaram ser
ter do inventário, balanço e conta em perfeita ordem
m sua aprovação pela Assembléia Geral.

eiro, em 4 de março de 1950. — *Gilberto Ed. Baptista de Souza*
elo Sanches. — *Arnaud Gomes da Silva.*

— (N.º 27-6-50 — Cr$ 114,00).

ASILEIRO DE PRO-DA DO LAR "VITA-

lia Geral Extraordiná-Brasileiro de Proteção t Vitalar", realizada em *ro de 1950.*

m dias do mês de maio e cinquenta, na Sede da Graça Aranha, nú-ero) quinto andar, sala dade do Rio de Janei- assembléia geral, ex-"Vitalar", segundo os convocação publicados no de 17 de maio d ocorr- nas 7.560 e "Jornal do dias 23, 27 e 28 fim de deliberar sôbre ficada. Aberta a sessão Presidente Tesoureiro, ugusto Ferreira de An-edo Segunda — 2.º tor Adrien Ribeiro de presidente mandou ler to qual constava os po- cia dos cargos de Pre-eiro, e do Primeiro Se- pedidos, datados res- de 27 de abril e 2 de scentou-se o caráter de . Pelo associado Gui- Ferreira de Andrade, perava, em benefício da " que, ambos se conser- o, se menos por mais um que tem sabido dirigir cias. O edital demissio- ram a prova da confi- tiram que sem as quais stituiriam estar à frente dos s. Posta a votos a re- esma, ante as alegações demissionários, aprovada este momento, o Doutor Ferreira de Andrade pe- cia ao Senhor Guilher- Ferreira de Andrade que sinção e teceu palavras Diretores renunciantes. ente apresentada e re- ntar durante a gestão, discutida a mesma foi — E' se- tário, todos aprovaram para erguer um voto de louvor aos Diretores que ora renunciavam, foi secundado por todos os presentes. — Disse mais que, tendo últimamente que viajar muito, como, aliás, sucede os Diretores da Vitalar, pedia, também, que lhe dessem substituto. — O Senhor Presidente interino fêz um apêlo para que continuassem a prestar-lhe seus serviços. Pelo 2.º Secretário foi reafirmado ser impossível, pois não queria ser faltoso. Deferiu-lhe o Presidente interino a exoneração, depois de ouvida a Assembléia mas pediu-lhe que lavrasse esta ata, como seu último trabalho à "Vitalar", no que foi atendido imediatamente pelo Senhor Presidente interino foi proposto que a assembléia elegesse, então, seus novos dirigentes. — Apurados os votos, por unanimidade, foi eleito o senhor Mário Fontes da Silva, Diretor-Presidente, Tesoureiro o Senhor José Augusto Lopes e Guilherme Machado Ferreira de Andrade, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. — Continuando na presidência interina o Senhor Guilherme Machado Ferreira de Andrade deu posse aos novos Diretores; Senhor Mário Fontes da Silva e José Augusto Lopes, que foram saudados por expressiva salva de palmas. — O novo Diretor-Presidente Tesoureiro, Senhor José Augusto Lopes, deu posse ao Segundo Secretário, Senhor Guilherme Machado Ferreira de Andrade, que foi recebido com vibrantes palmas da Assembléia. O Senhor Presidente disse, então, que, verificando nas contas um débito do Instituto ao Senhor Doutor José Augusto Ferreira de Andrade, de oitenta cruzeiros (Cr$ 80.000,00), resolvia assinar notas promissórias, emitidas pela "Vitalar" e assinadas por êle e pelo primeiro Secretário. Sua deliberação foi aprovada unânimemente. Nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente mandado encerrar a presente ata que vai por mim, *Américo Ribeiro de Araújo*, assinada, servindo de secretário "ad-hoc". — *Américo Ribeiro de Araújo* — *José Augusto Ferreira de Andrade* — *Antônio Dias Correa* — *Mário Fontes da Silva.* — *José Augusto Lopes* — Segue-se as demais assinaturas.

(N.º 14.6[illegible] — Cr$ 255,60 — 7-6-50)

FORMULARIOS CONTINUOS CONTINAC, S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA

Aos vinte e nove dias do mês de maio, reunidos às nove horas, à rua General Gustavo Cordeiro de Faria n.º 97, nesta cidade do Rio de Janeiro, os subscritores: Vitor Coelho Bouças, Valentim Fernandes Bouças, José Dutra Mendes, Bohdan Zaporski, Jorge Coelho Bouças, Iolanda Bouças Montenegro, Maria Zilda Regazzi, conforme se verificou de suas assinaturas na lista de presença. Assumiu a presidência dos trabalhos o subscritor e fundador Senhor Vitor Coelho Bouças, que convidou para sérvir como Secretário, o Sr. Jorge Coelho Bouças, ficando assim, constituida a mesa. Declarou o Senhor presidente que nos têrmos dos anúncios de convocação, publicados no *Diário Oficial*, dias 19, 20 e 22, o fim da presente assembléia era deliberar sôbre a constituição definitiva da sociedade, de acôrdo com o que preceitua o Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940. A seguir, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos seguintes documentos e papéis: a) Estatutos da Formulários Continuos Continac S.A. — Capitulo I — Denominação, Sede, Fins e Duração. Sob a denominação de Formulários Continuos Continac Sociedade Anônima, fica constituida uma sociedade anônima, que será regida por êstes Estatutos e pela legislação em vigor. Parágrafo único — A sociedade poderá abrir escritórios ou filiais em todo o território nacional ou no estrangeiro. Art. 2.º — A sociedade tem por fim principal, fabricar, distribuir e vender formulários contínuos, impressos em geral, papéis carbonos, máquinas ou dispositivos de fins comerciais podendo ainda representar e comerciar com firmas nacionais ou estrangeiras, para fabricar ou distribuir seus produtos no território nacional. Art. 3.º — O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. Capitulo II — Do Capital e das Ações. Art. 4.º — O Capital social será de Cr$ ..... 6.000.000,00, dividido em 6.000 ações, ao portador, do valor nominal de Cr$ 1.000,00 cada uma, tendo a forma nominativa ou ao portador, a critério dos seus possuidores. Art. 5.º — As ações nominativas ou ao portador poderão ser convertidas de uma forma em outra, a requerimento dos acionistas, lavrando-se têrmo de conversão no livro próprio e substituindo-se as cautelas ou títulos respectivos. O interessado pagará à Sociedade, a taxa de conversão de Cr$ 5,00 por ação convertida. Parágrafo único — A transferência das ações nominativas, far-se-á por têrmo lavrado no livro de transferência de ações nominativas, observando-se as prescrições legais. Art. 6.º — Cada uma das ações dará direito a um voto ao seu possuidor que poderá ser representado nas Assembléias Gerais por procurador, acionista também acionista. Capitulo III — Da Administração da Sociedade. Artigo 7.º — A Sociedade será administrada por um diretor presidente e por mais dois diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembléia Geral pelo prazo de quatro anos, podendo ser reeleitos. A caução legal de cada diretor será de cinco ações, da sociedade, próprias ou alheias, prestada antes de entrarem no exercício de seus cargos, não podendo haver levantadas antes da aprovação definitiva das últimas contas referentes à sua administração. Parágrafo único — A sociedade terá também um diretor consultor eleito pelo Assembléia Geral, pelo mesmo prazo de quatro anos, podendo também ser reeleito. Art. 8.º — Os diretores se substituirão entre si, na fórma que [illegible] deliberarem, em caso de impedimentos ocasionais. Em caso de vaga, por falecimento ou renúncia, o Conselho Fiscal, juntamente com os demais diretores, indicará quem deva preencher a vaga, convocando-se imediatamente uma Assembléia Geral Extraordinária que elegerá o substituto, para servir pelo tempo que faltava ao substituido. Art. 9.º — As funções dos diretores serão de administração da sociedade e cometidas a cada um dos diretores, conforme distribuição feita pelo diretor presidente, cabendo, no entanto, a êste privativamente: a) superintender todos os negócios, operações, interêsses e direitos da sociedade, dando-lhes a orientação econômica e financeira; b) representar a sociedade ativa e passivamente em juizo ou fora dêle; c) abrir filiais, sucursais ou agências onde os interêsses da sociedade o exigirem, nomeando os seus gerentes; d) designar representantes ou agentes da sociedade e constituir procuradores; e) fixar atribuições, salários e bonificações, bem assim, nomear, contratar, transferir e demitir empregados em geral, podendo outorgar êstes poderes a qualquer outro diretor ou procurador, devidamente credenciado. Art. 10 — Os contratos, cheques contra depósitos em conta corrente, letras de câmbio, promissórias e quaisquer outros documentos, salvo as exceções contidas nos parágrafos 1.º e 2.º e o que for estabelecido em procurações, terão sempre assinaturas de dois diretores ou de um diretor e de um procurador, legalmente habilitado. § 1.º — As ações e cautelas de ações deverão ser assinadas pelo diretor presidente e por um dos outros diretores. § 2.º — Na emissão de duplicatas e respectivo endôsso para cobrança, para endôsso de cheques para depósitos em bancos, e, dos recibos, bastará a assinatura de um diretor ou de um procurador legalmente habilitado. Parágrafo 3.º — E' vedado aos diretores a assinatura pela sociedade de avais, fiança, garantias de qualquer espécie a terceiros, bem como, envolver a Cia. em negócios estranhos ao seu movimento comercial excetuando-se neste parágrafo sòmente os casos das Companhias filiadas ou subsidiárias. Art. 11 — A remuneração dos diretores será fixada em Assembléia Geral. Art. 12 — O Conselho Fiscal será composto de três membros efetivos e três suplentes, eleitos anualmente e com vencimentos fixados pela Assembléia que os eleger. Capitulo IV — Das Assembléias. Art. 13 — As Assembléias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, serão convocadas e constituidas na forma da lei, sendo as suas decisões tomadas por maioria de votos, atendidas as prescrições legais. Art. 14 — A mesa das Assembléias será formada de um presidente e um Secretário, sendo aquêle aclamado e êste escolhido pelo presidente. Art. 15 — A Assembléia Geral Ordinária deverá reunir-se anualmente [illegible] dia 31 de março de cada ano e a Assembléia Geral Extraordinária, convocada sempre que [illegible] necessidade ou conveniência. Art. [illegible] A Assembléia Geral será presidida pelo diretor presidente e na falta dêste, por um dos diretores, salvo quando se tratar da aprovação de contas da diretoria, quando neste caso presidirá pelo acionista eleito [illegible] que não faça parte da diretoria mesmo do Conselho Fiscal. Parágrafo único — [illegible] presidirá a Assembléia um dos acionistas [illegible] os trabalhos. Artigo [illegible] convocações, atribuições e competência e funcionamento das Assembléias Gerais obedecerão às prescrições legais em vigor, sendo convocadas com antecedência mínima de oito dias, em primeira convocação. Capitulo V — Disposições Gerais — Art. 16 — O ano social coincidirá com o ano civil, sendo o balanço [illegible]

...ividade organizado em 31 de dezembro de cada ano. Art. 19 — Os lucros líquidos da sociedade serão distribuídos e aplicados nos termos com as deliberações tomadas pela Assembléia Geral Ordinária, tendo por base a proposta da diretoria, devidamente enquadradas nas leis vigentes. Art. 20 — Os casos omissos nestes estatutos serão regulados pelas leis vigentes, disciplinadoras da matéria. B) Lista de subscrição: Lista de subscritores da Formulários Contínuos Continuac S.A. — Capital Social de Cr$ 8.000.000,00, dividido em 8.000 ações de Cr$ 1.000,00 cada uma. Vitor Coelho Bouças, de nacionalidade brasileira, com 33 anos de idade, profissão industrial, casado, residente à avenida Rui Barbosa, 430, apartamento 201, com 3.500 ações, no valor de Cr$ 3.500.000,00, valor integralizado em dinheiro Cr$ 350.000,00; Valentim Fernandes Bouças, de nacionalidade brasileira, com 59 anos de idade, profissão comércio, casado, residente à avenida Rui Barbosa, 430, apartamento 301, com 2.465 ações no valor de Cr$ 2.465.000,00, valor integralizado em dinheiro, Cr$ 245.500,00; José Dutra Menies, de nacionalidade brasileira, com 45 anos de idade, profissão industrial, casado, residente à rua Belfort Roxo, 178, apartamento 1, com 10 ações, no valor de Cr$ .... 10.000,00, valor integralizado em dinheiro Cr$ 1.000,00; Bohdan Zaporski, de nacionalidade polonêsa, com 43 anos de idade, profissão industrial, casado, residente à rua Pompeu Loureiro, 20, com 10 ações, no valor de Cr$ 10.000,00, valor integralizado em dinheiro, Cr$ 1.000,00; Jorge Coelho Bouças, de nacionalidade brasileira, com 31 anos de idade, profissão comércio, desquitado, residente à rua Otaviano Coutinho, 66, apartamento 801, com 10 ações, no valor de Cr$ ..... 10.000,00, valor integralizado em dinheiro Cr$ 1.000,00; Iolanda Bouças Montenegro, de nacionalidade brasileira, com 32 anos de idade, doméstica, casada, residente à rua Assis Brasil, 84, apartamento 601, com 10 ações no valor de Cr$ 10.000,00, valor integralizado em dinheiro, Cr$ 1.000,00; Maria Zilda Regazzi, de nacionalidade brasileira, com 31 anos de idade, profissão professôra, desquitada, residente à rua Senador Dantas n.º 19, apartamento 804, com 5 ações no valor de Cr$ 5.000,00, valor integralizado em dinheiro, Cr$ .... 500,00. C) Recibo do depósito em banco da décima parte do capital, integralizado em dinheiro: Banco Comercial e Industrial do Brasil S.A. Fil. Telegráfico Indubrasil: rua da Assembléia, 61-A, sede própria, Caixa Postal, 2.942, Rio de Janeiro, Cr$ 800.000,00. — Recebemos do Senhor Vitor Coelho Bouças a quantia de Cr$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) que aquêle senhor declara representar a décima parte do Capital da firma Formulários Contínuos Continuac S.A., em organização, nesta Capital. A quantia acima fica em depósito neste Banco, em satisfação aos têrmos do artigo 36, parágrafo 3.º, do Decreto-lei n.º 7.627 de 26 de setembro de 1940. — Rio de Janeiro, 29 de maio de 1950. — Assinado, Carimbo do Banco Comercial e Industrial do Brasil S.A. — *José Pereira Teixeira*. — *Rodolfo Costa*. Estampilhas no valor de Cr$ 21,00, inutilizadas com o carimbo da data de 29 de maio de 1950. — Pedem em discussão os estatutos e os documentos e pareis acima transcritos, foram os mesmos submetidos à votação e unânimemente aprovados. A seguir, o acionista José Dutra Menies propôs que o restante do capital subscrito seja integralizado nas datas a serem fixadas oportunamente pela diretoria, o que foi unânimemente aprovado. Em seguida, procedeu-se à eleição dos diretores da sociedade e dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, tendo sido eleitos [illegible] — Estiveram presentes os acionistas Senhor Vitor Coelho Bouças, brasileiro, residente à avenida Rui Barbosa, 430, apartamento 201, nesta Capital; da Administração — Senhor José Dutra Mendes, brasileiro, residente à rua Belfort Roxo n.º 178, apartamento 1, nesta capital; Técnico — Senhor Bohdan Zaporski, polonês, residente à rua Pompeu Loureiro n.º 20, nesta capital; Consultor — Senhor Valentim Fernandes Bouças, brasileiro, residente à avenida Rui Barbosa número 430, apartamento 301, nesta capital; para membros efetivos do Conselho Fiscal: João José de Oliveira Leite, Augusto Xavier de Lima e José Cupertino da Silva, todos brasileiros, residentes nesta capital; para suplentes do mesmo Conselho Fiscal: Senhor Wellington de Sá Souto, Raimundo Nery e Alberto B. Lee, todos brasileiros e residentes nesta capital. Foi fixado para cada membro do Conselho Fiscal, a remuneração anual de Cr$ 500,00. Declarou em seguida o Senhor presidente empossados em seus respectivos cargos os membros eleitos do Conselho Fiscal, sendo que a investidura dos diretores far-se-á uma vez prestadas as cauções propostas. Foram fixadas, por proposta unânimemente aprovada, os seguintes honorários: Presidente — Trinta mil cruzeiros mensais; Diretor de administração — doze mil cruzeiros mensais; Diretor-Técnico — doze mil cruzeiros mensais; Diretor consultor — dois mil cruzeiros mensais. Preenchidas assim tôdas as formalidades de lei, o Senhor presidente declarou legal, jurídica e definitivamente constituída Formulários Contínuos Continuac Sociedade Anônima, congratulando-se com os presentes. Finalmente disse o Senhor presidente que a diretoria providenciaria o pagamento do impôsto de sêlo devido sôbre o capital social. Encerrados os trabalhos foi a presente ata lavrada em duplicata, ata que depois de lida e aprovada pela assembléia é assinada pela mesa e por todos os presentes. — *Victor Coelho Bouças*. — *Valentim Fernandes Bouças*. — *José Dutra Mendes*. — *Bohdan Zaporski*. — *Jorge Coelho Bouças*. — *Yolanda Bouças Montenegro*. — *Maria Zilda Regazzi*. — Rio de Janeiro, 29 de maio de 1950. Em tempo: O Senhor Valentim Fernandes Bouças compareceu representado por seus procuradores: Senhor Vitor Coelho Bouças e Jorge Coelho Bouças. — *Victor Coelho Bouças*. — Pp. Valentim Fernandes Bouças, *Victor Coelho Bouças*. — *Jorge Coelho Bouças*. — *José Dutra Mendes*. — *Bohdan Zaporski*. — *Yolanda Bouças Montenegro*. — *Maria Zilda Regazzi*. — Na qualidade de Secretário: *Jorge Coelho Bouças*.

(As firmas estão devidamente reconhecidas).

DIVISÃO DE REGISTRO DO COMÉRCIO

certidão

Certifico que a Formulários Contínuos Continuac S.A. arquivou nesta Divisão sob o n.º 15.660, por despacho de 21 de junho de 1950, os seguintes documentos: a) ata da assembléia de constituição definitiva da sociedade, realizada em 29 de maio último, que aprovou os atos de constituição, estatutos e eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, com os respectivos honorários e remuneração; b) lista dos subscritores do Capital social; c) lista dos subscritores presentes à assembléia de constituição definitiva acima citada; d) recibo do depósito da importância correspondente à décima parte do capital social, efetuado no Banco Comercial e Industrial do Brasil S.A.; e) guia com o pagamento do sêlo proporcional a êste capital, do que dou fé. — Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Divisão de Registro do Comércio, em 22 de junho de 1950. — [illegible] escrevi, conferi e subscrevo. — *Laura Martins*. — Eu, Francisco da Veiga Muller, oficial administrativo 1, pelo Chefe da S.R.E., subscrevo e assino. — *Carmen da Veiga Muller*, of. adm. 1.

Belas com Cr$ 6,00.

Proc. fls.º 13.422-50.

(N.º 13.824 — 30-6-50 — Cr$ .... 1.090,00).

RÁDIO CLUB DO BRASIL S. A.

Estúdio e Secretaria: Av. Rio Branco, 181 — 3.º andar. — Fones 22-1994 e 22-1995 (Rêde interna). — Telegramas: "Radioclub".

Ata da Assembléia Geral Ordinária da Rádio Clube do Brasil S. A., à Av. Rio Branco, 181, 3.º andar, realizada no dia 24 de abril de 1950. — Convocados pela forma legal, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária, os senhores acionistas da Rádio Clube do Brasil S. A., em gôzo dos direitos sociais, em sua sede social à Av. Rio Branco, 181, 3.º andar, nesta Capital, às 16 horas do dia 24 de abril de 1950. Verificado pelas assinaturas constantes do "Livro de Presença", haver comparecido número legal de acionistas para que fôsse instalada a Assembléia Geral, o Sr. Lamar Pereira, Diretor-Presidente, assumiu a presidência, declarando iniciados os trabalhos e aberta a sessão, designando a mim, Orlando Ferrão, para servir de secretário, e ordenando em seguida que fôsse lido para conhecimento dos presentes, o edital de convocação publicado no *Diário Oficial* em 14, 15 e 17 de abril de 1950 e no Jornal do Brasil em 14, 15 e 16 de abril de 1950 e que era do seguinte têor: "Rádio Clube do Brasil S. A. — Assembléia Geral Ordinária. São convidados os senhores acionistas em gôzo dos direitos sociais, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no próximo dia 24 de abril de 1950, às 16 horas, na sede social à Av. Rio Branco, 181, 3.º andar, para tratar da seguinte matéria: a) aprovação do relatório, balanço geral e contas da administração relativas ao exercício de 1949, bem como parecer do Conselho Fiscal; b) eleição dos membros efetivos do Conselho Fiscal e Suplentes para o exercício de 1950; c) assuntos de interêsse geral. — Rio de Janeiro, 12 de abril de 1950 — Rádio Clube do Brasil S. A. — Lamar Pereira, Diretor-Presidente. Terminada essa leitura o Sr. Presidente comunicou que entrava à apreciação e discussão da Assembléia, o relatório e contas da administração e discussão da Assembléia, o relatório e contas da administração relativos ao exercício de 1949, assim como o parecer do Conselho Fiscal, segundo as disposições do art. 99 do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, documentos êsses que estiveram anteriormente à disposição dos senhores acionistas, conforme o aviso publicado no *Diário Oficial* nos dias 24, 26 e 27.3.1950 e no Jornal do Brasil nos dias 24, 26 e 28 de março de 1950, e foram posteriormente publicados no *Diário Oficial* no dia 30 de março de 1950 à fls. 4.919. O acionista Senhor Nelson Palmão pediu então a palavra para propôr à Assembléia que se dispensasse a leitura daqueles documentos, considerando que êles já eram do conhecimento de todos, em vista da publicação no órgão oficial, além de se [illegible] estado colocados anteriormente à essa, Assembléia à disposição dos senhores acionistas na sede social, proposta que foi aceita unânimemente. Não havendo quem mais quisesse fazer uso da palavra, declarou o Sr. Presidente que ia pôr em votação a aprovação dos documentos em aprêço, os quais [illegible] aprovação unânime, que o acionista Sr. [illegible] Borgiani [illegible] que [illegible] por unanimidade [illegible] de votar os [illegible] Passou-se em seguida [illegible] convocação, ou [illegible] membros efetivos [illegible] do Suplentes [illegible] 1950. Foram [illegible] convidado para [illegible] e passando [illegible] acionista Sr. Nelson [illegible] vidou os acionistas [illegible] no Ponte, para [illegible] do, apurado o seguinte [illegible] membros efetivos [illegible] cal, os Senhores [illegible] ro, vice-pres. comerciário, [illegible] antes Bastos, 19, [illegible] tes, os Senhores: [illegible] Neto, brasileiro, [illegible] residente à rua [illegible] 3.º andar; Irany [illegible] sileiro, solteiro, [illegible] residente à rua [illegible] e Carlos da Fonseca [illegible] teiro, comerciário [illegible] Graça Aranha, [illegible] a Assembléia [illegible] bros efetivos [illegible] sem remuneração [illegible] cia de Cr$ [illegible] Reassumiu a P[illegible] assembléia o Sr. [illegible] sultou os presentes [illegible] mais nenhum [illegible] cida a palavra [illegible] são pelo tempo [illegible] esta ata fôsse [illegible] trabalhos, feita a [illegible] em discussão foi [illegible] da com as abertu[illegible] em seguida assin[illegible] presentes. Rio de [illegible] de 1950. — Orlando [illegible] — Lamar Pereira [illegible] vero Rinheiro [illegible] são, Hugo Borghi[illegible] A presente ata é [illegible] traída do Livro [illegible] das Assembléias [illegible]

DIVISÃO [illegible] COM[illegible]

Certidão

Certifico que a [illegible] sil S. A., [illegible] o n.º 15.1[illegible] pois maio de 1950 [illegible] geral pr[illegible] que apro[illegible] as [illegible] subscritor [illegible] sou [illegible] selho Fiscal e [illegible] mentos do [illegible] to Nacional [illegible] Divisão de Registro [illegible] 25 de maio de [illegible] bosa de Almeida [illegible] crevi, conferi e [illegible] de Almeida. Eu, [illegible] Nascimento, Chefe [illegible] crevo e assino. — *Nascimento*.

(N.º 14.819 — Cr$ 458,00).

JAPEI

Ata da Assembléia realizada e sôbre aprovação [illegible] do honorários [illegible] reformas

Aos três dias [illegible] mil novecentos e [illegible] horas, na sede [illegible] 100-108 loja, [illegible] neiro, reuniram-[illegible] vro de percença [illegible] sentando três mil [illegible] isto é, mais de

WALE S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

PONTO FRIO

CGC [illegible] — CARTA PATENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL Nº [illegible]

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Deloitte Ross Tohmatsu

À Diretoria da
Wale S.A. — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Rio de Janeiro — RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Wale S.A. — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, levantados em 30 de junho de 1991 e de 1990, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos relativas aos semestres findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da distribuidora; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da distribuidora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Wale S.A. — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 1991 e de 1990, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade [illegible].

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº [illegible], as demonstrações financeiras em [illegible] os efeitos da correção monetária especial de que trata a Lei nº 8.200/91.

Rio de Janeiro, [illegible] de agosto de 1991

Deloitte Ross Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC-SP 11.609 S/RJ

José Beo Barreto
Contador
CRC-RJ 016 874-8

(Guia nº 465019/A 124cm Cr$ 967.632,00)

FORMULÁRIOS CONTÍNUOS CONTINAC S.A.

CGC/MF 33.406.320/0001-40

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos 30 de julho de 1991, às 13 horas, em sua sede social, à Av. Antares nº [illegible], reuniram-se acionistas de Formulários Contínuos Continac S.A. representando a totalidade de ações ordinárias nominativas com direito a voto, conforme consta do Livro de Presença de Acionistas, regularmente convocados por carta, dispensada assim os editais de lei. Instalada a assembléia, foi aberta a sessão pelo Diretor Presidente, Sr. Victor Coelho Bouças, sendo o mesmo aclamado pelos presentes para dirigir os trabalhos, sendo escolhido e mim Fernando Cícero da Franca Velloso, para Secretário. Assim constituída a mesa, deu início aos trabalhos, tendo os presentes tomado conhecimento da ordem do dia e, por unanimidade, observados os impedimentos legais, resolveram: a) aprovar sem restrições o relatório da Diretoria, balanço patrimonial e demonstrações financeiras correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1990, publicado no Diário Oficial do Estado de 04 de julho de 1991 e no Jornal do Commercio de 04 de julho de 1991; b) destinar dos lucros apurados no exercício Cr$ 21.331.803,00 (vinte e um milhões, trezentos e trinta e um mil e oitocentos e três cruzeiros) para o fundo de reserva legal; c) determinar o aumento do capital social de Cr$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) para Cr$ 1.000.000.000,00 (hum bilhão de cruzeiros), realizado da seguinte forma: 1) Cr$ 466.032.779,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, trinta e dois mil e setecentos e setenta e nove cruzeiros) resultante da correção compulsória da expressão monetária do capital social; 2) Cr$ 884.862,00 (oitocentos e oitenta e quatro mil oitocentos e sessenta e dois cruzeiros) referente à incentivos fiscais; 3) Cr$ 31.282.369,00 (trinta e um milhões, duzentos e oitenta e dois mil [illegible]) [illegible] passando o Artigo 5º a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 5º - O capital social é de Cr$ 1.000.000.000,00 (hum bilhão de cruzeiros), dividido em 94.772.700 (noventa e quatro milhões, setecentos e setenta e dois mil e setecentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. PARÁGRAFO ÚNICO - Cada ação nominativa dará direito a um voto nas deliberações da assembléia geral"; d) ainda dos lucros apurados no balanço de 31 de dezembro de 1990, destinar a importância de Cr$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) a ser distribuída, proporcionalmente, pelo número de ações, a título de dividendos; e) adotar nova redação para o CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO dos Estatutos Sociais, a saber: "ARTIGO 8º - A Diretoria, eleita pela Assembléia Geral, será composta de 3 (três) Diretores, residentes no País, acionistas ou não, com as seguintes designações: Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Vice-Presidente Financeiro. § 1º - O mandato dos Diretores será de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. § 2º - A investidura de cada membro da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. § 3º - Mesmo quando vencidos os respectivos mandatos, os membros da Diretoria continuarão no exercício dos seus cargos até a investidura dos respectivos substitutos. ARTIGO 9º - A Assembléia Geral fixará o montante global mensal da remuneração da Diretoria, distribuído entre seus integrantes, na forma da letra "f" do Artigo 14º, podendo ser reajustado mensalmente de acordo com os índices de atualização monetária (AM) aplicáveis à espécie. ARTIGO 10º - Compete ao Diretor Presidente ou, na sua ausência, ao Diretor Vice-Presidente indicar o substituto deste e do Diretor Vice-Presidente Financeiro nos seus impedimentos ou faltas. PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de vaga, a substituição far-se-á na forma deste artigo, até a primeira Assembléia Geral que se seguir, a qual elegerá o substituto definitivo. ARTIGO 11º - As reuniões da Diretoria serão convocadas, instaladas e presididas pelo Diretor Presidente ou seu substituto, observado o quorum de dois Diretores. No tocante às deliberações, o Diretor Presidente terá o voto de qualidade. PARÁGRAFO ÚNICO - Das Reuniões da Diretoria lavrar-se-ão atas no Livro próprio, assinadas pelos presentes. ARTIGO 12º - A Diretoria, como órgão colegiado, compete: a) elaborar o Relatório anual e as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como a Proposta de destinação dos lucros líquidos do exercício, apresentando tais documentos à Assembléia Geral; b) aprovar balanços intermediários propondo a distribuição de dividendos, observadas as prescrições legais; c) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral; d) decidir sobre matérias que a ela forem submetidas por qualquer dos membros da Diretoria; e) designar entre os seus membros aquele que deverá praticar os atos previstos no Artigo 13º, Parágrafo Único. ARTIGO 13º - Os Diretores terão individualmente a representação ativa e passiva da companhia. PARÁGRAFO ÚNICO - A representação da companhia em juízo, para recebimento de citação ou notificação, prestação de depoimento pessoal e atos análogos, caberá a um dos Diretores, que, para tal fim, for designado pela Diretoria. ARTIGO 14º - Ao Diretor Presidente compete: a) estabelecer a política e a orientação geral dos negócios da companhia; b) orientar e supervisionar as atividades da Companhia, bem assim fixar diretrizes e procedimentos administrativos, contábeis, financeiros, operacionais e jurídicos; c) renunciar a direitos e transigir; d) avocar, a qualquer tempo, o exame de atividades específicas da companhia em qualquer setor e sobre elas expedir normas, ou instruções; e) nomear, promover, transferir ou demitir funcionários, bem como estabelecer atribuições e remunerações, podendo delegar tais poderes; f) fixar a participação que couber a cada membro da Diretoria na remuneração global mensal prevista no Artigo 9º destes Estatutos. ARTIGO 15º - Compete ao Diretor Vice-Presidente substituir o Diretor Presidente nas suas faltas ou impedimentos, praticando os demais atos inerentes às suas funções. ARTIGO 16º - Compete ao Diretor Vice-Presidente Financeiro as atribuições compatíveis com o seu cargo, independentemente daquelas previstas nestes Estatutos, bem como cooperar com o Diretor Presidente na administração da Companhia. ARTIGO 17º - Todos e quaisquer atos, instrumentos ou documentos que importem em responsabilidade para a companhia ou que desonerem terceiros de obrigações para com ela, inclusive contratos, termos de alienação, emissão e endosso de cheques, letras de câmbio e aceite de duplicatas, deverão ser firmados por quaisquer dois Diretores, ou por um Diretor e um procurador ou ainda por dois procuradores com poderes especiais, respeitado o disposto nos artigos seguintes. ARTIGO 18º - O Diretor Presidente, em conjunto com qualquer um dos Vice-Presidentes, poderá vender, hipotecar ou de qualquer forma onerar e alienar os bens sociais, móveis e imóveis, firmando os instrumentos públicos ou particulares necessários. ARTIGO 19º - Os endossos de cheque para depósito, duplicatas para desconto, quitação de duplicatas e outros recibos poderão ser firmados por um procurador com poderes especiais. ARTIGO 20º - Qualquer um dos Diretores, isoladamente, poderá constituir mandatários da Companhia, especificando no instrumento os atos e operações que poderão praticar, bem como a sua duração, à qual não se aplicará o mandato judicial. ARTIGO 21º - Compete especialmente ao Diretor Presidente conceder em nome da Companhia avais, fianças ou outras garantias de qualquer natureza em favor de terceiros, firmando individualmente os títulos ou instrumentos que formalizem tais obrigações"; f) eleger para ocupar os cargos da Diretoria no triênio de 1991 a 1993, inclusive, DIRETOR PRESIDENTE - Dr. VICTOR COELHO BOUÇAS, que também assina VICTOR C. BOUÇAS, brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade à Av. Henrique Dumont nº 15 - aptº 301 - portador da Carteira de Identidade do IFP nº 338.238 e CPF/MF nº 009.410.817-04. DIRETOR VICE-PRESIDENTE - Dr. GILBERTO GUIMARÃES BOUÇAS, que também se assina GILBERTO G. BOUÇAS, brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, divorciado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade à Av. Vieira Souto nº 620 - aptº 702, portador da Carteira de Identidade do IFP nº 1.819.181 e CPF/MF nº 009.410.727-87; DIRETOR VICE-PRESIDENTE FINANCEIRO - Sr. HELIO JACQUES DA SILVA, brasileiro, casado, natural do Estado do Pará, industrial, residente e domiciliado nesta cidade à Rua Paul Redfern nº 58 - aptº 401, portador da Carteira de Identidade do IFP nº 578.831 e CPF/MF nº 009.410.307-82; g) manter a remuneração global da Diretoria aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de 15 de junho de 1990, atendidos os termos estatutários a partir de 1º de agosto de 1991; h) publicar os Estatutos Sociais na íntegra no Diário Oficial e no Jornal do Commercio. Nada mais havendo a tratar e ninguém querendo fazer uso da palavra, foi encerrada a reunião para lavratura da presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1991. Ass) Victor Coelho Bouças - Gilberto Guimarães Bouças - Helio Jacques da Silva e Fernando Cícero da Franca Velloso. Certificamos que a presente é cópia fiel do original. Fernando Cícero da Franca Velloso - Adv. Inscr. OAB/RJ 1.758. JUCERJA. Reg. sob o nº 206065, de 04/08/91. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certidão. Certifico que este documento foi arquivado sob o número e data apostos mecanicamente. Murilo Sérgio Haroldo de Figueiredo, Secretário Geral.

ESTATUTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO - ARTIGO 1º - "FORMULÁRIOS CONTÍNUOS CONTINAC S.A." reger-se-á pelos presentes Estatutos e legislação aplicável. A Companhia tem sede no [illegible] Santa Cruz, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. PARÁGRAFO ÚNICO - A Companhia, mediante deliberação do Diretor Presidente, poderá abrir agências, escritórios ou filiais em todo o território nacional ou estrangeiro. ARTIGO 2º - A Companhia tem por objetivo a fabricação [illegible] formulários contínuos e impressos em geral, [illegible] máquinas ou dispositivos de [illegible] [illegible] de "software", podendo, ainda, representar e importar [illegible] nacionais ou estrangeiras, fabricantes ou distribuidoras de produtos no território nacional, bem como participar de empreendimentos de terceiros como acionistas ou sócia. ARTIGO 3º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. CAPÍTULO II - CAPITAL - ARTIGO 4º - O capital social é de Cr$ 1.000.000.000,00 (hum bilhão de cruzeiros), dividido em 94.772.700 (noventa e quatro milhões, setecentos e setenta e dois mil e setecentas) ações ordinárias nominativas, [illegible]. PARÁGRAFO ÚNICO - Cada ação nominativa dará direito a um voto nas deliberações da assembléia geral. CAPÍTULO III - ASSEMBLÉIA GERAL - ARTIGO 5º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, [illegible] da Companhia, nos quatro primeiros meses após o término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, obedecidas as prescrições legais. ARTIGO 6º - As Assembléias Gerais serão convocadas, instaladas e presididas pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, o qual convidará um acionista para secretário. ARTIGO 7º - [illegible] contar da data da primeira publicação do edital de convocação da Assembléia Geral e até a sua realização, ficam suspensas as transferências de ações. CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO - ARTIGO 8º - A Diretoria, eleita pela Assembléia Geral, será composta de 3 (três) Diretores, residentes no País, acionistas ou não, com as seguintes designações: Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Vice-Presidente Financeiro. § 1º - O mandato dos Diretores será de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. § 2º - A investidura de cada membro da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. § 3º - Mesmo quando vencidos os respectivos mandatos, os membros da Diretoria continuarão no exercício dos seus cargos até a investidura dos respectivos substitutos. ARTIGO 9º - A Assembléia Geral fixará o montante global mensal da remuneração da Diretoria, distribuído entre seus integrantes, na forma da letra "f" do Artigo 14º, podendo ser reajustado mensalmente de acordo com os índices de atualização monetária (AM) aplicáveis à espécie. ARTIGO 10º - No impedimento ou falta de qualquer Diretor, observado o disposto no Artigo 15º, compete ao Diretor Presidente, ou na sua ausência, ao Diretor Vice-Presidente, indicar o substituto para exercer as respectivas funções, sem prejuízo de suas próprias, até cessados os motivos do impedimento ou falta. PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de vaga, a substituição far-se-á, na forma do artigo anterior, até a primeira Assembléia Geral que se seguir, a qual elegerá o substituto definitivo. ARTIGO 11º - As reuniões da Diretoria serão convocadas, instaladas e presididas pelo Diretor Presidente ou seu substituto, observado o quorum de dois Diretores. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Diretor Presidente, no caso de empate, o de qualidade. PARÁGRAFO ÚNICO - Das Reuniões da Diretoria lavrar-se-ão atas no Livro próprio, assinadas pelos presentes. ARTIGO 12º - A Diretoria, como órgão colegiado, compete: a) elaborar o Relatório anual e as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como a Proposta de destinação dos lucros líquidos do exercício, apresentando tais documentos à Assembléia Geral; b) aprovar balanços intermediários propondo a distribuição de dividendos, observadas as prescrições legais; c) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral; d) decidir sobre matérias que a ela forem submetidas por qualquer dos membros da Diretoria; e) designar entre os seus membros aquele que deverá praticar os atos previstos no Artigo 13º, Parágrafo Único destes estatutos. ARTIGO 13º - Os Diretores terão individualmente a representação ativa e passiva da companhia. PARÁGRAFO ÚNICO - A representação da companhia em juízo, para recebimento de citação ou notificação, prestação de depoimento pessoal e atos análogos, caberá a um dos Diretores, que, para tal fim, for designado pela Diretoria. ARTIGO 14º - Ao Diretor Presidente compete: a) estabelecer a política e a orientação geral dos negócios da companhia; b) orientar e supervisionar as atividades da Companhia, bem assim fixar diretrizes e procedimentos administrativos, contábeis, financeiros, operacionais e jurídicos; c) renunciar a direitos e transigir; d) avocar, a qualquer tempo, o exame de atividades específicas da companhia em qualquer setor e sobre elas expedir normas, ou instruções; e) nomear, promover, transferir ou demitir funcionários, bem como estabelecer atribuições e remunerações, podendo delegar tais poderes; f) fixar a participação que couber a cada membro da Diretoria na remuneração global mensal prevista no Artigo 9º destes Estatutos. ARTIGO 15º - Compete ao Diretor Vice-Presidente substituir o Diretor Presidente na forma prevista nestes estatutos, praticando os demais atos inerentes às suas funções. ARTIGO 16º - Além das atribuições compatíveis com os seus cargos, compete aos demais membros da Diretoria, cooperar com o Diretor Presidente, executando as funções básicas e complementares que lhes forem atribuídas pelo mesmo. ARTIGO 17º - Todos e quaisquer atos, instrumentos ou documentos que importem em responsabilidade para a companhia ou que desonerem terceiros de obrigações para com ela, inclusive contratos, termos de alienação, emissão e endosso de cheques, letras de câmbio e aceite de duplicatas, deverão ser firmados por quaisquer dois Diretores, por um Diretor e um procurador ou ainda por dois procuradores com poderes especiais, respeitado o disposto nos artigos seguintes. ARTIGO 18º - O Diretor Presidente, em conjunto com qualquer um dos Vice-Presidentes, poderá vender, hipotecar ou de qualquer forma onerar e alienar os bens sociais, móveis e imóveis, firmando os instrumentos públicos ou particulares necessários. ARTIGO 19º - Os endossos de cheque para depósito, duplicatas para desconto, quitação de duplicatas e outros recibos poderão ser firmados por um procurador com poderes especiais. ARTIGO 20º - O Diretor Presidente, isoladamente, ou qualquer Diretor Vice-Presidente poderá constituir mandatários da Companhia, especificando no instrumento os atos e operações que poderão praticar, bem como a sua duração, à qual não se aplicará o mandato judicial. ARTIGO 21º - Compete especialmente ao Diretor Presidente conceder em nome da Companhia avais, fianças ou outras garantias de qualquer natureza em favor de terceiros, firmando individualmente os títulos ou instrumentos que formalizem tais obrigações. CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL - ARTIGO 22º - O Conselho Fiscal da Companhia não terá caráter permanente, podendo, entretanto, ser instalado na forma da lei, com as atribuições e prazo de funcionamento previstos na legislação aplicável. PARÁGRAFO ÚNICO - Quando instalado o Conselho Fiscal, será constituído de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal. ARTIGO 23º - O Conselho Fiscal terá a sua remuneração fixada pela Assembléia Geral que o eleger, atendidos os limites estabelecidos em lei. CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL - ARTIGO 24º - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais. § 1º - [illegible] Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal quando em funcionamento, [illegible] Assembléia Geral [illegible] sobre a destinação a ser dada aos [illegible] que dispuserem a lei e estes Estatutos. § 2º - Do [illegible] serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para [illegible]. § 3º - Sobre o lucro verificado, serão destacadas as quantias [illegible] percentagens: a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) ajustados conforme o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, para distribuição aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório; c) o saldo do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dada pela Assembléia Geral conforme proposta referida no § 1º deste artigo. § 4º - Por voto favorável da unanimidade dos acionistas presentes, a Assembléia Geral poderá deliberar a distribuição de dividendos inferior àquele referido na alínea "b" do § 3º deste artigo ou a retenção de todo o lucro. § 5º - Os dividendos serão pagos dentro do exercício social, de preferência no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data em que forem declarados. ARTIGO 25º - A Companhia poderá levantar balanços intermediários e declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços. ARTIGO 26º - A destinação de dividendos aos acionistas igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado de acordo com a lei e os presentes Estatutos, permitirá à Assembléia Geral atribuir aos Diretores uma participação nos lucros da Companhia, observados os limites e condições da Lei. CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO - ARTIGO 27º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei competindo à Assembléia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante, decidir se haverá um Conselho Fiscal no Período de liquidação e fixar-lhes os respectivos honorários. PARÁGRAFO ÚNICO - É facultado à Assembléia Geral, nos casos de liquidação determinar que os haveres sociais remanescentes sejam distribuídos ou pagos pelo valor contábil, desde que atendido o "quorum" estabelecido no § 1º do artigo 21 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Atesto que esta é cópia fiel extraída do original. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1991 - FORMULÁRIOS CONTÍNUOS CONTINAC S.A. FERNANDO CICERO DA FRANCA VELLOSO - Advogado - Inscrição OAB/RJ 1.758. JUCERJA. Reg. sob nº 206065, de 04/08/91. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certidão. Certifico que este documento foi arquivado sob o número e data apostos mecanicamente. Murilo Sérgio Haroldo de Figueiredo, Secretário Geral.

(Guia nº 465022/A 78cm Cr$ 594.160,00)

RURAL

BANCO RURAL S.A.
CGC/MF nº 33.124.959/0001-98

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 19 (dezenove) dias do mês de setembro do ano de 1994 às 10:00 (dez) horas, na sede social situada na Avenida Presidente Wilson, 165, 8º andar, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, reuniu-se o Conselho de Administração do Banco Rural S.A., com a presença dos membros abaixo assinados. [illegible] o Presidente do Conselho, Sr. Márcio Manoel Garcia Vieira, [illegible] aos presentes que a reunião fora convocada com a finalidade de propor ao Conselho [illegible] a venda de um imóvel de propriedade do Banco Rural S.A. em São Paulo - SP, localizado à Avenida Bernardino de Campos nº 35[illegible] [illegible] Colocada a proposta em votação, foi a mesma aprovada pela unanimidade dos presentes e nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada, dela lavrando-se a presente ata. Ass.) Márcio Manoel Garcia Vieira - Ayla Corrêa Rabelo - Antônio Tavares Sabino - Sebastião Corrêa Rabelo - Confere com o original. Márcio Manoel Garcia Vieira - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Certidão: Certifico que este documento foi arquivado sob número 890454 e data 20/SET/1994 após os mesmos [illegible]. Carlos Chagas de Oliveira - Secretário Geral.

(Guia nº 56330/A)16cm 176,82

PATMOS IMOBILIÁRIA S/A
C.G.C. (M.F.) Nº 36.847.258/0001-48

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1994

Realizada às 12:00 horas, na sede da empresa. Deliberações por unanimidade dos acionistas: Aprovação do relatório da diretoria, bem como do balanço patrimonial encerrado em 31/12/1993, e das respectivas demonstrações financeiras, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos; adequou-se o capital social ao novo padrão monetário, substituindo-se as antigas ações por novas do valor nominal de CR$ 1,00 (um cruzeiro real) cada uma; aprovou-se o aumento do capital social com parte do saldo de reserva de correção monetária do capital social, no montante de CR$ 431.875.000,00, passando-o de CR$ 17.625.000,00 para CR$ 449.500.000,00, sendo distribuídas, proporcionalmente, novas ações ordinárias nominativas de CR$ 1,00 cada uma, permanecendo ainda CR$ 76.257,16 no saldo da reserva de correção monetária do capital para futuras incorporações; não houve proposição de distribuição de dividendos tendo em vista a ocorrência de prejuízo no exercício; alterou-se o Art. 5 dos Estatutos Sociais, mantendo-se os parágrafos, para a seguinte redação: "Artigo 5º: O capital social é de CR$ 449.500.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove milhões e quinhentos mil cruzeiros reais) dividido em 449.500.000 (quatrocentas e quarenta e nove milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, no valor de CR$ 1,00 (um cruzeiro real) cada uma". Niterói, 29 de abril de 1994. Secretário: Nissim Borest. Extrato de conformidade com o art. 130, parágrafo 3 da Lei 6.404/76, da ata lavrada e arquivada na JUCERJA sob o número 870.838 por despacho de 31 de maio de 1994.

(Guia nº 56341/A)7cm 206,29

S.A. RÁDIO TUPI
C.G.C. Nº 33.287.741/0001-82

Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas no dia 22 de julho de 1994, na sede social da sociedade, na Rua do Livramento, 189 - 8º andar, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ às 10:00 horas. Comprovado a existência de quorum legal, através das assinaturas em livro próprio dos acionistas presentes e representados, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Evaristo de Oliveira, representante do Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados, o qual convidou-me Dra. Teresa Rodrigues de Alcântara, para secretariar os trabalhos das mesmas, convocadas através de edital publicado no Diário Oficial nos dias 13, 14 e 15 de julho de 1994 e no Jornal do Commercio nos dias 12, 13 e 14 de julho de 1994, com a seguinte ordem do dia: I- Ordinária: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1993. b) Eleição dos membros da diretoria para o biênio 1994/1996 e fixação dos respectivos honorários de seus membros para o período de 05/94 à 04/95; c) Apreciação e deliberação sobre a correção da expressão monetária do Capital Social. II- Extraordinária: a) Exame e deliberação a respeito da proposta da diretoria para elevação do Capital Social, mediante incorporação das reservas existentes, e acreditadas no Balanço Patrimonial encerrado em de 31.12.93. b) Assuntos gerais. Colocamos em votação os itens da ordem do dia, na mesma seqüência da convocação, foram apuradas as seguintes resoluções: I- Assembléia Geral Ordinária. a) Por unanimidade foi aprovada as contas dos administradores, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1993, havendo a leitura dos documentos sido dispensada por proposta do representante da maioria. b) Foram reeleitos, para o biênio 1994/1996 para, respectivamente, os cargos de Diretor-Presidente, Diretor-Gerente e Diretor Secretário, os Srs. Martinho de Luna Alencar, brasileiro, casado, jornalista, identidade RG nº 330.655 - IFP-RJ, CPF (MF) 006.894.847-00, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, na Rua Indiana nº 30, Ibanor José Tartarotti, brasileiro, casado, jornalista, identidade nº RG 1.010.455.641 - SSP, CPF (MF) 001.383.710-91, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, e Alfredo Raymundo Filho, brasileiro, casado, jornalista, identidade RG 01704988-1 - IFP-RJ, CPF (MF) 064.625.880-04, residente e domiciliado em Niterói-RJ, na Rua Expedicionário Tenente Mesquita nº 45 - apt.º 1803 - Icaraí, foram aprovados os honorários e foram pagos aos membros da diretoria para o período compreendido entre Maio/94 e Abril/95 o equivalente a R$ 85,00 (oitenta e cinco reais) para cada; c) Foi aprovada a expressão da correção monetária do Capital Social, no montante de CR$ 134.563.046,37 (cento e trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e três mil, quarenta e cinco cruzeiros reais e trinta e sete centavos). O Sr. Presidente, após verificar que os assuntos constantes da pauta da Assembléia Geral Ordinária haviam sido apreciados, colocou em votação o item II do Edital de Convocação, ou seja, da AGE, como segue: II- Assembléia Geral Extraordinária. a) O Sr. Presidente esclareceu que, com a aprovação da AGO anterior, a manutenção da quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mas com o valor escritural e para compatibilizar à nova expressão do Capital Social, o artigo quarto dos Estatutos Sociais, passa a ter a seguinte redação: "Art. 4º - O Capital Social é de CR$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de cruzeiros reais), dividido em 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, com valor escritural de CR$ 14,00 (quatorze cruzeiros reais) cada uma". Esgotada a ordem do dia tanto da AGO quanto AGE, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta, que lida em voz alta, foi pelos presentes assinada e aprovada, sendo assinada por mim Secretária Teresa Rodrigues Alcântara, pelo Presidente - Evaristo de Oliveira e por todos os presentes. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1993. Secretária - Teresa Rodrigues Alcântara, Presidente - Evaristo de Oliveira, representante dos integrantes do Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados em comunhão: Teresa Rodrigues Alcântara, representante do acionista Martinho de Luna Alencar. Certidão: Jucerja Reg. sob o nº 885.322 em 15.09.94 - Carlos Chagas de Oliveira - Secretário Geral.

(Guia nº 56327/A)36cm 471,52

COFAC
CIA. FLUMINENSE DE ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO
C.G.C. (M.F.) Nº 30.334.284/0001-48

ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 29 DE ABRIL DE 1994

Realizadas às 9:00 horas, na sede da empresa. Deliberações por unanimidade dos acionistas. Assembléia Geral Ordinária: Aprovação do relatório da diretoria, bem como do balanço patrimonial encerrado em 31/12/1993 e das respectivas demonstrações financeiras, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos; adequou-se o capital social ao novo padrão monetário, substituindo-se as antigas ações por novas do valor nominal de CR$ 1,00 (um cruzeiro real) cada uma; aprovou-se o aumento do capital social com parte do saldo de reserva de correção monetária do capital social [illegible], passando-o de CR$ 57.754.000,00 para CR$ 1.428.334.790,00, sendo distribuídas proporcionalmente novas ações ordinárias nominativas de CR$ 1,00 cada uma, não houve proposição de distribuição de novos dividendos além daqueles declarados e pagos nas AGEs de 09 de fevereiro de 1993 e 29 de dezembro de 1993 em virtude da necessidade de recursos para novos investimentos, permanecendo o saldo de lucros na rubrica "Lucros Acumulados". Assembléia Geral Extraordinária: aprovou-se o aumento do capital social de CR$ 1.428.334.790,00 para CR$ 1.450.000.000,00, mediante a incorporação de parte da reserva de capital - incentivos fiscais, no montante de CR$ 21.665.210,00, também com distribuição de novas ações, alterou-se o Art. 5 dos Estatutos Sociais, mantendo-se os parágrafos, para a seguinte redação: "Artigo 5º: O capital social é de CR$ 1.450.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e cinqüenta milhões de cruzeiros reais) dividido em 1.450.000.000 (um bilhão, quatrocentos e cinqüenta milhões) de ações ordinárias e nominativas, no valor de CR$ 1,00 (um cruzeiro real) cada uma". Niterói, 29 de abril de 1994. Secretário: Nissim Borest. Extrato de conformidade com o art. 130 parágrafo 3 da Lei 6.404/76, da ata lavrada e arquivada na JUCERJA sob o número 870.831 por despacho de 31 de maio de 1994.

(Guia nº 56343/A)9cm 265,23

COMPANHIA BANGU DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES
CGC/MF nº 42.344.128/0001-60
COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em reunião realizada em 30.06.1994, os Conselheiros, por unanimidade aprovaram a revisão formal da redação do Artigo 5º do Estatuto Social que passa a ser a seguinte: "Artigo 5º. O capital social é de CR$ 871.266.862,92 (oitocentos e setenta e um milhões, duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e dois cruzeiros reais e noventa e dois centavos), dividido em 700.000.000 (setecentos milhões) de Ações, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, sendo 364.000.000 Ações Ordinárias Nominativas e 336.000.000 Ações Preferenciais Nominativas. [illegible] a Sociedade autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 7.000.000.000 de Ações, [illegible] os requisitos [illegible]". Ata arquivada na Jucerja [illegible] 847041 em 08.08.94.

(Guia nº 56340/A)[illegible] 247,35

CIA. [illegible] INDUSTRIAL DO BRASIL - [illegible]
COMPANHIA ABERTA
CGC 33.000.[illegible]/0001-[illegible]

Retificação: Na publicação do Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.93 realizado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 05.08.94, páginas 4 e 5, parte V e na Gazeta de Notícias em [illegible].94, página 4. Onde se lê: Contador Alceu Borra de Souza Freire [illegible] - leia-se: Contador Alceu Borra de Souza Freire [illegible] - CRC - [illegible] - CPF [illegible].902.137-91.

(Guia nº 5631[illegible] [illegible],42

[illegible] CARLO D'ÁVILA SA
[illegible] Nº 37.[illegible]/0001-[illegible]

ERRATA. No D.O.R.J. de [illegible], para V.pág. 3 de 20.09.1994, relativa à ata da Assembléia Geral Extraordinária de nº 95 de 05.09.1994, [illegible] 2) PRESENÇAS - Compareceram os Senhores Acionistas representando totalidade das ações que constituem o capital social, todas ordinárias, todas com direito a voto, conforme se pode constatar pelas assinaturas lançadas no LIVRO DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS, leia-se: Compareceu EBRAPAR PARTICIPAÇÕES S/A, acionista representando a totalidade das ações que constituem o capital social, todas ordinárias, e com direito a voto, conforme se pode verificar pelas assinaturas no LIVRO DE PRESENÇA DOS ACIONISTAS. Duque de Caxias (RJ), 27 de setembro de 1994. WILSON QUEIROGA BRAGA. Secretário/OAB/RJ nº 13.788.

(GUIA Nº 57958/AGM)? 4cm - R$117,08)

FORMULÁRIOS CONTÍNUOS CONTINAC S/A
CGC Nº 30.436.320/0001-48

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 27 DE JULHO DE 1994

Aos 27 de julho de 1994, às 12 horas, em sua sede social, na Av. Antares nº 2345, reuniram-se acionistas da FORMULÁRIOS CONTÍNUOS CONTINAC S/A., presente a totalidade do capital social, representado por 94.772.700 ações ordinárias nominativas com direito a voto, conforme consta do Livro de Presença de Acionistas, regularmente, convocados por carta, dispensável assim os editais da lei. Instalada a assembléia, foi aberta e assim presidida pelo Diretor Presidente, Sr. Victor Coelho Bouças, sendo o mesmo aclamado pelos presentes para dirigir os trabalhos, tendo escolhido a mim, Fernando Cícero de Franca Velloso, para Secretário. Assim constituída a mesa, deu início aos trabalhos, tendo os presentes tomado conhecimento da ordem do dia, por unanimidade, observados os impedimentos legais, resolveram: a) aprovar, sem restrições, o balanço patrimonial, demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1993, publicado no Diário Oficial do Estado e no Jornal do Comércio, ambos de 15 de abril de 1994; b) aprovar o aumento do capital social de CR$ 139.000.000,00 (cento e trinta e nove milhões de cruzeiros reais) para CR$ 3.556.000.000,00 (três bilhões quinhentos e cinqüenta e seis milhões de cruzeiros reais) ou seja hoje R$ 1.293.090,[illegible] (hum milhão duzentos e noventa e três mil e noventa reais), realizados através de incorporação de reservas no montante de CR$ 3.417.000.000,00 (três bilhões quatrocentos e dezessete milhões de cruzeiros reais), resultantes de correção complementar da expressão monetária do capital social. O referido aumento de capital é efetuado sem a emissão de novas ações, passando o art. 4º dos Estatutos Sociais a vigorar com a redação a seguir: "Art. 4º - O capital social é de R$ 1.293.090,00 (hum milhão duzentos e noventa e três mil e noventa reais), dividido em 94.772.700 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. § Único - cada ação nominal dará direito a um voto nas deliberações da assembléia geral. "c) eleger para ocupar os cargos da Diretoria no biênio de 1994 a 1996, inclusive, Diretor Presidente o Sr. Victor Coelho Bouças, que também se assina Victor C. Bouças, brasileiro, casado, natural do Estado do Rio de Janeiro, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Av. Henrique Dumont nº 15 apt.º 301, portador da carteira de identidade do IFP nº 336.238 e CPF/MF nº 008.410.817-04, Diretor Vice Presidente Dr. Gilberto Guimarães Bouças, que também se assina Gilberto G. Bouças, brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, engenheiro industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Igarapava nº 620 - São Conrado, portador da carteira de identidade do IFP nº 1.618.181 e CPF/MF nº 006.410.727-87, Diretor Vice Presidente Financeiro Sr. Hélio Jacques da Silva, brasileiro, casado, natural do Estado do Pará, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Paul Redfern nº 56 apt.º 401, portador da carteira de identidade do IFP nº 876.831 e CPF/MF nº 008.410.307-82, mandato que só se extinguirá com a investidura dos seus substitutos no decorrer do ano de 1997 na forma do § 3º do Artigo 8º do Estatuto Social. d) manter a atual remuneração global da diretoria. [illegible] a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Rio de Janeiro, 27 de julho 1994. Ass. Victor Coelho Bouças - Gilberto [illegible] Bouças - Hélio Jacques da Silva e Fernando Cícero de Franca Velloso. [illegible] de Franca Velloso. Registrada na JUCERJA sob o nº [illegible] em [illegible].

(Guia nº 5631[illegible]/A)[illegible] 412,56

GETEC
[illegible] QUÍMICA INDUSTRIAL [illegible]

C.G.C. Nº 32.311.364/0001-[illegible]

ATA DA 83ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Data e Hora: 12 de setembro de 1994, às 10:00 horas. Local: Sede Social à rua Joaquim Lemos nº 46, São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Presença: Totalidade dos Membros do Conselho de Administração, em exercício. Deliberação: Em cumprimento ao disposto no Artigo 11 do Estatuto, o Conselho tomou conhecimento de todos os termos e condições da operação financeira a ser contratada com UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros, no âmbito dos programas de financiamento do BNDES, conforme FINQ - Ficha Resumo de Operação nº 94/1363 de 30 de agosto de 1994 destinada à ampliação de algumas unidades industriais da Companhia e, por unanimidade de votos, aprovou a Hipoteca de 1º Grau do Imóvel da Companhia situado à Av. Lenz nº 887, Área da Fazenda Cascata, PLN 418 GLEBA 3A, Centro Industrial de Paulínia - Paulínia - SP, como garantia de 50% da operação, bem como Penhor de Equipamentos para os 50% restantes. Ficou assim autorizada a Diretoria da Empresa a assinar os documentos necessários à efetivação das medidas ora aprovadas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião e Lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada por todos os Membros do Conselho de Administração, em exercício. Eduardo Damarchi Difini, Flávio Marcos Passos Beltrão, Kurt Politzer, Antônio Seabra Moggi. Arquivada na JUCERJA sob o nº 889820 em 21.09.94.

(Guia nº 56315/A)[illegible] 235,76

[illegible] MATÉRIAS-PRIMAS FARMACÊUTICAS S.A.
C.G.C. nº 12.345.874/0001-67

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Data e Hora: 28 de abril de 1994, às 14:00 horas. Local: Sede Social à rua Joaquim Lemos nº 46, Alcântara, Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Presença: [illegible] abaixo assinados. Deliberações: Por unanimidade de votos, [illegible] nos termos do artigo 18º, letra "d", do Estatuto Social, [illegible] o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras [illegible] do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1993. [illegible] foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que [illegible] achada conforme, vai assinada pelos membros [illegible] Antônio Seabra Moggi, Raul Murgel Braga, [illegible] Arquivada na JUCERJA sob o nº 888230 em 16.09.94.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Data e Hora: [illegible] 1994, às 14:00 horas. Local: Sede Social à rua Joaquim Lemos nº 46, [illegible] Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Presença: Membros do Conselho abaixo assinados. Deliberações: Por unanimidade de votos: 1) Na forma do disposto no artigo 17 do Estatuto Social, os Conselheiros elegeram para Presidente do Conselho de Administração o Dr. Kurt Politzer. 2) Elegeram para comporem a Diretoria, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 1996, as seguintes pessoas: Para Diretor Presidente: Eduardo Damarchi Difini, brasileiro, maior, solteiro, engenheiro, identidade IFP 814.022, CPF 001.922.807-10, residente e domiciliado à Rua Jackson de Figueiredo, 1010, Jd. RJ; para Diretores sem denominação específica: João Afonso de Mendonça Ferreira, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da identidade CRQ/RJ-3ª Região nº 03301316, CPF 075.142.247-91, residente e domiciliado à Praia do Flamengo, 60, apt.º 101, Cidade do Rio de Janeiro, RJ e Antônio Teixeira Mendes, brasileiro, viúvo, advogado, portador da identidade OAB/RJ nº 61882, CPF 005.847.467-34, residente e domiciliado à Rua São Salvador, 17, apt.º 1201, Cidade do Rio de Janeiro, RJ, deliberando deixar vagos, para preenchimento futuro, o cargo de diretor superintendente e um cargo de diretor sem denominação específica. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, que, lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Kurt Politzer, Antônio Seabra Moggi, Raul Murgel Braga, Hermann Jacques Wolf, José Pereira Lauro. Arquivada na JUCERJA sob o nº 888213 em 16.09.94.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - Data e Hora: 29 de abril de 1994, às 9:00 horas. Local: Sede Social, à rua Joaquim Lemos nº 46, Alcântara, Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Presença: Acionistas representando mais da metade do capital constituído de ações ordinárias. Mesa: Presidente - José Lauro de Freitas Filho; Secretário - João Afonso de Mendonça Ferreira. Publicações: Aviso aos Acionistas, publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro e "O Fluminense" nos dias 29, 30 e 31 de março de 1994. Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1993, publicados no Diário Oficial do Rio de Janeiro e "O Fluminense" do dia 5 de abril de 1994. Edital de convocação, publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro e "O Fluminense" dos dias 19, 20 e 21 de abril de 1994. Deliberações: À unanimidade, por unanimidade de votos: 1. Após tomar conhecimento da manifestação favorável do Conselho de Administração, aprovou o Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1993, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. 2. Aprovou a capitalização do valor de CR$ 424.835.041,22 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e trinta e cinco mil e quarenta e um cruzeiros reais e vinte e dois centavos), referente a parte da correção monetária do capital realizado, permanecendo na mesma conta o saldo de CR$ 92.986,85 (noventa e dois mil, novecentos e oitenta e seis cruzeiros reais e oitenta e cinco centavos) para futura utilização, pelo que o capital subscrito e integralizado fica elevado de CR$ 17.335.918,78 (dezessete milhões, trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e dezoito cruzeiros reais e setenta e oito centavos) para CR$ 442.171.[illegible],00 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, cento e setenta e um mil, novecentos e [illegible] cruzeiros reais), mediante a elevação do valor nominal de cada ação de CR$ 1,44[illegible] para CR$ 36,36 (trinta e seis cruzeiros reais e trinta e seis centavos).

18º OFÍCIO — Confere com o original que me foi exibido e devolvido — [illegible] Teixeira — [illegible] Rio de Janeiro — Prestador [illegible] Vargas — 1080 — [illegible]

Mag Rio Produtos Gráficos Ltda.

À
PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA

A/C.: SR. MARCOS VIANA

Declaramos para os devidos fins, que o Dr. João Sobrinho Ferreira tem Procuração da nossa empresa para dar quitação em Duplicatas em Processos Juridicos.

MAG-RIO PRODUTOS GRAFICOS LTDA

Rua da Regeneração, 960 - Tels.: (021) 290-7396 - 290-1197 - 290-1506 - Fax: 290-1821 - Bonsucesso - Rio de Janeiro - RJ - BRASIL
Telex MRPG 021-35057

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua do Rosário, 725 / 727 - Tels. 434-5162, 434-5788 - Caixa Postal 8 - C. E. P. - 13.200

Bel. Cláudio Zambon Clemente
TABELIÃO

CERTIDÃO

O Bel. CLÁUDIO ZAMBON CLEMENTE, Tabelião do Primeiro Cartório de Notas desta cidade e Comarca de Jundiaí, Estado de São Paulo, etc.,

C E R T I F I C A :

atendendo pedido verbal de pessoa interessada que, revendo em seu cartório, os livros destinados às procurações públicas, no de número 336, a fôlhas 147, verificou constar a do teor seguinte: PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: LORD INDUSTRIAL LTDA.----

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e noventa e quatro(1994) aos dezoito (18)-x-x- dias do mês de Abril-x-x-x--- do dito ano nesta cidade e comarca de Jundiaí, Estado de São Paulo, em cartório, perante mim Tabelião, compareceu como outorgante: - LORD INDUSTRIAL LTDA estabelecida nesta cidade, à Via Anhanguera, Km. 63, Distrito Industrial, CGC/MF 43.352.277/0001-96, Inscrição Estadual nº407.050 070.118, neste ato representada pelo seu gerente geral, ROBERT -- JOSEPH WASILEWSKI, RNE W 044.203-J, C/ 0852822-SE-DPMAF, CIC 570. 485.178-91, residente em São Paulo/Capital deste Estado, à Rua Dr. Manuel Maria Tourinho, nº 846, Pacaembú, ora de passagem por esta cidade, norteamericano, solteiro, maior, industrial, nos termos - das cláusulas 6ª (parágrafo único) e 15ª, da Consolidação do Contrato Social de 29.02.88, registrado na JUCESP sob nº 533.056, de 16.03.1988, que está arquivado nestas notas sob nº 54/86, na pasta própria de nº 20; reconhecido como o próprio de mim tabelião,- dou fé, e na forma representada, por ela foi dito quep or este -- Público Instrumento nomeia e constitue seus bastante procuradores: MARIA ZENAIDE MARCUSSI PELUCIO, brasileira, casada, RG/SSP/SP 5.. 575.715, CIC 617.829.988-53, residente nesta cidade; JOSÉ DUARTE-PAES, brasileiro, solteiro, maior, gerente de fábrica, RG/SSP/SP-14.378.310, CIC 040.579.518-14, residente em São Paulo-SP, à rua-David Conabarro, nº 150, Alto da Lapa; e, MARINO FRANCESCO GAIO-- FATTO, brasileiro, casado, gerente de Marketing, RG/SSP/SP 11.840. 009, CIC 010.980.918-17, residente em Vinhedo, desta comarca, à - Alameda Itaperuna, 1767, Condomínio Santa Fé; ----------
---

---

aos quais confere os mais amplos e gerais poderes para o fim especial de , a primeira outorgante agindo isoladamente, gerir e ad-- ministrar a firma outorgante, podendo para tanto, livremente movimentar, ou mesmo encerrar contas correntes de referida firma perante quaisquer Estabelecimentos Bancários, Caixas Economicas, BANCO-DO BRASIL S/A., endossar e sacar cheques, requisitar talões de cheques, solicitar saldos e extratos de contas, assinar ordens de pagamento, efetuar retiradas, mediante recibos, autorizar débitos,-- transferencias e pagamentos por meio de cartas, receber importan-- cias devidas à outorgante, passar recibos e dar quitação; sacar,-- aceitar e endossar letras de câmbio, emitir, endossar e aceitar du

-x-x-x--

-x-x-x-x-x-x--x-x-x-x-

duplicatas; emitir e endossar notas promissórias, descontar, caucionar e entregar para cobrança bancária, duplicatas, letras de-câmbio e notas promissórias, assinando os respectivos contratos, propostas e borderôs; caucionar e descontar "warrants", conhecimentos de depósito, e conhecimentos de embarque, transferindo-os e endossando-os e assinando os competentes contratos, assinar toda a correspondencia da outorgante, inclusive a dirigida aos Bancos, dando instruções sobre títulos, autorizando abatimentos, -- descontos, prorrogações de vencimentos, entregas franco de pagamento, protestos e o que mais preciso for, assinar declarações - de Imposto de Renda, prestar declarações e esclarecimentos, cumprir quaisquer exigencias, assinar contratos de câmbio, aceitando seus termos, cláusulas e condições; cancelar protestos, representá-la perante repartições públicas e autárquicas em geral, -- BANCO CENTRAL DO BRASIL, JUNTAS COMERCIAIS, Cartórios, inclusive do distribuidor e de Protesto, Fiscalização Tributária, INSS, Receita Federal, Ministério do Trabalho, Juntas Trabalhistas, e onde mais preciso for, nomear e constituir advogado, conferindo--- lhe os poderes da cláusula "ad judicia" e especiais para defesa-dos direitos e interesses da outorgante; e, agindo em conjunto - de dois, apenas emitir cheques da firma outorgante, tudo o mais-requerer, assinar e alegar e todos os demais atos praticar ao -- fiel desempenho do presente mandato, que terá validade pelo prazo de dois (02) anos a contar desta data. Assim o disse e dou fé e me pediu este instrumento que lhe li, aceita e assina, declarando expressamente que dispensa a presença das testemunhas instrumentárias, de acordo com o facultado pelo provimento 58/89 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Eu, IVANA - DE VITO YAMADA, escrevente, escrevi. E eu, CLAUDIO ZAMBON CLEMENTE, tabelião, subscrevi. Jundiaí, 18 de abril de 1994. (a) ----- ROBERT JOSEPH WASILEWSKI. Devidamente selada. NADA MAIS continha em referida procuração, dou fé. Jundiaí, 18 de abril de 1994. Eu, _____ a conferi, subscrevo e assino:x--x

Iv

1º Cartório de Notas de Jundiaí-SP
valor cobrado pela certidão

ao serventuário..	263,00
ao ESTADO.....	71,01
ao IPESP.....	52,60
Ass. Magistr.....	2,63
TOTAL.....	389,24

RECIBO _____
responsável.

1º CARTÓRIO DE NOTAS
Terezinha Siqueira Moraes
Oficial Maior
R. do Rosario, 725/727 - Jundiaí - SP
Fones 434-5106 434-5162

TABELIÃO FALLEIROS
19º CARTÓRIO DE NOTAS
AV.REBOUÇAS, 3749 - CEP 05401-450
TELE/FAX: (011) 815-9855 - SÃO PAULO

BEL. OLAVO FALLEIROS
TABELIÃO

LV.º 685
FLS. 212
NOTA 38488
ESCR. ALMIR
DAT.

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:- PLÁSTICOS BRANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-

SAIBAM QUANTOS este público instrumento de procuração bastante virem que, aos vinte e nove (29) dias do mês de novembro, do ano de mil novecentos e noventa e quatro (1994), nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, em meu Cartório e perante mim, Tabelião, compareceu como outorgante, PLÁSTICOS BRANCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com sede nesta Capital, na Rua Manoel Pinto de Carvalho nº 229/83 - Bairro do Limão, inscrita no CGC/MF sob nº 48.243.711/0001-13, com seu contrato social, datado de 27 de janeiro de 1977, devidamente registrado sob nº 900.832, em 08 de Fevereiro de 1977, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, e sua 33 alteração, datada de 16 de janeiro de 1978, devidamente registrada sob nº 979.152, em 02 de Fevereiro de 1978, na aludida Junta, dos quais uma cópia reprográfica autêntica, já se encontra arquivada nestas Notas sob nº 741/85, neste ato de conformidade com a cláusula 5ª, letra "B-3", da citada alteração, representada por seu Gerente Geral, SAMUEL WAJSBROT, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade R.G. nº 1.816.818-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 005.406.768-53, domiciliado nesta Capital, onde reside na Rua Dom Paulo Pedrosa nº 1282 - 11º andar;- o presente, reconhecido como o próprio através dos documentos supra mencionados e a mim, Tabelião, exibidos, do que dou fé.- E, pela outorgante, na forma como vem representada, me foi dito que, por este instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador, ROBERTO JACOMINI, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade R.G. nº 6.859.963-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 693.835.458-87, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Professor Pedreira de Freitas, nº 612 - aptº 31 - Tatuapé, ao qual confere poderes para:- 1º) agindo sempre em conjunto com o gerente ou com outro procurador, devidamente habilitado pela sociedade, praticar os seguintes atos e operações:- a) emitir e assinar cheques, sempre nominais e somente em pagamento de obrigações contraídas nos interesses sociais da empresa;- b) receber quaisquer quantias devidas à outorgante, assinando os recibos necessários e dando quitações;- c) sacar e aceitar letras de câmbio e notas promissórias em obrigações contraídas em nome da empresa, e com garantia de transações com bancos, estabelecimentos de crédito e entidades financeiras;- 2º) agindo individualmente, praticar os seguintes atos e operações, nos bancos, estabelecimentos de crédito, entidades financeiras, Caixas Econômicas Federal e Estaduais, Banco do Brasil S/A, e em todas as suas carteiras, BNDE, BNH e Banco Central do Brasil:- a) assinar propóstas ou contratos de abertura de contas;- b) endossar cheques para depósito em conta corrente da sociedade;- c) autorizar débitos, transferências e pagamentos através e por meio de cartas, em operações da sociedade;- d) solicitar saldos e extratos das contas da sociedade;- e) requisitar os talões de cheques para uso da sociedade;- f) emitir, endossar, aceitar, descontar, caucionar e entregar duplicatas para cobrança em nome da sociedade, assinando os respectivos borderôs e instrumentos;- g) assinar a correspondência dirigida aos bancos, estabelecimentos de crédito, entidades financeiras, Caixas Econômicas Federal e Estaduais, Banco do Brasil S/A, em todas as suas carteiras, BNDE, BNH e Banco Central do Brasil, dando instruções sobre títulos, autorizar abatimentos, descontos, prorrogações de vencimentos, entregas franco de pagamento, protestos e o que mais necessário for aos interesses da sociedade;- h) representar a sociedade perante Repartições Publicas Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, Alfândegas Aéreas,

Marítimas e Terrestres, CACEX, Estradas de Ferro, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, TELESP, e outras onde mais necessário for ao interesse da sociedade;- i) servir como preposto da sociedade na Justiça do Trabalho;- j) caucionar e descontar "warrants", conhecimentos de depósitos e conhecimentos de embarques, transferindo-os, assinando os competentes contratos e instrumentos em nome da sociedade;- k) assinar termos de responsabilidade, contratos de câmbio e os de compra e venda de produtos exportáveis em nome da sociedade;- l) assinar documentos e correspondências da sociedade;- m) assinar pedidos de licença de importação e certificados de cobertura de cambiais em nome da sociedade.- O presente mandato terá validade até 31 de dezembro de 1995.- Assim o disse, dou fé, me pediu e eu lhe lavrei o presente instrumento, o qual feito e lhe sendo lido, achou conforme, aceitou, outorgou e assina.- Eu, Almir Nunes Filho, escrevente habilitado, a lavrei.- Eu, Reynaldo Rondino, escrevente autorizado, subscrevo.- (a.a.) /// SAMUEL WAJSBROT ///.- (SELADA LEGALMENTE).- NADA MAIS.- Trasladada em seguida.- Eu, Reynaldo Rondino, escrevente autorizado, a fiz datilografar, conferi, dou fé e assino em público e raso.-

EM TESTE(;)DA VERDADE

REYNALDO RONDINO
ESCREVENTE AUTORIZADO

Valor cobrado pela procuração
Ao Tabelião:- R$ 1,50
Ao Estado:- R$ 0,40
Ao IPESP:- R$ 0,30
A.P.M.:- R$ 0,01
Total:- R$ 2,21
Recebido:-

TABELIÃO FALLEIROS
19.º CARTÓRIO DE NOTAS
Bel. REYNALDO RONDINO
ESCREVENTE AUTORIZADO
AV. REBOUÇAS, 2.740 - TEL: 815-9600
SÃO PAULO - SP.

TABELIÃO FALLEIROS
19.º CARTÓRIO DE NOTAS DA CAPITAL
AV. REBOUÇAS, 2 740 — FONE: 815-9600

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica verso e anverso conforme o original a mim apresentado, do que dou fé

S. Paulo, 28 de NOV de 19 94

EM TESTE(;)DA VERDADE

PAULO PELLIM - Escr. Autorizado
Ao Tabelião: R$ 0,00
Ao Estado: R$ 0,00
Ao IPESP: R$ 0,00

Pelo presente instrumento Particular de Contrato Social, JOSÉ IVALDO GUERRA, brasileiro, casado, do comércio, portador da Cédula de Identidade RG nº2.211.721, inscrito no (MF) sob nº 705.870.139-87, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Valdomar Delaquiz nº 101, Vila Cha, e FRANCISCO ANDRÉ BONILHA, brasileiro, casado, do comércio, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.214.721, inscrito no CPF(MF) sob nº 047.185.309-71, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Projetada nº 22, do Parcial nº 22, Vila Formosa, únicos componentes da Sociedade Comercial por Quota de Responsabilidade Limitada, com sede no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, à Rua Projetada nº 22, Lote 09 de giro sob a denominação social de "VEGAPRINT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS E VERNIZES LTDA me" formalizada através de Contrato por Contrato Social, arquivado e registrado na JUCESP sob nº 3.197.077.41, em sessão de 08/05/92, e alterações posteriores, vêm por meio deste nº21/11/1994, as quais se regerão de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA *

Neste ato na sociedade nesta data, CLIANE APARECIDA BONILHO, brasileira, solteira, maior, do comércio, portadora da Cédula de Identidade RG nº 44.666.721, inscrita no CPF/MF sob nº 010.081.128-12, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Dr.Goulart nº 129, Apto. Vila Formosa

CLAUSULA SEGUNDA *

O Sr. JOSÉ IVALDO GUERRA, já qualificado, que até presente data detinha 50% (cinquenta por cento) do Capital Social, ou seja, 5.000 (cinco mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, cedeu e transferiu 1.000 (mil) quotas

JUCESP ASSESSORIA EMPRESARIAL

CLAUSULA QUINTA *

A sócia Cessionária CLIANE APARECIDA BONILHO, declara que não está incursa em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer atividade mercantil.

CLAUSULA SEXTA *

A gerência e administração da sociedade caberá somente ao sócio FRANCISCO ANDRÉ BONILHA, o qual poderá agir isoladamente, no uso da denominação social, vedado lhe o uso em atos estranhos ao interesse social, assim entendidos fianças, abonos, avais e semelhantes.

JUCESP ASSESSORIA EMPRESARIAL

[illegible] ELIANE APARECIDA BONILHO.

CLAUSULA TERCEIRA *

O sócio retirante JOSE IVALDO GUERRA, [illegible] transferido e recebido o total creditado de seu [illegible] capital social, dando-se plena, geral e [illegible] negócios sociais, até a presente data.

CLAUSULA QUARTA *

O sócio JOSÉ IVALDO GUERRA, [illegible] responsabilidade pelo Ativo e Passivo da sociedade até a presente data.

CLAUSULA QUINTA *

A sócia remanescente ELIANE APARECIDA BONILHO, declara que não está incursa em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer atividade mercantil.

CLAUSULA SEXTA *

A gerência e administração da sociedade caberá somente ao sócio FRANCISCO ANDRÉ BONILHA, o qual assinará isoladamente, no uso da denominação social, vedado lhe [illegible] fins estranhos aos interesses da sociedade, [illegible] que também prejudique a sociedade e por isso [illegible] ou [illegible] verdade, ou em virtude de [illegible] atos ou contratos estranhos aos fins sociais, tais como [illegible] cauções e abonos.

[illegible] ASSESSORIA EMPRESARIAL [illegible]

JGM

CLAUSULA SÉTIMA *

O capital social, [illegible] Cr$ 594.000,00 (Quinhentos e noventa e quatro mil cruzeiros reais), dividido em 594.000 (Quinhentas e noventa e quatro mil) quotas de capital social, de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, em moeda corrente do país, ficando assim distribuído entre os sócios à saber:

A) FRANCISCO ANDRÉ BONILHA, [illegible] 297.000 (duzentas e noventa e sete mil) quotas de capital social, no [illegible] (hum cruzeiro real) cada uma, em moeda corrente do país, [illegible] sua parte no capital social, de ..... Cr$ 297.000,00

B) ELIANE APARECIDA BONILHO, [illegible] 297.000 (duzentas e noventa e sete mil) quotas de capital social, de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, em moeda corrente do país, [illegible] sua parte no capital social,

CLAUSULA DITAVA *

Nos termos do Artigo 29 [illegible] de 10 de janeiro de 1919, que limita [illegible] só [illegible] totalidade de [illegible] capital social.

CLAUSULA NONA *

O sócio FRANCISCO ANDRÉ BONILHA, [illegible] a uma retirada mensal [illegible] título de pró labore, [illegible] legislação [illegible] Imposto de Renda.

CLAUSULA DÉCIMA *

As demais cláusulas e contrato social [illegible] mantidas e ratificadas pelo presente instrumento particular.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 07 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam, sendo a primeira via arquivada na JUCESP, para os fins de direito.

JGM ASSESSORIA EMPRESARIAL

[illegible]

15:39 07/07/'95 VEGAPRINT-TINTAS E VERNIZES LTDA 011 912 4084 PAG. 01

JGM

São Paulo, [illegible] de 1995

TESTEMUNHAS:

GERSON MICHELINE

JOSÉ WALDO OLIVEIRA

MARISA DE F.L.FANIGLI

FRANCISCO ANDRÉ BONILHA

PODER JUDICIÁRIO

JUDICIAL

1087

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Dr Juiz Luiz Fernando R. de Carvalho

Rio, 19 de 9 de 1995

O Escrivão Proc_8012

Processo nº 8012

Ao Comissário e, após, ao M.P.

Em, 19/09/95

LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO
Juiz de Direito

RECEBIDO, nesta data estes autos com o despacho.

Rio, 20 de 9 de 1995

O Escrivão

VISTAS

Faço vista destes autos ao Dr: 1º Liquidante Judicial

Rio, 21 de 9 de 1995

O Escrivão Proc_8012

1.º LIQUIDANTE JUDICIAL
RECEBIDO
DATA 21-09-95
L.º 26 FLS: 94
5ª VARA PROC 302/94

MM. Dr. Juiz.

Petição em separado.

Em, 25/09/95

Tania Pessoa

TANIA FERREIRA PESSOA
1ª Liquidante Judicial - Substituta
Mat. 01/4198

CARTORIO DO 1º LIQUIDANTE JUDICIAL DA COMARCA DA CAPITAL
Travessa Braga, 115 - Sala 203
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1088

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS.

25 SET 1995

A PRIMEIRA LIQUIDANTE JUDICIAL,EM EXERCÍCIO, DA COMARCA DA CAPITAL, Comissária na Concordata Preventiva de PLASBAG MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA, vem, respeitosamente, nos respectivos autos, requerer a V.Exa:

1º- Que os autos sejam remetidos ao i.contador do Juízo para que efetue o cálculo do valor da 1a. parcela a ser depositada, excluida as cessões de crédito de fls.839 e seguintes, para verificação se o depóstio de fls.998 é suficiente.

2- Que seja junto pela Concordatária os balancetes dos meses de maio a agosto de 1995, sob as penas da lei.

Nestes termos.
Pede deferimento.
Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1995.

TANIA FERREIRA PESSOA
1ª Liquidante Judicial - Substituta
Matr. 01/4188

7535-651-0291
MC.

PODER JUDICIÁRIO

1089

VISTAS

Faço vista destes autos ao
Dr. Cesar de Moraes
Rio, 27 de 9 de 1995

O Escrivão

Proc - 8012

Recebi em 02.10.95

MM. DR. JUIZ:

Ciente do alrescido. Nada a opor ao requerimento da síndica às fls. 1088. (rubricada).

Em 04.10.95

Márcia Vieira Platigorsky
Promotora de Justiça

RECEBIDO, nesta data estes autos com promoção

Rio, 9 de 10 de 1995

O Escrivão

CERTIDÃO

CERTIFICO que o despacho de fls. _____ foi publicado no "Diário de Justiça" de ____ de _____ de 19__. O referido é verdade e dou fé.

Rio, _____ de _____ de 19__.

O ESCRIVÃO

CONCLUSOS, nesta data, ao MM. Dr. Juiz

Rio, _____

7535-651-0292

DIÁRIO JUDICIÁRIO

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Dr. Juiz Luiz Fernando R. de Carvalho

Rio, 10 de outubro de 1995

O Escrivão

Proc. nº 8012

Ao Contador Judicial, na forma requerida pela Comissária as fls. 1088, item 1, diligenciando a Concordatária o respectivo preparo;

Atenda a Concordatária ao item 2 de fls. 1088.

Publique-se. RJ, 10.10.95

LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO
Juiz de Direito

RECEBIDO, nesta data estes autos com despacho

Rio, 11 de outubro de 1995

O Escrivão

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que enviei noticia do despacho de fls. supra ao Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Rio, 12 de outubro de 1995

O Escrivão

CERTIDÃO

CERTIFICO que, o despacho de fls. supra foi publicado no "Diário de Justiça" de 23/10/95 a fls. 80

O referido é verdade e dou fé

GB, 23 de 10 de 1995

O ESCRIVÃO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1090

REMESSA

50 Contador

Rio 24 de 10 de 95

Proc. 8012.

M.M. Dr.º Juiz,

Para o cálculo de verificação da exatidão do depósito da 1ª Parcela da Contadoria, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE SEJA APRESENTADA POR QUEM DE DIREITO, EM VISTA DE VÁRIAS CESSÕES DE CRÉDITOS,

A LISTAGEM DE CREDORES REMANESCENTES (PENDENTES DE PAGAMENTO) INDICANDO O NOME DO CREDOR E RESPECTIVOS CRÉDITOS, inclusive para as custas devidas.

V. Exa. decidirá.

Rio, 06/nov/95.

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
RESP. PELO SETOR JUDICIAL
BEL. JORGE U. L. CORTEZ

7536-651-0291

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO
NÃO EFETUAR PAGAMENTO
DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO
02

PARA USO DO BANCO
05 Nº DE ORDEM

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICA LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAGO, 23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

COD. BCO/AG.
TAXAT

Nº DO PROCESSO
04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06

RECOLHIMENTO REFERENTE A DÍVIDA ATIVA
07 Nº DA NOTA DE DÉBITO
08 Nº DA CERTIDÃO

DENOMINAÇÃO DA RECEITA
09 CUSTAS JUDICIAIS

RECOLHIMENTOS

	CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10	400.6	42,51	2
11			5
12			1
13			9
14			3
15			7
16			8
17	TOTAL	42,51	4

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICA LTDA
A
CONCORDATA PREVENTIVA
5ª V.F.C.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

CMC7:00324A145251095##########42,51HRDR

1ª VIA - (SEPIA) ▶ SEF — 2ª VIA - (SEPIA) ▶ SEF — FLUXO — 3ª VIA - (SEPIA) ▶ CONTRIBUINTE

IMPRIMO - IMPRESSOS MODERNOS LTDA. - Ref.3529 - Rua General Argolo, 5 - São Cristóvão - TEL. 580-8288 - Rio - C.G.C. 33.431.859/0001-04 - IND. BRASILEIRA PORTARIA STE N.º 45/80

IMPRIMOS LTDA. - Ref. 3539 - RUA GENERAL ARGOLO, 5 - SÃO CRISTÓVÃO - TELS. (021)580-8288 E 580-8289

PODER JUDICIÁRIO



RECEBIDO, nesta data estes autos com sem conta.

Rio, 7 de 11 de 1995

O Escrivão

CERTIDÃO

Certifico que nesta data, encerrei o 4º volume do proc. 8012

O referido é verdade.

Rio, 7 de 11 de 1995

Destinação Final:
☐ Guarda permanente
☐ Amostragem
☐ Eliminar em ____ / ____ / ____

CÓDIGO DE BARRAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

5º-VOL

0031671-49.1994.8.19.0001 (1994.001.037211-0) (Tombo: 8012) 06/04/1994 4º Ofício Reg Sort.

Cartório da 5ª Vara Empresarial - Empresarial

Falência de Empresários, Socied. Empresárias, Microempresas e Empresas de Peq. Porte - Requerimento - Requerimento de Falência / Recuperação Judicial e Falência

M Fal: PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA
Falido: FRED WONG
Falido: WELLINGTON ISIDÓRIO DAS NEVES
Adv: Luci Carvalho Bittencourt (RJ001034b)
Admte Jud: PRIMEIRO LIQUIDANTE JUDICIAL

ETIQUETA DE DISTRIBUIÇÃO
COLE AQUI

JUIZ ..... Dr. ..... JUIZA - MARIA DA PENHA NOBRE MAURO

ESCRIVÃ- BARBARA TALIA GONÇALVES DE FREITAS

TJERJ - 27/08/2019 12:33:42 - Volume: 5 de 13
Guia: 20190006751 - CNJ: 0031671-49.1994.8.19.0001
013005120501.01-73

Etiqueta PESSOA IDOSA
COLE AQUI

AUTUAÇÃO

DATA DA AUTUAÇÃO: 06 / 04 / 1994

REG. DE SENT.: LIVRO ..... FLS. .....

JUSTIÇA GRATUITA: SIM ☐ NÃO ☐

7535-651-1503

PODER JUDICIÁRIO



CERTIDÃO

Certifico que nesta data, organizei o 5º volume do processo nº 8012

O referido é verdade e dou fé.

Rio, 7 de julho de 1995

O Escrivão

PODER JUDICIÁRIO



JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data as
petições
fls. 7

O Escrivão

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Dir. da 5ª Vara de Falências

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 388
CAMPO GRANDE - CEP 23.
RIO DE JANEIRO

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 388
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 6

CONCORDATA - FALÊNCIA
1093

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em Obediência ao disposto no Art.169 do Item V - Decreto Lei nº 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de maio de 1995, após o visto do Sr.Comissário.

27 OUT 1995
13552

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

PODER JUDICIÁRIO - R.
CORREGEDORIA
086290
PROBER
95 27

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1995.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11721-3

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.090
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 84.17
CAE 40701036 MUN 64

JUIZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

CONCORDATA PREVENTIVA

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
REFERENTE AO MÊS DE MAIO DE 1995

RECEITAS

VENDAS DE MERCADORIAS..... R$ 432.504,56

DESPESAS

CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS..... R$ 224.760,45

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

ADMINISTRATIVAS..... R$ 61.460,22
FINANCEIRAS..... R$ 13.966,39

COMERCIALIZAÇÃO

COMPRAS EFETUADAS NO PERÍODO..... R$ 185.418,76

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1995.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11731

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial em Exercício
Matr. n.º 01/3438

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Dir. da 5ª Vara de Fal. e Conc.

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 368
CAMPO GRANDE - CEP 23.060
RIO DE JANEIRO

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 368
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1095

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em Obediência ao disposto no Art.169 do Item V - Decreto Lei nº 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de junho de 1995, após o visto do Sr. Comissário.

CONCORDATAS
27 OUT 1995
1352

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

0862891
OUT 95
PM 2 04

PODER JUDICIÁRIO-RJ
CORREGEDORIA

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1995.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11721-2

MARIA HELENA CORRÊA PIRES
1.º Liquidante Judicial em Exercício
Matr. n.º 01/3438

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.090
RIO DE JANEIRO

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

JUIZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

1096

CONCORDATA PREVENTIVA

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
REFERENTE AO MÊS DE JUNHO DE 1995

RECEITAS
VENDAS DE MERCADORIAS..... R$ 334.363,54

DESPESAS
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS..... R$ 173.869,04

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS
ADMINISTRATIVAS..... R$ 41.930,52
FINANCEIRAS..... R$ 5.685,91

COMERCIALIZAÇÃO
COMPRAS EFETUADAS NO PERÍODO..... R$ 108.941,60

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1995.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11721-2

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial em Exercício
Matr. n.º 01/3436

Exmo. Sr Dr. Juiz de Dir. da 5ª Vara de Falencia.

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTD
RUA LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAF 40701036 MUN 64

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em Obediência ao disposto no Art.169 do Item V - Decreto Lei nº 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de julho de 1995, após o visto do Sr. Comissário.

CONCORDATAS
27 OUT 1995

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

PODER JUDICIÁRIO - RJ
CORREGEDORIA
0862888
PROGER
95 27

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1995.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues
EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11.721

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial em Exercício
Mestr. n.º 01/3436

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.060
RIO DE JANEIRO

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 84.17
CAE 40701036 MUN 64

JUIZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1098
fls.

CONCORDATA PREVENTIVA

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 1995.

RECEITAS		
VENDAS DE MERCADORIAS.....	R$	306.234,94
DESPESAS		
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS.....	R$	147.801,23
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		
ADMINISTRATIVAS.....	R$	42.836,90
FINANCEIRAS	R$	3.841,90
COMERCIALIZAÇÃO		
COMPRAS EFETUADAS NO PERÍODO.....	R$	98.462,36

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1995.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11/21.2

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial em Exercício
Matr. n.º 01/3436

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Dir. da 5ª Vara de Fal. e Conc.

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLÁS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.090
RIO DE JANEIRO - RJ

82 303 391
PLASBAG MONOPLÁS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO P QUENO, 365
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em Obediência ao disposto no Art.169 do Item V - Decreto Lei nº 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Redeitas e Despesas referentes ao mês de agosto de 1995, após o visto do Sr. Comissário.

CONCORDATAS
27 OUT 1995
4135

N;TERMOS
P.DEFERIMENTO
ROGER
086287
OUT 95
PODER JUDICIÁRIO-RJ
CORREGEDORIA

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1995.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11721-2

MARIA HELENA CORREA PIRES
1º Liquidante Judicial em Exercício
Matr. nº 01/0436

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA
ETR LAMEIRÃO P. QUENO, 365
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAF 40701036 MUN 64

JUIZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

CONCORDATA PREVENTIVA

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
REFERENTE AO MÊS DE AGOSTO DE 1995.

RECEITAS

VENDAS DE MERCADORIAS..... R$ 318.398,83

DESPESAS

CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS..... R$ 135.493,80

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

ADMINISTRATIVAS..... R$ 50.362,93
FINANCEIRAS..... R$ 4.915,99

COMERCIALIZAÇÃO

COMPRAS EFETUADAS NO PERÍODO..... R$ 121.626,11

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1995.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 117[illegible]

MARIA HELENA CORREA PIRES
Judicial em Exercício
1.º Liquidante
Mat. n.º 01/3428

Exmo. Sr. Dr. Juíz de Direito da 5ª Vara de Fal. e Conc.

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLÁS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 000
CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 1265
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 84.17
CAE 40701036 MUN 84

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em Obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei nº 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de setembro de 1995, após o visto do Sr. Comissário.

CONCORDATAS
27 OUT 1995

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

PODER JUDICIÁRIO-RJ
CORREGEDORIA
086288
OUT 95 27 PM 2 03
PROGER

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1995.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11721-2

MARIA HELENA CORRÊA PIRES
1.º Liquidante Judicial em Exercício
Matr. n.º 01/0438

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLÁS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.080
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036

CONCORDATAS - SVARA
102
64

JUIZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

CONCORDATA PREVENTIVA

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
REFERENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 1995

RECEITAS		
VENDAS DE MERCADORIAS.....	R$	313.382,87
DESPESAS		
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS.....	R$	141.032,90
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		
ADMINISTRATIVAS.....	R$	47.952,03
FINANCEIRAS.....	R$	6.002,90
COMERCIALIZAÇÃO		
COMPRAS EFETUADAS NO PERÍODO.....	R$	116.493,10

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1995.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR • CRC - RJ 11721-2

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial em Exercício
Matr. n.º 01/3438

PODER JUDICIÁRIO

1ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1103

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Dr Juiz Carlos Santos de Oliveira
Rio, 16 de 11 de 1995

O Escrivão

Proc. 8012

Proc. nº 8012
Retornem à Comissária.
RJ, 21.11.95

RECEBIDO, nesta data estes autos com despacho
Rio, 23 de 11 de 1995

O Escrivão

VISTAS

Faço vista destes autos ao 1º Liquidante Judicial
Dr.
Rio, 24 de 11 de 1995

O Escrivão

Proc. 8012

1.º LIQUIDANTE JUDICIAL
RECEBIDO
DATA 28-11-95
Lº 27 FLS: 34
1ª VARA PROC. 8012/95

7535-651-0292

Mtd. Dr. Juiz:

1. Todas as cessões de crédito se encontram estranhadas na planilha demonstrativa, sendo elas as documentações pertinentes ao cálculo a ser apresentado pelo i. contador Judicial.

2. À guisa de colaboração, a perícia esclarece que as cessões de crédito se encontram às fls. 839/995 e 1035 e que a guia de depósito está junta às fls. 998.

Rio, 29.11.95

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial em Exercício
Matr. n.º 01/3436

RECEBIDO nesta data estes autos
Rio, 30 de

O ESCRIVÃO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1104

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Juiz Luiz Fernando R. de Carvalho
Rio, 4 de 12 de 1995
O Escrivão

Proc. 8012

Voltam ao Sr. Contador.

Em, 06/12/95.

Carla Maria de Oliveira
Juiz de Direito

RECEBIDO, nesta data estes autos com despacho.
Rio, 7 de 12 de 1995
O Escrivão

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que enviei notícia do despacho de fls. supra ao Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
Rio, 15 de dezembro de 1995
O Escrivão

publicado

CERTIDÃO

7535-651-0291

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO

CERTIFICO que, o despacho de fls. retro
foi publicado no "Diário de Justiça" de
20/12/95 a fls. 89
O referido é verdade e dou fé
GB 20 de 12 de 19 95
O ESCRIVÃO

REMESSA

Faço remessa destes autos ao Sr. Contador
GB 21 de 12 de 1995
O ESCRIVÃO

CONCORDATAS - FALÊNCIAS - R. VARA DE
1105

Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
5.º Contador Judicial
Jorge Libratan L. Cortez

Resp. pelo Expediente
Cyama Lopes João

Subst. do Responsável

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA D
...5...º CONTADOR JUDICIAL

Proc nº 8012 - 5ª Vara de Fal.s e Concordatas.

M.M. Juiz

"Vista Ciência" tenho dúvida em proceder ao cálculo determinado, tendo em vista ass a manifestação de fls: 1090, por esta contadoria, tendo a penhora dos bens dos credores remanescentes, ou seja os ainda pendentes de pagamento não foi atendida.

V. Exa. certamente determinará o que entender de direito.

Rio 28/8/95

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
CYAMA LOPES JOÃO

7535-651-1409

PODER JUDICIÁRIO

VARA DE FALÊNCIAS - E.S. E CONCORDATAS
1106

RECEBIDO, nesta data estes autos sem conta.
Rio, 2 de 1 de 19 96
O Escrivão

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Dr. Juiz Carlos Santos de Oliveira
Rio, 3 de 1 de 19 96
O Escrivão

Proc - 8012

Voltam à Sra. Comissária.
I.-se.
Em, 09/07/96.

Carlos Santos de Oliveira
Juiz de Direito

RECEBIDO, nesta data estes autos com despacho.
Rio, 16 de 1 de 19 96
O Escrivão

VISTAS
Faço Vista
Rio de
O Escrivão

7535-651-0292

VISTAS

Faço vista destes autos ao
Dr. 1º Liquidante Judicial
Rio 17 de 1 de 1996

Escrivão

Proc. 8012

1.º LIQUIDANTE JUDICIAL
RECEBIDO
DATA 23-01-96
Lº 27 FLS: 62
5ª VARA Proc 8012/94

Mtt. M. Juiz:

A Liquidante não obstante entender que profissional de contabilidade tem condições de efetuar os cálculos pretendidos com os subsídios de fls. 1103vº e que a não feitura destas contas está atrasando o depósito do remanescente diferença a favor dos autores, requer pela intimação da Contadoria para apresentar planilha de cálculos, em 05 dias.

Rio, 24.01.96

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial em Exercício
Matr. nº 01/3436

PODER JUDICIÁRIO

1107

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao **MM. Dr.** Juiz Carlos Santos de Oliveira
Rio, 25 de 1 de 19 96

O Escrivão

Proc - 8012

Ao MP
1.ª
Em 30/07/96

Carlos Santos de Oliveira
Juiz de Direito

RECEBIDO, neste data estes autos com despacho.
Rio, 31 de 1 de 19 96

O Escrivão

VISTAS

Faço vista destes autos ao
Dr: Curador de Menores
Rio, 6 de 2 de 1996

O Escrivão

Dr. Juiz Proc. 8012
Fls. 1106v - Nada a opor.

Helotina Mesquita Daltro 1
PROMOTORA DE JUSTIÇA

7535-651-0292

RECEBIDO, nesta data estes autos com
promissória
Rio, 8 de 2 de 19 96

O Escrivão

CONCLUSOS, nesta data, estes autos
ao MM. Dr. Juiz Luiz Fernando R. de
Rio, 9 de 2 de 19 96

O Escrivão Proc. 8012

Proc. nº 8012

À Concordatária para atender ao requerido pela Comissária as fls.1106vº. Publique-se.

RJ, 09.02.96

Juiz de Direito

RECEBIDO, nesta data estes autos com
despacho
Rio, 12 de 2 de 19 96

O Escrivão

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data
petição
Rio, 7 de 3 de 19 96

O Escrivão

Eduardo Antonio Kalache Mario Marques da Costa Braga Neto Luiz Sergio [illegible]
Roberto de Gayoso e Almendra Edna Dinis da Costa Braga Ana Cláudia Correa
Rodrigo Kalache de Paiva Tony Lo Bianco Mahet
ADVOGADOS
Yamba Souza Lanna André Alves Almeida Chame
Julieta Diniz Cuquejo Rafaela Faroni Ganem
ESTAGIÁRIOS

1ª E 5ª VARAS FALÊNCIAS E CONCORDATAS
07 MAR 1996
AL MAT 01/18468
RIO DE JANEIRO

CONCORDATAS
PROTOCOLO E DISTRIBUIÇÃO
17 MAR 95 025660
RJ

Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 5a. Vara de Falências e Concordatas

PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIA DE PLASTICOS LIMITADA, em CONCORDATA PREVENTIVA, em tramitação perante esse MM. Juízo, atendendo ao r. despacho de fls., vem, por seu advogado abaixo assinado, expor e requerer a V. Exa. o seguinte :

1. A CONCORDATÁRIA, complementando a documentao já apresentada nos autos, apresenta os INSTRUMENTOS DE CESSÕES DE CRÉDITOS, firmadas por credores, e INSTRUMENTOS DE RENÚNCIA AO RECEBIMENTO DOS CRÉDITOS, firmados pelos CESSIONÁRIOS, juntamente com a comprovação da qualidade dos signatários dos documentos.

2. Outrossim, para atendimento da PROMOÇÃO do Sr. LIQUIDANTE JUDICIAL, a CONCORDATÁRIA anexa a RELAÇÃO DOS CREDORES PENDENTES DE PAGAMENTO DA PRIMEIRA PARCELA, para efeito de conferência do depósito efetivado.

Desta forma, data venia, V. Exa. deverá determinar a remessa aos autos ao CONTADOR, para cálculo da eventual diferença ainda devida, em razão do depósito da primeira parcela da CONCORDATA.

P. Deferimento

Rio de Janeiro, 7 de março de 1996

EDUARDO ANTÔNIO KALACHE
O A B - 15.018

RELAÇÃO DE CREDORES QUE CEDERAM SEUS CRÉDITOS E QUE O CESSIONÁRIO RENUNCIOU RECEBIMENTO DA PRIMEIRA PARCELA DA CONCORDATA.

2ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
109

CREDOR QUIROGRAFADO:	ANEXO
• INMONT INDÚSTRIAS QUÍMICA LTDA.	PRODURAÇÃO
• POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.	ATA / AGO / AGE.
• TRANSPORTADORA GUARDA META LTDA.	PROCURAÇÃO.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE RENUNCIA A RECEBIMENTO DA PRIMEIRA PARCELA DE CONCORDATA PREVENTIVA, NA FORMA ABAIXO:

MARCOS VIANA RIBEIRO, residente a Rua Aperibé 231 - Jacarepaguá, Identidade Nº 04641929-7 emitida pelo I.F.P., C.P.F. Nº 528034657-87 na qualidade de CESSIONÁRIO dos créditos constantes da RELAÇÃO ANEXA, na CONCORDATA PREVENTIVA DA PLASBAG MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, vem renunciar ao recebimento dos créditos, referentes à PRIMEIRA PARCELA da CONCORDATA PREVENTIVA, dando à CONCORDATÁRIA plena e irrevogável quitação, nada mais tendo a receber, seja a que título fôr.

A presente manifestação é firmada na presença de duas testemunhas, valendo para herdeiros e sucessores.

Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1996

TESTEMUNHAS:

13.º CIRCUNSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL
SAINT'CLAIR DA SILVA PAIXÃO
Reconhece a firma por semelhança
Rio de Janeiro, 14 de 02 de 1996
Em testemunho da verdade
SAINT'CLAIR DA SILVA PAIXÃO
Oficial e Tabelião

RELAÇÃO DOS CREDORES PENDENTES DE PAGAMENTO DA PRIMEIRA PARCELA DA CONCORDATA PREVENTIVA

BASE: 06/04/94

DATA: 06/02/96

CREDOR	VALOR ORIGINAL
ALLFITAS COM. IND. LTDA	530.263,16
ATLANTA QUIMICA INDL.	3.391.256,70
BRASIL PORTUGAL	569.870,00
COPERQUIMICA COM. PROD.	3.286.216,10
DISTRIB. RESENDE S/A	4.290.000,00
DU PONT DO BRASIL S/A	3.101.859,51
EUCATEX QUIMICA LTDA	2.843.864,00
EXCEL COMPOSTOS PLÁSTICOS	377.804,41
FAM DISTRIB. DE AÇOS	519.036,00
GMR EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	632.010,00
IBF-IND. BRAS. DE FILMES	1.678.224,14
INTERCON COM. PLÁSTICOS	102.000,00
IPIRANGA COM. QUIMICA	7.026.350,96
MECA MAQS. E ABRASIVOS	398.080,40
MULTIPACK PROD. QUIMICOS	2.841.000,00
PETROQUIMICA TRIUNFO S/A	64.628.287,10
POLIALDEM PETROQUIMICA S/A	13.902.762,23
POLIOLEFINAS DO NORDESTE	25.792.092,00
POLIOLEFINAS S/A	30.316.229,84
PPH-COMPANHIA INDL.	109.851.199,48
PROGRESSO INDUSTRIAL	351.454,62
PROQUISA COM. IND. PROD.	4.512.650,40
STEEL-IND. E COM. FACAS	334.950,00
RANSLIDER TRANSP. ROD.	174.808,72
TORANTIN CELULOSE	17.643.004,13
FEL TRANSPORTES LTDA	507.910,57

Dr. Jefferson

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSAO DE CREDITO

CEDENTE - INMONT INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA
AV. DAVID KASITZKY,580
CAIEIRAS - SP

CESSIONARIO - MARCOS VIANA RIBEIRO
RUA APERIBE, 231 - TAQUARA
ID. 04641929-7
CPF: 528.034,657/87

OBJETO DA CESSAO - O objeto da presente cessão de crédito é a importância de CR$ 7.704.200,00 (Sete milhões setecentos e quatro mil duzentos e cruzeiros Reais) correspondente a duplicata de nº 090873, com vencimento em 11/04/94 de responsabilidade da Firma PLASBAG-MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA., em concordata preventiva, perante o MM. Juizo de Direito da 5ª Vara de Falência e Concordata, sendo que o valor de crédito cedido está devidamente relacionado na lista de credores da firma concordatária.

Nestas condições, pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, o cedente cede e transfere ao cessionário o crédito que detem nos autos do processo de concordata preventiva da empresa denominada PLASBAG-MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA., cuja concordata preventiva tramita perante o Juizo da 5ª Vara de Falência e Concordata, ficando o cessionário responsável pela boa ou má liquidação do crédito, nada mais podendo reclamar ou pleitear do cedente, no presente ou no futuro, seja a que titulo for.

Por estarem justo e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual valor, teor e forma, para que produza os devidos fins de direito.

Rio de Janeiro, 15 de Maio de 1995

CEDENTE: _____

CESSIONARIO: _____

TESTEMUNHA: _____

TESTEMUNHA: _____

8º CIRCUNSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL
TITULAR - SAINT-CLAIR DA SILVA PAIXÃO
Reconheço a firma por semelhança
Rio-RJ 17 MAI 1995
Em testemunho da verdade
Saint Clair da Silva Paixão
TITULAR
MATR. 01/4194
SELO-TAB VII N.

GRUPO BASF
JURÍDICO

VIGÉSIMO SÉTIMO TABELIONATO DE NOTAS

CAPITAL - ESTADO DE SÃO PAULO

27º

BEL. JORGE AUGUSTO ALDAIR BOTELHO FERREIRA
TABELIÃO

BEL. MUCIO SILVA BORBA
SUBSTITUTO DESIGNADO

LIVRO 1113 FLS. 019

PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ INMONT INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos dezoito (18) dias do mês de MAIO do ano de mil novecentos e noventa e cinco (1995), nesta cidade de São Paulo, Capital do mesmo Estado, em meu Tabelionato de Notas, perante mim, tabelião, compareceu como outorgante, INMONT INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA, com sede em Caieiras/SP, à Av. David Kasitzky, nº 580, inscrita no CGC/MF sob nº 29.[illegible]. 332/0001-37, com seu Contrato Social Consolidado em 30 de agosto de 1991 devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 158.536/91-5, em 02/10/91, neste ato, representada nos termos da cláusula 6ª do seu Contrato, por seus Diretores, nomeados pelo instrumento datado de 31/05/94, registrado na JUCESP sob nº 126.119/94-6, Srs. TOMAS LAUINGER, argentino, casado, da indústria, portador do RNE nº W117.551-J SE/DPMAF e do CPF nº 092.649.008-70; e, FERNANDO VIEIRA DE FIGUEIREDO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 36.430 e no CPF nº 381.022.778-15, residentes e domiciliados nesta Capital, com endereço profissional no mesmo da outorgante;- os presentes face aos documentos apresentados foram identificados por mim escrevente e pelo tabelião do que dou fé; e, por ela outorgante, na forma representada, me foi dito que, por este público instrumento e nos termos de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador, Sr. PAULO RENATO ANTUNES ARAÚJO, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador do RG nº 82.503.773-2-IFP/RJ e do CPF nº 619.202.827-34, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Marechal Hastimphilo de Moura, nº 338, Apto. nº 8-D, Morumbi;- ao qual confere os mais amplos e gerais poderes para o fim especial de SEPARADAMENTE, sacar duplicatas e assinar cheques de pagamento da Outorgante, representá-la perante à EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, retirando correspondências e volumes, bem como, assinar papéis necessários para tanto; e, CONJUNTAMENTE COM UM DOS DIRETORES DA OUTORGANTE ou OUTRO PROCURADOR, COM IGUAIS PODERES, promover depósitos ou endossar cheques para depósitos em conta dela Outorgante; assinar têrmos e livros fiscais, contábeis e guias de impostos; representá-la perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias e Estradas de Ferro, nelas retirando cargas e correspondências em geral, bem como, requerendo, alegando, declarando e assinando tudo quanto for preciso e/ou exigido; recorrer de quaisquer despachos; representá-la em quaisquer BANCOS, CAIXAS ECONÔMICAS ou CASAS BANCÁRIAS, inclusive BANCO CENTRAL DO BRASIL, emitindo, assinando e endossando cheques; omitir, aceitar e endossar letras de câmbio, duplicatas e notas promissórias; levar títulos à protestos; receber importâncias e dar quitação; fazer acordos, prestar compromissos; receber e dar quitação; representar a Outorgante perante às COMPANHIAS MARÍTIMAS, AÉREAS e RODOVIÁRIAS, retirando quaisquer volumes, cargas ou encomendas, passando recibos e assinando quaisquer têrmos; expedir e assinar quaisquer correspondências da Outorgante; representá-la perante o MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA e PLANEJAMENTO, INSPETORIAS e POSTOS DA RECEITA FEDERAL, requerendo o que for necessário, recorrendo de despachos ou decisões, juntando documentos, tornando-os à receber; fazer acordos, parcelamentos e assinando cheques; representá-la perante o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e JUNTA COMERCIAL, requerendo tudo quanto for preciso e/ou necessário; assinar pedidos de compra de materiais à serem adquiridos pela Outorgante, em qualquer mercado; pedidos de IMPORTAÇÃO, com suas cláusulas e demais condições; assinar contratos de fornecimento de mercadorias, com os fornecedores da Outorgante, de transporte, quer nacionais ou internacionais e junto às em-

presas e armazéns gerais, entrepostos aduaneiros ou particulares; assinar contratos para armazenagem de materiais de propriedade dela Outorgante, concordando com as cláusulas e demais condições; assinar e emitir autorização para a venda de matérias primas ou outros bens de propriedade dela Outorgante, assinando para tanto, recibos e demais documentos necessários, para o bom e cabal desempenho do presente mandato; assinar contratos de prestação de serviços técnicos, referente à projetos, planejamento, engenharia e de mão-de-obra especializada, concordando com cláusulas e demais condições; e, finalmente, assinar notas de débitos e notas de créditos; praticar enfim, todo e qualquer ato necessário para o bom e cabal desempenho do presente mandato.- Vedado o substabelecimento.- EXTINGUINDO-SE OS PODERES POR ESTA CONFERIDOS AOS 31 DIAS DO MES DE DEZEMBRO DE 1.997.- Assim o disse que dou fé, pediume o lhe lavrei este instrumento que depois de lido em voz alta e clara, foi achado conforme na forma redigida, outorgou e assina, dou fé. Eu, CELSO MATHEUS, Escrevente Habilitado, a lavrei.- Eu, JORGE AUGUSTO ALDAIR BOTELHO FERREIRA, Tabelião, a subscrevi. (aa) TOMAS LAUINGER // FERNANDO VIEIRA DE FIGUEIREDO.- Nada mais. Trasladada em seguida. Eu, JORGE AUGUSTO ALDAIR BOTELHO FERREIRA, Tabelião, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TESTO _____ DA VERDADE

27º TABELIONATO
SÃO PAULO — CAPITAL
JORGE AUGUSTO A. BOTELHO FERREIRA
Tabelião
Rua da Consolação, 921/931
Tel.: 213-2390

27º TABELIONATO DE NOTAS
V. cobrado pelo traslado
Ao Serv. R$ 0,32
Ao Estado R$ 0,08
Ao Ipesp R$ 0,06
Total ... R$ 0,46
Rec. Caixa Cartório

REGISTRO CIVIL E ANEXO
DE CAIEIRAS - SP.
TABELIONATO OLIVEIRA

- 2 JUN 95

AUTENTICADO
AUTÊNTICO À PRESENTE COPIA
CONFORME O ORIGINAL QUE ME FOI EXIBIDO

Ofermando Luiz de Oliveira
Registrador • Notário
RG. 8.021.777/SP

INSTRUMENTO PARTICULAR DE

PROMESSA DE CESSÃO DE CRÉDITO

Pelo presente Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Crédito entre as partes a seguir, de um lado **CEDENTES, POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A** e **POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A**, empresas estabelecidas no município de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Benzeno 2391, Copec, devidamente inscritas no CGC/MF sob os nrs. 13.603.683/0001-13, e 16.490.039/0001-74 respectivamente, e, de outro lado na qualidade de **CESSIONÁRIO, MARCOS VIANA RIBEIRO,** brasileiro, residente na Rua Aperibe, 231, Taquara-RJ, portador da Carteira de Identidade 04641929-1, IPF-RJ, inscrito no CIC sob nr. 528.034.657-87, têm entre si justo e contratado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: As **CEDENTES** são credoras da empresa **PLASBAG - MONOPLÁS IND. PLAST. LTDA,** ora em regime de concordata preventiva que se processa perante o D.Juízo da 5a. Vara de Falências e Concordatas do Rio de Janeiro, ajuizada em 06 de abril de 1994.

Parágrafo Único: As **CEDENTES** pretendem receber, por ser de direito, os acréscimos de atualização monetária a partir da data do vencimento de cada duplicata que originou o crédito, além dos juros moratórios de (hum por cento) ao mês e despesas incorridas, perfazendo assim, até 15 de agosto de 1995 o valor de R$ 204.275,72 (duzentos e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: As **CEDENTES** neste ato, prometem ceder e transferir ao CESSIONÁRIO os direitos do crédito acima descrito a ser pago pelo **CESSIONÁRIO** às **CEDENTES** nas seguintes condições:

. 40 % do valor acima em até 3 (três) dias contados da assinatura deste Instrumento;
. o saldo restante em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas a contar de 18 de agosto de 1995, apuradas sobre o saldo devedor atualizado monetariamente pela variação da TR/Taxa Referencial, até a data de quitação de cada parcela, acrescida de dos juros de 1% (hum por cento) ao mês.

CLÁUSULA TERCEIRA: Na hipótese do não pagamento de qualquer das parcelas avençadas na cláusula acima, o saldo remanescente será cobrado no bojo dos autos da Concordata Preventiva da empresa devedora.

CLÁUSULA QUARTA: Efetuado o pagamento da última parcela, automaticamente operar-se-á a cessão e transferência do crédito subrogando-se a **CESSIONÁRIA** em todas as ações e direitos derivados do crédito, independente de nova formalidade valendo como prova hábil da quitação os recibos emitidos pelos **CEDENTES.**

CLÁUSULA QUINTA: As **CEDENTES** não se responsabiliza, sob nenhuma hipótese, pela boa ou má liquidação do crédito ora cedido, inclusive quanto aos acréscimos, correndo a cobrança do mesmo por conta e risco do **CESSIONÁRIO.**

CLÁUSULA SEXTA: As partes elegem o foro da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou litígio deste Instrumento.

E, por estarem justos e contratados firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1995

POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
CEDENTE

POLITENO LINEAR INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
CEDENTE

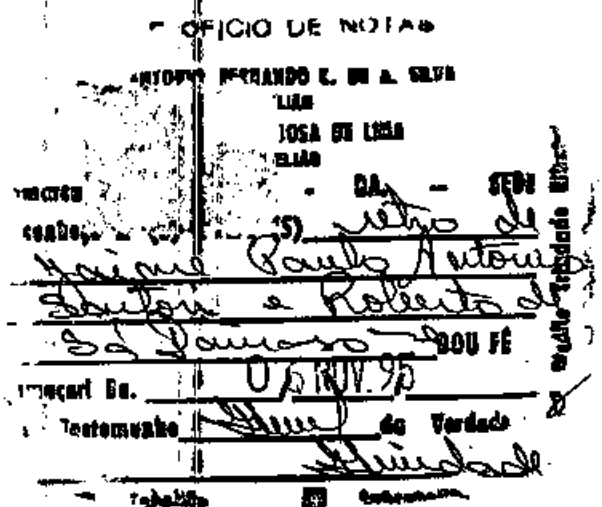
MARCOS VIANA RIBEIRO
CESSIONÁRIO

Testemunhas:

Reconheço a firma por semelhança
Marcos Viana Ribeiro
Em testemunho
Saint Clair da Silva Paixão
Oficial e Tabelião
Mat. 01/4124

RJ 21 SET 1995

1º CIRC. REGISTRO CIVIL
TÍTULOS
Saint. Clair da Silva Paixão
R. Carlos Silva Costa, 147
Pça. Mauá Bloc. 5/M


OFICIO DE NOTAS
DOU FÉ
05 NOV. 95

DIÁRIO OFICIAL
República Federativa do Brasil ● Estado da Bahia

Celbrás Química e Têxtil S.A.

GRUPO SINASA

CGC Nº 15.179.682/0001-16 – COMPANHIA ABERTA

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE DEZEMBRO DE 1993, LAVRADA SOB FORMA DE SUMÁRIO

DATA: 29 de dezembro de 1993. **LOCAL E HORA:** Sede social, na Rua Nafta, 1281 – Pólo Petroquímico de Camaçari-BA, às 8:00 horas. **CONVOCAÇÃO:** Editais publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado da Bahia", nos dias 22 (pg. 03), 23 (pg. 02) e 24 (pg. 02) e "Correio da Bahia", nos dias 22 (pg. 13), 23 (pg. 06) e 24 (pg. 07) de dezembro do corrente ano. **"QUORUM" DE INSTALAÇÃO:** Acionistas em número legal, conforme assinaturas apostas em livro próprio. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Tsu Hung Sieh; Secretário: Thomaz Katsing Sieh. **ORDEM DO DIA:** Análise da proposta para a emissão pública de 30.000 (trinta mil) debêntures escriturais simples (inconversíveis em ações), série única, da espécie com garantia flutuante, do valor unitário de CR$240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros reais), no valor global de CR$7.200.000.000,00 (sete bilhões e duzentos milhões de cruzeiros reais) em 01 de dezembro de 1993. **DELIBERAÇÕES:** A Assembléia Geral, após análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, decidiu: 1. Aprovar a proposta para a 3ª emissão pública de debêntures da sociedade, observadas as seguintes características e condições: **1.1 – Montante:** O valor da emissão é de CR$7.200.000.000,00 (sete bilhões, duzentos milhões de cruzeiros reais), dividido em 30.000 (trinta mil) debêntures, em uma única série, no valor nominal unitário de CR$240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros reais), em 01 de dezembro de 1993; **1.2 – Forma/Espécie:** As debêntures são escriturais nominativas, da espécie subordinada e inconversíveis em ações; **1.3 – Data da Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 01/12/93; **1.4 – Data de vencimento:** As debêntures vencem em 01/01/2004; **1.5 – Correção Monetária:** As debêntures terão o valor nominal corrigido, a partir da data de emissão, de acordo com a variação acumulada do IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela IBRE/FGV – Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. No caso de extinção do IGPM ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, este não puder ser utilizado como índice de reajuste nas emissões de debêntures, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, os novos índices de reajuste monetário ou aludidas alterações nos critérios do IGPM, serão desde logo automaticamente aplicáveis à emissão de que se trata; **1.5.1. – A apuração do valor nominal atualizado nas obrigações ou eventos, inclusive subscrição, que se devam liquidar em datas intermediárias, que não correspondam ao primeiro dia de cada mês, observado o disposto no item 1.13 abaixo, será efetuada mediante a utilização da variação do percentual "pró-rata-temporis" do IGPM, relativa ao mês anterior; 1.6 – Juros Remuneratórios:** Os juros serão variáveis em cada período de repactuação; **1.6.1. –** No período que anteceder à primeira repactuação, as debêntures farão jus a juros na razão de 12% ao (doze por cento ao ano – 360 dias), calculados exponencialmente por dias decorridos desde a data de emissão e incidentes sobre o valor nominal atualizado conforme o previsto no item 1.5, pagos na data da repactuação; **1.6.2. –** Nos demais períodos de repactuação, o Conselho de Administração reunir-se-á previamente e deliberará sobre os juros que vigorarão nos demais períodos de incidência e data de pagamento; **1.7. – Prêmio:** A EMISSORA poderá pagar aos debenturistas, prêmios que visem adequar a rentabilidade dos títulos às taxas praticadas pelo mercado financeiro, observados os seus interesses, cabendo ao Conselho de Administração da EMISSORA, deliberar a época de pagamento dos prêmios, bem como as suas fórmulas de cálculo e condições de pagamento; **1.7.1. –** Fica desde já estabelecido que para o período de 01.12.93 à 01.01.95, a companhia EMISSORA pagará um prêmio a todas as debêntures em circulação, na data da primeira repactuação, ou seja, 01.01.95, que será obtido através da seguinte fórmula: P = [VN1 x (1 + S)] – [VN2 + J] onde: P é o valor do prêmio a ser pago por debênture, se positivo, expresse em cruzeiros reais; VN1 é o valor nominal unitário da debênture em 01.12.1993; VN2 é o valor nominal unitário da debênture atualizado para a data da próxima repactuação, isto é, 01.01.1995; J é o valor dos juros de cada debênture, apurado no período compreendido entre 01.12.1993 a 01.01.1995 e, desde já, definido em 12% (doze por cento) ao ano; S é o fator de apuração do prêmio por debênture, calculado na data da próxima repactuação, em 01.01.1995, igual ao maior dos parâmetros a seguir: 1º **Parâmetro** = Variação acumulada apresentada em forma decimal do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas), durante o período compreendido entre 01.12.1993 e 01.01.1995, acrescido de um "spread" de 21,0% (vinte e um por cento) ao ano, calculados exponencialmente por dias decorridos em um ano financeiro, base 360 dias; 2º **Parâmetro** = Fator da variação acumulada no período de 01.12.1993 a 01.01.1995 obtido pela multiplicação de fatores de capitalização individuais e consecutivos, referentes a cada um dos "subperíodos de incidência de taxa ANBID", determinados com base nas taxas divulgadas pela ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento, para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós fixado e acrescidos de "spread" de 2,0% (dois por cento) ao ano, calculado exponencialmente por dias decorridos. Assim: a) O primeiro "subperíodo de incidência de taxas ANBID" inicia-se em 01.12.1993 e se estende até o primeiro dia útil do mês de janeiro, 03.01.1994, com prazo definido em 33 dias; b) Cada um dos próximos subperíodos iniciar-se-á na data do vencimento do subperíodo anterior, estendendo-se até o primeiro dia útil do mês subseqüente, definindo-se seu prazo pelo número de dias decorridos entre as duas datas, incluindo-se o primeiro e excluindo-se a última; c) A taxa utilizada para o cálculo do fator individual de cada subperíodo será obtida pela média aritmética das taxas ANBID do mesmo tipo praticadas no primeiro dia do subperíodo e nos dois dias úteis imediatamente anteriores. Na hipótese de não ocorrência de divulgação pela ANBID das taxas em um ou nos dois últimos dias úteis do período imediatamente anterior, deverão ser consideradas as taxas disponíveis nos respectivos dias úteis imediatamente anteriores. Quando a ausência de divulgação pela ANBID ocorrer em relação a taxa do primeiro dia útil do período em curso, deverá ser considerada a taxa disponível no primeiro dia útil imediatamente seguinte. Em ambos os casos, a taxa para o período deverá ser apurada pela média aritmética das taxas praticadas em 03 (três) dias. Adotar-se-á o tipo de taxa que apresentar o maior volume de negociação em cada um dos três dias do período de amostragem, expressas em pontos percentuais ao ano; d) O fator de capitalização referente a cada subperíodo será obtido por cálculo exponencial a partir da taxa obtida com o item anterior, considerando-se o número de dias do respectivo prazo, um ano financeiro de 360 dias e incluindo-se correção monetária no caso de taxas pós fixadas. Na eventualidade de algum desses parâmetros não ser conhecido na data da repactuação, será considerado o outro parâmetro. Quando da divulgação do referido parâmetro, o prêmio será calculado novamente e a eventual diferença a maior devida estará à disposição dos debenturistas a partir do 5º dia útil subseqüente à referida divulgação, e atualizado de acordo com o disposto no item 1.5 da presente Escritura de Emissão, desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento; **1.8. – Repactuação:** O Conselho de Administração da EMISSORA se reunirá previamente para fixar a duração de cada período de repactuação e deliberar sobre os juros e prêmios, inclusive os de permanência, se julgar necessário, seus critérios e épocas de pagamento. As deliberações do Conselho de Administração relativas a cada repactuação serão publicados pela EMISSORA por dois dias consecutivos, sendo a última publicação no 10º (décimo) dia útil imediatamente anterior ao início do referido período de repactuação; **1.8.1. – Fica desde já estabelecido que a primeira repactuação ocorrerá em 01.01.95; 1.8.2. – Aquisição Obrigatória:** A EMISSORA compromete-se a RECOMPRAR todas as debêntures em circulação ao final dos respectivos períodos de repactuação (datas de repactuação), à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições deliberadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA. A recompra se dará pelo valor nominal acrescido dos juros remuneratórios e do prêmio, se houver. Caso o debenturista opte pela venda das debêntures à EMISSORA, deverá se habilitar no período compreendido entre o 10º (décimo) e o 5º (quinto) dia útil imediatamente anterior ao dia de repactuação, mediante o registro formal protocolado junto à Instituição prestadora do serviço de debenturista ou junto à EMISSORA. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou serem colocadas novamente no mercado; **1.9. – Preço de subscrição e Integralização: 1.9.1. –** As debêntures serão integralizadas no ato da subscrição pelo seu valor nominal corrigido, na forma do item 1.5, acrescido de juros e prêmio, calculados exponencialmente "pró rata temporis" (base 360 dias) por dias decorridos desde a DATA DE EMISSÃO até a data da subscrição e integralização; **1.9.2. – Caso a subscrição e integralização ocorram em data diferente do primeiro dia útil de um mês,** para atualização do valor nominal das debêntures a do 1º parâmetro de apuração do prêmio, conforme item 1.7.1., entra o dia primeiro do mês e a data da efetiva integralização, utilizar-se-á a variação do IGP-M do mês imediatamente anterior, calculada exponencialmente "pró-rata temporis" por dia decorrido para o período em questão; **1.10 – Juros Moratórios:** Se a EMISSORA vier a incorrer em mora, em decorrência da impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, ficará sujeita ao pagamento de juros moratórios de 1% (hum por cento) ao mês incidentes sobre o saldo devedor; **1.11 Local do pagamento:** Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema; **1.12 Vencimento Antecipado:** As obrigações objeto desta emissão podem ser declaradas vencidas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, desde que com o voto favorável em Assembléia de Debenturistas de, no mínimo, metade das debêntures em circulação, exigindo-se o pagamento pela empresa, em moeda corrente, do valor nominal corrigido, juros e prêmio, se houver, na ocorrência dos seguintes eventos: (a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a empresa; (b) decretação de falência da EMISSORA; (c) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA; (d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação não sanada em 40 (quarenta) dias; e (e) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA, decorrentes da presente emissão; **1.13 – Prorrogação dos prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subseqüente, se o vencimento coincidir com o dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos; **1.14. – Publicação na Imprensa:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados em jornal de grande circulação, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida das debêntures; **1.16 – Distribuição:** Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição das debêntures, referido no art. 33 da Instrução CVM nº 13/80, de modo que as instituições participantes da presente emissão, efetuarão a colocação de seus respectivos lotes, mediante atendimento a seus clientes, preferencialmente, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos. **2 – Autorizar a Diretoria da sociedade a indicar o Agente Fiduciário e firmar a escritura particular da 3ª emissão de debêntures,** onde deverão ser expressas todas as condições e requisitos ora aprovados no item 1 supra; **3 – Delegar ao Conselho de Administração a deliberação sobre as condições de que tratam os itens VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76. "QUORUM" DE DELIBERAÇÃO:** As deliberações foram tomadas por unanimidade dos presentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, lavrada e aprovada a ata da assembléia, foi ela assinada pelos presentes. **ASSINATURAS:** Presidente da Mesa: Tsu Hung Sieh; Secretário da Mesa: Thomaz Katsing Sieh; Acionistas: Excel Indústria e Participações S.A. (as) Tsu Hung Sieh; Tsu Hung Sieh; Maria Huei Ghi Hsieh; Thomaz Katsing Sieh; Sieh Ka Jang; Luiz Sieh e Paul Kaping Sieh. Certifico ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Camaçari, 29 de dezembro de 1993. TSU HUNG SIEH – Presidente da Mesa. **SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA – CERTIDÃO** – Certifico que foi arquivada nesta Autarquia, sob o nº 9940827244, por decisão da 4ª turma, a cópia da ata de AGE da CELBRÁS QUÍMICA E TÊXTIL S/A, realizada 29/12/93 e protocolada sob o nº 9940827244, em 07/01/94. Salvador, 07 de janeiro de 1994. Clarisse Xavier de Souza – Substituta Secretária Geral.

SED — 0051

VALENTE S.A. EMPREENDIMENTOS – C.G.C. 53.216.899/0001–02 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – Estão à disposição dos Senhores Acionistas os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, na sede da Empresa à Av. Estados Unidos, 181 6º andar – Comércio – Salvador–Ba. Ficam convocados os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembléias conjuntas, Geral/Ordinária e Extraordinária, a realizarem–se no dia 14.02.94 às 14 horas na sede da Empresa para tratarem da seguinte: a) Aprovação do balanço encerrado em 31.12.93 e o relatório da diretoria; b) Aumento do Capital com alteração dos estatutos; c) O que ocorrer. Salvador, 06 de janeiro de 1994 – A DIRETORIA.

COM — 0005 — 3-3

Politeno

INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CGC(MF) Nº 13.603.683/0001-13
Companhia Aberta

ATA DA 10ª (DÉCIMA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 1993.

1. DATA, HORA e LOCAL: 16 de dezembro de 1993, às nove horas, na sala de reuniões da Vice-Presidência da PETROQUISA, situada na Rua Buenos Aires, 40, sala 709, Rio de Janeiro-RJ. 2. PRESENÇAS: Membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, abaixo assinados, por convocação do seu Vice-Presidente, Dr. Fusao Ohyama, na forma do estatuto social. 3. DELIBERAÇÕES: 3.1. - EXTINÇÃO DA DIRETORIA DE PROJETOS ESPECIAIS - Tendo sido concluído o projeto de expansão com a implantação da Planta de Polietileno Linear e, decorridos mais de um ano do seu início de operação, período suficiente para consolidar a sua fase de testes e posteriormente a sua plenitude operacional, resolve este colegiado EXTINGUIR a DIRETORIA DE PROJETOS ESPECIAIS a quem coube toda a orientação técnica do aludido projeto. A criação desta Diretoria foi decorrente de deliberação tomada por este colegiado em sua 4ª R.E.C.A. realizada em 27 de junho de 1988 e sua extinção também por deliberação deste Conselho, nesta data, para vigorar a partir do dia 03 de janeiro de 1994. Nesta oportunidade o Conselho pela unanimidade de seus membros externa os seus sinceros agradecimentos ao Dr. Lucien Moreno, fazendo consignar nesta ata votos de reconhecimento pelo aceite, dedicação e empenho com que se houve o Diretor Lucien à frente daquela Diretoria. - 3.2. - ELEIÇÃO DE DIRETORIA. - Sequenciando os trabalhos o Dr. Fusao Ohyama, na presidência da sessão, disse ter sobre a mesa carta de renúncia do Diretor-Superintendente Dr. Hélio Meirelles Cardoso submetendo à apreciação e conhecimento do colegiado aquela missiva. Franqueada a palavra dela fizeram uso todos os Conselheiros para enaltecendo os dotes do Diretor resignatário ressaltar o zelo, a dedicação e a competência com que se houve à frente da gestão desta empresa. No ensejo, foi solicitado pelo Conselho ao Diretor resignatário que permanecesse no cargo até a posse do seu substituto. Com a palavra o Senhor Presidente disse que se encontrando vago o cargo de Diretor Superintendente cabe a este Conselho eleger o substituto. Por sugestão da Petroquisa foi indicado o Dr. JAIME PAULO ANTONIO SARTORI, tendo sido eleito pela unanimidade dos Senhores Conselheiros. Dando continuidade o Senhor Presidente disse ser necessária a eleição da Diretoria face a conclusão dos mandatos. Suspendeu a sessão pelo tempo necessário a apresentação das propostas. Reaberta a sessão constatou-se a reeleição dos Diretores: FUSAO OHYAMA, EDUARDO NELSON DE ALMEIDA SANTOS e SÉRGIO MARTINS BEZERRA. Finalmente o Senhor Presidente disse que a Diretoria recém-eleita é composta de 4 (quatro) membros sendo um deles o Diretor-Superintendente e os demais sem designação específica, ficando consequentemente eleitos para o biênio: 15 DE DEZEMBRO/1993 A 15 DE DEZEMBRO/1995, os Senhores: JAIME PAULO ANTONIO SARTORI, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 1.316.674-SSP-PR., CIC nº 001.377.150-72, residente e domiciliado na Rua Júlio de Castilho, nº 58, apto. 401, Copacabana, RIO DE JANEIRO-RJ., Diretor-Superintendente. EDUARDO NELSON DE ALMEIDA SANTOS, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 402.737-SSP-BA., inscrito no CPF sob o nº 002.159.705-78 residente e domiciliado na Av. Sete de Setembro, nº 2460, aptº 701, Vitória, SALVADOR-BA., Diretor. FUSAO OHYAMA, japonês, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RNE-V092831-F inscrito no CPF sob o nº 630.483.535-34, residente e domiciliado na Rua Fernão Magalhães, 71/73, aptº 701, Chame-Chame, SALVADOR-BA., Diretor, SÉRGIO MARTINS BEZERRA, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Carteira de Identidade nº 02587643-4-SSP-RJ., inscrito no CPF nº 331.032.067-15, residente e domiciliado na Rua Roberto Dias Lopes, 220, aptº 903, Leme, RIO DE JANEIRO-RJ., Diretor. O Diretor ora eleito e os Diretores reeleitos declaram sob as penas da Lei, que não estão incursos em nenhum crime, nem mesmo naqueles que os impeçam de exercer atividades mercantis. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a mesma lida e achada conforme, pelo que vai assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1993. Assinam: Fusao Ohyama, Vice-Presidente, Vasco Nunes Leal, Francisco José de Paiva Chiare, José de Sá Neto, Max Feffer, Adhemar Magon e Shigeki Tsutsui. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1993. Eduardo Nelson de Almeida Santos - Diretor. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº JC-93/0001616 por decisão da 4ª turma e cópia da ata da 10ª R. EXT. C. ADM. da POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A realizada em 16/12/93 e protocolada sob o nº 93/0001616 em 04/01/94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia - 04 JAN 1994

NOVAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

abrasca companhia aberta

SED — 0049

TABELA DE TARIFA ARMAZENAGEM E PRESTAÇÃO SERVIÇOS

EMBAGE — EMPRESA BAHIANA DE ARMAZÉNS GERAIS LTDA.

	VIGÊNCIA UNIDADE	(QUINZENA/FRAÇÃO CIVIL) 01/02/94 TARIFA CR$
1 - ARMAZENAGEM		
1.1 - ENSACADOS	P/VOL/ATÉ 60 KGS.	48,27
1.2 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (IN NATURA E INDUSTRIALIZADOS)	P/VOL/ATÉ 40 KGS.	37,02
1.3 - PRODUTOS AGRÍCOLAS A GRANEL	P/TON	799,60
1.4 - ELETRODOMÉSTICOS MATERIAL DE CANTINA, MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL NÃO EMPILHÁVEL	P/M2	827,90
1.5 - PRODUTO PETROQUÍMICO	P/TON	712,82
1.6 - GARRAFEIRAS PLÁSTICAS	P/VOL	285,74
2 - AD. VALOREM		
2.1 - ELETRODOMÉSTICOS, MATERIAL DE CANTINA, MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL NÃO EMPILHÁVEL E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	%	0,10
2.2 - PRODUTOS PETROQUÍMICOS	%	A COMBINAR
2.3 - OUTROS	%	0,15 %
3 - SOBRETAXA		
3.1 - ARROZ, MILHO, FEIJÃO, TRIGO, MALTE, SOJA, SORGO, CEVADA, CACAU, PETROQUÍMICOS, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (IN NATURA OU INDUSTRILIZADOS)	%	0,15 %
3.2 - OUTROS	%	A COMBINAR
4 - OUTROS SERVIÇOS		
4.1 - RECEPÇÃO/EXPEDIÇÃO	P/TON	505,46
4.2 — TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO	P/TON	PREÇO DO DIA
4.3 — SERVIÇO ADMINISTRATIVO DE CONFERENCIA NORMAL DAS 08:00 ÀS 17:00 HS.	HOMEM/DIA	6.254,46
4.4 — SERVIÇO ADMINISTRATIVO DE CONFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA DAS 17:00 ÀS 22:00 HORAS	HOMEM/DIA	12.508,90
4.5 — SERVIÇO ADMINISTRATIVO DE CONFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIAS DOMINGOS, FERIADOS E/OU APÓS 22:00HS	HOMEM/DIA	25.017,80
4.6 — SERVIÇOS ADICIONAIS	A COMBINAR	A COMBINAR

5. — OBSERVAÇÃO

5.1 — OS VALORES DOS PRODUTOS SERÃO REAJUSTADOS MENSALMENTE DE ACORDO COM A UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA — UFIR OU OUTRO ÍNDICE OFICIAL PARA EFEITO DE SEGURO (AD VALOREM) E SOBRETAXA

5.2 — A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA EM CONTA INCIDIRÁ SOBRE AS DESPESAS COBRADAS E NÃO PAGAS ATÉ O DÉCIMO DIA DA APRESENTAÇÃO DA FATURA. APÓS ESSE PRAZO, O VALOR DA FATURA SERÁ ATUALIZADO PELA UFIR + 1% A CONTAR DA DATA DA APRESENTAÇÃO DA FATURA DO SERVIÇO

5.3 — A SOBRETAXA TEM O OBJETIVO DE GARANTIR O RESSARCIMENTO PELA DEPOSITÁRIA, DAS PERDAS DE QUAISQUER NATUREZA, DEPRECIAÇÕES E AVARIAS OCORRIDAS NO PRODUTO/EMBALAGEM

5.4 — OS VALORES DESTA TABELA SERÃO REAJUSTADOS MENSALMENTE DE ACORDO COM A URR OU OUTRO ÍNDICE OFICIAL

5.5 — OS VALORES DESTA TABELA ESTÃO EM CR$(Cruzeiros reais)

Juceb nº 94.0005344

SED — 0047

Bol. Ant.
Diedila Trindade Kilaire
Sub-Tabelia Designada

Politeno Indústria e Comércio S.A.

CGC Nº 13.603.683/0001-13
Companhia Aberta

ATA DA 9ª (NONA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1994.

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de hum mil, novecentos e noventa e quatro, às nove horas, na Sede Social da Companhia, situada na Rua Benzeno, 2391, COPEC, município de Camaçari-BA., reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Administração da POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., regularmente convocado de acordo com o Artigo 27 do Estatuto Social. Verificado o "quorum", assumiu a presidência dos trabalhos o Senhor Presidente, Dr. José de Sá Neto, que abordando o único item da ordem do dia - RENÚNCIA DE MEMBRO EFETIVO DA DIRETORIA E ELEIÇÃO DO SUBSTITUTO - disse ter sobre a mesa, carta assinada pelo Diretor EDUARDO NELSON DE ALMEIDA SANTOS, por meio da qual comunicava sua decisão de renunciar ao cargo que vinha exercendo até a presente data. Na oportunidade, todos os Conselheiros se manifestaram enaltecendo os acertos e virtudes do Diretor resignatário, reconhecendo a justeza dos motivos que o levaram a tal deliberação, principalmente em se tratando de alguém que se empenhou integralmente, durante todos esses anos, no trato dos interesses da Companhia e, deliberaram consignar em ata os agradecimentos pelo zelo, dedicação e competência com que se houve à frente da gestão desta empresa. Em sequência aos trabalhos, o Senhor Presidente disse que iria suspender a sessão por alguns minutos, a fim de que os Senhores Conselheiros formulassem a indicação de substituto. Reabertos os trabalhos, por aclamação dos presentes, foi escolhido para cumprir o restante do mandato do Diretor resignatário, o Dr. ROBERTO DE SÁ DÁMASO, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF-MF sob o nº 094.029.695-00, portador da cédula de identidade nº 1.132.794-SSP-BA., residente na Rua São Giusto, nº 219, Jardim Lusitânia, São Paulo-SP. O Diretor recém eleito declara, sob as penas da lei, que não está incurso em nenhum crime, nem mesmo naqueles que o impedem de exercer atividades mercantis. Ainda nesta oportunidade, foi o mesmo escolhido para, sem prejuízo das atribuições que lhe forem cometidas, desempenhar aquelas inerentes ao cargo de Diretor de Relações com o Mercado. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão foi a mesma lida e achada conforme pelo que vai assinada por todos os presentes. Camaçari, 15 de setembro de 1994. Ass.: José de Sá Neto, Presidente. Fusao Ohyama, Vice-Presidente. Adhemar Magon, Francisco José de Paiva Chiara, Max Feffer, Shigeki Tsutsui e Vasco Nunes Leal. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. José Ricardo Roriz Coelho - Diretor. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº 94/059711-0 por decisão da 4ª turma a cópia da ata da 9ª R. E. C. ADM. da POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A realizada em 15.09.94 e protocolada sob o nº 94/059711-0 em 22.09.94 Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia. 23 SET 1994

abrasca companhia associada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

Politeno Indústria e Comércio S.A.

CGC Nº 13.603.683/0001-13
Companhia Aberta

ATA DA 7ª (SÉTIMA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 1994.

1. DATA, HORA, LOCAL: 12 de julho de 1994, às onze horas, na Sala Reuniões da Companhia Suzano de Papel e Celulose, situada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2100, S. PAULO-SP. - 2. PRESENÇAS: Membros do Conselho de Administração, abaixo assinados, por convocação do seu Presidente, Dr. José de Sá Neto, na forma do estatuto social. - 3. DELIBERAÇÕES: - Ratificar a deliberação tomada na 5ª (quinta) Reunião Extraordinária deste Colegiado, realizada em 07 de junho de 1994, que autorizou a mudança de endereço do ESCRITÓRIO DES. PAULO, bem assim RETIFICAR O NOVO ENDEREÇO ONDE PASSA A FUNCIONAR DITO ESCRITÓRIO. Com a palavra o Senhor Presidente levou ao conhecimento de seus pares que por equívoco, da ata mencionada acima, constou elemento informativo diverso do endereço completo onde passa a se localizar o escritório da Companhia em S.Paulo, pelo que se fazia necessária a retificação que ora se procede para o endereço correto que é a RUA TENENTE NEGRÃO, Nº 140, 2º ANDAR, CONJUNTO 21, EDIFÍCIO JUSCELINO KUBITSCHEK, ITAIM-BIBI, SÃO PAULO-SP., CEP. 04530-030, o que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a mesma lida e achada conforme, pelo que vai assinada por todos os presentes. S. Paulo, 12 de julho de 1994. Ass.: José de Sá Neto, Presidente. Fusao Ohyama, Vice-Presidente. Antonio Pedreira de Freitas Burity, Armando Guedes Coelho, Francisco José de Paiva Chiara, Shigeki Tsutsui e Vasco Nunes Leal. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO - Diretor. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº 94/058480-8 por decisão da 4ª turma a cópia da ata da 7ª R. E. C. ADM. da POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. realizada em 12.07.94 e protocolada sob o nº 94/058480-8 em 19.09.94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia - 20 SET 1994

abrasca companhia associada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

Politeno Indústria e Comércio S.A.

CGC Nº 13.603.683/0001-13
Companhia Aberta

ATA DA 8ª (OITAVA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1994.

1. DATA, HORA, LOCAL: 19 de agosto de 1994, às dez horas, na Sede Social da Empresa, situada na Rua Benzeno, 2391, COPEC, Camaçari-BA. - 2. PRESENÇAS: Membros do Conselho de Administração, abaixo assinados, por convocação de seu Presidente, Dr. José de Sá Neto, na forma do estatuto social. - 3. DELIBERAÇÕES: - ABERTURA DE FILIAL - O Conselho autorizou, por unanimidade, a abertura da filial a ser instalada na AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº 22452, ARMAZÉM 1 SUPERIOR "A", JURUBATUBA, SÃO PAULO-SP. CEP.: 04795-000. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a mesma lida e achada conforme, pelo que vai assinada por todos os presentes. Camaçari, 19 de agosto de 1994. Ass.: José de Sá Neto, Presidente. Fusao Ohyama, Vice-Presidente. Antonio Pedreira de Freitas Burity, Armando Guedes Coelho, Francisco José de Paiva Chiara, Shigeki Tsutsui e Vasco Nunes Leal. A presente é cópia fiel de original lavrado em livro próprio. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO - Diretor. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº 94/058476-6 por decisão da 4ª turma a cópia da ata da 8ª R. E. C. ADM. da POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. realizada em 19.09.94 e protocolada sob o nº 94/058476-6 em 19.09.94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia - 23 SET 1994

abrasca companhia associada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

SED — 2264

COMUNICAÇÃO

BAHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS, firma com sede à rua Maria Pereira Calmon, s/n, Lote 13, Jardim Caiçara-Brotas Salvador-Ba, I.E 20.191.386, CGC n.13.051.180/0002-82, comunica a praça e as repartições públicas que se encontram extraviados todos os seus livros fiscais previdenciários e contábeis, talonários fiscais usados, Guia do ICM,DARs, Guias do FGTS,INSS,PIS,FINSOCIAL e IMPOSTO DE RENDA, desde fevereiro de 1986, quando a empresa foi desativada. Faz esta comunicação para os efeitos legais

COM — 0463

EXTRATO

ILHOTA LAZER $ SERVIÇOS S/C fundada em 20 de novembro de 1993, com sede no Município de Vera Cruz/Ba à Estrada Ilhota Gamboa, Km 1, tem por finalidade proporcionar aos seus sócios SERVIÇOS E LAZER, com tempo de duração indeterminado. Será administrada e representada por um Administrador e um Subadministrador com funções executivas e um Conselho de Representantes com função fiscalizadora, eleitos por dois anos pelo voto direto dos sócios e cargos exercidos gratuitamente. A responsabilidade da Sociedade não se transmite aos seus sócios. A reforma do Estatuto será efetuada através Assembléia convocada para tal fim, pelo voto direto de 2/3 (dois terços) dos sócios e sua liquidação será deliberada por 4/5 (quatro quintos) dos sócios em Assembléia convocada para tal fim. MAURICIO GANEM PITANGUEIRA -Administrador.

PEL — 0541

Politeno Linear Indústria e Comércio S.A.

CGC Nº 13.603.683/0001-13
Companhia Aberta

ATA DA 4ª (QUARTA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1994.

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e noventa e quatro, às dez horas, na Sede Social da Companhia, situada na Rua Benzeno, 2391, COPEC, município de Camaçari-BA., reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Administração da POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., regularmente convocado de acordo com o Artigo 28 do Estatuto Social. Verificado o "quorum", assumiu a presidência dos trabalhos o Senhor Presidente, Dr. José de Sá Neto, que abordando o único item da ordem do dia - RENÚNCIA DE MEMBRO EFETIVO DA DIRETORIA E ELEIÇÃO DO SUBSTITUTO - disse ter sobre a mesa, carta assinada pelo Diretor EDUARDO NELSON DE ALMEIDA SANTOS, por meio da qual comunicava sua decisão de renunciar ao cargo que vinha exercendo até a presente data. Na oportunidade, todos os Conselheiros se manifestaram enaltecendo os acertos e virtudes do Diretor resignatário, reconhecendo a justeza dos motivos que o levaram a tal deliberação, principalmente em se tratando de alguém que se empenhou integralmente, durante esses anos, no trato dos interesses da Companhia e, deliberaram consignar em ata os agradecimentos pelo zelo, dedicação e competência com que se houve à frente da gestão desta empresa. Em sequência aos trabalhos, o Senhor Presidente disse que iria suspender a sessão por alguns minutos, a fim de que os Senhores Conselheiros formulassem a indicação de substituto. Reabertos os trabalhos, por aclamação dos presentes, foi escolhido para cumprir o restante do mandato de Diretor resignatário o Dr. ROBERTO DE SÁ DÁMASO, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF-MF sob o nº 094.029.695-00, portador da cédula de identidade nº 1.132.794-SSP-BA., residente na Rua São Giusto, nº 219, Jardim Lusitânia, São Paulo-SP. O Diretor recém eleito declara, sob as penas da lei, que não está incurso em nenhum crime, nem mesmo naqueles que o impedem de exercer atividades mercantis. Ainda nesta oportunidade, foi o mesmo escolhido para, sem prejuízo das atribuições que lhe forem cometidas, desempenhar aquelas inerentes ao cargo de Diretor de Relações com o Mercado. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão foi a mesma lida e achada conforme pelo que vai assinada por todos os presentes. Camaçari, 15 de setembro de 1994. Ass.: José de Sá Neto, Presidente. Fusao Ohyama, Vice-Presidente. Adhemar Magon, Francisco José de Paiva Chiara, Max Feffer, Shigeki Tsutsui e Vasco Nunes Leal. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. José Ricardo Roriz Coelho - Diretor. SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº 94/058714-4 por decisão da 4ª turma a cópia da ata da 4ª R. E. C. ADM. da POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A realizada em 15.09.94 e protocolada sob o nº 94/058714-4 em 22.09.94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia - 23 SET 1994

abrasca companhia associada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

Politeno Linear Indústria e Comércio S.A.

CGC Nº 13.603.683/0001-13
Companhia Aberta

ATA DA 3ª (TERCEIRA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1994.

1. DATA, HORA, LOCAL: 19 de agosto de 1994, às onze horas, na Sede Social de Empresa, situada na Rua Benzeno, 2391, COPEC, CAMAÇARI-BA. - 2. PRESENÇAS: Membros do Conselho de Administração, abaixo assinados, por convocação de seu Presidente, Dr. José de Sá Neto, na forma do estatuto social. - 3. DELIBERAÇÕES: - ABERTURA DE FILIAL - O Conselho autorizou, por unanimidade, a abertura da filial a ser instalada na AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº 22452, ARMAZÉM 1 SUPERIOR "B", JURUBATUBA, SÃO PAULO-SP. CEP.: 04795-000. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a mesma lida e achada conforme, pelo que vai assinada por todos os presentes. Camaçari, 19 de agosto de 1994. Ass.: José de Sá Neto, Presidente. Fusao Ohyama, Vice-Presidente. Antonio Pedreira de Freitas Burity, Armando Guedes Coelho, Francisco José de Paiva Chiara, Shigeki Tsutsui e Vasco Nunes Leal. A presente é cópia fiel de original lavrado em livro próprio. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO - Diretor. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº 94/058471-8 por decisão da 4ª turma a cópia da ata da 3ª R. E. C. ADM. da POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A realizada em 19.09.94 e protocolada sob o nº 94/058471-8 em 19.09.94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia - 23 SET 1994

abrasca companhia associada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

Politeno Linear Indústria e Comércio S.A.

CGC Nº 16.490.039/0001-74
Companhia Aberta

ATA DA 2ª (SEGUNDA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 1994.

1. DATA, HORA, LOCAL: 12 de julho de 1994, às quinze horas na Sala Reuniões da Companhia Suzano de Papel e Celulose, situada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2100, S. PAULO-SP. - 2. PRESENÇAS: Membros do Conselho de Administração, abaixo assinados, por convocação do seu Presidente, Dr. José de Sá Neto, na forma do estatuto social. - 3. DELIBERAÇÕES: - Ratificar a deliberação tomada na 1ª (primeira) Reunião Ordinária deste Colegiado, realizada em 07 de junho de 1994, que autorizou a mudança de endereço de ESCRITÓRIO DES. PAULO, bem assim RATIFICAR O NOVO ENDEREÇO ONDE PASSA A FUNCIONAR DITO ESCRITÓRIO. Com a palavra o Senhor Presidente levou ao conhecimento de seus pares que por, equívoco, da ata mencionada acima, constou elemento informativo diverso de endereço completo onde passa a se localizar o escritório da Companhia em S. Paulo, pelo que se fazia necessária a retificação que ora se procede para o endereço correto que é RUA TENENTE NEGRÃO, Nº 140, 2º ANDAR, CONJUNTO 22, EDIFÍCIO JUSCELINO KUBITSCHEK, ITAIM-BIBI, SÃO PAULO-SP., CEP. 04530-030, o que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a mesma lida e achada conforme, pelo que vai assinada por todos os presentes. S. Paulo, 12 de julho de 1994. Ass.: José de Sá Neto, Presidente. Fusao Ohyama, Vice-Presidente. Antonio Pedreira de Freitas Burity, Armando Guedes Coelho, Francisco José de Paiva Chiara, Shigeki Tsutsui e Vasco Nunes Leal. A presente é cópia fiel de original lavrado em livro próprio. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO - Diretor. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº 94/058476-0 por decisão da 4ª turma a cópia da ata da 2ª R. E. C. ADM. da POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A realizada em 12.07.94 e protocolada sob o nº 94/058476-0 em 19.09.94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia - 20 SET 1994

abrasca companhia associada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

SED — 2265

EXTRATO DOS ESTATUTOS DO SANTOS FUTEBOL CLUBE

1.

DENOMINAÇÃO - SEDE - FINALIDADE.

ART.1º - O SANTOS FUTEBOL CLUBE, FUNDADO EM 02 DE JULHO DE 1993, NA CIDADE DE CATU-BA, COM SEDE PROVISÓRIA, SITUADA À RUA MIGUEL CALMON, Nº 614 NESTA, TEM COMO FINALIDADE DISPUTAR COMPETIÇÕES ESPORTIVAS PROMOVIDAS PELA LIGA DESPORTIVA CATUENSE, SUJEITO ÀS DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DOS DESPORTOS.

ART.13º - AS CÔRES DO SANTOS FUTEBOL CLUBE SÃO: PRETO E BRANCO.

ART.16º - EM CASO DE DISSOLUÇÃO O PATRIMÔNIO DO SANTOS FUTEBOL CLUBE SERÁ DESTINADO A CASA DE CARIDADE.

JOSÉ DOS REIS MACHADO - SECRETÁRIO — CPF: 141.056.405-34

1º OFÍCIO DE NOTAS CAMAÇARI Confere com o original Bel. Antonio Dicélia Trindade Ribeiro Sub-Tabelia Designada

SED — 2267

Politeno Linear
INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CGC Nº 16.480.038/0001-74
Companhia Aberta

ATA DA 5ª (QUINTA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 1993.

1. DATA, HORA e LOCAL: 16 de dezembro de 1993, às dezesseis horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Escritório da Politeno Indústria e Comércio S.A. situado na Av. Rio Branco, 181, sala 605, Rio de Janeiro-RJ. 2. PRESENÇAS: Membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, abaixo assinados, por convocação do seu Vice-Presidente, Dr. Fusao Ohyama, na forma do estatuto social. 3. DELIBERAÇÕES: 3.1 - EXTINÇÃO DA DIRETORIA DE PROJETOS ESPECIAIS - Tendo sido concluído o projeto da implantação da Planta de Polietileno Linear e, decorridos mais de um ano de seu início de operação, período suficiente para consolidar a sua fase de testes e posteriormente a sua plenitude operacional, resolve este colegiado EXTINGUIR a DIRETORIA DE PROJETOS ESPECIAIS a quem coube toda a orientação técnica do aludido projeto. Nesta oportunidade o Conselho pela unanimidade de seus membros externa os seus sinceros agradecimentos ao Dr. Lucien Moreno, fazendo consignar nesta ata votos de reconhecimento pelo acerto, dedicação e empenho com que se houve o Diretor Lucien à frente daquela diretoria. - 3.2 - ELEIÇÃO DE DIRETORIA. - Sequenciando os trabalhos o Dr. Fusao Ohyama, na presidência da sessão, disse ter sobre a mesa carta de renúncia do Diretor-Superintendente Dr. Helio Mairelles Cardoso submetendo à apreciação e conhecimento do colegiado aquela missiva. Franqueada a palavra dela fizeram uso todos os Conselheiros para enaltecendo os dotes do Diretor resignatário ressaltar o zelo, a dedicação e a competência com que se houve à frente da gestão desta empresa. No ensejo, foi solicitado pelo Conselho ao Diretor resignatário que permanecesse no cargo até a posse de seu substituto. Com a palavra o Senhor Presidente disse que se encontrando vago o cargo de Diretor Superintendente cabe a este Conselho eleger o substituto. Por sugestão da Politeno Indústria e Comércio S.A., foi indicado o Dr. JAIME PAULO ANTONIO SARTORI, tendo sido eleito pela unanimidade dos Senhores Conselheiros . Dando continuidade o Senhor Presidente disse ser necessária a eleição da Diretoria face a conclusão dos mandatos. Suspendeu a sessão pelo tempo necessário à apresentação das propostas. Reaberta a sessão constatou-se a reeleição dos Diretores: FUSAO OHYAMA, EDUARDO NELSON DE ALMEIDA SANTOS e SERGIO MARTINS BEZERRA. Finalmente o Senhor Presidente disse que a Diretoria recém-eleita é composta de 4 (quatro) membros sendo um deles o Diretor-Superintendente e os demais sem designação específica, ficando consequentemente eleitos para o biênio: 18 DE DEZEMBRO/1993 A 15 DE DEZEMBRO/1995, os senhores: **JAIME PAULO ANTONIO SARTORI**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 1.316.674-SSP-PR., CIC nº 001.377.160-72, residente e domiciliado na Rua Júlio de Castilho, nº 56, apto. 401, Copacabana, RIO DE JANEIRO-RJ., **Diretor-Superintendente. EDUARDO NELSON DE ALMEIDA SANTOS**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 402.737-SSP-BA., inscrito no CPF sob o nº 002.159.705-78, residente e domiciliado na Av. Sete de Setembro, nº 2480, apto. 701, Vitória, SALVADOR-BA., **Diretor. FUSÃO OHYAMA**, japonês, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RNE-V092831-F inscrito no CPF sob nº 830.453.535-34, residente e domiciliado na Rua Fernão Magalhães, 71/73, apto. 701, Cherne-Chame, SALVADOR-BA., **Diretor. SERGIO MARTINS BEZERRA**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Carteira de Identidade nº 02567843-4-IFP-SSP-RJ., inscrito no CPF nº 331.032.067-15, residente e domiciliado na Rua Roberto Dias Lopes, 220, apto. 903, Leme, RIO DE JANEIRO-RJ., **Diretor.** O Diretor ora eleito e os Diretores reeleitos declaram sob as penas da Lei, que não estão incursos em nenhum crime, nem mesmo naqueles que os impeçam de exercer atividades mercantis. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a mesma lida e achada conforme, pelo que vai assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1993. Assinam: Fusao Ohyama, Vice-Presidente, Vasco Nunes Leal, Francisco José de Paiva Chiara, José de Sá Neto, Max Feffer, Adhemar Magon e Shigeki Tsutsui. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1993. Eduardo Nelson de Almeida Santos - Diretor. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº JC-94/0026465 por decisão da 3ª turma e cópia da ata de 5ª R.EX. do C. ADM. da POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. realizada em 16/12/93 e protocolada sob o nº 94/0026465em 19/01/94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia - 20 JAN 1994

AÇÕES NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

abrasca companhia associada

SED 0132

---

concic
CGC/MF 15.103.039/0001-01

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA DA CONCIC ENGENHARIA S.A., REALIZADA EM 03 DE JANEIRO DE 1994.

Aos três (03) dias do mês de janeiro de 1994, reuniu-se às 10:00 horas, na sede social, na Av. [illegible] Amado, 790, Boca de Rio, nesta Capital, a Diretoria da CONCIC ENGENHARIA S.A., presentes os Srs. JOSÉ RIAL POSE FILHO - Dir. Presidente, ADEMIR JOSÉ MANZATTO, NEYLOR DIAS PITHON, EVANDRO PIRES DALTRO e MARCELO RIBEIRO CORDEIRO, Diretores. Assumindo a Presidência, o Sr. JOSÉ RIAL POSE FILHO, convidou a mim ADEMIR JOSÉ MANZATTO, para secretariá-lo, iniciados os trabalhos, o Sr. Presidente declarou que estavam reunidos com o objetivo de eleger os Diretores Operacionais para exercer o mandato correspondente ao biênio 1994/1996. Realizada a votação, concluiu-se pela reeleição do Sr. MÁRIO CARDOSO COSTA NETO, brasileiro, casado, engº civil, residente e domiciliado nesta Capital na Alameda Dom João, nº 06, Ap. 901, Ondina, portador da Carteira de Identidade nº 619.750-SSP/BA, inscrito no CIC/MF sob o nº 000.238.495-20 e a eleição do Sr. PEDRO AUGUSTO LUIZ PESSOA DE SOUZA, brasileiro, casado, engº civil, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Fernão Magalhães, 71/75, Edf. Champs Elysees, Ap. 1401 - Cherne-Chame, portador da Carteira de Identidade nº 00621371-58-SSP/BA, inscrito no CIC/MF sob nº 112.157.555-20. O Sr. Presidente declarou, finalmente, que a Diretoria da Empresa [illegible] sua maioria, está composta pelos engenheiros civis, NEYLOR DIAS PITHON, EVANDRO PIRES DALTRO, MÁRIO CARDOSO [illegible] NETO e PEDRO AUGUSTO LUIZ PESSOA DE SOUZA, com atuação voltada nas atividades técnicas da empresa e na coordenação da execução de contratos de obras e serviços. Os Diretores eleitos, declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que lida e aprovada, foi por todos assinada. Salvador-Ba. 03 de janeiro de 1994. (Ass) JOSÉ RIAL POSE FILHO, ADEMIR JOSÉ MANZATTO, NEYLOR DIAS PITHON, EVANDRO PIRES DALTRO, MARCELO RIBEIRO CORDEIRO. Ademir José Manzatto - Secretário. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA CERTIDÃO. Certifico que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº JC-94/0015250, por decisão da 2ª turma a cópia da ata de R.D. da CONCIC ENGENHARIA S/A, realizada em 03/01/94 e protocolada sob o nº 94/0015250 em 11/01/94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral.

SED 0133

BAHEMA AGROPECUÁRIA S.A. - CGC/MF 13.605.696/0001-21 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 1993, DATA, HORA E LOCAL: 30/12/93, às 9:00 horas, na sede da Companhia sita no Km-0 da Rodovia BR 324, Retiro, nesta Capital. CONVOCAÇÃO: Através do edital publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e no Jornal "A Tarde", nos dias 21, 22 e 23 de dezembro de 1993 respectivamente, contendo a ordem do dia. PRESENÇA: Presentes acionistas representando mais de 2/3 do capital votante, conforme assinaturas lançadas no livro próprio. MESA: Presidente - AFRANIO AFFONSO FERREIRA, DIRETOR PRESIDENTE E SECRETÁRIO - EDSON CARVALHO DE OLIVEIRA. DELIBERAÇÕES: Por decisão unânime dos acionistas presentes: 1. Aprovaram-se a transformação da Companhia em Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, já devidamente autorizada por força do que estabelece o art. 1º Parágrafo único, do Estatuto Social e, era consequência, os termos do instrumento de contrato social que passará a reger a sociedade, cujo texto será encaminhado em separado para registro, ficando a sociedade definitivamente transformada, passando a adotar o nome comercial de BAHEMA AGROPECUÁRIA LTDA, com o capital social no valor de CR$158.486.259,12 e os acionistas, ora quotistas, passarão a ter como quotas, o número correspondente às ações possuídas na sociedade. 2. Aprovada a colocação, na tesouraria da empresa, dos valores das respectivas ações pertencentes aos acionistas ausentes, segundo o valor patrimonial, em padrão monetário ora vigente de CR$1.459,41 (hum mil, quatrocentos e cinquenta e nove cruzeiros reais e quarenta e um centavos) conforme balanço levantado em 31 de julho de 1993, quando da redução do capital social, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de 17 de agosto de 1993, por entender-se que aqueles que não compareceram a esta Assembléia não concordavam com a ora aprovada transformação, sendo, então, havidos como dissidentes nos termos do edital de convocação para a presente, valendo a publicação desta como aviso para a percepção de seus créditos, os quais estão à sua disposição. OBSERVAÇÕES: A Ata está lavrada sob forma sumária, conforme permitido pelo Parágrafo 1º do Art. 130 da Lei 6404/76. Eu, EDSON CARVALHO DE OLIVEIRA, secretário, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes. Salvador, 30 de dezembro de 1993. Ass. AFRANIO AFFONSO FERREIRA, PRESIDENTE; EDSON CARVALHO DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO. BAHEMA S.A., representada por seu Diretor EDSON CARVALHO DE OLIVEIRA e sua procuradora ZULEIDE FERREIRA DA SILVA, BAHEMA PARTICIPAÇÕES S.A., representada por seus Diretores AFRANIO AFFONSO FERREIRA e GUILHERME AFFONSO FERREIRA. Está conforme a ata original, lavrada em livro próprio. EDSON CARVALHO DE OLIVEIRA - Secretário. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO. Certifico que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº JC-94/0015331 por decisão da 2ª turma a cópia da ata de A.G.E. da BAHEMA AGROPECUÁRIA S/A, realizada em 30/12/93 e protocolada sob o nº 94/0015331 em 11/01/94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral.

SED 0134

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
CGC Nº 15.144.017/0001-80

AVISO

Comunicamos aos senhores acionistas que se acham à disposição dos mesmos na sede social, na Rua Ilhas Martins nº 11, nesta cidade, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404 de 15.12.76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.93.

Salvador-BA, 25 de janeiro de 1994

PAMPHILO PEREIRA F. DE CARVALHO
Presidente do Conselho de Administração
PAULO SÉRGIO F. DE CARVALHO B. TOURINHO
Presidente da Diretoria Executiva

SED 0135-3-1

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
AVISO DE SELEÇÃO DE CONTRATANTES
COLETA DE PREÇOS Nº 004/94 - HOSPITAL SARAH/SALVADOR

OBJETO: Materiais de consumo Médico-Hospitalar para suprir o Almoxarifado do Hospital SARAH/SALVADOR.

ABERTURA: 01 de fevereiro de 1994 às 15:00 horas

EDITAL E INFORMAÇÕES: à disposição dos interessados no Hospital do Aparelho Locomotor-SSA (Hospital SARAH/SALVADOR), sito à Av. Luiz Viana Filho, 3/nº - STIEP-Salvador - Ba., ou pelo Telefone: (071)372.3472 - Fax: (071) 372.3385.

Salvador, 2 de janeiro de 1994

JORGE WASHINGTON A. ANUNCIAÇÃO
Serviço de Compras-SARAH/SALVADOR

SED 0121-AP

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
AVISO DE SELEÇÃO DE CONTRATANTES
COLETA DE PREÇOS Nº 005/94 - HOSPITAL SARAH/SALVADOR

OBJETO: Aquisição de tecidos para usos diversos no Setor de Costuraria do Hospital SARAH/SAVADOR.

ABERTURA: 01 de fevereiro de 1994 às 10:00 horas

EDITAL E INFORMAÇÕES: à disposição dos interessados no Hospital do Aparelho Locomotor-SSA (SARAH/SALVADOR), sito à Av. Luiz Viana Filho, nº 3/nº - STIEP-Salvador-Ba., ou pelo telefone: (071)372.3472 - Fax: (072) 372.3385

Salvador, 25 de janeiro de 1994

JORGE WASHINGTON A. ANUNCIAÇÃO
Serviço de Compras-SARAH/SALVADOR

SED 0122-AP

SEBRAE

TOMADA DE PREÇO
Nº 001/94

Acha-se aberta no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia - SEBRAE/BA - Tomada de Preços para a contratação da execução da montagem e desmontagem dos estandes para a realização da Feira Bahiana de Negócios - III - FEBAN, no período de 15 a 20 de março de 1994 em Salvador.

O Edital poderá ser adquirido pelas empresas interessadas na Rua Horacio César, 64 - Largo dos Aflitos - Salvador/Bahia, 1º Andar - Departamento Administrativo, das 10:00 às 16:00 horas, a partir de 23/01/94.

sed-0111-3-3

CAMAÇARI — BA
Original
Diselia Trindade Ribeiro
Sub-Tabelia Designada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

abrasca
companhia associada

POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

C.G.C. 13.603.683/0001-13
Companhia Aberta

ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

1. DATA, HORA, LOCAL: 20 de abril de 1995, às 16h, na Sede Social situada na Rua Benzeno, 2391, COPEC, município de Camaçari - BA. 2. PRESENÇAS: Acionistas representando mais de dois terços do capital com direito a voto, conforme se infere das assinaturas apostas no "Livro de Presença de Acionistas". Estavam presentes, também, os Diretores Jaime Paulo Antonio Sartori e Roberto de Sá Dórnaso, para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizessem necessários, bem como o Contador Sr. Paulo Roberto de Tavares Almeida, inscrito no CRC-BA sob o nº 11.891, representante do ERNST YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/C, com igual finalidade. 3. MESA: Presidente, Dr. Jaime Paulo Antônio Sartori, e Secretário, Dr. Sérgio Luiz Medeiros. 4. PUBLICAÇÕES: AVISO AOS ACIONISTAS, nos termos do Artigo 133 da Lei 6.404/76, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, edições dos dias 17, 18/19 e 21 de fevereiro de 1995, e no Jornal Correio da Bahia, edições dos dias 17, 18 e 20 de fevereiro de 1995. EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em suas edições dos dias 12, 13 e 18 de abril de 1995 e no Jornal Correio da Bahia, em suas edições dos dias 12,13 e 15 de abril de 1995. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia, Jornal Correio da Bahia e Gazeta Mercantil de São Paulo, em suas edições do dia 10 de março de 95. Cópias de todos os documentos antes arrolados, bem como as propostas apresentadas foram numeradas e autenticadas pela mesa, ficando arquivadas na sede social da Sociedade. O Senhor Presidente esclareceu que não se fazia preciso a parecer do Conselho Fiscal, uma vez que esse órgão não é de caráter permanente, consoante disposto no Artigo 42 do Estatuto Social elaborado sob a égide do Artigo 161 da Lei 6.404/76, de 15.12.76. Por unanimidade, foi dispensada a leitura dos documentos referidos no Artigo 133 da Lei 6.404/76, de 15.12.76, que consubstanciam a proposta dos Administradores à Assembléia. 5. DELIBERAÇÕES: Aprovadas por unanimidade: EM CARÁTER ORDINÁRIO: 5.1 - O relatório da administração, as demonstrações financeiras e os demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1994, 5.2 - Do lucro líquido do exercício, no valor de R$2.660.451,84 (dois milhões, seiscentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e hum reais e trinta e quatro centavos) após a provisão para o imposto de renda, no valor de R$2.272.739,00 (dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta e nove reais) foram destinadas as quantias de: a) R$133.022,67 (cento e trinta e três mil, vinte e dois reais e cinquenta e sete centavos) para constituição de reserva legal. b) R$2.527.428,77 (dois milhões, quinhentos e vinte sete mil, quatrocentos e vinte oito reais e setenta e sete centavos), referentes ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a dedução de que trata a alínea "A", serão levados à conta de lucros acumulados. 5.3 - Fixado o montante global de até R$1.000.000,00 (hum milhão de reais) para remuneração do Diretoria e do Conselho de Administração, no período de maio de 1995 a abril de 1996, cujos valores de cada componente serão estabelecidos pelo Conselho de Administração. 5.4 - O Senhor Presidente deu início ao processo de eleição dos membros do Conselho de Administração e determinou que eu, Secretário, procedesse à apuração dos votos, cujas cédulas foram anteriormente distribuídas aos Senhores Acionistas. Realizada o escrutínio, constatou-se a reeleição dos membros do Conselho de Administração para cumprirem o mandato do biênio 1995/97, com início em 01 de maio de 1995 e vigência até a Assembléia Geral Ordinária que aprovar as contas do Administração de 1997. Os Conselheiros ora eleitos declaram para os devidos fins que não estão incursa em nenhum crime, nem mesma naqueles que impeçam de exercer atividades mercantis. Desta forma, o Conselho de Administração do Companhia passa a ter a seguinte composição: 1. ÂNGELO CALMON DE SÁ, Titular - MAURO GUIMARÃES PEREIRA, Suplente; 2. JOSÉ DE SÁ NETO, Titular - EDUARDO NELSON DE ALMEIDA SANTOS, Suplente; 3. ANTONIO PEDREIRA DE FREITAS BURITY, Titular - DAVID FEFFER, Suplente; 4. MAX FEFFER, Titular - ARMANDO GUEDES COELHO, Suplente; 5. ADHEMAR MAGON, Titular - JOSÉ ANTONIO DE CARVALHO E SILVA, Suplente; 6. FUSAO OHYAMA, Titular - HITOSHI ISHIZUKA, Suplente; 7.SHIGEKI TSUTSUI, Titular - PAULO MAKOTO HIRAKAWA, Suplente. 5.5 - A correção monetária do capital social, no valor de R$55.978.501,67 (cinquenta e cinco milhões, novecentos e setenta e oito mil, quinhentos e um reais e sessenta e sete centavos), será incorporada pelo valor de R$55.978.261,46 (cinquenta e cinco milhões, novecentos e setenta e oito mil, duzentos e sessenta e um reais e quarenta e seis centavos), permanecendo o saldo residual de R$240,21 (duzentos e quarenta reais e vinte e hum centavos) que, por ser indivisível pela totalidade das ações, permanecerá contabilizado na conta reserva para aumento de capital, tudo de acordo com o que prescritivo o artigo 167 da Lei 6.404/76 de 15.12.76, bem assim a correção do limite do capital autorizado, nos mesmos índices adotados na correção do capital social, de acordo com o artigo 168 do parágrafo segundo do Diploma Legal retromencionado. Assim sendo, os valores que expressam o capital do sociedade passam a ser aqueles adiante mencionados e consequentemente o ARTIGO 05 do ESTATUTO SOCIAL passa a ter a seguinte redação - "CAPÍTULO II - CAPITAL E AÇÕES - ARTIGO 05 - CAPITAL SOCIAL E CAPITAL AUTORIZADO - 1) O capital social do companhia é de R$62.162.000,00 (sessenta e dois milhões cento e sessenta e dois mil reais), dividido em 15.852.064.267 (quinze bilhões, oitocentos e cinquenta e dois milhões, sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e sete) ações sem valor nominal, sendo 13.163.990.335 (treze bilhões, cento e sessenta e três milhões, novecentos e noventa mil, trezentos e trinta e cinco) ações ordinárias, 278.397.997 (duzentos e setenta e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil, novecentos e noventa e sete) ações preferenciais de classe "A" e 2.409.675.935 (dois bilhões, quatrocentos e nove milhões, setecentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco) ações preferenciais de classe "B". 2) A companhia está autorizado a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social até o limite de R$120.184.757,00 (cento e vinte milhões, cento e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais), sendo R$101.602.419,84 (cento e hum milhões, seiscentos e dois mil quatrocentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos) em ações ordinárias, R$2.148.734,17 (dois milhões, cento e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos) em ações preferenciais de classe "A" e R$16.433.602,99 (dezesseis milhões, quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e dois reais e noventa e nove centavos) em ações preferenciais de classe "B". 3) - ASSEMBLÉIA GERAL e o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO poderão modificar a proporção anteriormente verificada entre o número das diversas espécies e classes de ações a serem emitidas independentemente da proporção já existentes entre as mesmas". 5.6 - A distribuição de dividendos à conta de lucros acumulados, independentemente de proposta do administração, no montante R$62.916,51 (sessenta e dois mil, novecentos e quinze reais e cinquenta e hum centavos) sendo R$6.616,02 (seis mil, quinhentos e dezesseis reais e dois centavos) para ações preferenciais de classe "A" e R$56.399,49 (cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e nove centavos) para ações preferenciais de classe "B". EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO: Aprovar a consolidação do estatuto social do Companhia, incluindo em texto único as modificações introduzidas pelas Assembléias Gerais que deliberam sobre a matéria a partir de 25 de fevereiro de 1987. Desta forma, o Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: 'POLITENO INDUSTRIA E COMÉRCIO S.A. - CGC/MF - 13.603.683/0001-13 - ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - NOME, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO - ARTIGO 01- DENOMINAÇÃO SOCIAL: A Companhia é denominado POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. e se rege por este ESTATUTO e pela legislação que for aplicável. ARTIGO 02 - SEDE E FORO: A Companhia tem sede e foro no município de Camaçari-BA, podendo abrir filiais, agências, escritórios, fábricas, laboratórios e depósitos em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior. ARTIGO 03 - OBJETO SOCIAL: O objeto social é: a) fabricação, processamento, comércio direto ou por representação e consignação, exportação, importação e transporte de Polteno de Baixa Densidade e produtos correlatos; b) participação em outras sociedades como sócia quotista ou acionista, desde que o companhia assuma responsabilidade limitada; c) todo e qualquer negócio e atividade relacionados com os itens acima. ARTIGO 04 - DURAÇÃO: O tempo de duração do Companhia é indeterminado. CAPÍTULO II - CAPITAL E AÇÕES - ARTIGO 05 - CAPITAL SOCIAL E CAPITAL AUTORIZADO: 1) O capital social do Companhia é de R$62.162.000,00 (sessenta e dois milhões cento e sessenta e dois mil reais) dividido em 15.852.064.267 (quinze bilhões, oitocentos e cinquenta e dois milhões, sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e sete) ações sem valor nominal, sendo 13.163.990.335 (treze bilhões, cento e sessenta e três milhões, novecentos e noventa mil, trezentos e trinta e cinco) ações ordinárias, 278.397.997 (duzentos e setenta e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil, novecentos e noventa e sete) ações preferenciais de classe "A" e 2.409.675.935 (dois bilhões, quatrocentos e nove milhões, setecentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco) ações preferenciais de classe "B". 2) A Companhia está autorizada a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social até o limite de R$120.184.757,00 (cento e vinte milhões, cento e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais), sendo R$101.602.419,84 (cento e hum milhões, seiscentos e dois mil quatrocentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos) em ações ordinárias, R$2.148.734,17 (dois milhões, cento e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos) em ações preferenciais de classe "A" e R$16.433.602,99 (dezesseis milhões, quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e dois reais e noventa e nove centavos) em ações preferenciais de classe "B", sendo ASSEMBLÉIA GERAL e o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO poderão modificar a proporção anteriormente verificada entre o número das diversas espécies e classes de Ações a serem emitidas, independentemente da proporção já existente entre as mesmas. ARTIGO 06 - AÇÕES ORDINÁRIAS: As ações ordinárias sempre nominativas e cada uma delas dará direito a um voto na ASSEMBLÉIA GERAL do Companhia. ARTIGO 07 - AÇÕES PREFERENCIAIS: As Ações Preferenciais, respeitado o disposto nos itens 2 e 3 do ARTIGO 11, serão nominativas e não tem direito a voto sendo-lhes garantidos os previlégios constantes dos ARTIGOS 08 e 09. ARTIGO 08 - DIVIDENDOS: 1) As Ações Preferenciais de Classe "A" e "B" são asseguradas a prioridade no reembolso do Capital em caso de dissolução do Companhia e um dividendo mínimo não cumulativo, em dinheiro de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor unitário que será obtido através da divisão do Capital Social pelo total das ações emitidas, de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas; 2) Cumprido o limite estabelecido no item 01 deste Artigo, poderão ser distribuídos dividendos às Ações Ordinárias; no caso de tal dividendo exceder 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor unitário que será obtido na forma estabelecida no item 01 deste Artigo, caberá às Ações Preferenciais de Classe "A" um dividendo adicional de modo que o percentual de dividendo distribuído a tais ações seja igual ao distribuído às ações ordinárias; 3) As Ações Preferenciais de Classe "B" não participarão dos lucros remanescentes após o repasbimento do dividendo mínimo de 6% (seis por cento) referido no item 1 deste artigo. ARTIGO 09 - DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES: 1) As Ações Preferenciais de Classe "A" é garantido a participação em igualdade de condições com as Ações Ordinárias, na distribuição pela Companhia de Ações resultantes de correção monetária do Capital, incorporação de lucros e outros reservas; 2) As Ações Preferenciais de Classe "B" é garantida a participação, sem restrições, em igualdade de condições com as Ordinárias e Preferenciais de Classe "A", na distribuição pela Companhia de ações resultantes de correção monetária do Capital, nos termos do Lei; 3) Qualquer ação distribuído ou emitido de acordo com o previsto neste Artigo será do mesmo tipo e classe das Ações possuídas pelo detentor; 4) As Ações Preferenciais de Classe "A" e "B" são asseguradas prioridades no reembolso do Capital, no caso de liquidação do Companhia. ARTIGO 10 - INCONVERSIBILIDADE DAS AÇÕES PREFERENCIAIS: As Ações Preferenciais de qualquer classe são inconversíveis em Ações Ordinárias. ARTIGO 11 - DISPOSITIVOS ESPECIAIS: 1) As Ações Preferenciais de Classe "B" foram subscritas e integralizadas com recursos oriundos do FUNDO DE INVESTIMENTO DO NORDESTE - FINOR, nos termos do Decreto-Lei nº 1376, de 12.12.74 e do Decreto-Lei nº 1419, de 11.09.75. Nenhum novo aumento de Capital por subscrição poderá ser efetuado em tais Ações, salvo eventuais alterações do legislação vigente; 2) As Ações subscritas pelo FUNDO DE INVESTIMENTO DO NORDESTE - FINOR são nominativas e intransferíveis pelo prazo 04 (quatro) anos, a partir do data que forem permutadas por aquele FUNDO com os investidores, de acordo com o Artigo 19 do Decreto Lei nº 1376 de 12.12.74, ressalvada a hipótese de sua permuta com as pessoas físicas a que se refere o Parágrafo Único do Artigo 3º do aludido Decreto Lei, caso em que tais Ações terão seu prazo de intransferibilidade regido pela legislação específica; 3) As demais Ações integralizadas com os recursos mencionados no Artigo 18 da Lei nº 4239, de 27.06.63, alterado pelo Artigo 18 da Lei nº 4869 de 01.12.65 bem como as bonificações correspondentes às mesmas, resultantes da correção monetária do capital ou por incorporação de qualquer fundo de reserva do Capital Social, serão nominativas e não poderão ser transferidas durante o prazo de 05 (cinco) anos, contado da data em que, a juízo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o empreendimento previsto no respectivo projeto alcançar a fase de funcionamento normal. ARTIGO 12 - EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DA COMPANHIA: A emissão, subscrição e integralização das Ações do Companhia obedecerão aos seguintes critérios: a) Respeitado o limite do capital autorizado, as quantidades de ações ordinárias e as quantidades de ações preferenciais de cada classe lançadas à subscrição serão estabelecidas pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, com estrita observância do orçamento-programa anual do Companhia; b) o mínimo de realização inicial será o estabelecido pela legislação vigente; c) o prazo para integralização das ações subscritas será fixado pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, por ocasião de cada chamado de Capital; d) a integralização de ações com bens que não sejam créditos ou moeda corrente depende de aprovação da ASSEMBLÉIA GERAL do Companhia; e) a integralização das Ações subscritas pelo FINOR efetuar-se-á mediante o depósito da quantia correspondente em conta vinculada no Banco do Nordeste do Brasil S.A. em nome do Companhia, procedendo-se a respectiva liberação após a apresentação do comprovante de arquivamento do Junta Comercial, do Ata que deliberar sobre a subscrição. ARTIGO 13 - DIREITOS DE PREFERÊNCIA PARA SUBSCRIÇÃO DE NOVAS AÇÕES: 1) Na proporção do número de Ações que possuírem, os Acionistas terão preferência para subscrição de ações novas, do mesmo espécie das Ações possuídas; 2) Fica assegurado aos acionistas o prazo de 60 (sessenta) dias para o exercício do direito de preferência à subscrição de Ações novas, contando tal prazo a partir do data de publicação em Diário Oficial da Ata de Reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO em que se estabeleceu a emissão de novas Ações; 3) O disposto neste Artigo não se aplica à subscrição de Ações Preferenciais, nos termos do Lei especial sobre incentivos fiscais; 4) Não haverá direito de preferência para subscrição de Ações e Debêntures conversíveis em Ações cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou Subscrição Pública. ARTIGO 14 - CERTIFICADO DE AÇÕES: 1) A Companhia pode emitir certificados múltiplos de Ações e, provisoriamente, cautelas que os representem; 2) É facultado aos Acionistas a conversão dos títulos das Ações em títulos múltiplos, bem como o desdobramento destes, ficando a critério do Diretoria o reembolso ou não, à Companhia, dos respectivos custos. 3) Para efeito das disposições do item 2 deste ARTIGO, não se considera substituição de títulos a entrega de Ações aos investidores do FINOR quando de permuta do Certificado de Aplicação em Incentivos Fiscais (CAIF) ou Certificado de Investimento (CI), não sendo assim exigido ônus algum por essa entrega de Ações (Artigo 17 e 18 do Decreto Lei 1376/74). ARTIGO 15 - DISPOSIÇÕES PERTINENTES À TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES: O registro de transferência de ações, emissão de certificado de Ações, regras de registro de Ações e outros materiais pertinentes à transferência de Ações serão estabelecidos pelas disposições pertinentes à transferência de Ações a serem estabelecidas pela Diretoria, com a aprovação e autorização do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, na conformidade das leis e regulamento em vigor no Brasil. CAPÍTULO III - ÓRGÃOS DA COMPANHIA - ARTIGO 16 - ÓRGÃOS PERMANENTES DA COMPANHIA: Os órgãos permanentes do Companhia são os seguintes: a) Assembléia Geral; b) Conselho de Administração; c) Diretoria. CAPÍTULO IV - ASSEMBLÉIA GERAL - ARTIGO 17 - REALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS ACIONISTAS: A ASSEMBLÉIA GERAL se reunirá ordinariamente nos 04 (quatro) primeiros meses que se seguirem ao encerramento do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses do Companhia o exigirem. ARTIGO 18 - CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL: 1) A ASSEMBLÉIA GERAL será convocada pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ou na forma da Lei; 2) A convocação para ASSEMBLÉIA GERAL se fará mediante publicação, na conformidade do Lei. ARTIGO 19 - CONDIÇÕES PARA PRESENÇA NA ASSEMBLÉIA GERAL: Ionarão para na ASSEMBLÉIA GERAL os Acionistas cujas Ações estejam registradas em seu nome no livro competente até 09 (nove) dias antes do data de tal Assembléia, a partir de quando serão suspensos os registros de transferência de Ações nos citados livros, e aqueles cuja presença seja permitida ou obrigatória, nos termos do legislação em vigor. ARTIGO 20 - PRESIDÊNTE E SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA GERAL: A ASSEMBLÉIA GERAL elegerá, dentre os Acionistas presentes, seu Presidente, que escolherá, dentre os demais, um ou dois Secretários. CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - ARTIGO 21 - NÚMERO E ELEIÇÃO DE SEUS MEMBROS: O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO será composto de 07 (sete) membros e respectivos suplentes, Acionistas residentes no País e eleitos pela ASSEMBLÉIA GERAL. ARTIGO 22 - PRAZO DE GESTÃO: 1) O prazo de gestão dos membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO será de 02 (dois) anos, permitido a reeleição; 2) Os membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO serão empossados mediante a assinatura do termo de Posse no livro de Atas do órgão e permanecerão em função até a posse de seus substitutos. ARTIGO 23 - PREENCHIMENTO DE VAGAS: 1) Observado o disposto no item 2 do ARTIGO 26, em caso de ausência ou impedimento de um membro do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e seu suplente, este poderá indicar por escrito aquele que dentre os demais o representará em determinada reunião. Neste caso, caberá ao membro designado, independentemente do seu direito de voto, o exercício pleno do direito de voto de seu representante; 2) Em caso de vaga no CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, será convocada uma ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA dentro de 30 (trinta) dias para eleição de um novo titular ou suplente, que deverá cumprir o restante do prazo de gestão. ARTIGO 24 - REMUNERAÇÃO: A remuneração do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO será fixada pela ASSEMBLÉIA GERAL ARTIGO 25 - PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE: O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, através de resolução, elegerá um Presidente e um Vice-Presidente dentre os seus membros. ARTIGO 26 - ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE: 1) Ao PRESIDENTE compete: a) comunicar as datas das reuniões ordinárias do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; b) convocar as reuniões extraordinárias do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; c) supervisionar os serviços administrativos do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. 2) Ao VICE-PRESIDENTE compete: a) assistir ao Presidente; b) substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos e, ainda, em caso de vaga, ter a autoridade e exercer as funções do Presidente até a eleição de novo titular. ARTIGO 27 - REALIZAÇÃO E CONVOCAÇÃO DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: 1) O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO se reunirá ordinariamente a cada 2 (dois) meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, pelo Diretor-Superintendente ou por 2 (dois) membros quaisquer do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. 2) A convocação de qualquer reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO deverá ser feita através de telegrama, especificando a data, lugar e ordem do dia do reunião, com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência do data designada. Esta disposição, contudo, não se aplicará em caso de obtenção prévia de consentimento de todos os seus membros. ARTIGO 28 - QUÓRUM: O quorum para as reuniões do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO exigirá a presença de pelo menos 06 (seis) de seus membros. ARTIGO 29 - PODERES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: 1) Caberá ao CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: a) fixar a orientação geral dos negócios do Companhia; b) eleger e destituir os Diretores do Companhia e fixar-lhes atribuições; c) aprovar o orçamento-programa anual e autorizar sua execução; d) aprovar os planos de expansão ou redução de atividades e autorizar sua execução; e) aprovar o Regimento Interno do Companhia e autorizar sua implantação; f) aprovar e autorizar a aquisição, transferência, arrendamento e oneração de bens do ativo fixo do Companhia cujo valor exceda Cr$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) em 01 de abril de 1993, valor esse corrigido mensalmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, excetos a aquisição de bens para projetos já aprovados pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; g) aprovar e autorizar a celebração de acordos ou contratos cujo valor exceda Cr$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) em 01 de abril de 1993, valor esse corrigido mensalmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou com a duração superior a 1 (hum) ano exceto se tais acordos ou contratos forem referentes à aquisição de matéria prima para o Companhia ou à venda de seus produtos dentro do prazo de 1 (hum) ano; h) Aprovar e autorizar o encaminhamento à Assembléia Geral da proposta do Diretoria versando sobre reforma estatutária, dissolução ou liquidação do Companhia, cisão, fusão ou incorporação sob qualquer modalidade; i) aprovar e autorizar a execução de acordos ou contratos cujo valor exceda a Cr$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) em 01 de abril de 1993, valor esse corrigido mensalmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou com duração superior a 1 (hum) ano, a serem realizados entre o Companhia e seus Acionistas titulares de Ações Ordinárias, exceto se tais acordos ou tratos forem pertinentes à aquisição de matéria-prima para o Companhia ou à venda de seus produtos dentro de um prazo de 1 (hum) ano; j) aprovar e autorizar aquisição, marcas registradas, informações técnicas e segredos de fabricação; k) aprovar e autorizar a execução de contratos de empréstimo com garantia de bens de ativo fixo do Companhia ou com hipoteca; l) aprovar e autorizar a execução de acordos ou contratos de empréstimos, fiança ou qualquer outro tipo de garantia em favor de terceiros; m) aprovar e autorizar a abertura e fechamento de filiais, agências, escritórios, fábricas, laboratórios e depósitos, n) aprovar e autorizar a participação do Companhia em outras sociedades; o) deliberar sobre a emissão e colocação de novas ações, para integralização em dinheiro ou crédito, dentro dos limites do capital autorizado do Companhia; p) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Companhia; q) escolher e destituir os auditores independentes do Companhia; r) convocar a ASSEMBLÉIA GERAL; s) manifestar-se sobre o Relatório do Administração e as contas do Diretoria; t) atuar em qualquer outros assuntos, como previsto neste Estatuto. 2) As decisões constantes das letras "h", "i" e "n" do item 1 deste ARTIGO somente serão tomadas em reuniões realizadas com a presença obrigatória de todos os membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; 3) As decisões constantes das letras "f" e "k" do item 1 deste ARTIGO somente serão tomadas em reuniões realizadas com a presença obrigatória de todos os membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, quando o valor exceder a 50% (cinquenta por cento) do ativo do Sociedade. CAPÍTULO VI - DIRETORIA - ARTIGO 30 - NÚMERO DE DIRETORES E SUA ELEIÇÃO: A DIRETORIA será composta por até 06 (seis) membros eleitos pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, devendo um dos diretores ser o Diretor-Superintendente. ARTIGO 31 - PRAZO DE GESTÃO: 1) O prazo de gestão do Diretoria será de 02 (dois) anos, permitido a reeleição; 2) Os membros do Diretoria serão empossados mediante a assinatura do Termo de Posse no livro de Atas do órgão e permanecerão em função até a posse de seus substitutos, exceto no caso de destituição; 3) No caso de vaga no Diretoria, o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO será convocado dentro de 30 (trinta) dias para a eleição do novo diretor, que deverá cumprir o restante do prazo de gestão. ARTIGO 32 - REMUNERAÇÃO: A fixação dos montantes individuais de remuneração dos diretores caberá ao CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, observado o limite global estabelecido pela ASSEMBLÉIA GERAL. ARTIGO 33 - PREENCHIMENTO DE VAGAS: 1) Em caso de ausência ou impedimento de qualquer dos diretores, será o mesmo substituído temporariamente pelo diretor indicado pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; 2) No caso de vacância, enquanto o novo diretor não tomar posse, a vaga será temporariamente preenchida por diretor indicado pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; 3) O diretor indicado pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o disposto nos itens 1 e 2 deste ARTIGO, independentemente do seu direito de voto, exercerá plenamente o direito de voto de membro ausente ou impedido. ARTIGO 34 - PODERES DA DIRETORIA: 1) Caberá à Diretoria: a) praticar todos os atos necessários ao funcionamento do Companhia, observado o disposto no ARTIGO 29, item 2, deste ARTIGO; b) fixar ou modificar a estrutura organizacional do Companhia, de acordo com o seu Regimento Interno; c) preparar a proposta do orçamento-programa do Companhia, abrangendo os dispêndios com investimentos e os gastos operacionais, bem como o plano de cobertura e qualquer outros documentos a serem solicitados pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; d) designar procurador ou procuradores segundo o disposto no ARTIGO 37; e) outorgar poderes específicos conforme o disposto no item 2 do ARTIGO 38; f) deliberar sobre a aquisição, transferência, arrendamento e oneração de bens do ativo fixo do Companhia, cujo valor não exceda a Cr$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) em 01 de abril de 1993, valor esse corrigido mensalmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC; g) deliberar sobre a celebração de acordos ou contratos cujo valor não exceda a Cr$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) em 01 de abril de 1993, valor esse corrigido mensalmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, bem como acordos ou contratos referentes à aquisição de matéria-prima para o Companhia ou à venda de seus produtos, cujo valor exceder a Cr$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) em 01 de abril de 1993, valor esse corrigido mensalmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, desde que os respectivos prazos não ultrapassem a 01 (hum) ano; h) tomar quaisquer outras medidas visando conduzir a Companhia de acordo com este Estatuto; 2) É vedado à DIRETORIA: a) subroger à ASSEMBLÉIA GERAL qualquer proposta sem a prévia autorização do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; b) celebrar contratos de mútuo com instituições de crédito que não sejam bancos pertencentes à rede bancária oficial ou privada, salvo com prévia e expressa autorização do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; c) praticar atos de qualquer natureza relativos a negócios ou operações estranhos aos objetivos do Companhia, tais como fiança e aval em favor de terceiros, exceto com expressa aprovação do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; 3) A DIRETORIA poderá submeter ao CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO qualquer proposta relativa ao estipulado no ARTIGO 29. ARTIGO 35- PODERES DO DIRETOR-SUPERINTENDENTE: Caberá ao Diretor-Superintendente: a) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, e perante qualquer pessoa física, jurídica ou entidades privadas e autoridades governamentais, escritórios e departamentos, respeitado o disposto no ARTIGO 38; b) supervisionar as atividades do Companhia, cumprindo e fazendo cumprir a Lei, este Estatuto, o Regimento Interno do Companhia e as decisões do ASSEMBLÉIA GERAL, do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e do Diretoria; c) coordenar as atividades dos demais Diretores; d) convocar e presidir as reuniões de Diretoria; e) convocar o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; f) admitir, demitir e promover pessoal. ARTIGO 36 - FUNÇÕES DOS DIRETORES: Os Diretores terão as funções que lhes forem atribuídas pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. ARTIGO 37 - PROCURADORES: É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por 02 (dois) Diretores, sendo um deles o Diretor-Superintendente. As procurações especificarão os poderes concedidos e, com exceção daqueles para fins judiciais, terão um período limitado de validade. ARTIGO 38 - ATOS DA COMPANHIA: 1) Qualquer ato que implique em responsabilidade ou obrigação para o Companhia, será sempre exercido: a) por 02 (dois) Diretores em conjunto, ou; b) por 1 (hum) Diretor e 1 (hum) Procurador ou por 2 (dois) Procuradores com poderes específicos na forma do ARTIGO 37; 2) Em casos especiais poderão ser outorgados pela Diretoria, a um só Diretor ou Procurador, poderes expressos para o exercício de atos certos e determinados. ARTIGO 39 - REUNIÕES DE DIRETORIA: 1) A Reunião de Diretoria realizar-se-á ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente quando convocada pelo Diretor-Superintendente. Um Diretor poderá, sempre que julgar necessário, solicitar ao Diretor-Superintendente a convocação de uma Reunião de Diretoria; 2) Uma comunicação escrita para a Reunião de Diretoria, especificando data, local e ordem do dia deverá ser dada a cada Diretor com uma antecedência, via de regra, de pelo menos 05 (cinco) dias de trabalho. Este prazo, porém, não precisará ser cumprido em caso em que se tenha obtido consenso antecipado de todos os Diretores. ARTIGO 40 - PRESIDENTE: O Diretor-Superintendente atuará como Presidente em todas as Reuniões do Diretoria. Se o Diretor-Superintendente estiver impedido, um dos Diretores o substituirá na presidência na forma estabelecida pelo Diretoria. ARTIGO 41 - QUORUM E RESOLUÇÕES: O quorum para as Reuniões de Diretoria exigirá a presença do maioria dos Diretores eleitos e nenhuma deliberação do Diretoria será válida a menos baseada no voto afirmativo do maioria dos Diretores eleitos. No caso de empate, o Diretor-Superintendente poderá usar do direito de

continua...

1º OFÍCIO DE NOTAS
Original
35
Dicália Trindade Ribeiro
Sub-Tabelliã Designada

DIÁRIO OFICIAL
República Federativa do Brasil • Estado da Bahia

Salvador • Quarta-feira
31 de maio de 1995
Ano LXXIX • Nº 15.942

...continuação

Politeno INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. C.G.C. 13.603.683/0001-13 Companhia Aberta

ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

AÇÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

abrasca companhia associada

desempate, mas neste caso, ele deve comunicar sua decisão ao CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO o qual, se considerar necessário, estabelecerá regras a serem seguidas, no futuro, em casos idênticos ou semelhantes. CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL - ARTIGO 42 - NÚMERO DE MEMBROS E SUA ELEIÇÃO: 1) O CONSELHO FISCAL da companhia só será instalado quando pedido por Acionistas, na forma da Lei; 2) O CONSELHO FISCAL, quando em funcionamento, será composto de 05 (cinco) membros e seus respectivos suplentes, e terá as atribuições e poderes que lhes são fixados em Lei, devendo a ASSEMBLÉIA GERAL que os eleger fixar sua respectiva remuneração. CAPÍTULO VIII- DISPOSIÇÕES SOBRE AS CONTAS DA COMPANHIA - ARTIGO 43 - EXERCÍCIO SOCIAL: O Exercício Social será de 12 (doze) meses calendários, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano. ARTIGO 44 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS: 1) Ao término de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras exigidos por Lei; 2) a) Dos lucros líquidos verificados, serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição de um Fundo de Reserva Legal, até que atinja o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social emitido e em circulação; b) Os Acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos apurados na forma da Lei. Quando o valor do dividendo prioritário pago às Ações Preferenciais for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do Artigo 202 da Lei 6.404/76, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo saldo do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ele aplicado no pagamento às Ações Ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das Ações Preferenciais e, se ainda houver remanescente na distribuição de um dividendo adicional, às Ações Ordinárias e às Ações Preferenciais Classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada Ação Ordinária ou Preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo; c) O saldo que houver, após o cumprimento do disposto nas letras "a" e "b" acima, será aplicado conforme deliberação da Assembléia Geral, respeitadas as disposições da Lei deste Estatuto; d) Fica facultado à Companhia o levantamento de balanços intercalares em 31 (trinta e um) de março, 30 (trinta) de junho e 30 (trinta) de setembro de cada ano, observadas as disposições da Lei 6.404, de 15.12.76. Havendo lucro em tais balanços, poderá haver distribuição de dividendos por deliberação do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; e) O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da Companhia poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes no último balanço anual ou semestral. ARTIGO 45 - PAGAMENTO DE DIVIDENDOS: Os dividendos atribuídos aos Acionistas não serão corrigidos monetariamente e não renderão juros e, se não reclamados no prazo de 03 (três) anos a contar da data da publicação da Ata da Assembléia Geral ou da data da reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO que deliberar sobre a sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. - CAPÍTULO IX - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO - ARTIGO 46 - CONDIÇÕES DE DISSOLUÇÃO: A Companhia se dissolverá nos casos previstos na Lei. ARTIGO 47- FORMA DE LIQUIDAÇÃO: Em caso de dissolução da Companhia, compete à ASSEMBLÉIA GERAL determinar o método de liquidação, eleger o liquidante e o CONSELHO FISCAL, se solicitado pelos Acionistas, para funcionarem durante a liquidação. CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS - ARTIGO 48 - CASOS NÃO PREVISTOS: Os casos não previstos neste Estatuto serão resolvidos nos termos da Lei ou do Regimento Interno da Companhia. ARTIGO 49 - ACORDO DE ACIONISTAS: 1) O Acordo de Acionistas será observado pela Companhia, desde que arquivado na sua sede; 2) Os Administradores ficarão encarregados de zelar pela fiel observância de tal acordo, no que se refere às restrições, à conversão, transferibilidade ou aquisições de ações, bem como à composição dos órgãos da Companhia e ao exercício do direito de voto". Nesta oportunidade, o Senhor Presidente declarou que, apesar do teor do Estatuto Social não poder ser alterado, os valores pecuniários expressos nos Artigos 29 - alíneas "f", "g" e "i" - e 34 - alíneas "f" e "g" - equivalem a R$246.101,13 (duzentos e quarenta e seis mil, cento e hum reais e treze centavos), tendo em vista que a atual moeda corrente do País é o "Real", extintos que foram o "Cruzeiro" e o "Cruzeiro Real" que lhe sucedeu. Ficam os órgãos de administração da Companhia, desta forma, autorizados a convocar ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA para promover a modificação devida no Estatuto Social. Na aprovação das matérias deliberadas foram respeitadas as abstenções dos legalmente impedidos. Não havendo mais pronunciamento, o Senhor Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos foi a mesma lida e achada conforme, pelo que vai assinada por todos os presentes. Camaçari, 20 de abril de 1995. Assinam: Jaime Paulo Antônio Sartori, Presidente, Sérgio Luiz de Medeiros, Secretário. Acionistas: COMPANHIA SUZANO DE PAPEL E CELULOSE, pp.: Jaime Paulo Antônio Sartori. CONEPAR-CIA. NORDESTE E PARTICIPAÇÕES, pp.: Sérgio Luiz Medeiros. SUMITOMO CHEMICAL COMPANY, LIMITED, pp.: Paulo Makoto Hirakawa. ITOCHU CORPORATION, pp.: Paulo Makoto Hirakawa. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Camaçari, 20 de abril de 1995. Jaime Paulo Antonio Sartori, Diretor-Superintendente. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO-CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº JC 95/032996-7 por decisão da 4ª turma a cópia da ata de AGO/AGE da POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. realizada em 20/04.95 e protocolada sob o nº 95/032996-7 em 08.05.95. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia - 19 MAI 1995

SED — 1345

ESTATUTO DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DA CIDADE DO SALVADOR – Em 29 de dezembro de 1976 foi assinada a Carta que reconhece como entidade Sindical, de 1º grau, representante da Categoria Econômica, nos termos da legislação em vigor, publicado no Diário Oficial da União de Janeiro de 1977. **CAPÍTULO PRIMEIRO**, Artigo 1º – O Sindicato de Indústria de Panificação e Confeitaria da Cidade de Salvador, com sede e fôro em Salvador, no Estado da Bahia, é constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal das categorias econômicas das Indústrias de panificação e confeitaria, na base territorial do Município de Salvador, conforme estabelece a legislação em vigor sobre a matéria e com o intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido de solidariedade social e de sua subordinação aos interesses nacionais. Artigo 2º – SÃO AS PRERROGATIVAS DO SINDICATO. a) Representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais de suas categorias econômicas ou os interesses individuais de seus associados, relativos à atividade exercida; b) celebrar contratos coletivos de trabalho; c) eleger ou designar os representantes das respectivas categorias; d) colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas que se relacionam com as suas categorias; e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias representadas nos termos da legislação vigente. Artigo 3º – SÃO DEVERES DO SINDICATO. a) colaborar com os podares públicos no desenvolvimento da solidariedade social; b) manter serviços de assistência jurídica para os associados; c) promover a conciliação nos dissídios do trabalho. Artigo 4º – SÃO CONDIÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DO SINDICATO. a) observância das leis e dos princípios de moral e compreensão dos deveres cívicos; b) abstenção de qualquer propaganda, não somente de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses nacionais, mas também de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao Sindicato; c) inexistência de exercício de cargos eletivos cumulativos com os de empregos remunerados pelo Sindicato ou por entidade de grau superior; d) na sede do Sindicato, encontrar-se-á o seguinte modelo aprovado pelo Ministério do Trabalho, livro para "Registro de Associados" autenticado pela autoridade competente em matéria de Trabalho e do qual deverão constar a firma individual ou coletiva, ou a denominação das empresas e sua sede, o nome, idade, estado civil, nacionalidade, e residência dos respectivos sócios e a indicação de sócio ou diretor que representar a empresa no Sindicato; e) gratuidade de exercício dos cargos eletivos; f) abstenção de qualquer atividade não compreendida nas finalidades mencionadas em lei, inclusive as de caráter político-partidárias; g) não permitir a cessão gratuita ou remunerada da sede à entidade de índole político-partidárias; h) não poderá filiar-se a organizações internacionais, nem com elas manter relações sem prévia licença concedida por decreto do Presidente da República, na forma da Lei. CAPÍTULO SEGUNDO, **Dos Direitos e Deveres dos Associados.** Artigo 5º – Toda firma ou empresa que participe das atividades econômicas das indústrias de panificação e confeitaria, satisfazendo as exigências da legislação sindical, assiste o direito de ser admitida no Sindicato, salvo falta de idoneidade, com recurso para a autoridade competente. Artigo 6º – Do ato ou lesivo de direito ou contrário a este Estatuto emanado da Diretoria, da Assembléia Geral, poderá qualquer associado recorrer, dentro de 30 (trinta) dias, para a autoridade competente. Artigo 7º – Perderá seus direitos o associado que por qualquer motivo deixar o exercício da atividade. Artigo 8º – SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS. a) pagar a mensalidade fixada em 1/3 (um terço) de valor de referência estabelecido pelo Governo Federal para região, ficando desprezadas as frações de centavos porventura existentes; b) comparecer às Assembléias Gerais e acatar as suas decisões; c) desempenhar o cargo para que for eleito e no qual tenha sido investido; d) prestigiar o Sindicato por todos os meios ao seu alcance e propagar o espírito associativo entre os elementos das categorias representadas; e) comparecer às sessões cívicas comemorativas das datas e festas nacionais, realizadas na sede social ou sob convocação do Ministério do Trabalho; f) não tomar deliberação que interesse as categorias sem prévio pronunciamento da Diretoria de Sindicato; g) respeitar, em tudo a Lei e acatar as autoridades constituídas; h) cumprir e presente Estatuto. Artigo 9º – Os associados estão sujeitos às penalidades de suspensão e de eliminação do quadro social. § 1º – SERÃO SUSPENSOS OS DIREITOS DOS ASSOCIADOS QUE: a) não comparecerem à 3 (três) Assembléias Gerais consecutivas sem justa causa; b) desacatarem a Assembléia Geral ou a Diretoria. § 2º – SERÃO ELIMINADOS DO QUADRO SOCIAL OS ASSOCIADOS QUE: a) por má conduta, espírito de discórdia ou falta cometida, contra o patrimônio moral ou material do Sindicato, se constituírem em elementos nocivos à entidade; b) sem motivos justificados, se ausentarem em mais de 3 (três) meses no pagamento das suas mensalidades. § 3º – As penalidades serão impostas pela Diretoria. § 4º – A aplicação das penalidades, sob pena de nulidade, deverá preceder a audiência do associado o qual deverá aduzir, por escrito, a sua defesa no prazo de 10 (dez) dias, contados de recebimento da notificação. § 5º – Da penalidade imposta, caberá recurso de acordo com a legislação vigente. § 6º – A simples manifestação da maioria não basta para a aplicação de quaisquer penalidades, as quais só terão cabimento nos casos previstos em Lei e neste Estatuto. § 7º – Para o exercício da atividade, a cominação de penalidades não implicará incapacidade, que só poderá ser declarado por autoridade competente. Artigo 10º – Os associados que tenham sido eliminados do quadro social, poderão reingressar no Sindicato, desde que se restabilem, a juízo da Assembléia Geral, ou liquidem seus débitos, quando se tratar de atraso de pagamento. Artigo 11º – O processo eleitoral das votações, a posse dos eleitos e os recursos, obedecerão as normas vigentes na ocasião de pleito. § 1º – É facultado ao Sindicato, de acordo com as suas necessidades, organizar Mesas Coletoras itinerantes. § 2º – É obrigatório aos associados o voto nas eleições Sindicais. **DA ADMINISTRAÇÃO DO SINDICATO.** Artigo 12º – O Sindicato será administrado por uma Diretoria composta de 3 (três) membros efetivos e de suplentes em número não inferior a 2/3 (dois terços) dos efetivos eleitos pela Assembléia Geral; § 1º – A Diretoria elegerá, dentre seus membros, o Presidente do Sindicato; § 2º – Os demais cargos serão ocupados na ordem de menção na chapa eleita; § 3º – A Diretoria se comporá de Presidente, Secretário e Tesoureiro; § 4º – AO PRESIDENTE COMPETE. 1º – representar o Sindicato, perante a administração pública e em juízo, podendo nesta hipótese, delegar poderes; 2º – convocar as sessões de Diretoria e da Assembléia Geral, presidindo àquelas e instalando as deste últimos; 3º – assinar atas das sessões de Diretoria e da Assembléia e todos os papéis que dependam de sua assinatura bem como rubricar os livros da Secretaria e do Tesoureiro; 4º – ordenar as despesas autorizadas e visar cheques e contas, a pagar de acordo com o Tesoureiro; 5º – nomear os funcionários e fixar os seus vencimentos, consoante as necessidades de serviço, e com aprovação da Assembléia Geral; 6º – Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, especialmente a relativa à Administração do Sindicato, § 5º – AO SECRETÁRIO COMPETE. 1º – substituir o Presidente nos seus impedimentos; 2º – preparar a correspondência de Sindicato; 3º – ter sob sua guarda o arquivo; 4º – redigir e ler atas das sessões de Diretoria e das Assembléias; 5 – dirigir e fiscalizar os trabalhos da Secretaria. § 6º – AO TESOUREIRO COMPETE. 1º – substituir o Secretário em seus impedimentos; 2º – ter sob sua guarda a responsabilidade os valores de Sindicato; 3º – assinar, juntamente com o Presidente, os cheques e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados; 4º – dirigir e fiscalizar os trabalhos da tesouraria; 5º – apresentar ao Conselho Fiscal, balancetes mensais; 6º – recolher os dinheiros de Sindicato ao Banco do Brasil S/A ou à Caixa Econômica Federal. **DA ASSEMBLÉIA GERAL.** Artigo 13º – As assembléias gerais são soberanas nas resoluções não contrárias às leis vigentes e a este Estatuto, Suas deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, em relação ao total dos associados quites em primeira convocação e, em segunda, por maioria dos votos dos associados presentes, salvo casos previstos neste Estatuto. § Único – A convocação da Assembléia Geral será feita por Edital publicado com antecedência mínima de 3 (três) dias, em jornal de grande circulação na base territorial do Sindicato. Artigo 14º – Realizar-se-ão as Assembléias Gerais Extraordinárias, observadas as prescrições anteriores: a) quando o Presidente, ou a maioria da Diretoria ou do Conselho Fiscal, julgar conveniente; b) a requerimento dos associados, em número de 10% (dez por cento), os quais especificarão pormenorizadamente os motivos de convocação. Artigo 15º – A convocação da Assembléia Geral Extraordinária quando feita pela maioria da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou pelos associados, não poderá opor-se o Presidente de Sindicato, que terá de tomar providências para a sua realização dentro de 5 (cinco) dias, contados da entrada de requerimento na Secretaria. § 1º – deverá comparecer à respectiva reunião, sob pena de nulidade da mesma, a maioria dos que a promoveram. § 2º – na falta de convocação pelo Presidente, fa-lo-ão, expirado o prazo marcado neste artigo, aquelas que deliberaram realizá-la com audiência da autoridade competente. Artigo 16º – As Assembléias Extraordinárias só poderão tratar dos assuntos para que foram convocados. Artigo 17º – O Sindicato terá um Conselho Fiscal composto, de 3 (três) membros, eleitos pela Assembléia Geral, na forma deste Estatuto, limitando-se, a sua competência à fiscalização da gestão financeira da Diretoria. § Único – O parecer sobre o Balanço, Previsão Orçamentária e suas alterações deverá constar de "Ordem do Dia" da Assembléia Geral para esse fim convocada nos termos da Lei e regulamento em vigor. CAPÍTULO TERCEIRO – **DA PERDA DO MANDATO.** Artigo 18º – Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal perderão o mandato nos seguintes casos: a) malversação ou dilapidação do Patrimônio Social; b) grave violação deste Estatuto; c) abandono do cargo na forma prevista no § único do artigo nº 24; d) aceitação ou solicitação de transferência que importe no afastamento do exercício do cargo; e) mudança de categoria econômica. § 1º – A perda de mandato será declarada pela Assembléia Geral; § 2º – Toda suspensão ou destituição do cargo administrativo deverá ser precedida de notificação que assegure ao interessado o pleno direito da defesa, cabendo recurso na forma deste Estatuto. Artigo 19º – Na hipótese de perda de mandato, as substituições se farão de acordo com o que dispõe o artigo 21. Artigo 20º – A convocação dos suplentes, quer para a Diretoria, quer para o Conselho Fiscal, compete ao Presidente ou ao seu substituto legal e obedecerá à ordem de menção na chapa eleita. Artigo 21º – havendo renúncia ou destituição de qualquer membro da Diretoria, assumirá automaticamente o cargo vacante o substituto legal previsto neste Estatuto. § 1º – Achando-se esgotada a lista dos membros da Diretoria, serão convocados os suplentes que ocuparão os últimos cargos. § 2º – As renúncias serão comunicadas, por escrito, com firma reconhecida, ao Presidente do Sindicato. § 3º – Em se tratando de renúncia do Presidente do Sindicato será esta notificada, igualmente por escrito e com firma reconhecida, ao seu substituto legal que dentro de 48 (quarenta e oito) horas, reunirá a Diretoria, para ciência do ocorrido. Artigo 22º – Se ocorrer a renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Fiscal, e se não houver suplentes, o Presidente, ainda que resignatário, convocará a Assembléia Geral a fim de que esta constitua uma Junta Governativa Provisoria, dando ciência à autoridade competente. Artigo 23º – A Junta Governativa Provisoria constituída nos termos do artigo anterior, procederá a diligência necessária à realização de nova eleição para a investidura dos cargos de Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados Representantes e respectivos suplentes, de conformidade com as instruções em vigor. Artigo 24º – No caso da abandono de cargo, processar-se-á na forma dos artigos anteriores, não podendo, entretanto, o membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, que houver abandonado o cargo, ser eleito para qualquer mandato de administração sindical ou de representação durante 05 (cinco) anos. § Única – Considera-se abandono de cargo a ausência não justificada a 3 (três) reuniões ordinárias sucessivas da Diretoria ou do Conselho Fiscal. Artigo 25º – Ocorrendo falecimento de membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ou Delegados Representante, processar-se-á na conformidade do artigo 21 e seus parágrafos. CAPÍTULO QUARTO. **GESTÃO FINANCEIRA E SUA FISCALIZAÇÃO.** Artigo 26º – A Diretoria compete: a) fazer organizar por contabilista legalmente habilitado e submeter até 30 de junho de cada ano, depois de julgado pela Assembléia Geral Ordinária e com parecer prévio de Conselho Fiscal à aprovação de Ministério de Trabalho;, Proposta de Orçamento da receita e despesa para o exercício seguinte, assim como de Balanço financeiro do Sindicato relativo ao exercício anterior, observadas as instruções em vigor; b) organizar e submeter, até 30 de junho de cada ano, depois de julgado pela Assembléia Geral e com parecer do Conselho Fiscal, à aprovação da autoridade competente, Relatórios das ocorrências de ano anterior nos termos de lei e instruções em vigor; c) ao término de mandato, a Diretoria terá prestação de contas de sua gestão no exercício financeiro correspondente, levantando para esse fim, por contabilistas legalmente habilitado, os balanços de receita e despesa, encerrando-os nos livros Diário e Caixa de Contribuição Sindical, e de Rendas Próprias, os quais além da assinatura do contabilista, serão visados pelo Presidente e Tesoureiro nos termos da lei e regulamento em vigor; CAPÍTULO QUINTO. **PATRIMÔNIO DO SINDICATO.** Artigo 27º – Constitui patrimônio de Sindicato: a) as contribuições daquelas que participam de categoria representada, consoante alínea a do art. 2º; b) contribuições dos associados; c) doações e legados; d) bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidos; e) aluguéis e imóveis e juros de títulos e de depósitos; f) as multas e outras rendas eventuais. § 1º – A contribuição estipulada no art. 8º da letra a, não poderá sofrer alteração sem prévio pronunciamento da Assembléia Geral e subsequente aprovação pela autoridade competente. § 2º – Nenhuma contribuição poderá ser imposta aos associados além das determinadas expressamente em Lei e no presente Estatuto. Artigo 28º – As despesas de Sindicato correrão pelas rubricas previstas na Lei e instruções vigentes. Artigo 29º – A administração do patrimônio de Sindicato, constituído pela totalidade dos bens que o mesmo possuir, compete a Diretoria. Artigo 30º – Os títulos da renda e os bens imóveis só poderão ser alienados mediante permissão expressa da Assembléia Geral, em escrutínio secreto, pela maioria absoluta dos sócios quites e autorização prévia da autoridade competente. Artigo 31º – No caso de dissolução por se achar o Sindicato incurso nas leis que definem crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e ordem político-social, os seus bens, pagas as dívidas decorrentes das suas responsabilidades serão incorporados ao patrimônio da União e aplicados em obras de assistência social a juízo do Ministério de Trabalho. Artigo 32º – Os atos que importem na malversação ou dilapidação de patrimônio de Sindicato, são equiparados ao crime de peculato julgado e punido na conformidade com a legislação penal. Artigo 33º – No caso de dissolução de Sindicato, que só se dará por deliberação expressa da Assembléia Geral para esse fim convocada e com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos associados quites, o seu Patrimônio, pagas as dívidas legítimas decorrentes de suas responsabilidades, em se tratando de numerários em Caixa e Bancos e em poder dos devedores diversos será depositado em conta bloqueada no Banco do Brasil S.A., a crédito da conta de M. Tb. – Depósitos dos Poderes Públicos – Conta de Emprego e Salário e será restituído acrescido dos juros bancários respectivos, ao Sindicato da mesma categoria que vier a ser reconhecido pelo Ministério de Trabalho. CAPÍTULO SEXTO. **DISPOSIÇÕES GERAIS.** Artigo 34º – Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações da Assembléia Geral concernentes aos seguintes assuntos: a) eleição de associados para representação das respectivas categorias previstas em lei; b) tomada e aprovação de contas da Diretoria; c) aplicação de patrimônio; d) julgamento dos atos da Diretoria, relativos a penalidades impostas a associados; e) pronunciamentos sobre relações ou dissídios de trabalho; Artigo 35º – A aceitação de cargo de Presidente, Secretário ou Tesoureiro na Diretoria de Sindicato, importará na obrigação de residir na localidade onde o mesmo estiver sediado (Decreto Lei nº 9.675, de 29-8-46). Artigo 36º – Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na Lei. Artigo 37º – Não havendo disposição especial contrária, prescreve em dois anos o direito de pleitear a reparação de qualquer ato infringente de disposição nela contida. Artigo 38º – Dentro da respectiva base territorial, o Sindicato, quando julgar oportuno, instituirá delegacias ou secções, para melhor proteção dos seus associados e das categorias que representar. Artigo 39º – O presente Estatuto não poderá entrar em vigor antes de data da publicação de despacho que o aprovar, e só poderá ser reformado, por uma Assembléia Geral para esse fim especialmente convocada, com a presença de 50% (cinquenta por cento), em primeira convocação, e com 1/3 (um terço) na segunda convocação, dos associados quites, cabendo à Diretoria submeter as alterações à aprovação da Delegacia Regional do Trabalho. A DIRETORIA: **WENCESLAU ALBAN CORUJEIRA** – Presidente. **MANOEL VENTIN CORUJEIRA** – Secretário. **ALONSO JOSÉ DE SOUZA** – Tesoureiro.

SED — 1347

1º OFÍCIO DE NOTAS
CAMAÇARI — BA.
Confere com o original
1 JUN 1995
Bel. Antonio Hermes do C. Le A. Silva
TABELIÃO
Dicélia Trindade Ribeiro
Sub-Tabelia Designada

Politeno
INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CGC Nº 13.603.683/0001-13
Companhia Aberta

ATA DA 9ª (NONA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO INDÚSTRIA E COMERCIO S.A., REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1994.

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de hum mil, novecentos e noventa e quatro, às nove horas, na Sede Social da Companhia, situada na Rua Benzeno, 2391, COPEC, município de Camaçari-BA., reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Administração da POLITENO INDÚSTRIA E COMERCIO S.A., regularmente convocado de acordo com o Artigo 27 do Estatuto Social. Verificado o "quorum", assumiu a presidência dos trabalhos o Senhor Presidente, Dr. José de Sá Neto, que abordando o único item da ordem do dia - **RENUNCIA DE MEMBRO EFETIVO DA DIRETORIA E ELEIÇÃO DO SUBSTITUTO** - disse ter sobre a mesa, carta assinada pelo Diretor EDUARDO NELSON DE ALMEIDA SANTOS, por meio da qual comunicava sua decisão de renunciar ao cargo que vinha exercendo até a presente data. Na oportunidade, todos os Conselheiros se manifestaram enaltecendo os acertos e virtudes do Diretor resignatário, reconhecendo a justeza dos motivos que o levaram a tal deliberação, principalmente em se tratando de alguém que se empenhou integralmente, durante todos esses anos, no trato dos interesses da Companhia e, deliberaram consignar em ata os agradecimentos pelo zelo, dedicação e competência com que se houve à frente da gestão desta empresa. Em sequência aos trabalhos, o Senhor Presidente disse que iria suspender a sessão por alguns minutos, a fim de que os Senhores Conselheiros formulassem a indicação do substituto. Reabertos os trabalhos, por aclamação dos presentes, foi escolhido para cumprir o restante do mandato do Diretor resignatário, o Dr. **ROBERTO DE SÁ DAMASO**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF-MF sob o nº 094.029.695-00, portador da cédula de identidade nº 1.132.794-SSP-BA., residente na Rua São Gliusto, nº 219, Jardim Lusitânia, São Paulo-SP. O Diretor recém eleito declara, sob as penas da lei, que não está incurso em nenhum crime, nem mesmo naqueles que o impedem de exercer atividades mercantis. Ainda nesta oportunidade, foi o mesmo escolhido para, sem prejuízo das atribuições que lhe forem cometidas, desempenhar aquelas inerentes ao cargo de Diretor de Relações com o Mercado. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão foi a mesma lida e achada conforme pelo que vai assinada por todos os presentes. Camaçari, 15 de setembro de 1994. Ass.: José de Sá Neto, Presidente, Fusao Ohyama, Vice-Presidente, Adhemar Magon, Francisco José de Paiva Chiara, Max Feffer, Shigeki Tsutsui e Vasco Nunes Leal. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. José Ricardo Roriz Coelho - Diretor. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº 94/059711-0 por decisão da 4ª turma e cópia da ata da 9ª R. E. C. ADM. da POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A realizada em 15.09.94 e protocolada sob o nº 94/059711-0 em 22.09.94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia. 23 SET 1994

abrasca
companhia associada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

Politeno
INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CGC Nº 13.603.683/0001-13
Companhia Aberta

ATA DA 7ª (SÉTIMA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO INDÚSTRIA E COMERCIO S.A., REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 1994.

1. DATA, HORA, LOCAL: 12 de julho de 1994, às onze horas, na Sala Reuniões da Companhia Suzano de Papel e Celulose, situada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2100, S. PAULO-SP. - 2. PRESENÇAS: Membros do Conselho de Administração, abaixo assinados, por convocação do seu Presidente, Dr. José de Sá Neto, na forma do estatuto social. - 3. DELIBERAÇÕES: - Ratificar a deliberação tomada na 5ª (quinta) Reunião Extraordinária deste Colegiado, realizada em 07 de junho de 1994, que autorizou a mudança de endereço do ESCRITÓRIO DE S. PAULO, bem assim RETIFICAR O NOVO ENDEREÇO ONDE PASSA A FUNCIONAR DITO ESCRITÓRIO. Com a palavra o Senhor Presidente levou ao conhecimento de seus pares que por equívoco, da ata mencionada acima, constou elemento informativo diverso do endereço completo onde passa a se localizar o escritório da Companhia em S.Paulo, pelo que se fazia necessária a retificação que ora se procede para o endereço correto que é a RUA TENENTE NEGRÃO, Nº 140, 2º ANDAR, CONJUNTO 21, EDIFICIO JUSCELINO KUBITSCHEK, ITAIM-BIBI, SÃO PAULO-SP., CEP. 04530-030, o que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a mesma lida e achada conforme, pelo que vai assinada por todos os presentes. S.Paulo, 12 de julho de 1994. Ass.: José de Sá Neto, Presidente, Fusao Ohyama, Vice-Presidente, Antonio Pedreira de Freitas Bunty, Armando Guedes Coelho, Francisco José de Paiva Chiara, Shigeki Tsutsui e Vasco Nunes Leal. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO - Diretor. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº 94/058480-8 por decisão da 4ª turma e cópia da ata da 7ª R. E. C. ADM. da POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A, realizada em 12.07.94 e protocolada sob o nº 94/058480-8 em 19.09.94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia - 20 SET 1994

abrasca
companhia associada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

Politeno
INDUSTRIAL E COMERCIO S.A.

CGC Nº 13.603.683/0001-13
Companhia Aberta

ATA DA 8ª (OITAVA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1994.

1. DATA, HORA, LOCAL: 19 de agosto de 1994, às dez horas, na Sede Social da Empresa, situada na Rua Benzano, 2391, COPEC, Camaçari-BA. - 2. PRESENÇAS: Membros do Conselho de Administração, abaixo assinados, por convocação do seu Presidente, Dr. José de Sá Neto, na forma do estatuto social. - 3. DELIBERAÇÕES: - ABERTURA DE FILIAL - O Conselho autorizou, por unanimidade, a abertura de filial a ser instalada na AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº 22452, ARMAZEM 1 SUPERIOR "A", JURUBATUBA, SÃO PAULO-SP. CEP.: 04795-000. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a mesma lida e achada conforme, pelo que vai assinada por todos os presentes. Camaçari, 19 de agosto de 1994. Ass.: José de Sá Neto, Presidente, Fusao Ohyama, Vice-Presidente, Antonio Pedreira de Freitas Bunty, Armando Guedes Coelho, Francisco José de Paiva Chiara, Shigeki Tsutsui e Vasco Nunes Leal. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO - Diretor. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº 94/058478-8 por decisão da 4ª turma e cópia da ata da 8ª R. E. C. ADM. da POLITENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A, realizada em 19.08.94 e protocolada sob o nº 94/058478-8 em 19.09.94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia - 23 SET 1994

abrasca
companhia associada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

SED — 2264

COMUNICAÇÃO

BAHIA DISTRIBUIDORA DE CAFÉ, firma com sede à rua Maria Romana Galeão, s/n, Lote 13, Jardim Caigara-Brotoió Salvador-Ba, I.E 20.191.386, CGC n.13.051.180/0004-62, comunica à praça e as repartições públicas que se encontram extraviados todos os seus livros fiscais previdenciários e contábeis, talonários fiscais usados, Guia do ICM, DMAs, Guias do FGTS, INSS, PIS, FINSOCIAL e IMPOSTO DE RENDA, desde fevereiro de 1986, quando a empresa foi desativada. Faz esta comunicação para os efeitos legais

COM — 0483

EXTRATO

ILHOTA LAZER $ SERVIÇOS S/C fundada em 20 de novembro de 1993, com sede no Município de Vera Cruz/Ba à Estrada Ilhota Gamboa, Km 1, tem por finalidade proporcionar aos seus sócios SERVIÇOS E LAZER, com tempo de duração indeterminado. Será administrada e representada por um Administrador e um Subadministrador com funções executivas e um Conselho de Representantes com função fiscalizadora, eleitos por dois anos pelo voto direto dos sócios e cargos exercidos gratuitamente. A responsabilidade da Sociedade não se transmite aos seus sócios. A reforma do Estatuto será efetuada através Assembléia convocada para tal fim, pelo voto direto de 2/3 (dois terços) dos sócios e sua liquidação será deliberada por 4/5 (quatro quintos) dos sócios em Assembléia convocada para tal fim. MAURICIO GAKEM PITANGUEIRA -Administrador.

PEL — 0541

Politeno Linear
INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CGC Nº 13.603.683/0001-13
Companhia Aberta

ATA DA 4ª (QUARTA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1994.

Aos quinze dias do mês de setembro de ano de hum mil novecentos e noventa e quatro, às dez horas, na Sede Social da Companhia, situada na Rua Benzeno, 2391, COPEC, município de Camaçari-BA., reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Administração da POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., regularmente convocado de acordo com o Artigo 26 do Estatuto Social. Verificado o "quorum", assumiu a presidência dos trabalhos o Senhor Presidente, Dr. José de Sá Neto, que abordando o único item da ordem do dia - **RENÚNCIA DE MEMBRO EFETIVO DA DIRETORIA E ELEIÇÃO DO SUBSTITUTO** - disse ter sobre a mesa, carta assinada pelo Diretor EDUARDO NELSON DE ALMEIDA SANTOS, por meio da qual comunicava sua decisão de renunciar ao cargo que vinha exercendo até a presente data. Na oportunidade, todos os Conselheiros se manifestaram enaltecendo os acertos e virtudes do Diretor resignatário, reconhecendo a justeza dos motivos que o levaram a tal deliberação, principalmente em se tratando de alguém que se empenhou integralmente, durante esses anos, no trato dos interesses da Companhia e, deliberaram consignar em ata os agradecimentos pelo zelo, dedicação e competência com que se houve à frente da gestão desta empresa. Em sequência aos trabalhos, o Senhor Presidente disse que iria suspender a sessão por alguns minutos, a fim de que os Senhores Conselheiros formulassem a indicação de substituto. Reabertos os trabalhos, por aclamação dos presentes, foi escolhido para cumprir o restante do mandato do Diretor resignatário o Dr. **ROBERTO DE SÁ DAMASO**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF-MF sob o nº 094.029.695-00, portador da cédula de identidade nº 1.132.794-SSP-BA., residente na Rua São Gliusto, nº 219, Jardim Lusitânia, São Paulo-SP. O Diretor recém eleito declara, sob as penas da lei, que não está incurso em nenhum crime, nem mesmo naqueles que o impedem de exercer atividades mercantis. Ainda nesta oportunidade, foi o mesmo escolhido para, sem prejuízo das atribuições que lhe forem cometidas, desempenhar aquelas inerentes ao cargo de Diretor de Relações com o Mercado. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão foi a mesma lida e achada conforme pelo que vai assinada por todos os presentes. Camaçari, 15 de setembro de 1994. Ass.: José de Sá Neto, Presidente, Fusao Ohyama, Vice-Presidente, Adhemar Magon, Francisco José de Paiva Chiara, Max Feffer, Shigeki Tsutsui e Vasco Nunes Leal. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. José Ricardo Roriz Coelho - Diretor. SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº 94/059714-4 por decisão da 4ª turma e cópia da ata da 4ª R. E. C. ADM. da POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A realizada em 15.09.94 e protocolada sob o nº 94/059714-4 em 22.09.94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia - 23 SET 1994

abrasca
companhia associada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

Politeno Linear
INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CGC Nº 13.603.683/0001-13
Companhia Aberta

ATA DA 3ª (TERCEIRA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1994.

1. DATA, HORA, LOCAL: 19 de agosto de 1994, às onze horas, na Sede Social da Empresa, situada na Rua Benzano, 2391, COPEC, CAMAÇARI-BA. - 2. PRESENÇAS: Membros do Conselho de Administração, abaixo assinados, por convocação do seu Presidente, Dr. José de Sá Neto, na forma do estatuto social. - 3. DELIBERAÇÕES: - ABERTURA DE FILIAL - O Conselho autorizou, por unanimidade, a abertura de filial a ser instalada na AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº 22452, ARMAZEM 1 SUPERIOR "B", JURUBATUBA, SÃO PAULO-SP. CEP.: 04795-000. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a mesma lida e achada conforme, pelo que vai assinada por todos os presentes. Camaçari, 19 de agosto de 1994. Ass.: José de Sá Neto, Presidente, Fusao Ohyama, Vice-Presidente, Antonio Pedreira de Freitas Bunty, Armando Guedes Coelho, Francisco José de Paiva Chiara, Shigeki Tsutsui e Vasco Nunes Leal. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO - Diretor. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº 94/058471-9 por decisão da 4ª turma e cópia da ata da 3ª R. E. C. ADM. da POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A realizada em 19.08.94 e protocolada sob o nº 94/058471-9 em 19.09.94. Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia - 23 SET 1994

abrasca
companhia associada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

Politeno Linear
INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CGC Nº 16.490.039/0001-74
Companhia Aberta

ATA DA 2ª (SEGUNDA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 1994.

1. DATA, HORA, LOCAL: 12 de julho de 1994, às quinze horas na Sala Reuniões da Companhia Suzano de Papel e Celulose, situada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2100, S. PAULO-SP. - 2. PRESENÇAS: Membros do Conselho de Administração, abaixo assinados, por convocação do seu Presidente, Dr. José de Sá Neto, na forma do estatuto social. - 3. DELIBERAÇÕES: - Ratificar a deliberação tomada na 1ª (primeira) Reunião Ordinária deste Colegiado, realizada em 07 de junho de 1994, que autorizou a mudança de endereço do ESCRITÓRIO DE S. PAULO, bem assim RETIFICAR O NOVO ENDEREÇO ONDE PASSA A FUNCIONAR DITO ESCRITÓRIO. Com a palavra o Senhor Presidente levou ao conhecimento de seus pares que por, equívoco, da ata mencionada acima, constou elemento informativo diverso do endereço completo onde passa a se localizar o escritório da Companhia em S. Paulo, pelo que se fazia necessária a retificação que ora se procede para o endereço correto que é RUA TENENTE NEGRÃO, Nº 140, 2º ANDAR, CONJUNTO 21, EDIFICIO JUSCELINO KUBITSCHEK, ITAIM-BIBI, SÃO PAULO-SP., CEP. 04530-030, o que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi a mesma lida e achada conforme, pelo que vai assinada por todos os presentes. S. Paulo, 12 de julho de 1994. Ass.: José de Sá Neto, Presidente, Fusao Ohyama, Vice-Presidente, Antonio Pedreira de Freitas Bunty, Armando Guedes Coelho, Francisco José de Paiva Chiara, Shigeki Tsutsui e Vasco Nunes Leal. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO - Diretor. SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº 94/058476-0 em 19.09.94, Clarisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia - 20 SET 1994

abrasca
companhia associada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

SED — 2265

EXTRATO DOS ESTATUTOS DO S[illegible]OL CLUBE

DENOMINAÇÃO - SEDE - FINALIDADE.

ART.1º - O SANTOS FUTEBOL CLUBE, FUNDA[illegible]93, NA CI-DADE DE CATU-BA, COM SEDE PROVISÓRIA, S[illegible] (A. MON, Nº614 NESTA, TEM COMO FINALIDADE DISPUTAR COMPETIÇÕES E[illegible]S PROMOVIDAS PELA LIGA DESPORTIVA CATUENSE, SUJEITO ÀS DISPOSI[illegible]GISLAÇÃO FE-DERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DOS DESPORTOS.

ART.13º - AS CÔRES DO SANTOS FUTEBOL CLUBE [illegible]

ART.16º - EM CASO DE DISSOLUÇÃO O PATRIMÔNIO DO SAN[illegible] CLUBE SERÁ DESTINADO A CASA DE CARIDADE.
JOSÉ DOS REIS MACHADO - SECRETÁRIO - CPF: 141[illegible]405-34

SED — 2267

.continuação

Politeno Linear INDUSTRIA E COMERCIO S.A. CGC/MF 16.490.039/0001-74 Companhia Aberta

ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES AÇÃO abrasca companhia associada

cento e hum reais e treze centavos), tendo em vista que a atual moeda do País é o "Real", extintas que foram o "Cruzeiro" e o "Cruzeiro Real" que lhe sucedeu. Ficam os órgão da administração da Companhia, desta forma, autorizados a convocar ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA para promover a modificação devida no Estatuto Social. Na aprovação dos matérias deliberadas foram respeitadas as abstenções dos legalmente impedidos. Não havendo mais pronunciamento o Senhor Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos foi a mesma lida e achada conforme, pelo que vai assinada por todos os presentes. Camaçari, 20 de abril 1995. Assinam: Jaime Paulo Antônio Sartori, Presidente: Roberto de Sá Dômaso, Secretário. Acionista: Politeno Indústria e Comércio S.A. A presente é cópia fiel da original lavrado em livro próprio. Camaçari, 20 de abril de 1995. Jaime Paulo Antônio Sartori - Diretor Superintendente. - SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - CERTIDÃO - CERTIFICO que foi arquivada nesta Autarquia sob o nº JC 95/012999-1 por decisão da 4ª Turma a cópia da Ata de AGO/AGE da POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A realizada em 20.04.95 e protocolada sob o nº 95/032999-1 em 08.05.95. Claisse Xavier de Souza - Substituta Secretário Geral - Junta Comercial do Estado da Bahia. 19 MAI 1995

EXTRATO DO ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CENTRO SOCIAL DA COMUNIDADE DE RECANTO, com sede no povoado de Recanto, e foro na cidade de Serrinha, é uma entidade civil sem fins lucrativos de caráter beneficente e educacional; tem como finalidade promover o desenvolvimento comunitário e social do Recanto. TEMPO DE DURAÇÃO - Indeterminado. Sua Diretoria responderá pela Associação pelo período de três anos. Será composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, e três membros do Conselho Fiscal e Três Suplentes. Em caso de extinção que só se fará em Assembleia, terá seu patrimônio doado a uma outra instituição congênere. Maria José de Oliveira dos Anjos. Presidente.

SED — 0569 — AP-F

PLÁSTICOS NOVEL DO NORDESTE S.A.

C.G.C.(MF) - 13.926.910/0001-41
Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas:
Submetemos a apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações Financeiras e do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 1993 e 1994, ao tempo em que permanecemos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos julgados necessário.
Agradecemos o apoio das Instituições Financeiras, Fornecedores, Clientes e em especial ao empenho de nossos funcionários.
Lauro de Freitas/Ba., 31 de dezembro de 1994.
A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994 E 1993.
(EM REAIS E MILHARES DE CRUZEIROS REAIS)

ATIVO	1994	1993
CIRCULANTE	2.568.739	516.989
DISPONÍVEL	153.081	30.486
CAIXA E BANCOS	53.081	25.654
APLIC. DE LIQ. IMEDIATA	100.000	4.832
CONTAS A RECEBER	1.085.892	283.772
CLIENTES	378.618	117.030
CRÉDITOS TRIB. A RECEBER		351
OUTROS CRÉDITOS RECEBER	676.213	166.191
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31.061	
ESTOQUES	1.322.923	202.583
DESPS. DO EXERC. SEGUINTE	6.843	148
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	105.469	34.026
DEPÓSITOS COMPULSÓRIO	105.469	28.728
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	0	5.298
PERMANENTE	4.149.316	1.382.531
INVESTIMENTOS	601.332	259.062
IMOBILIZADO	3.548.004	1.033.469
TOTAL DO ATIVO	6.823.544	1.853.546

PASSIVO	1994	1993
CIRCULANTE	1.465.502	467.572
FORNECEDORES	822.644	198.587
OBRIG. SOCIAIS/TRABALHISTAS	29.224	15.108
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	119.240	88.396
OUTRAS OBRIGAÇÕES	103.155	41.031
EMPREST. E FINANCIAMENTOS	375.002	122.371
CCORRENTE REPRESENT.	16.237	2.089
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	661.559	210.250
EMPRESTE FINANCIAMENTOS	194.407	101.730
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	467.152	108.520
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.696.483	1.175.724
CAPITAL SUBS.E RRALIZADO	427.536	43.788
RESERVAS DE CAPITAL	3.637.330	1.060.594
RESERVAS DE LUCROS	31.581	-0-
LUCROS/PREJ. ACUMULADOS	600.036	71.342
TOTAL DO PASSIVO	6.823.544	1.853.546

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994 E 1993
(EM REAIS E MILHARES DE CRUZEIROS REAIS)

	1994	1993
RECEITA BRUTA DE VENDAS	6.944.708	620.102
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS	(1.365.519)	(175.134)
RECEITA LÍQUIDA	5.179.189	444.968
(-) CUSTO DAS VENDAS	(3.261.447)	(306.651)
LUCRO BRUTO	2.917.742	138.317
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(1.139.659)	(79.983)
VENDAS	(701.268)	(39.804)
ADMINISTRATIVAS	(457.650)	(40.252)
OUTRAS RECEITAS OPERAC	19.259	20.073
RESULTADO FINANCEIRO	(1.262.888)	(9.204)
RECEITAS FINANCEIRAS	373.636	35.894
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	(1.636.524)	(45.098)
LUCRO OPERACIONAL	515.195	49.130
EFEITOS INFLACIONÁRIOS	74.751	63.539
(-) VARIAÇÕES E CORR. MONETÁRIAS	(655.505)	(424.840)
(+) CORREÇÃO MONETÁRIA BALANÇO	1.187.441	331.402
(+) GANHOS E PERDAS DE CAPITAL	313	(8.011)
(+) RESULTADO EQUIV. PATRIMONIAL	(377.498)	138.966
LUCRO DO EXERCÍCIO	589.946	112.669
CONTRIB. SOCIAL S/O LUCRO	2.151	607
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	587.795	112.062
LUCRO POR AÇÃO	1,37	2,58

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(EM REAIS E MILHARES DE CRUZEIROS REAIS)

	1994	1993
ORIGENS DE RECURSOS	2.567.592	1.849.731
LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	587.795	112.669
VARIAÇÃO MONET. FINANC/TRIB.	737.942	424.848
BAIXA DO IMOBILIZADO	10.225	18.817
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	269.027	34.579
REDUÇÃO EM INVESTIMENTOS	377.498	0
AUMENTO DO EXIG. A LONGO PRAZO	585.104	199.844
CONTRIB DE RESERVAS DE CAPITAL	0	1.060.594
APLICAÇÕES DE RECURSOS	1.197.421	537.402
CORREÇÃO MONET. DO BALANÇO	1.187.441	331.402
AMORTIZAÇÕES DE FINANCIAMENTOS	0	22.554
PAGAMENTO DE OBRIG.TRIBUTARIAS	0	487.275
APLIC. NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0	1.060.594
AUMENTO DO REALIZÁVEL L. PRAZO	93.096	32.981
ADIÇÃO NO IMOBILIZADO	128.816	18.217
ADIÇÃO EM INVESTIMENTOS	153.141	138.966
AUMENTO DO CAPITAL CIRC. LIQ.	1.085.098	(252.238)

	31/12/94	31/12/93	VARIAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	2.568.739	187.996	2.380.743
PASSIVO CIRCULANTE	1.465.502	169.857	1.295.645
CAPITAL CIRCULANTE	1.103.237	18.139	1.085.098

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1993 E 1994
(EM REAIS E MILHARES DE CRUZEIROS REAIS)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS/PREJ. ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 1993	3.202	36.160	1.607	2.819	43.788
CORREÇÃO MONETÁRIA		1.060.594			1.060.594
AUMENTO DE CAPITAL					
COM LUCROS E RESERVAS	40.586	(36.160)	(1.607)	(2.819)	0
LUCRO DO EXERCÍCIO				71.342	71.342
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1993	43.788	1.060.594	0	71.342	1.175.724
CONVERSÃO SALDOS 31/12/93 EM R$	15.924	385.678	0	25.942	427.536
AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIOR	0	8	0	(153.141)	(153.141)
CORREÇÃO MONETÁRIA	0	3.637.330	0	196.963	3.834.293
AUMENTO DE CAPITAL					
COM LUCROS E RESERVAS	411.612	(385.670)	0	(25.942)	0
LUCRO DO EXERCÍCIO	0	0	31.581	556.214	587.795
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994	427.536	3.637.330	31.581	600.036	4.696.483

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTES INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994.

Resumo das Principais Práticas Contábeis:
1 - Os Direitos e Obrigações do Ativo e Passivo Circulante tem seus prazos de realização e exigibilidades previstos até 31.12.95.
2 - Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, inferiores ao preço de mercado.
3 - O Ativo Permanente foi avaliado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente. As Depreciações foram calculadas sobre o custo corrigido, pelo método linear.
4 - O Capital Social Subscrito e Integralizado e de R$ 427.535,99 dividido em 427.535 ações ordinárias e nominativas de R$ 1,00 cada uma.
5 - A partir de 01 de julho de 1994 a unidade monetária foi alterada de Cruzeiros real (CR$) para Real (R$) com base na paridade de R$ 1,00 = CR$ 2.750,00. Os saldos das transações efetuadas no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 1994, expressos em cruzeiros reais, foram convertidos na referida paridade e utilizados nos saldos de transações efetuadas a partir de 01 de julho de 1994, expressos em reais.
Lauro de Freitas/Ba., 31 de dezembro de 1994.

LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

LUIZ ANTONIO ALVES CARLOS
Tec.Contab. - CRCSP 114.150"T"B

SED — 1346

SED — 1344

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE FEIRA DE SANTANA

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE FEIRA DE SANTANA-EDITAL DE REGISTRO DE CHAPA, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA LETRA C DO ARTIGO 37 DOS ESTATUTOS SOCIAIS DA ENTIDADE, FAÇO SABER QUE FOI REGISTRADA UMA CHAPA PARA CONCORRER AS ELEIÇÕES QUE SERÃO REALIZADAS NOS DIAS 20,21,22,23 DE JUNHO DE 1.995, CHAPA ÚNICA-COMPOSIÇÃO; DELCIO MENDES BARBOSA, JOSÉ MOREIRA LYRA, ANTONIO TADEU SOARES CEDRAZ, ADEMIR CRUZ DA SILVA, ANTONIO RAIMUNDO SANTANA LINS, HERAILTON DE SOUZA SANTOS, MOACIR COSTA LIMA; DIRETORIA EFETIVA; SUPLENTES-DIRETORIA; JOSENEIDE SANTOS COSTA, MARIVALDO SOUZA SOARES, WALTER NEY LOPES DE OLIVEIRA, ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA, EVANDO SÁ MAIA FILHO, JOSÉ CARLOS DIAS DA COSTA, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS SENA; CONSELHO FISCAL-EFETIVOS-MARIA VALDICE DOS SANTOS SILVA, CLAUDINO DE JESUS SILVA, FLORISVALDO NOVAES CARNEIRO; CONSELHO FISCAL-SUPLENTES; REGINALDO SILVA SOARES, ELIANE FALCÃO DE ASSIS, JOÃO DOS SANTOS CONCEIÇÃO; DELEGADOS FEDERATIVOS-EFETIVOS; DELCIO MENDES BARBOSA, JOSÉ MOREIRA LYRA, DELEGADOS FEDERATIVOS-SUPLENTES; MARIA DA PIEDADE ALMEIDA SOARES, JAILTON LOBO BASTOS; SECRETARIAS; SECRETÁRIOS-SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA; EFETIVO; BONFIM OSVALDO SANTOS MOURA; SUPLENTE; ELIAS MAIA DE ALMEIDA; SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER; ELIEL DE SOUZA BARRETI SOBRINHO; EFETIVO; SUPLENTE; WILSON CARLOS DOS REIS; SECRETÁRIO DE EVENTOS E COMEMORAÇÕES; EFETIVO; JOAQUIM DE ASSIS FAGIGAS FILHO; SUPLENTE; ERIVALDO SANTAS DOS SANTOS; SECRETÁRIO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES; EFETIVO; BRAULIO RIBEIRO DA SILVA; SUPLENTE; REGINALDO DOS SANTOS RAMALHO; SECRETÁRIO DE ASSUNTOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS; EFETIVO ADALTON DE SOUZA; SUPLENTE; ANTONIO JOSÉ OLIVEIRA ESTRELA; SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E AÇÃO SOCIAL; EFETIVO; ADILSON SERRA DA FONSECA; SUPLENTE; JOSINEIA CARVALHO DA ROCHA; FICA ABERTO O PRAZO DE TRÊS DIAS, DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL PARA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA. FEIRA DE SANTANA 25 MAIO/1.995. DELCIO MENDES BARBOSA-PRESIDENTE.

PEL — 0346

ESTATUTO

Igreja Presbiteriana Unida de Itapagipe rua Barão de Cotegipe 260, Largo de Roma Salvador Bahia, entidade civil e religiosa de direito privado sem fim lucrativo, com objetivo de promover o crescimento integral dos seus membros, constituída eclesiasticamente e juridicamente por todas as pessoas batizadas, e arroladas como membros. Esta igreja funcionará por tempo indeterminado e é administrada por um Conselho Presbiterial e pastorada por um ou mais pastores (as). Em caso de Cisma ou dissolução os bens da igreja passarão a pertencer à parte fiel a orientação da Igreja Presbiteriana Unida. Este estatuto foi aprovado e registrado às folhas 25/28 - Livro de Atas, Ata 27 assinada por todos os presente. Lindaura Gomes Rabêlo secretária; Áureo Bispo dos Santos, pastor Moderador do Conselho; Paulo Roberto Amorim; Cecília U. dos Santos; Maria Rosa Mota; Antônio C. Souza; Edite L. Amorim; Roberto S. Lopes; Jovina A. Cardoso; Jussara S. Silva; Iraci de Jesus Cerqueira; Perenice Crispim de Matos; Iolanda dos Santos Cerqueira. Salvador, 14 de maio de 1994.

SED — 1342

EXTRATO DO ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DE BARAÚNAS, MANGA E PERIPERI-ABAMP, com sede na comunidade rural de Baraúnas, Juquém do São Francisco. DURAÇÃO: Indeterminado, sem fins lucrativos. FINALIDADE: Promover o bem comum, Assistência Social, extensivo a todos os moradores. ADMINISTRAÇÃO: Composta por Diretoria, Assembleia Geral, Conselho Fiscal, gratuita única e exclusivamente por função, podendo ser reformada por deliberação de 2/3 (dois terços) dos sócios quites com suas obrigações sociais. Em caso de dissolução da entidade, o patrimônio e os bens constituídos, bem como sua obrigações, será cedido a outra entidade congênere sendo esta e a entidade supra devidamente registrada no CNAS. Jaison Benício Neves. Presidente.

SED — 0572 — AP-F

EDN-ESTIRENO DO NORDESTE S.A.
CGC/MF Nº 13.565.602/0001-01
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da EDN-ESTIRENO DO NORDESTE S/A. a reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária, na sua Sede Social, na Rua Hidrogênio, 1.879, Área do Complexo Básico, Complexo Petroquímico do Nordeste, Camaçari-BA, no dia 05/06/95, às 13 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I. PROPOSTA DA MASSA FALIDA DA CEVEKOL S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS, REFERENTE NEGOCIAÇÃO CRÉDITO EDN-ESTIRENO DO NORDESTE S/A. 2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE.

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES AÇÃO

Rio de Janeiro/RJ, 26 de maio de 1995.
Francisco José de Paiva Chiara
Presidente do Conselho de Administração

abrasca companhia associada

COM — 0271 — 3-3

incon PRODUTOS ALIMENTÍCIOS S/A

CGC/MF Nº 13.609.391/0001-96
EMPRESA BENEFICIÁRIA DO FINOR - FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Senhores Acionistas desta empresa a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária no dia 05/06/95, às 10:00 (dez) horas, na sede social, na Rodovia Ilhéus-Uruçuca, km 04 - Distrito Industrial, Ilhéus/Ba., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e aprovação dos contas, relatório dos administradores, parecer do Conselho de Administração e demais documentos, balanço patrimonial e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/94; b) Aprovação e capitalização da reserva resultante da correção monetária do Capital Social; c) Fixação dos honorários anuais globais dos administradores; d) Alteração estatutária e no que couber do art. 5º, tendo em vista a alteração do Capital em decorrência da capitalização da reserva de correção e; e) Outros assuntos de interesse da sociedade. Ilhéus-Ba., 11 de maio de 1995. O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

sed 1338-3-3

1º OFÍCIO DE NOTAS
CAMAÇARI — BA.
Confere com o original
1 JUN 95
Bel. Antonio Fernando C. de A. Silva
TABELIÃO
Dicélia Trindade Ribeiro
Sub-Tabelia Designada

4

DIÁRIO OFICIAL
República Federativa do Brasil • Estado da Bahia

Politeno Linear
INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CGC/MF 16.490.039/0001-74
Companhia Aberta

ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS EM BOLSAS DE VALORES — ESPÉCIE AÇÃO — abrasca companhias associadas

1. DATA, HORA, LOCAL: 20 de abril de 1995, às 15h, na Sede Social situada na Rua Benzêno, 2391, COPEC, município de Camaçari-BA 2. PRESENÇAS: Acionistas representando mais de dois terços do capital com direito a voto, conforme se infere das assinaturas apostas no "Livro de Presença de Acionistas". Estava presente o Contador Sr. Paulo Roberto de Tavares Almeida, inscrito no CRC-BA. sob o Nº 11.891, representante da ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/C para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizessem necessários. 3) MESA: Presidente: Dr. Jaime Paulo Antônio Sartori, Secretário: Dr. Roberto de Sá Dâmaso. 4. PUBLICAÇÕES: AVISO AOS ACIONISTAS nos termos do Artigo 133 da Lei 6.404/76 publicados no Diário Oficial do Estado da Bahia em suas edições dos dias 17, 18/19 e 21 de fevereiro de 1995 e no Jornal Correio da Bahia em suas edições dos dias 17, 18 e 20 de fevereiro de 1995. EDITAL DE CONVOCAÇÃO publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, em suas edições de 12, 13 e 18 de abril de 1995 e no Jornal Correio da Bahia, em suas edições dos dias 12, 13 e 15 de abril de 1995. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia e Jornal Correio da Bahia, em suas edições do dia 10 de março de 1995. Cópias de todos os documentos antes arrolados, bem como as propostas apresentadas, foram numeradas e autenticadas pela mesa ficando arquivados na sede social da Sociedade. O Senhor Presidente esclareceu que não se fazia preciso o parecer do Conselho Fiscal, uma vez que esse órgão não é de caráter permanente, consoante disposto no Artigo 41 da Estatuto Social elaborado sob a égide do Artigo 161 da Lei 6.404, de 15.12.76. Por unanimidade, foi dispensada a leitura dos documentos referidos no Artigo 133 da Lei 6.404, de 15.12.76, que consubstanciam a proposta dos Administradores à Assembléia. 5. DELIBERAÇÕES: Aprovadas por unanimidade: EM CARÁTER ORDINÁRIO - 5.1 - O relatório da administração, as demonstrações financeiras e os demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1994. 5.2 - Aprovado também o montante global equivalente a R$100.000,00 (cem mil reais) para remuneração anual dos administradores, o que foi objeto de renúncia. 5.3 - O Senhor Presidente deu início ao processo de eleição dos membros do Conselho de Administração e determinou que eu, Secretário, procedesse à apuração dos votos, cujas cédulas foram antecipadamente distribuídas aos Senhores Acionistas. Realizado o escrutínio, constatou-se a reeleição dos membros do Conselho de Administração para cumprirem o mandato do biênio 95/97, com início em 01 de maio de 1995 e vigência até a Assembléia Geral Ordinária que aprovar as contas da Administração de 1997. Os Conselheiros ora reeleitos declaram para os devidos fins que não estão incursos em nenhum crime, nem mesmo naqueles que os impeçam de exercer atividades mercantis. Desta forma, o Conselho de Administração da Companhia passa a ter a seguinte composição: 1. ÂNGELO CALMON DE SÁ, Titular - MAURO GUIMARÃES PEREIRA, Suplente; 2. JOSÉ DE SÁ NETO, Titular - EDUARDO NELSON DE ALMEIDA SANTOS, Suplente; 3. ANTÔNIO PEDREIRA DE FREITAS BURITY, Titular - DAVID FEFFER, Suplente; 4. MAX FEFFER, Titular - ARMANDO GUEDES COELHO, Suplente; - 5. ADHEMAR MAGON, Titular - JOSÉ ANTONIO DE CARVALHO E SILVA, Suplente; 6. FUSAO O IYAMA, Titular - HITOSHI ISHIZUKA, Suplente; 7. SHIGEIO TSUTSUI, Titular -, PAULO MAKOTO HIRAKAWA, Suplente. 6.4 - A correção monetária do capital social, no valor de R$62.215.019,06 (sessenta e dois milhões, duzentos e quinze mil, dezenove reais e oito centavos), será incorporado pelo valor de R$62.214.336,37 (sessenta e dois milhões, duzentos e quatorze mil, trezentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos), permanecendo o saldo residual de R$682.71 (seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e um centavos) que, por ser indivisível pela totalidade das ações, permanecerá contabilizado na conta de reserva para aumento de capital, tudo de acordo com o que prescreve o artigo 167 da Lei 6.404 de 15.12.76, bem assim a correção do limite do capital autorizado, nos mesmos índices adotados na correção do capital social, de acordo com o artigo 168 do parágrafo seguindo do Diploma Legal retro mencionado. Assim sendo, os valores que expressam o capital da sociedade passam a ser aqueles adiante mencionados e conseqüentemente o ARTIGO 05 do ESTATUTO SOCIAL passa a ter a seguinte redação: "CAPÍTULO II - CAPITAL E AÇÕES - ARTIGO 05 - CAPITAL SOCIAL E CAPITAL AUTORIZADO - 1) O capital social da Companhia é de R$69.067.000,00 (sessenta e nove milhões e oitenta e sete mil reais), dividido em 1.691.312.074 (um bilhão, seiscentos e noventa e um milhões, trezentos e doze mil e setenta e quatro) ações, sendo 1.099.352.849 (um bilhão, noventa e nove milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta e nove) ações ordinárias nominativas, 591.959.225 (quinhentos e noventa e um milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, duzentos e vinte e cinco) ações preferenciais nominativas. 2) A Companhia está autorizada a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social até o limite de R$98.767.271,66 (noventa e oito milhões, setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e setenta e um reais e sessenta e seis centavos), sendo R$64.198.726,65 (sessenta e quatro milhões, cento e noventa e oito mil, setecentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos) em ações ordinárias e R$34.568.545,01 (trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e um centavo) em ações preferenciais. - EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO: Aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia, incluindo em texto único as modificações introduzidas pelas Assembléias Gerais que deliberaram sobre a matéria a partir de 25 de fevereiro de 1987. Desta forma, o Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: "POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - CGC/MF - Nº 16.490.039/0001-74 - ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - NOME, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO - ARTIGO 01 - DENOMINAÇÃO SOCIAL: A Companhia é denominada POLITENO LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. e se rege por este ESTATUTO e pela legislação que for aplicável. ARTIGO 02 - SEDE E FORO: A Companhia tem sede e foro no município de Camaçari-BA., podendo abrir filiais, agências, escritórios, fábricos, laboratórios e depósitos em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior. ARTIGO 03 - OBJETO SOCIAL: O objeto social é: a) fabricação, processamento, comércio direto ou por representação e consignação, exportação, importação e transporte de polímero e produtos correlatos; b) participação em outras sociedades como sócia quotista ou acionista, desde que a Companhia assuma responsabilidade limitada; c) todo e qualquer negócio e atividade relacionados com os itens acima, inclusive a prestação de serviços. ARTIGO 04 - DURAÇÃO: O tempo de duração da Companhia é indeterminado. CAPÍTULO II - CAPITAL E AÇÕES - ARTIGO 05 - CAPITAL SOCIAL E CAPITAL AUTORIZADO: 1) O capital social da Companhia é de R$69.067.000,00 (sessenta e nove milhões e oitenta e sete mil reais), dividido em 1.691.312.074 (um bilhão, seiscentos e noventa e um milhões, trezentos e doze mil e setenta e quatro) ações, sendo 1.099.352.849 (um bilhão, noventa e nove milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta e nove) ações ordinárias nominativas, 591.959.225 (quinhentos e noventa e um milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, duzentos e vinte e cinco), ações preferenciais nominativas. 2) A Companhia está autorizada a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social até o limite de R$98.767.271,66 (noventa e oito milhões, setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e setenta e um reais e sessenta e seis centavos), sendo R$64.198.726,65 (sessenta e quatro milhões, cento e noventa e oito mil, setecentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos) em ações ordinárias e R$34.568.545,01 (trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e um centavo) em ações preferenciais. ARTIGO 06 - AÇÕES ORDINÁRIAS: As Ações Ordinárias serão sempre nominativas e cada uma delas dará direito a um voto na ASSEMBLÉIA GERAL da Companhia. ARTIGO 07 - AÇÕES PREFERENCIAIS: As Ações Preferenciais serão nominativas e não têm direito a voto, sendo-lhes garantidos os previlégios constantes dos ARTIGOS 08 e 09. 7.1 - Na hipótese de durante dois exercícios sociais consecutivos, a partir do término da implantação do empreendimento inicial, a Companhia deixar de pagar os correspondentes dividendos, as ações preferenciais terão direito a voto. ARTIGO 08 - DIVIDENDOS: 1) As Ações Preferenciais são asseguradas a prioridade no reembolso do Capital em caso de dissolução da Companhia e um dividendo mínimo não cumulativo, em dinheiro, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor unitário que será obtido através da divisão do Capital Social pelo total das ações emitidas, de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas; 2) Cumprido o limite estabelecido no item 01 deste Artigo, poderão ser distribuídos dividendos iguais aos das Ações Ordinárias; no caso de tal dividendo exceder 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor unitário que será obtido na forma estabelecida no item 01 deste Artigo, caberá às Ações Preferenciais um dividendo adicional de modo que o percentual de dividendo distribuído a tais ações seja igual ao distribuído às ações ordinárias. ARTIGO 09 - DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES: 1) As Ações Preferenciais é garantida a participação em igualdade de condições com Ações Ordinárias, na distribuição pela Companhia de Ações resultantes de correção monetária do Capital, incorporação de lucros e outras reservas; 2) Qualquer ação distribuída ou emitida de acordo com o previsto neste Artigo será da mesma tipo e classe das Ações possuídas pelo detentor; 3) As Ações Preferenciais é assegurada prioridade no reembolso, do Capital, no caso de liquidação da Companhia. ARTIGO 10 - INCONVERSIBILIDADE DAS AÇÕES PREFERENCIAIS: As Ações Preferenciais são inconversíveis em Ações Ordinárias. ARTIGO 11 - EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DA COMPANHIA: A emissão, subscrição e integralização das Ações da Companhia obedecerão aos seguintes critérios: a) Respeitado o limite do capital autorizado, as quantidades de ações ordinárias e preferenciais lançadas à subscrição serão estabelecidas pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, com estrita observância do orçamento-programa anual da Companhia; b) o mínimo de realização inicial será o estabelecimento pela legislação vigente; c) o prazo para a integralização das ações subscritas será fixado pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, por ocasião de cada chamada de Capital; d) a integralização de ações com bens que não sejam créditos ou moeda corrente depende de aprovação da ASSEMBLÉIA GERAL da Companhia; e) o preço de emissão será baseado no valor patrimonial das ações; conforme apurado no último balancete da Companhia, com os ajustes correspondentes à correção monetária. ARTIGO 12 - DIREITOS DE PREFERÊNCIA PARA SUBSCRIÇÃO DE NOVAS AÇÕES: 1) Na proporção do número de Ações que possuírem, os Acionistas terão preferência para a subscrição de ações novas, da mesma espécie das Ações possuídas; 2) Fica assegurado aos acionistas o prazo mínimo de noventa (90) dias e máximo de cento e vinte (120) dias a ser fixado pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ou pela ASSEMBLÉIA GERAL da Companhia, por ocasião da evento que deliberar sobre a matéria, para o exercício do direito de preferência à subscrição de Ações novas, contando tal prazo a partir da data de publicação em Diário Oficial da Ata de Reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ou de ASSEMBLÉIA GERAL da Companhia em que se estabeleceu a emissão de novas Ações. ARTIGO 13 - CERTIFICADO DE AÇÕES: 1) A Companhia pode emitir certificados múltiplos de Ações e, provisoriamente, cautelas que os representem; 2) É facultado aos Acionistas a conversão dos títulos das Ações em títulos múltiplos, bem como o desdobramento destes, ficando a critério da Diretoria o reembolso ou não, à Companhia, das respectivos custos. ARTIGO 14 - DISPOSIÇÕES PERTINENTES À TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES: O registro de transferência de ações, emissão de certificado de Ações, regras de registro de ações e outros materias pertinentes à transferência de ações serão estabelecidas pelas disposições pertinentes à transferência de ações a serem estabelecidas pela Diretoria, com a aprovação e autorização do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, na conformidade das leis e regulamentos em vigor no Brasil. CAPÍTULO III - ÓRGÃOS DA COMPANHIA - ARTIGO 15 - ÓRGÃO PERMANENTES DA COMPANHIA: Os órgãos permanentes da Companhia são os seguintes: a) Assembléia Geral; b) Conselho de Administração; c) Diretoria. CAPÍTULO IV - ASSEMBLÉIA GERAL - ARTIGO 16 - REALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS ACIONISTAS: A ASSEMBLÉIA GERAL se reunirá ordinariamente nos 04 (quatro) primeiros meses que se seguirem ao encerramento do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia o exigirem. ARTIGO 17 - CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL: 1) A ASSEMBLÉIA GERAL será convocada pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ou na forma da Lei; 2) A convocação para a ASSEMBLÉIA GERAL se fará mediante publicação, na conformidade da Lei. ARTIGO 18 - CONDIÇÕES PARA PRESENÇA NA ASSEMBLÉIA GERAL: Tomarão parte na ASSEMBLÉIA GERAL os Acionistas cujas Ações estejam registradas em seu nome no Livro competente até 09 (nove) dias antes da data da tal Assembléia, a partir de quando serão suspensos os registros de transferência de ações nos citados livros, e aqueles cuja presença seja permitida ou obrigatória, nos termos da legislação em vigor. ARTIGO 19 - PRESIDENTE E SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA GERAL: A ASSEMBLÉIA GERAL elegerá, dentre os Acionistas presentes, seu Presidente que escolherá, dentre os demais, um ou dois Secretários. CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - ARTIGO 20 - NÚMERO E ELEIÇÃO DE SEUS MEMBROS: O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO será composto de 07 (sete) membros e respectivos suplentes. Acionistas residentes no País eleitos pela Assembléia Geral. ARTIGO 21 - PRAZO DE GESTÃO: 1) O prazo de gestão dos membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição; 2) Os membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO serão empossados mediante a assinatura do Termo Posse no livro de Atas, do órgão e permanecerão em função até a posse de seus substitutos, exceto no caso de destituição; 3) No caso de vaga na Diretoria, o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO será convocado dentro de 30 (trinta) dias para a eleição do novo Diretor, que deverá cumprir o restante do prazo de gestão. ARTIGO 22 - PREENCHIMENTO DE VAGAS: 1) Observado o disposto no item 2 b do ARTIGO 26, em caso de ausência ou impedimento de um membro do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e seu suplente, este poderá indicar, por escrito, qual dos demais, o representará em determinada reunião. Neste caso, caberá ao membro designado, independentemente do seu direito de voto, o exercício pleno do direito de voto de seu representado; 2) Em caso de vaga no CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, será convocada uma ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA dentro de 30 (trinta) dias, para eleição de um novo titular ou suplente, que deverá cumprir o restante do prazo de gestão. ARTIGO 23 - REMUNERAÇÃO: a remuneração do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO será fixado pela ASSEMBLÉIA GERAL. ARTIGO 24 - PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE: O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, através de resolução, elegerá um Presidente e um Vice-Presidente dentre seus membros. ARTIGO 25 - ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE: 1) Ao Presidente compete: a) comunicar as datas das reuniões ordinários do Conselho de Administração; b) convocar as reuniões extraordinárias do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; c) Supervisionar os serviços administrativos do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. 2) Ao VICE-PRESIDENTE compete: a) assistir ao Presidente; b) substituir o Presidente em suas ausências e impedimento e, ainda, em caso de vaga, ter a autoridade e executar as funções do Presidente até a eleição de novo titular. ARTIGO 26 - REALIZAÇÃO E CONVOCAÇÃO DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: 1) O CONSELHO DE ADMINSTRAÇÃO se reunirá ordinariamente a cada 02 (dois) meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, pelo Diretor-Superintendente ou por qualquer 02 (dois) membros do Conselho de Administração. 2) A convocação de qualquer reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO deverá ser feita através de telegrama, especificando a data, fugar e ordem do dia da reunião, com pelos menos 20 (vinte) dias de antecedência da data designada. Esta disposição, contudo, não se aplicará em caso de obtenção prévia de consentimento de todos os seus membros. ARTIGO 27 - QUORUM: O quorum para as reuniões do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO exigirá a presença de pelo menos 06 (seis) de seus membros. ARTIGO 28 - PODERES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: 1) Caberá ao CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes atribuições; c) aprovar o orçamento-programa anual e autorizar sua execução; d) aprovar os planos de expansão ou redução de atividades e autorizar sua execução; e) aprovar o Regimento Interno da Companhia e autorizar sua implementação; f) aprovar e autorizar a aquisição, transferência, arrendamento e oneração de bens do ativo fixo da Companhia cujo valor exceda a Cr$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) em 01 de abril de 1993, valor esse corrigido mensalmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, exceto a aquisição de bens para projetos já aprovados pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; g) aprovar e autorizar a celebração de acordos ou contratos cujo valor exceda a Cr$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) em 01 de abril de 1993, valor esse corrigido mensalmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou com a duração superior a 1 (hum) ano, exceto se tais acordos ou contratos forem referentes à aquisição de matéria-prima para a Companhia ou à venda de seus produtos dentro do prazo de 1 (hum) ano; h) aprovar e autorizar o encaminhamento à ASSEMBLÉIA GERAL de proposta da Diretoria versando sobre reforma estatutária, dissolução ou liquidação da Companhia, cisão, fusão ou incorporação sob qualquer modalidade; i) aprovar e autorizar a execução de acordos ou contratos, cujo valor exceda a Cr$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) em 01 de abril de 1993, valor esse corrigido mensalmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou com a duração superior a 1 (hum) ano, à serem realizados entre a Companhia e seus Acionistas titulares de Ações Ordinárias, exceto se tais acordos ou contratos forem pertinentes à aquisição de matéria-prima para a Companhia ou a venda de seus produtos dentro do prazo de 1 (hum) ano; j) aprovar e autorizar aquisição, venda, licenciamento ou renúncia de direitos sobre patentes, marcos registradas, informações técnicas e segredos de fabricação; k) aprovar e autorizar a celebração de contratos de empréstimos com garantia de bens do ativo fixo da Companhia ou com hipoteca; l) aprovar e autorizar a celebração de acordos ou contratos de empréstimos, fiança ou qualquer outro tipo de garantia em favor de terceiros; m) aprovar e autorizar a abertura e fechamento de filiais, agências, escritórios, fábricas, laboratórios e depósitos; n) aprovar e autorizar a participação da Companhia em outras sociedades; o) deliberar sobre a emissão e colocação de novas ações, para integralização em dinheiro ou crédito, dentro dos limites da Capital Autorizado da Companhia; p) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia; q) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia; r) convocar a ASSEMBLÉIA GERAL; s) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; t) atuar em qualquer outros assuntos, como previsto neste Estatuto. 2) As decisões constantes das letras "h", "i" e "n" do item 1 deste ARTIGO somente serão tomadas em reuniões realizadas com a presença obrigatória de todos os membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; 3) As decisões constantes das letras "i" e "k" do item 1 deste ARTIGO somente serão tomadas em reuniões realizadas com a presença obrigatória de todos os membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, quando o valor exceder a 50% (cinquenta por cento) do ativo da Sociedade. CAPÍTULO VI - DIRETORIA - ARTIGO 29 - NÚMERO DE DIRETORES E SUA ELEIÇÃO: A DIRETORIA será composta de até 06 (seis) membros eleitos pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, devendo um dos diretores ser Diretor-Superintendente. ARTIGO 30 - PRAZO DE GESTÃO: 1) O prazo de gestão da Diretoria será 02 (dois) anos, permitida a reeleição; 2) Os membros da Diretoria serão empossados mediante a assinatura do Termo de Posse no Livro de Atas do órgão e permanecerão em função até a posse de seus substitutos, exceto no caso de destituição; 3) No caso de vaga na Diretoria, o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO será convocado dentro de 30 (trinta) dias para a eleição do novo Diretor, que deverá cumprir o restante do prazo de gestão. ARTIGO 31 - REMUNERAÇÃO: A fixação dos montantes individuais de remuneração dos Diretores caberá ao CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, observado o limite global estabelecido pela ASSEMBLÉIA GERAL. ARTIGO 32 - PREENCHIMENTO DE VAGAS: 1) Em caso de ausência ou impedimento de qualquer dos Diretores, será o mesmo substituído temporariamente pelo Diretor indicado pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; 2) Em caso de vacância, enquanto o novo Diretor não tomar posse, a vaga será temporariamente preenchida por um Diretor indicado pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; 3) O Diretor indicado pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO na conformidade do disposto nos itens 1 e 2 deste ARTIGO, independentemente do seu direito de voto, exercerá plenamente o direito de voto do membro ausente ou impedido. ARTIGO 33 - PODERES DA DIRETORIA: 1) Caberá à DIRETORIA: a) praticar todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, observado o disposto no ARTIGO 28, item 2, deste ESTATUTO; b) fixar ou modificar a estrutura organizacional da Companhia, de acordo com o seu Regimento Interno; c) preparar a proposta do orçamento-programa da Companhia, abrangendo os dispêndios com investimentos e os gastos operacionais, bem como o plano de caixa e quaisquer outros documentos a serem solicitados pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; d) designar procurador ou procuradores segundo o disposto no ARTIGO 36; e) outorgar poderes específicos consoante o disposto no item 2 do ARTIGO 37; f) deliberar sobre a aquisição, transferência, arrendamento e oneração de bens do ativo fixo da Companhia, cujo valor não exceda a Cr$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) em 01 de abril de 1993, valor esse corrigido mensalmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC; g) deliberar sobre a celebração de acordos ou contratos cujo valor não exceda a Cr$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) em 01 de abril de 1993, valor esse corrigido mensalmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, bem como acordos ou contratos referentes à aquisição de matéria-prima para a Companhia ou à venda de seus produtos, cujo valor exceder a Cr$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) em 01 de abril de 1993, valor esse corrigido mensalmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, desde que os respectivos prazos não ultrapassem a 01 (hum) ano; h) tomar quaisquer outras medidas visando a conduzir a Companhia de acordo com este Estatuto; 2) É vedado à Diretoria: a) submeter à ASSEMBLÉIA GERAL qualquer proposta sem a prévia autorização da CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; b) celebrar contratos de mútuo com instituições de crédito que não sejam bancos pertencentes à rede bancária oficial ou privada, salvo com prévia e expresso autorização do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; c) praticar atos de qualquer natureza relativos a negócios ou operações estranhos aos objetivos da Companhia, tais como fiança e aval em favor de terceiros, exceto com expressa aprovação do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; 3) A Diretoria poderá submeter ao CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO qualquer proposta relativa ao estipulado no ARTIGO 28. ARTIGO 34 - PODERES DO DIRETOR-SUPERINTENDENTE: Caberá ao Diretor-Superintendente: a) representar a Companhia, ativo e passivamente, em juízo ou fora dele, e perante qualquer pessoa física, jurídica ou entidades privadas e autoridades governamentais, escritórios e departamentos, respeitado o disposto no ARTIGO 37; b) supervisionar as atividades da Companhia, cumprindo e fazendo cumprir a Lei, este Estatuto, o Regimento Interno da Companhia e as decisões da ASSEMBLÉIA GERAL, do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e da DIRETORIA; c) coordenar as atividades dos demais DIRETORES; d) convocar e presidir as reuniões de Diretoria; e) convocar a CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; f) admitir, demitir e promover pessoal. ARTIGO 35 - FUNÇÕES DOS DIRETORES: Os Diretores terão as funções que lhes forem atribuídos pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. ARTIGO 36 - PROCURADORES: É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por 02 (dois) Diretores, sendo um deles o Diretor-Superintendente. As procurações especificarão os poderes concedidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período limitado de validade. ARTIGO 37 - ATOS DA COMPANHIA: 1) Qualquer ato que implique em responsabilidade ou obrigação para a Companhia será sempre exercido: a) por 02 (dois) Diretores em conjunto, ou b) por 1 (hum) Diretor e 1 (hum) Procurador ou por 2 (dois) Procuradores com poderes específicos na forma do ARTIGO 36; 2) Em casos especiais poderão ser outorgados pelo Diretor ou um só Diretor ou Procurador, poderes expressos para o exercício de atos certos determinados. ARTIGO 38 - REUNIÕES DE DIRETORIA: 1) A Reunião de Diretoria realizar-se-á ordinariamente um vez por mês e, extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor-Superintendente. Um Diretor poderá, sempre que julgar necessário, solicitar ao Diretor-Superintendente a convocação de Reunião de Diretoria; 2) Uma comunicação escrita para a Reunião de Diretoria, especificando data, local e ordem do dia, deverá ser dada a cada Diretor com uma antecedência de pelo menos 05 (cinco) dias da reunião. Este dispositivo, contudo, não prevalecerá no caso em que se tenha obtido consenso antecipado de todos os Diretores. ARTIGO 39 - PRESIDENTE: O Diretor-Superintendente atuará como Presidente em todas as reuniões da Diretoria. Se o Diretor-Superintendente estiver impedido, um dos Diretores o substituirá na presidência na forma estabelecida pela Diretoria. ARTIGO 40 - QUORUM E RESOLUÇÕES: O Quorum para as reuniões de Diretoria exigirá a presença da maioria dos Diretores eleitos e nenhuma deliberação da Diretoria será válida a menos que baseada no voto afirmativo da maioria dos Diretores eleitos. No caso de empate, o Diretor-Superintendente poderá usar do direito de desempate, mas neste caso, ele deve comunicar sua decisão ao CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO o qual, se considerar necessário, estabelecerá regras a serem seguidas, no futuro, em casos idênticos ou semelhantes. CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL - ARTIGO 41 - NÚMERO DE MEMBROS E SUA ELEIÇÃO: 1) O CONSELHO FISCAL da Companhia só será instalado quando pedido por Acionistas, na forma da Lei; 2) O CONSELHO FISCAL, quando em funcionamento, será composto de 05 (cinco) membros e respectivos suplentes, e terá as atribuições e poderes que lhes são fixados em Lei, devendo a Assembléia Geral que os eleger fixar a respectiva remuneração. CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES SOBRE AS CONTAS DA COMPANHIA - ARTIGO 42 - EXERCÍCIO SOCIAL: O Exercício Social será de 12 (doze) meses calendários, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano. ARTIGO 43 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS: 1) Ao término de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras exigidas por Lei; 2) a) Dos lucros líquidos verificados, serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição de um Fundo de Reserva Legal, até que atinja o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social emitido e em circulação; b) Os Acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos apurados na forma da Lei. Quando o valor do dividendo prioritário pago às Ações Preferenciais for igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do Artigo 202 da Lei 6.404/76, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada no pagamento às Ações Ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das Ações Preferenciais e, se ainda houver remanescente na distribuição de um dividendo adicional, às Ações Ordinárias e às Ações Preferenciais, em igualdade de condições, de modo que cada Ação Ordinária ou Preferencial receba o mesmo dividendo; c) O saldo que houver, após o cumprimento da disposto nas letras "a" e "b" acima, será aplicado conforme deliberação da Assembléia Geral, respeitadas as disposições da Lei e deste Estatuto. d) Fica facultado à Companhia o levantamento de balanços intercalados em 31 (trinta e um) de março, 30 (trinta) de junho e 30 (trinta) de setembro de cada ano, observadas as disposições da Lei 6.404 de 15.12.76. Havendo lucro em tais balanços, poderá haver distribuição de dividendos por deliberação do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; e) O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da Companhia poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou, de reservas existentes no último balanço anual ou semestral. ARTIGO 44 - PAGAMENTO DE DIVIDENDOS: Os dividendos atribuídos aos Acionistas não serão corrigidos monetariamente e não renderão juros e, se não reclamados no prazo de 03 (três) anos a contar da data da publicação da Ata da Assembléia Geral ou da data da reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO que deliberar sobre a sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. - CAPÍTULO IX - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO - ARTIGO 45 - CONDIÇÕES DE DISSOLUÇÃO: A Companhia se dissolverá nos casos previstos na Lei. ARTIGO 46 - FORMA DE LIQUIDAÇÃO: Em caso de dissolução da Companhia, compete à Assembléia Geral determinar o método de liquidação, eleger o liquidante e o CONSELHO FISCAL, se solicitado pelos Acionistas, para funcionarem durante a liquidação. - CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS - ARTIGO 47 - CASOS NÃO PREVISTOS: Os casos não previstos neste Estatuto serão resolvidos nos termos da Lei ou do Regimento Interno da Companhia. ARTIGO 48 - ACORDO DE ACIONISTAS: 1) O Acordo de Acionistas será observado pela Companhia, quando arquivado na sua sede; 2) Os Administradores ficarão encarregados de zelar pelo fiel observância de tal acordo, no que se refere às restrições, à conversão, transferibilidade ou aquisição de ações, bem como à composição dos órgãos da Companhia e ao exercício do direito de voto". Nesta oportunidade, o Senhor Presidente declarou que, apesar do texto do Estatuto Social não poder ser alterado, os valores pecuniários expressos nos Artigos 26 - alíneas "f", "g" e "i" - e 33 - alíneas "f" e "g" - equivalem a R$246.101,13 (duzentos e quarenta e seis mil,

continua...

1º OFÍCIO DE NOTAS
...ginal
...35
...e A. Silva
Dicéia Trindade Ribeiro
Sub-Tabelia Designada

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO DE CREDITO

CEDENTE: TRANSPORTADORA GUARDA META LTDA
RUA VICTOR BARRETO, 580
CANOAS - RS

CESSSIONARIO- MARCOS VIANA RIBEIRO
RUA APERIBE, 231 - TAQUARA
ID.: 04641929-7
CPF.:528.034.657/87

OBJETO DA CESSÃO - O objeto da presente cessão de crédito é a importância de Cr$ 4.450.350,62 (Quatro Milhões Quatrocentos e Cinquenta Mil Trezentos e Cinquenta Cruzeiros Reais e sessenta e dois centavos) referente ao pagamento das duplicatas nº. 202/94, 207/94, 237/94, 217/94, 267/94, 280/94, 292/94 com vencimentos em:13/04/94, 18/04/94, 25/04/94, 20/04/94, 29/04/94, 29/04/94, 04/05/94 de responsabilidade da Firma PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA., em concordata preventiva , perante o MM.Juizo de Direito Da 5a.Vara De Falência E Concordata, sendo que o valor do crédito cedido está devidamente relacionado na lista de credores da firma concordatária.

Nestas condições, pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, o cedente cede e transfere ao cessionário o crédito que detém nos autos do processo de concordata preventiva da empresa denominada PLASBAG-MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA., cuja concordata preventiva tramita perante o Juizo da 5a.Vara De Falência e Concordata, ficando o cessionário responsável pela boa ou má liquidação do crédito, nada mais podendo reclamar ou pleitear do cedente, no presente ou no futuro, seja a que titulo for.

Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual valor, teor e forma, para que produza os devidos fins de direito.

Rio de Janeiro, 13 de Julho de 1995

PELO CEDENTE: _____

CESSIONARIO: _____
MARCOS VIANA RIBEIRO

TESTEMUNHA: _____
ANTONIO AUGUSTO FERNANDES

TESTEMUNHA: _____
JOSUÉ ARQUIMEDES DE CASTRO

Reconhecida a firma por semelhança
Em testemunho da verdade
RJ 15 SET 1995

2º CIVIL



TRANSPORTADORA GM SUL LTDA.

Canoas, 06 de julho de 1995. REF- 103/95

À
PLASBAG MONOP[illegible]S IND PLAST LTDA.
Campina Grande- RJ

Senhores:

Conforme contato telefonico Marcos Viana/Monica Jung relativo pendencia sua empresa, pagamento transporte de 07 ton da PPH Cia Industrial de Polipropileno (Triunfo/RS) para sua empresa fica acordado como plena quitação da divida da Plasbag o que segue: - pagamento de R$ 5000,00 dia 11/07/95 com cheques de terceiros mediante depósito em nossa conta corrente, BRADESCO Agencia: 3271-9 CC: 56.900-3 - Transportadora GM Sul Ltda.

Monica Jung.

MATRIZ: VICTOR BARRETO, 592 – B. MATHIAS VELHO – FONE (051) 476-2500 – FAX (051) 476-6924
CEP 92010-000 – CANOAS – RS

TRANSPORTADORA GM SUL LTDA.

Canoas - RS, 07 de julho de 1995
REF: 103/95

1124

À
PLASBAG - MONOPLAS
A/C: MARCOS V. RIBEIRO
DEPTO FINANCEIRO

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os devidos fins e sob as penas da lei, que a Transportadora GM Sul Ltda esta de acordo com a proposta feita pelo cessionário Sr. MARCOS VIANA RIBEIRO no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais) para quitação total de todas as duplicatas em aberto em nome de PLASBAG - MONOPLAS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA e que após a conpensação dos cheques cederemos os referidos créditos ao cessionário.
Cheques número: 663494 Banco 048 e 260724 Banco 399:-

ATENCIOSAMENTE

SILVIA MARIA KROLIKOWSKI

MATRIZ: VICTOR BARRETO, 592 — B. MATHIAS VELHO — FONE (051) 476-2500 — FAX (051) 476-6924
CEP 92010-000 — CANOAS — RS

CARTÓRIO DE NOTAS E PROTESTOS DE LETRAS E CONCORDATAS
1125

TRANSPORTADORA GM

AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia fotostática por ser uma fiel reprodução do documento que me foi apresentado e com o qual o confere.
Canoas, 02 AGO 1994
1º OFÍCIO DE NOTAS
CARTÓRIO DOS LUZ
Tabelião
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE LETRAS E CONCORDATAS
Comarca de Canoas - RS
Escrevente Autorizado
ANGELA REGINA SOUSA

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

TRANSPORTADORA GUARDA METAL LTDA, CGCMF nº. 89.778.[illegible]/0001-92, estabelecida na Av. Victor Barreto, 500, no Bairro Mathias Velho, em Canoas,RS, neste ato representada pela sócia-gerente **MONICA JUNG**, brasileira, solteira, do comércio, CIC nº 637.433.460/91, residente e domiciliada na rua Guarujá, 477, no Bairro São Luiz, em Canoas-RS, conforme contrato social arquivado na M.M. Junta

OUTORGADO

TRANSPORTADORA GM SUL LTDA.

2ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1126

Canoas, 06 de julho de 1995. REF- 103/95

À
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST LTDA.
Campina Grende- RJ

Senhores:

Conforme contato teletorico Marcos Viana/Monica Jung relativo pendencia sua empresa, pagamento transporte de 07 ton da PPH Cia Industrial de Polipropileno (Triunfo/RS) para sua empresa fica acordado como plano quitação da divida da Plasbag o que segue: - pagamento de R$ 5000,00 dia 11/07/95 com cheques de terceiros mediante depósito em nossa conta corrente, BRADESCO Agencia: 3271-9 CC: 56.000-3 - Transportadora GM Sul Ltda.

Monica Jung.

MATRIZ: VICTOR BARRETO, 592 – B. MATHIAS VELHO – FONE (051) 476-2500 – FAX (051) 476-6924
CEP 92010-000 – CANOAS – RS

TRANSPORTADORA GM SUL LTDA.

Canoas – RS, 07 de Julho de 1995
REF: 103/95

À
PLASBAG - MONOPLAS
A/C: MARCOS V. RIBEIRO
DEPTO FINANCEIRO



D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os devidos fins e sob as penas da lei, que a Transportadora GM Sul Ltda está de acordo com a proposta feita pelo cessionário Sr. MARCOS VIANA RIBEIRO no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais) para quitação total de todas as duplicatas em aberto em nome da PLASBAG - MONOPLAS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA e que após a compensação dos cheques cederemos os referidos créditos ao cessionário.
Cheques número: 663494 Banco 048 e 260724 Banco 399:-

ATENCIOSAMENTE

SILVIA MARIA KROLIKOWSKI

MATRIZ: VICTOR BARRETO, 592 — S. MATHIAS VELHO — FONE (051) 476-2500 — FAX (051) 476-6924
CEP 92010-000 — CANOAS - RS

TRANSPORTADORA GM

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

TRANSPORTADORA GUARDA META LTDA, CGCMF nº 89.[illegible]/0001-92, estabelecida na Av. Victor Barreto, 580, no Bairro Nazaré, em Canoas,RS, neste ato representada pela sócia-gerente MÔNICA JUNG, brasileira, solteira, do comércio, CIC nº 637.433.[illegible], residente e domiciliada na rua Guarujá, 477, no Bairro São Luiz, em Canoas-RS, conforme contrato social arquivado na M.M. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob PNIRC 43202518316, de 15.12.92;

OUTORGADO:

SILVIA MARIA KROLIKOWSKI, brasileira, solteira,do comércio,CIC nº 265.434.780/04, RG-SSP/RS 2002904702, residente e domiciliado na Av. Panamericana nº 356, Ap. 412, em Porto Alegre-RS;

PODERES:

Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador, neste Estado ou onde mais preciso for e com este se apresentar para, em os mais amplos e ilimitados poderes,inclusive os da cláusula "ad judicia", representá-lo em Juízo ou fora dele e bem assim perante a quaisquer repartições públicas, quer Federais, Estaduais e Municipais, podendo o dito procurador, para o cabal desempenho deste mandato, tudo requerer, praticar e patrocinar a defesa dos interesses do outorgante em quaisquer ações em que o mesmo seja autor, réu, oponente, assistente ou por qualquer forma de interessado, concordar, confessar, discordar, desistir, retificar e ratificar termos e firmar compromissos inclusive de inventariante, receber e requerer citação, requerer alvarás, transigir, dar e receber quitação, substabelecer,bem como abrir contas bancárias, solicitar saldos, extratos e talonários de cheques para uso do outorgante, bem como a emissão de cheques em nome da outorgante, emitir notas fiscais, conhecimentos de fretes, faturas e duplicadas, bem como seus endossos, em fim todos os atos e demais papeis bancários tudo em nome do outorgante para fim e bem desempenho deste mandato.

Canoas,RS, 16 de novembro de 1993

Mônica Jung
Diretora

Reconheço AUTÊNTICA(S) a(s) firma(

17 NOV 199

MATRIZ:VICTOR BARRETO,580 CENTRO-CANOAS-RS FONE-FAX(051)476.4455 FONE(051)476.[illegible]
FILIAL:RUA PROF. PEDREIRA DE FREITAS 919,B.TATUAPÉ,S.PAULO,SP - F.(011)295.1900-FAX-295.1900

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1129

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Dr Juiz Luiz Fernando R. de Carvalho
Rio, 13 de 3 de 1996
O Escrivão

Proc - 8012

Processo nº 8.012
Ao Comissário e, após, ao M.P.
Em, 14/03/96 Luiz Fernando
LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO
Juiz de Direito

RECEBIDO, nesta data estes autos com despacho
Rio, 14 de 3 de 1996
O Escrivão

VISTAS

Faço vista destes autos ao
Dr: 1º Liquidante Judicial
Rio, 18 de 3 de 1996
O Escrivão

Proc. 8012

1.º LIQUIDANTE JUDICIAL
RECEBIDO
DATA 19-03-96
L.º 28 FLS: 04
5ª VARA PROC. 8012/94

7535-651-0291

Exmo. Sr. Juiz:

A Comissária, vinda do apenso

Requer:

1. Ordene o i. Cartório a juntada de fls. 1123, renumerando o feito.
2. Seja deferido o pleito de fls. 1108.
3. Seja intimado o Concordatário a juntar os balancetes relativos aos meses de outubro/95 a janeiro/96.

Rio, 20.03.96

MARIA HELENA CORRÊA PIRES
1.º Liquidante Judicial em Exercício
Matr. n.º 01/3436

JUDICIAL 2.º
RECEBIDO, nesta data estes autos com.
petição
Rio, 21 de 3 de 1996
Escrivão

PODER JUDICIÁRIO

1130

VISTAS

Faço vista destes autos ao
Dr. Curador de Massas
Rio, 27 de 3 de 1996

O Escrivão

Proc. 8012

MINISTÉRIO PÚBLICO
5ª Curadoria de Massas Falidas
RECEBIDOS EM
27/03/1996

Proc. nº 8012

MM. Juiz,

Fls. 1129 v. - Sem oposição.

Em 02/04/96

Elsa Vaz
PROMOTOR DE JUSTIÇA
Mat. 179 545-9

RECEBIDO, nesta data estes autos
Rio, 3 de 4 de 1996

O Escrivão

7535-651-0292

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data
que se segue.
Rio, 3 de 4 de 1996
O Estagiário

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 366
CAMPO GRANDE - CEP 23.060
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 366
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em Obediência ao disposto no Art.169 do Item V - Decreto Lei nº 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de outubro de 1995, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1995.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.
David Wong

Ezequiel Rodrigues
EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 386
CAMPO GRANDE - CEP 23,000
RIO DE JANEIRO

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 305
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

JUIZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1132

CONCORDATA PREVENTIVA

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1995

RECEITAS

VENDAS DE MERCADORIAS..... R$ 332.363,62

DESPESAS

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS..... R$ 162.931,80

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

ADMINISTRATIVAS..... R$ 36.595,82

FINANCEIRAS ..... R$ 10.720,64

COMERCIALIZAÇÃO

COMPRAS EFETUADAS NO PERÍODO..... R$ 133.008,98

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11721-2

VILLEMOR SALGADO
Rio Branco, 156/6º Andar
Tel. 221-8648/221-8887
Id. 40219-8 CRC

VISTO E CONFERIDO
Em 1 / 4 / 96

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.090
RIO DE JANEIRO

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

VARA DE FALÊNCIAS - E CONCORDATAS
496

VARA DE FALÊNCIAS - E CONCORDATAS
1133

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em Obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei nº 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de novembro de 1995, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1995.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.
David W.

Ezequiel Rodrigues
EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23,000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036 MUN 64

JUIZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

5ª VARA DE FALÊNCIAS - CONCORDATAS
134

CONCORDATA PREVENTIVA

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1995

RECEITAS
VENDAS DE MERCADORIAS ..... R$ 352.573,26

DESPESAS
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS..... R$ 134.691,84

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS
ADMINISTRATIVAS ..... R$ 60.644,46
FINANCEIRAS ..... R$ 13.827,83

COMERCIALIZAÇÃO
COMPRAS EFETUADAS NO PERÍODO..... R$ 137.136,22

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.
David Wong

CLAUDIO VILLEMOR SALGADO
Av. Rio Branco, 135/8.º Andar
Tel. 221-8546/221-8987
[illegible]-0 CRC RJ

VISTO E CONFERIDO
Em 1/4/96

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11/21-2

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23,000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

2º OFÍCIO - 2.ª VARA DE FALÊNCIAS CONCORDATAS - PRIVATIVAS
1.4.96
1135

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em Obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei nº 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de dezembro de 1995, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1996.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.
David Wong

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ: 11721-6

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23,000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

JUIZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS 1136

CONCORDATA PREVENTIVA

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1995

RECEITAS
VENDAS DE MERCADORIAS ..... R$ 388.345,41

DESPESAS
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS..... R$ 158.926,15

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS
ADMINISTRATIVAS ..... R$ 86.942,36
FINANCEIRAS ..... R$ 2.921,10

COMERCIALIZAÇÃO
COMPRAS EFETUADAS NO PERÍODO..... R$ 163.396,44

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11721-2

CLAUDIO VILLEMOR SAMPAIO
Av. Rio Branco 135/6.º And.
Tel. 221-0508/221-9937
Id 4821 S-D CAC

VISTO E CONFERIDO
Em 1/4/96

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23,000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

2.ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1.4.96

2.ª VARA DE FALÊNCIAS
1137

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em Obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei nº 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de janeiro de 1996, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1996.

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.090
RIO DE JANEIRO

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

CONCORDATAS - 5ª VARA DE FALÊNCIAS
138

JUIZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

CONCORDATA PREVENTIVA

PLASBAG-MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 1996

RECEITAS

VENDAS DE MERCADORIAS	R$	444.078,47

DESPESAS

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS.....	R$	146.724,61

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

ADMINISTRATIVAS	R$	87.627,27
FINANCEIRAS	R$	13.621,00

COMERCIALIZAÇÃO

COMPRAS EFETUADAS NO PERÍODO.....	R$	193.091,80

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues
EZEQUIEL RODRIGUES
CONTADOR - CRC - RJ 11721-2

CLAUDIO VILLEMOR SALDA
Av. Rio Branco
Tel

VISTO E CONFERIDO
Em 1/4/96

PODER JUDICIÁRIO



JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, petição que segue.
Rio, 8 de 4 de 96
O Escrevente

Eduardo Antonio Kalache Manoel Marques da Costa Braga Neto Luiz Sergio Chamê
Roberto de Gayoso e Almendra Edna Dinis da Costa Braga Ana Cláudia [illegible]
Rodrigo Kalache de Paiva Tony Lo Bianco Ma[illegible]
ADVOGADOS
Vamba Souza Lanha André Alves Almeida Chamê
Julieta Diniz Cuquejo Rafaela Faroni Ganem
ESTAGIÁRIOS

1º OFÍCIO DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1140

Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 5a. vara de Falências e Concordatas do Rio de Janeiro

PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LIMITADA, em concordata preventiva, em curso perante esse MM. Juízo, vem por seu advogado abaixo assinado, apresentar a inclusa RELAÇÃO DE CREDORES PENDENTES DE RECEBIMENTO da 2a. PARCELA DA CONCORDATA PREVENTIVA, e requerer a expedição de guia para depósito da importância de R$42.542,40, correspondente ao saldo devedor.

P. Deferimento

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1996

EDUARDO ANTÔNIO KALACHE
O A B - 15.018

Travessa do Paço, 23 - Gr. 410 - Tels.: PABX 533-7768 - 533-4644 - FAX: 533-7769

VARA DE FALÊNCIAS - CONCORDATAS
141

CONCORDATA PREVENTIVA - PLASBAG

RELAÇÃO DOS CREDORES PENDENTES DE RECEBIMENTO DA SEGUNDA PARCELA DA CONCORDATA PREVENTIVA

BASE: 06/04/94
DATA: 06/04/96

ALLFITAS COM. IND. LTDA
ATLANTA QUIMICA INDL.
BRASIL PORTUGAL
COPERQUIMICA COM. PROD.
DISTRIB. RESENDE S/A
DU PONT DO BRASIL S/A
EUCATEX QUIMICA LTDA.
EXCEL COMPOSTOS PLÁSTICOS
FAM DISTRIB. DE AÇOS
GMR EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS
IBF-IND. BRAS. DE FILMES
INTERCON COM. PLÁSTICOS
IPIRANGA COM. QUIMICA
MECA MAQS. E ABRASIVOS
MULTIPACK PROD. QUIMICOS
PETROQUIMICA TRIUNFO S/A
POLIALDEM PETROQUÍMICA S/A
POLIOLEFINAS DO NORDESTE
POLIOLEFINAS S/A
PPH-COMPANHIA INDL.
PROCESSO INDUSTRIAL
PROQUISA COM. IND. PROD.
STEEL-IND. E COM. FACAS
TRANSLIDER TRANSP. ROD.
VOTORANTIN CELULOSE
ZINFEL TRANSPORTES LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data a
petição e/a guia.
Fls. se segue.
Rio, 8 de 4 de 96
O Escrivão

Eduardo Antonio Kalache *Manoel Marques da Costa Braga Neto* *Luiz Sergio Chame*
Roberto de Gayoso e Almendra *Edna Dinis da Costa Braga* *Ana Claudia Correa*
Rodrigo Kalache de Paiva *Tony Lo Bianco Mahet*

A D V O G A D O S

Yamba Souza Lanna *André Alves Almeida Chame*
Julieta Diniz Cuquejo *Rafaela Faroni Ganem*

E S T A G I Á R I O S

1ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
143

Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 5a. Vara de Falências e Concor datas do Rio de Janeiro -

1ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
8.4.96

PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LIMITADA, em concordata preventiva, em curso perante esse MM. Juízo, por - seu advogado abaixo assinado, vem apresentar e requerer a juntada aos autos do incluso comprovante de depósito do valor correspondente à segunda parcela da CONCORDATA PREVENTIVA.

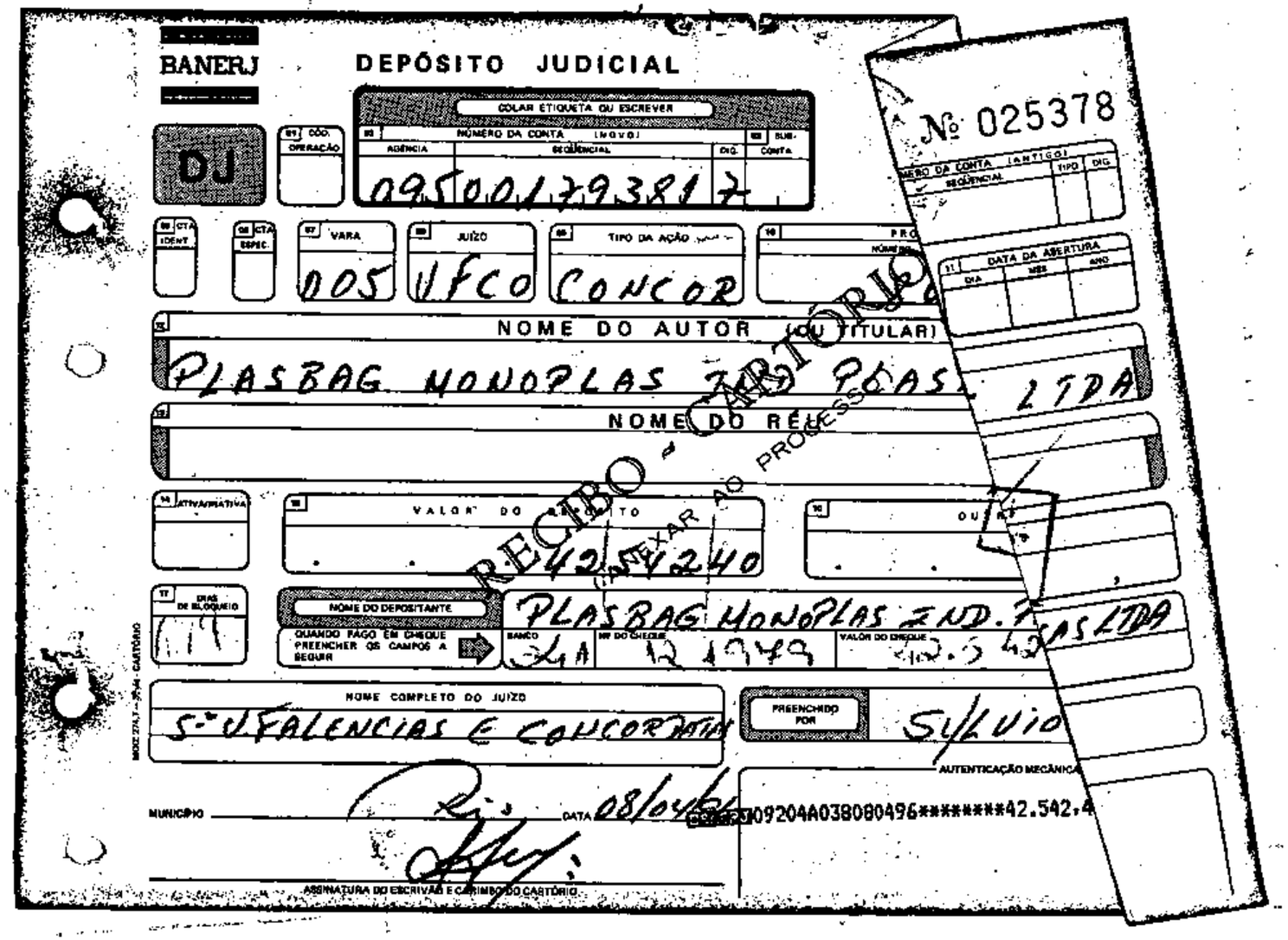
P. Deferimento

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1996

EDUARDO ANTÔNIO KALACHE

O A B - 15.018

Travessa do Paço, 23 - Gr. 410 - Tels.: PABX 533-7768 - 533-4644 - FAX: 533-7769



BANERJ

DEPÓSITO JUDICIAL

Nº 025378

DJ

COLAR ETIQUETA OU ESCREVER

NÚMERO DA CONTA (NOVO)

AGÊNCIA 0950 SEQÜENCIAL 017938 DIG. 1 SUB-CONTA 2

VARA 005 JUÍZO VFCO TIPO DA AÇÃO CONCOR

NOME DO AUTOR (OU TITULAR)

PLASBAG MONOPLAS IND. PLAS. LTDA

NOME DO RÉU

VALOR DO DEPÓSITO 42.542,40

NOME DO DEPOSITANTE PLASBAG MONOPLAS IND. PLAS LTDA

QUANDO PAGO EM CHEQUE PREENCHER OS CAMPOS A SEGUIR

BANCO 341 Nº DO CHEQUE 12 1949 VALOR DO CHEQUE 42.542,40

NOME COMPLETO DO JUÍZO 5ª VFALENCIAS E CONCORDATAS

PREENCHIDO POR SILVIO

MUNICÍPIO Rio DATA 08/04/96

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA 09204A038080496*******42.542,4

ASSINATURA DO ESCRIVÃO E CARIMBO DO CARTÓRIO

RECIBO DO AUTOR (A) PARA ANEXAR AO PROCESSO

PODER JUDICIÁRIO

1145

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Dr. Juiz Luiz Fernando R. de Carvalho
Rio, 9 de 4 de 1996

O Escrivão Proc. 8012.

Proc. nº 8012

Retornem ao Contador Judicial.

RJ, 09.04.96

RECEBIDO, nesta data estes autos com despacho
Rio, 11 de 4 de 1996

O Escrivão

REMESSA

Ao Contador

Rio 12 de 4 de 1996

O Escrivão

Proc. 8012.

5º CONTADOR JUDICIAL

Autos RECEBIDOS nesta data.

Rio 12/4/96

7535-651-0292

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA D
...4...º CONTADOR JUDICIAL

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1146

Proc. Nº 8012 - 5º Vara de Falências e Concordatas

Mm. Juiz

"Data Vênia" tenho dúvida em proceder aos cálculos na forma determinada, uma vez que se faz necessário que os autos citados sejam anexados a este volume.

Respeitosamente.

Rio, 15/04/96.

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONTADORIA GERAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOÃO

7535-651-1409

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

CÂMARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

1147

RECEBIDO, nesta data vem.
conta.
Rio, 19 de 4 de 1996
Escrivão

REMESSA

5º contador
Rio 22 de 4 de 1996
Proc - 8012

5º CONTADOR JUDICIAL
Autos RECEBIDOS nesta data.
Rio 22/4/96

M.M. Drª Juiz,
Reqº Vênia
a V.Exa. para reiterar a solicitação de fls. 1146, em especial, o Sowme nº 4., o qual não foi apensado.
V.Exa. decidirá.
Rio, 22/maio/96.

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
DIANA LOPES JOÃO

7535-651-0291

RECEBIDO, nesta data estes autos sem carta.

Rio, 23 de 5 de 1996

O Escrivão

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data

petição

do Dr.

Rio, 23 de 5 de 1996

O escrivão

Domingos Gustavo de Souza
ADVOGADO

EXMO.SR.DR.JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO/RJ

1.º E 5.º VARAS
FALÊNCIAS E CONCORDATAS
15 ABR 1996
RIO DE JANEIRO

CONCORDATAS - VARA DE FALÊNCIAS
1148
12 ABR 96

PODER JUDICIÁRIO - RJ
CORREGEDORIA
PROGER
15 8 96 046174

REQUERENTE- HABILITANTE : **P.P.H. CIA INDL. DE POLIPROPILENO**

CONCORDATÁRIA; **PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA**

AÇÃO: CONCORDATA PREVENTIVA

PROCESSO Nº

nos autos acima mencionado, vem, à presença de V.Exa., por seu advogado e procurador bastante que esta subscreve, requerer a expedição de Guia de Levantamento em nome do Dr. FERNANDO FARIA, conforme substabelecimento anexo

Termos em que

P.Deferimento.

São Paulo, 01 de abril de 1.996

DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA
OAB/RJ 1099A

Av. Bernardino de Campos, 327 - 3º andar - cjs. 31/32 - 04004-050 - Bairro Paraíso - São Paulo - SP.
Telefones (011) 284.28.61 - 287.24.39 - 287.50.70 - 283.09.47 - FAX (011) 251.06.93 - 288.94.25

Domingos Gustavo de Souza
ADVOGADO

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1149

S U B S T A B E L E C I M E N T O

Substabeleço, com reservas de iguais , os poderes a mim conferidos pela empresa:

OUTORGANTE: P.P.H CIA INDL. DE PROLIPROPILENO

Nos autos da (o) : CONCORDATA PREVENTIVA

CONCORDATÁRIA (O): PLASBAG MONOPLAS INDL. PLAST. LTDA.

Em tramite pela 5ª Vara de Falências e concordatas.

Na Comarca de :RIO DE JANEIRO/RJ

Processo nº

À Dr. FERNANDO FARIA

Inscrita na OAB/RJ Nº 36.590 - CIC nº 033.881.747/68

Com endereço à : Rua da Quitanda, 30 -sala 901 - Centro -Rio de Janeiro/RJ.

São Paulo, 01 de abril de 1.996 ,

37.º SUBDISTRITO DA CIDADE
AVERBAÇÃO

DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA

Av. Bernardino de Campos, 327 - 3º andar - cjs. 31/32 - 04004-050 - Bairro Paraíso - São Paulo - SP.
Telefones (011) 284.28.61 - 287.24.39 - 287.50.70 - 283.09.47 - FAX (011) 251.06.93 - 288.94.25

Registro Civil do 37.º Subd. ACLIMAÇÃO
Rua Pires da Mota, 984 - Tel. 279-9690
RECONHEÇO por semelhança a firma de:
DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA
São Paulo, 02 ABR 1996
Em test.º da verdade
Nada pagos por verba
10

ADELU CARLOS SALES COSTA
Escrevente Autorizado

Domingos Gustavo de Souza
ADVOGADO

EXMO.SR.DR.JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO/RJ

1ª E 5ª VARAS
FALÊNCIAS E CONCORDATAS
15 ABR 1996
RIO DE JANEIRO

PODER JUDICIÁRIO - RJ
CORREGEDORIA
12 ABR 16:00 96 046175
PROGER

REQUERENTE- HABILITANTE : **POLIOLEFINAS S/A**

CONCORDATÁRIA; **PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA**

AÇÃO: CONCORDATA PREVENTIVA

PROCESSO Nº

nos autos acima mencionado, vem, à presença de V.Exa., por seu advogado e procurador bastante que esta subscreve, requerer a expedição de Guia de Levantamento em nome do Dr. FERNANDO FARIA, conforme substabelecimento anexo

Termos em que

P.Deferimento.

São Paulo, 01 de abril de 1.996

DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA
OAB/SP 1.099

Av. Bernardino de Campos, 327 - 3º andar - cjs. 31/32 - 04004-050 - Bairro Paraíso - São Paulo - SP.
Telefones (011) 284.28.61 - 287.24.39 - 287.50.70 - 283.09.47 - FAX (011) 251.06.93 - 288.94.25

Domingos Gustavo de Souza
ADVOGADO

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
11 51

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas de iguais , os poderes a mim conferidos pela empresa:

OUTORGANTE: POLIOLEFINAS S/A

Nos autos da (o) : CONCORDATA PREVENTIVA

CONCORDATÁRIA (O): PLASBAG MONOPLAS INDL. PLAST. LTDA.

Em tramite pela 5ª Vara de Falências e concordatas.

Na Comarca de :RIO DE JANEIRO/RJ

Processo nº

À Dr. FERNANDO FARIA

Inscrita na OAB/RJ Nº 36.590 - CIC nº 033.881.747/68

Com endereço à : Rua da Quitanda, 30 -sala 901 - Centro -Rio de Janeiro/RJ.

São Paulo, 01 de abril de 1.996

37.º SUBDISTRITO AGUIMACÃO

DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA

Av. Bernardino de Campos, 327 - 3º andar - cjs. 31/32 - 04004-050 - Bairro Paraíso - São Paulo - SP.
Telefones (011) 284.28.61 - 287.24.39 - 287.50.70 - 283.09.47 - FAX (011) 251.06.93 - 288.94.25

Registro Civil do 37.º Subd. ACLIMAÇÃO
Rua Pires da Mota, 984 - Tel. 279-9690
RECONHEÇO por semelhança a firma de(s)
DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA
São Paulo, 02 ABR 1996 de 19
Em test.º da verdade
Selos pagos por verba

ADEU CARLOS SALES COSTA
Escrevente Autorizado

Domingos Gustavo de Souza
ADVOGADO

EXMO.SR.DR.JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO/RJ

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1152

1.ª E 5.ª VARAS
FALÊNCIAS E CONCORDATAS
15 ABR 1996
RIO DE JANEIRO

12 ABR 15 58 95 046173
PROGER
PODER JUDICIÁRIO - RJ
CORREGEDORIA

REQUERENTE- HABILITANTE : **POLIOLEFINAS DO NORDESTE S/A**

CONCORDATÁRIA; **PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA**

AÇÃO: CONCORDATA PREVENTIVA

PROCESSO Nº

nos autos acima mencionado, vem, à presença de V.Exa., por seu advogado e procurador bastante que esta subscreve, requerer a expedição de Guia de Levantamento em nome do Dr. FERNANDO FARIA, conforme substabelecimento anexo

Termos em que

P.Deferimento.

São Paulo, 01 de abril de 1.996

DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA
OAB/RJ 1099A

Av. Bernardino de Campos, 327 - 3º andar - cjs. 31/32 - 04004-050 - Bairro Paraíso - São Paulo - SP.
Telefones (011) 284.28.61 - 287.24.39 - 287.50.70 - 283.09.47 - FAX (011) 251.06.93 - 288.94.25

Domingos Gustavo de Souza
ADVOGADO

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1153

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas de iguais , os poderes a mim conferidos pela empresa:

OUTORGANTE: POLIOLEFINAS DO NORDESTE S/A

Nos autos da (o) : CONCORDATA PREVENTIVA

CONCORDATÁRIA (O): PLASBAG MONOPLAS INDL. PLAST. LTDA.

Em tramite pela 5ª Vara de Falências e concordatas.

Na Comarca de :RIO DE JANEIRO/RJ

Processo nº

À Dr. FERNANDO FARIA

Inscrita na OAB/RJ Nº 36.590 - CIC nº 033.881.747/68

Com endereço à : Rua da Quitanda, 30 -sala 901 - Centro -Rio de Janeiro/RJ.

87º DISTRITO DP
MEDIDA DE IDENTIFICAÇÃO

São Paulo, 01 de abril de 1.996

DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA

Av. Bernardino de Campos, 327 - 3º andar - cjs. 31/32 - 04004-050 - Bairro Paraíso - São Paulo - SP.
Telefones (011) 284.28.61 - 287.24.39 - 287.50.70 - 283.09.47 - FAX (011) 251.06.93 - 288.94.25

Selos pagos por verba

Registro Civil do 37.º Subd. ACLIMAÇÃO
Rua Pires da Mota, 984 - Tel. 279-9690
RECONHEÇO por semelhança a firma de:
DOMINGOS GUSTAVO
DE SOUZA
São Paulo 02 NOV 1996
Em test.º da verdade

ABEU CARLOS SALES COSTA
Escrevente Autorizado

PODER JUDICIÁRIO

1154

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Dr Juiz Mauro Fernando R. de Carvalho
Rio 5 de 6 de 1996

O Escrivão Proc. 8012

Proc. nº 8012
Fls.1146 - atenda o cartório.
RJ, 10.06.96
Carlos Eduardo Oliveira Dias
Juiz de Direito

RECEBIDO, nesta data estes autos com despacho.
Rio, 11 de 6 de 1996

O Escrivão

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data a petição
Rio, 11 de 6 de 1996

O Escrivão

7535-651-0292

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
DR. HUGO GOLDEMBERG

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 5 ª. Vara de Falências e Concordatas do Rio de Janeiro

Processo nº.: 8012/94
Escrevente : Monica

Recebi em 10/6/96

1ª E 2ª VARAS
FALÊNCIAS E CONCORDATAS
05 JUN 1996
RIO DE JANEIRO

PODER JUDICIÁRIO - RJ
CORREGEDORIA
PROCESSO
4 JUN 16 10 96 024809

Ação : HABILITAÇÃO DE CRÉDITO EM CONCORDATA
Habilitante : TRANSLIDER TRANSP.ROD.LTDA
Concordatária : PLASBAG M.IND.PLÁST.LTDA

TRANSLIDER TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, nos autos da ação em epígrafe, por seu advogado infra-assinado, vem dizer a V. Exª., que, apesar de constar da relação de credores, ainda não recebeu nenhuma parcela de seu crédito, estando bastante surpresa, em ver seu nome mencionado no petitório de fls.1111, como renunciante ao crédito, requerendo pois, seja imediatamente, esclarecido pelo Sr. Comissário, a razão e a justificativa desta declaração inverídica.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1996.

HUGO GOLDEMBERG
OAB/RJ - 19.532

RUA CAPITÃO FELIX, 110, SOBRELOJAS 1/4, BENFICA, CEP 20920-310,
RIO DE JANEIRO, RJ. TEL. 284.3095.

PODER JUDICIÁRIO

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1156

JUNTADA

Junte a estes autos, nesta data
que se segue. Fls. 13 e
de 1996
O Escrevão

Eduardo Antonio Kalache — *Manoel Marques da Costa Braga Neto* — *Luiz Sergio Chame*
Roberto de Gayoso e Almendra — *Edna Dinis da Costa Braga* — *Ana Cláudia Correa*
Rodrigo Kalache de Paiva — *Tony Lo Bianco Mahet* — *Rafaela Faroni Ganem*
A D V O G A D O S

Yamba Souza Lanna — *André Alves Almeida Chame* — *Julieta Diniz Cuquejo*
E S T A G I Á R I O S

ExMº Sr. Dr. Juiz de Direito da 5a. Vara de Falências e Concordatas do Rio de Janeiro -

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1157

PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LIMITADA, em concordata preventiva, em tramitação perante esse MM. Juízo, por seu advogado abaixo assinado, vem apresentar os inclusos INSTRUMENTOS PARTICULARES DE CESSÕES DE CREDITOS, e o INSTRUMENTO PARTICULAR DE RENUNCIA, firmado pelo CESSIONÁRIO.

Além disso, para que o Sr. CONTADOR possa calcular a diferença eventualmente devida da 1a. Parcela da Concordata, a REQUERENTE apresenta a RELAÇÃO DE CREDORES pendentes de pagamento.

P. Deferimento

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1996

EDUARDO ANTÔNIO KALACHE
O A B - 15.018

1a [illegible] FALÊNCIAS E CONCORDATAS
13 JUN 1996
RIO DE JANEIRO

PODER JUDICIÁRIO - RJ
CORREGEDORIA
12 JUN 17 19 55 033976
PROGER

Travessa do Paço, 23 - Gr. 410 - Tels.: PABX 533-7768 - 533-4644 - FAX: 533-7769

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA DE CESSÃO DE CREDITO, NA FORMA ABAIXO :

POLIOLEFINAS S.A., EMPRESA COM SEDE na capital de São Paulo, à rua Alexandre Dumas n. 2.016, bairro Chácara Santo Antonio, devidamente inscrita no CGC/MF sob o número 62.336.946/0001-80, inscrição Estadual n. 108.162.400.117, por seu advogado abaixo assinado Dr. DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na O.A. SP sob o número 26.283-A, com escritório à Av. Bernardino de Campos n. 327 - 3. andar, conjuntos 31/32, São Paulo - SP, na qualidade de PROMITENTE CEDENTE e TI SENG WONG, brasileiro, viúvo, industrial, residente à Estrada de Jacarepaguá n. 4.710, Rua Imbuia n. 36, portador da carteira de identidade do IFP n. 1571181, CPF n. 029 773 627-20, na qualidade de PROMITENTE CESSIONÁRIO, têm justo e acordado, em caráter irrevogável e irretratável o seguinte :

A PROMITENTE CEDENTE é credora de PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LIMITADA, em concordata preventiva, perante o MM. Juízo de Direito da 5a. Vara de Falências e Concordatas do Rio de Janeiro, pela soma total de R$68.324,41 (sessenta e oito mil e trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e hum centavos), equivalente a 206.578,10 UFIRs, referente às NOTAS FISCAIS ns. 31940, 31956, 31101, 31433.

O valor retro mencionado será pago pelo PROMITENTE CESSIONÁRIO à PROMITENTE CEDENTE em 12 parcelas mensais, iguais, cada qual no valor de R$5.693,70 (cinco mil e seiscentos e noventa e tres reais e setenta centavos), sendo a primeira delas neste ato, e as demais vencíveis de trinta e trinta dias, a contar desta data, sempre na séde da PROMITENTE CEDENTE ou de seu PROCURADOR, acima indicado, contra recibo, devendo ser atualizadas de acôrdo com as variações da UFIR.

Na hipótese de não pagamento das parcelas vincendas nos seus vencimentos, o presente instrumento perderá sua validade, e a PROMITENTE CEDENTE voltará a ter pleno direito de cobrar o saldo residual de seu débito contra a CONCORDATÁRIA.

O PROMITENTE CESSINÁRIO fica respons[avel pela boa ou má liquidação do crédito, nada podendo reclamar ou postular de PROMITENTE CEDENTE.

Por estarem de acôrdo, firmam em tres vias de igual valor, teor e forma, para que produza os devidos fins de direito.

Enquanto os pagamentos estiverem sendo feitos o PROMITENTE CESSIONÁRIO poderá renunciar provisòriamente ao recebimento do crédito junto à CONCORDATÁRIA.

Rio de Janeiro, 05 de JUNHO de 1996.

PROMITENTE CEDENTE

PROMITENTE CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS

EM TEMPO - a 1a. parcela foi paga pelo cheque nº209102, sacado contra o BANCO DO BRASIL S/A, no valor de Cr$5.693,70. O saldo devedor, representado por 11 parcelas, deverá ser depositado na conta corrente nº 03821-3 do BANCO ITAU S/A - AGÊNCIA 0912 -

Poliolefinas

AJPSA-051/94

PROCURAÇÃO

POLIOLEFINAS S.A., estabelecida na Rua Alexandre Dumas, 2016, Chácara Santo Antonio, São Paulo, SP, inscrita no CGC sob nº 62.336.946/0001-80, neste ato representada por seu Diretor Presidente ALVARO FERNANDES DA CUNHA FILHO, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 685.954 IIPM/BA, CPF nº 030.495.905-72, residente e domiciliado na Rua Visconde de Nacar, 209 - 6º andar, Real Parque - São Paulo/SP e por seu Diretor LUIZ EDUARDO EMATNÈ, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador do RG nº 2.428.506, CPF nº 384.511.668-49, residente e domiciliado na Av. Bem te Vi, 362 - aptº 32-C - Indianópolis, São Paulo/SP, nomeia e constitui seus bastante procuradores os Drs. **CARLOS ROCHA VILLELA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob nº 36.120 e no CPF nº 425.681.107-91, **ELIETE SANTOS COSTA CARDOSO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob n º 46.216 e no CPF nº 057.147.708-97, **MARISA APARECIDA DA SILVA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP nº 50.902-P e no CPF nº 103.716.668-40 e **RICARDO CLEBER ZANGIROLAMI**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 124.987 e no CPF n º 151.833.308-75, todos com escritório à Rua Alexandre Dumas, 2016 - São Paulo/SP, aos quais outorga os poderes da cláusula "ad judicia et extra", podendo, os outorgados, que agirão em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, praticando enfim, todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer. A presente procuração revoga a emitida por instrumento público lavrada no 9º cartório de notas - Livro 1166 - fls. 114 em 24/09/93, bem como a de instrumento particular nº AJPSA-035/94 de 15/06/94.

São Paulo, 15 de setembro de 1994

CONF. POR

ALVARO FERNANDES DA CUNHA FILHO
Diretor Presidente

CONF. POR

LUIZ EDUARDO EMATNÈ
Diretor

CARTORIO - ALCEU LOPES
29.º Subdistrito Santo Amaro - SP
Registro Civil e Tabelionato
Pça Floriano Peixoto, 142 Tel. 56-8-211
JOACI RIBEIRO SAMPAIO - Tabelião
Escrevente Autorizado

Reconheço, por semelhança, as firmas de: ALVARO FERNANDES DA CUNHA FILHO e LUIZ EDUARDO EMATNE.
São Paulo, 15 de setembro de 1994.
Em testemunho da verdade.
Firmas: 0,94 Proc. Dados: 0,94 Total: 1,88

POLIOLEFINAS S.A. - APH

VARA DE FALÊNCIAS - SVLTAS
E CONCORDATAS

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço com reservas de iguais para mim, os poderes que me foram outorgados por **Poliolefinas S.A.**, na procuração de instrumento particular de nºAJPSA - 051/94, para **DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP nº 26.283-A, OAB/RJ nº 1.099-A, OAB/BR nº 286-A, OAB/GO nº 933, OAB/RS nº 9.155-A, OAB/PR nº 6.713-A e OAB/PE nº 95-A, portador do CPF nº 029.153.671-91, com escritório à Av. Bernardino de Campos, 327 - 3º andar - cj. 31/32 - São Paulo/SP, com o fim específico de efetuar cobranças amigáveis em todo o território nacional.

São Paulo, 04 de abril de 1995

CONF. P/SP 29.1

Ricardo Cleber Zangirolami
OAB/SP - 124.987

Cartório de Notas do 29º Subdistrito de Santo Amaro
São Paulo - Capital - José Nicau Lopes - Tabeliã
Pça Floriano Peixoto,422 - CGC. 45.571.764/0001-57
Reconheço, por semelhança, a firma de RICARDO CLEBER ZANGIROLAMI, a qual confere com o padrão depositado em cartório.
São Paulo, 04 de abril de 1995.
Em testemunho da verdade.
Reinaldo Vieira da Silva
Escrevente Autorizado
Tx Fiscal 0,47 | Proc. Dado 0,47 | Total 0,94

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

9.º CARTÓRIO DE NOTAS

Tabelião Interino: ANTONIO FRIGO GUARITA
Cartório: RUA QUIRINO DE ANDRADE, 237 - 1º ao 5º Andar
FONES: 258-2811 - 258-2835 - 258-2235 - 258-2635 - 258-2110
CEP 01049-010 — SÃO PAULO

C E R T I F I C A

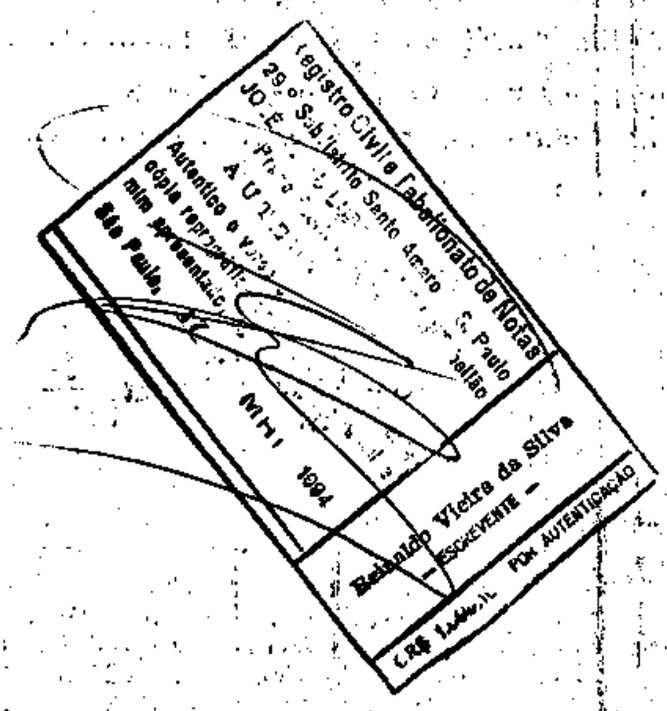
pedido de pessoa interessada que revendo em meu cartório o livro especial de procuração n. 1166 fls. 114, verificou constar a procuração no seguinte teor: PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:- **POLIOLEFINAS S/A . S A I B A M**, quantos este público instrumento, bastante virem, que aos vinte e quatro (24) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e três (1993), nesta Cidade de São Paulo, Capital do Estado, República Federativa do Brasil, em à rua Alexandre Dumas nº 2016, nesta Capital, onde a chamado vim, perante mim Tabelião e o escrevente que esta datilografou, compareceu como OUTORGANTE, **POLIOLEFINAS S/A .**, com sede nesta Capital, na rua Alexandre Dumas, 2016, Chácara Santo Antonio, inscrita no CGC/MF sob n. 62.336.946/0001-80, com seu Estatuto Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n. 399.060 em 09.06.1987 e última Ata de Assembléia realizada aos 30.04.1993, registrada na JUCESP sob n. 93.994/93-0 em 18.06.1993, neste ato representada de acordo com o artigo 19, alínea II do seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **OTAVIO CARDOSO FERNANDES PONTES**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador do RG n. 3.272.755-SSP/SP e CIC n. 109.975.718/53, residente e domiciliado nesta Capital, e por seu Diretor Vice Presidente, **TEURACY JOSE LEITÃO BASTOS**, brasileiro, casado, bacharel em ciencias contabeis, portador do RG nº 2.109.413-SSP/SP e do CIC nº 067.120.538-20, residente e domiciliado nesta Capital, ambos eleitos pela 239ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22.08.1990, cuja ata foi arquivada na referida Junta Comercial sob n. 1016.016 em 17.09.1990. Os presentes meus conhecidos do que dou fé. E, perante mim Tabelião, pela OUTORGANTE me foi dito que por este publico instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastante procuradores, o Dr. **ONOFRE CARLOS DE ARRUDA SAMPAIO**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 3.358.381-SSP/SP e do CIC nº 059.153.098-87, inscrito na OAB/SP sob nº 26.806, a Dra. **ELIETE SANTOS COSTA CARDOSO**, brasileira, casada, advogada, portadora do RG nº 4.654.649-SSP/SP, no CIC nº 057.147.708-97, inscrita na OAB/SP sob nº 46.216, ambos com escritório na rua Alexandre Dumas nº 2016, nesta Capital, o Dr. **JOSE SARNOS**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 6.145, no CIC sob nº 069.582.060-53, residente e domiciliado na Praça Alberto Ramos, nº 840, aptº 404, Higienópolis, Porto Alegre, RS, e o Dr. **CARLOS ROCHA VILLELA**, brasileiro, separado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob nº 36.120, no CIC sob nº 425.681.107-91, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, RJ na rua Afranio de Melo Franco nº 85, aptº 602, aos quais outorga os poderes da cláusula "ad judicia et extra", podendo, os outorgados, que agirão em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, praticando enfim, todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer. A presente procuração revoga a anteriormente lavrada nestas notas no livro 1153, fls. 021, em 20.07.93, responsabilizando-se a outorgante pelas notificações aos mandatários. E, de como assim o disse(ram) dou fé. Lavrei

esta que me pediu(ram) e que sendo lida e achada conf
outorgou(ram), aceitou(ram) e assina(m), dou fé. Dispensa
testemunhas instrumentárias conforme normas da C.G. 58/8
Ernesto Dias de Carvalho, escrevente habilitado a datilogr
escrevi. Eu, José Solon Neto, escrevente autoriza
subscrevi.(a.a.)//// **TEURACY JOSE LEITÃO BASTOS** //// (
CARDOSO FERNANDES PONTES //// (Paga TASJ e TFSD). Nada m
continha em dita procuração da qual bem e fielmente fiz exti
presente certidão que vai conforme seu proprio original a
me reporto, dou fé. São Paulo, 01 DE FEVEREIRO DE 1994. Eu,
a conferi e assino.

.....

EMOLS. Cr$134,00
TFSD. Cr$ 36,18
TASJ. Cr$ 26,80
APM. Cr$ 1,34
a serem pagos por verba

9.º CARTÓRIO DE N
Bel. ANTONIO ERISO, CU
TABELIÃO PROTESTO
Bel. JOSÉ SOLON NETO
ESCREVENTE AUTORIZADO
Rua Quintino de Andrade, 237 -



Domingos Gustavo de Souza
ADVOGADO

PROCURAÇÃO
"Ad Judicia"

Pelo presente instrumento particular de procuração, **CDD COBRANÇA DIRETA À DISTÂNCIA LTDA** com sede na praça de **São Paulo - SP** à **Av. - Bernardino de Campos, 327 - 3ºandar - Cj. 31** CGC.nº. **52.844.081/0001-00**, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado; DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em São Paulo, CIC. nº.029.153.671-91, inscrito na OAB/SP sob o nº.26.283-A, OAB/RJ nº.1.099-A, OAB/BR nº.286-A, OAB/GO, nº.933. OAB/RS nº.9.155-A, OAB/PR nº.6.713-A, OAB/PE, nº.95-A, a quem confere poderes para o foro em geral perante qualquer Juizo, Instância ou Tribunal, com cláusula "Ad Judicia" e mais os especiais para receber e dar quitação, receber e endossar cheques proveniente de cobranças, transigir, desistir, firmar compromisso, fazer e assinar acordos, requerer e acompanhar falências, habilitar em concordatas, embargá-las, fazer declaração de créditos, representação criminal, impugnar os de terceiros, arguir suspeição, representar, junto às Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais e Autarquias, encaminhar títulos à protesto, fazer levantamento de crédito junto aos Cartórios em geral, inclusive de Protesto, substabelecer.

29 FEV 88

C.D.D. Cobrança Direta à Distância Ltda.

Reconhecer Firma:

AV. BERNARDINO DE CAMPOS,327 - 3º AND. CONJ.31 - CEP 04004 - PAX: (011).- 251.0695
TELS:(011)-284.2861 - 287.5070 - 287.2439 - TELEX: 11 - 33.356
BAIRRO PARAISO - SÃO PAULO - SP - CDDC - - BR

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1163

Poliolefinas

doc 01

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço com reservas de iguais para mim, os poderes que me foram outorgados por **POLIOLEFINAS S.A.**, na procuração de instrumento público lavrada no 9º Cartório de Notas - Livro 1166 - fls. 114, para **DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP nº 26.283-A, OAB/RJ nº 1.099-A, OAB/BR nº 286-A, OAB/GO nº 933, OAB/RS nº 9.155-A, OAB/PR nº 6.713-A e OAB/PE nº 95-A, portador do CPF nº 029.153.67[illegible] 91, com escritório à Av. Bernardino de Campos, 327 - 3º andar - cj. 31/32 - São Paulo/SP, com o fim específico de defender os interesses da outorgante no processo de concordata da empresa PLASBAG - MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., impetrado perante o MM. Juízo da 5ª Vara de Falências e Concordatas do Rio de Janeiro, podendo substabelecer.

São Paulo, 14 de junho de 1994

Carlos Rocha Villela
OAB/RJ nº 36.120

Cartório do 29º Subdistrito de Santa Amaro
São Paulo - Capital - José Oscar Lopes - Tabelião
Pça. Floriano Peixoto, 422 - [illegible] 48.574.744/0001-57
Reconheço, por semelhança a(s) firma(s) de: CARLOS ROCHA VILLELA.
São Paulo, 15 de Junho de 1994
Em testemunho [illegible] de verdade.
Firma 815,48 Reconhec. 815,48 Total 1.104,52

COMARCA DA CAPITAL
[illegible] - Fone 284-21[illegible]
ORMICOLA
a presente cópia
original a mim
Da Verdade

LIVIERI
izado
AO P/FAZ.
.11-91,57

...a Aberta - C.G.C. ... Ordinária Realizada ... mês de abril de mil ... na sede social a ... do Campo, reuniram-... Indústrias C. Fabrini ...per cento) do capital ...aturas constantes de ...s pelo artigo 127 da ...como determina o seu ... o Presidente do Con... Fabrini Filho que convidou ...rio, no que acedi. As... instalada a Assem... editais publicados ...uio e "O Dia" da Ca... de março deste ano ... acionistas deixavam ...ção do Sr. Presidente, ... as contas dos Admi...eral, e demonstração ...o exercício social en...ação foi feita nos jor... "O Dia" da Capital do ...nte, documentos es...nistas, pelo prazo le...ante colocou em de...esclarecimentos solici...tados pelos Adminis...acionistas presentes, ... Sr. Presidente escla...rporação da expressão ...Cr$ 2.662.783.771,69 ...ões, setecentos e ses...ros reais e sessenta ...cimento dessa impor...do Capital Realizado: ...Cr$ 2.772.[illegible].724,58 ...ões, setecentos e um ... cinquenta e oito cen...trinta e dois milhões, ...s sem valor nominal. ...ção da expressão mo...autorizou a alteração ...a consequente altera...a adaptá-lossa nova si...ação: "Art. 5º: O Ca...dois bilhões, setecen...il, setecentos e vinte ...ntavos) divididos em ...a e seis mil, oitocen...ta e 17.699.000 (de...mil) ações preferen...sob forma escritural. ...gozam do direito de ...el preferencialmente ...o capital que repre...as ações de fruição, ...s fixados no Art. 109 ...e devolução do Capi... Aberta a discussão ...ste ano de mandato. ...membros do Conselho ...al a importância de ...for) cuja divisão será ...a Diretoria caberá uma ...rcentagem mil unide... reunião da própria ...Administradores fixa...tendo-se os critérios ...nos índices. A seguir ...ção CVM nº 2 de 04 ...to 3º do art. 289 da ...o aos senhores acio...a Lei continuariam a ...A" da Capital de Es... ninguém mais querendo ...ceu a presença dos ...do tempo necessário ...a conforme, foi apro... Fabrini Filho - Presi... Secretário da Mesa; ... Amon Osiris Parti...tório Antonio Mario ... Florindo Beneduce; ...os estar conforme o ... Fabrini Filho - Presi... Secretário da Mesa - ...P sob nº 69.497/94-... Geral.

...DE RIBEIRÃO ...167/0001-60 ...94

...E RIBEIRÃO PRE... que se acha aberta ...º 157, em Ribeirão ...REÇOS Nº 02/94, ...mpra, de seis (06) ...ificações: seis (06) ..., 1000 cilindradas; ...sem opcionais (ráo ...ção 1.994, de cor ...a do porta malas e ...MENOR PREÇO. O ...rá ser adquirido no ...omercial, mediante ...6s Mil Cruzeiros ...rvalicados no ... do dia ...º, de ...

HOTEL DA MORADA DO SOL S/A – C.G.C. Nº 43.964.097/0001-65. Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária. Data-Hora-Local: 19 de Novembro de 1993, às 10:00 horas. Sede Social da empresa, sita à Rua São Bento, 840 - Centro - Araraquara-SP. **Presenças:** Acionistas, observado o número legal, conforme assinaturas e anotações no livro próprio. **Mesa Diretora:** Presidente, Dr. Roberto Massafera; Secretário, Dr. José Wellington Pinto. Auditor Independente, Sr. João Rey Ortiz Filho. **Convocação:** Feitas nos jornais "D.O.E." dias 28 e 30 de Outubro e 02 de Novembro de 1993, e "Diário Regional" nos dias 07, 08 e 10 de Novembro de 1.993. **Aviso aos Acionistas:** Publicados no "D.O.E.", edições de 08, 09 e 14 de Outubro de 1993 e no jornal "Folha da Cidade", nos dias 08, 09 e 10 de Outubro de 1993. Balanço Patrimonial de 31/12/92, publicados nos jornais "D.O.E." e "Diário Regional", edições de 28/10/93 e 07/10/93, respectivamente. Extrato Sumário das Deliberações: Em **Regime Ordinário:** I - Aprovados por unanimidade com ressalva das abstenções legais, o Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/92. II - Aprovada a Correção da Expressão Monetária de Capital Social, já adaptados à nova expressão monetária "Cruzeiros Reais", no valor de CR$ 16.633.614,14 (Dezesseis milhões, seiscentos e trinta e três mil, setecentos e catorze cruzeiros reais e catorze centavos) e aprovada a capitalização da Expressão Monetária de Capital Realizado e o novo valor nominal das ações que passou a ser de CR$ 0,19 (Dezenove centavos). III - Elegeu o Conselho de Administração para o triênio 1993/1995, bem como fixação de seus honorários, ficando o mesmo assim constituído: **Presidente:** Dr. **Weenis Dias Macieira**, brasileiro, casado, Servidor Municipal Aposentado e Advogado, residente e domiciliado na Rua Maria Andrade, 132 - Araraquara-SP, portador de RG nº 4.744.166-SSP-SP e CPF/MF nº 011.976.228-53; 1º Vice Presidente, Sr. **Neli dos Passos**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Av. 15 de Novembro, nº 1172 - Araraquara-SP, portador do RG nº 3.005.360-SSP-SP, e CPF/MF nº 148.906.828-72; 2º Vice-Presidente, Sr. **Antonio Rodrigues Gomes Filho**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Av. Bandeirantes, nº 436, Araraquara-SP, portador de RG nº 12.485.436-SSP/SP e CPF/MF nº 392.264.418-04. IV - Foi aprovada e aprovada a proposição de Presidente da Mesa os honorários dos membros de Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, foram fixados para cada um em CR$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos cruzeiros reais), corrigidos mensalmente segundo os Índices Oficiais do Governo Federal. V - **Em Regime Extraordinário** - Passou-se a apreciação da parte específica de item II do edital de convocação, letra a) ou seja, reforma parcial do Estatuto Social, em função do aumento do Capital Social, em seus artigos 6º e 8º, e seus parágrafos, passando a vigorar com a seguinte redação: Artigo 6º - O Capital Autorizado é do valor de CR$ 11.873.400,00 (Onze milhões, oitocentos e setenta e três mil e quatrocentos cruzeiros reais), representado por 60.000.000 (sessenta milhões) de ações nominativas no valor de CR$ 0,19 (Dezenove centavos) cada uma, assim desdobradas: a) 30.000.000 (Trinta milhões) de ações ordinárias; b) 30.000.000 (trinta milhões) de ações preferenciais sem direito a voto, distribuídas da seguinte forma. I - **Classe A** - constituída de 15.000.000 (quinze milhões) subscritas com recursos do Fundo de Investimentos Setoriais de Turismo (FISET -TURISMO) nos termos do Decreto-Lei nº 1.376 de 15/12/74; II - **Classe B** - Constituída de 15.000.000 (Quinze milhões) por subscrição nos termos do Decreto-Lei nº 55 de 18/11/66. Permanecem inalterados os parágrafos 1º e 2º do Estatuto Social. Desdobrando-se a participação acionária da seguinte forma: Capital Social: 60.000.000 (Sessenta milhões) de ações nominativas a saber: a) 30.000.000 (Trinta milhões) de ações nominativas, das quais encontram-se integralizadas 26.361.895 (Vinte e seis milhões, trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e noventa e cinco) ações no valor total de CR$ 5.216.755,40 (Cinco milhões, duzentos e dezesseis mil, setecentos e cinquenta e cinco cruzeiros reais e quarenta centavos); b) 30.000.000 (Trinta milhões) de ações preferenciais, sem direito a voto distribuídas da seguinte forma: I - **Classe A** - subscritas com recursos do Fundo de Investimentos Setoriais de Turismo (FISET-TURISMO) nos termos do Decreto-Lei nº 1378 de 15/12/64, das quais encontram-se integralizadas 10.155.492 (Dez milhões, cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentas e noventa e duas) ações no valor total de CR$ 2.009.670,31 (Dois milhões, nove mil, seiscentos e setenta cruzeiros reais e trinta e um centavos); II - **Classe B** - constituída de 15.000.000 (Quinze milhões) de ações subscritas nos termos do Decreto-Lei nº 55 de 18/11/66, das quais encontram-se integralizadas, 7.181.484 (Sete milhões, cento e oitenta e uma mil, quatrocentas e oitenta e quatro) ações no valor total de CR$ 1.421.143,86 (Hum milhão, quatrocentos e vinte e um mil, cento e quarenta e três cruzeiros reais e oitenta e seis centavos). Artigo 28º - Os Diretores eleitos terão seus honorários mensais fixados individualmente e de acordo com os critérios estabelecidos pela Assembléia Geral Ordinária. Parágrafo Único: A cada mês de gestão os Diretores terão seus honorários corrigidos segundo os Índices Oficiais do Governo Federal. À Assembléia Geral a qualquer tempo, poderá proceder novos reajustes, notadamente em virtude dos valores vigentes no mercado. A Assembléia deliberou não eleger o Conselho Fiscal. Em seguida, vários assuntos de interesse social foram abordados, de modo especial a possibilidade de privatização do Hotel Morada do Sol S/A., assunto que será tratado em oportunidade própria. Como o acionista Dr. Jailde Azevedo Dantas, discordasse de vários pontos, emitiu ele voto em separado que constará dos anais da sociedade. Em todas as deliberações deixaram de votar os legalmente impedidos. a) Dr. Roberto Massafera, Presidente da Mesa. a) Dr. José Wellington Pinto, Secretário da Mesa. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo - Certifico o Registro sob o número 69.417/94-5, em sessão de 24/05/94. a) José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

CIA. MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS

C.G.C. M.F. No 60.498.417/0001-58

C O N C O R R Ê N C I A No 030/94

Prestação de Serviços de Coleta de Dados Necessários à Execução do Controle do Desempenho do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros - Modalidade Comum.

A Comissão de Licitações encarregada do julgamento da concorrência em epígrafe comunica que, por despacho do Sr. Presidente [illegible] o recurso

POLIOLEFINAS S.A.

ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, REALIZADAS CUMULATIVAMENTE EM 20 DE ABRIL DE 1994 INSTRUMENTADA NA FORMA DE SUMÁRIO.

CAPITAL AUTORIZADO - C.G.C. 62.336.946/0001-80. DATA: 20 de abril de 1994. LOCAL E HORA: Sede Social da Companhia à Rua Alexandre Dumas, 2016, Chácara Santo Antonio, São Paulo Capital, às 9h00. QUORUM DE INSTALAÇÃO: Presença de acionistas representando mais de 2/3 de capital social, conforme se verificar no Livro de Presença de Acionistas. PRESENÇA DE ADMINISTRADORES E DO AUDITOR: estavam presentes os Administradores da Sociedade e o Sr. Irineu de Mula representante da Price Waterhouse Auditores Independentes. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Alvaro Fernandes da Cunha Filho; Secretário: Carlos Rocha Villela. PUBLICAÇÕES: As publicações determinadas pela legislação foram feitas nos jornais "Gazeta Mercantil" e "Diário Oficial do Estado de São Paulo", sendo a primeira referente ao art. 133 nos dias 04, 05 e 08 de março de 1994 e o Edital de Convocação das Assembléias em 09, 12 e 13 de abril de 1994 e c) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 14/04/94. ORDEM DO DIA: Relatório da administração e demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.1993; Destinação do resultado do exercício; Aumento do capital social com reserva de correção monetária; Remuneração global dos administradores; Eleição de membros de Conselho de Administração; Aumento de capital social mediante incorporação de reservas; Alteração dos artigos 4º e 5º de estatuto social; Ratificar o Acordo Operacional PSA/PPH; Outros assuntos de interesse da sociedade. DELIBERAÇÕES: Foram tomadas as seguintes deliberações: 1) Aprovar sem reservas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de exercício encerrado em 31.12.93; 2) Aprovar a proposta da Diretoria para compensar o resultado negativo do exercício no valor de CR$ 3.910.814.712,70 (três bilhões, novecentos e dez milhões, oitocentos e quatorze mil, setecentos e doze cruzeiros reais e setenta centavos) com o valor da conta de lucros acumulados, permanecendo nesta conta o saldo positivo de CR$ 13.017.342.491,67; 4) Elevar o capital social, no valor de CR$ 584.687.000,00, já adaptado ao novo padrão monetário, representado por 312.178 ações ordinárias sem valor nominal para CR$ 14.761.000.000,00 (quatorze bilhões, setecentos e sessenta e um milhões de cruzeiros reais), mediante a incorporação de CR$ 14.161.473.089,27 da conta reserva de correção monetária do capital, de CR$ 4.467,05 da conta reserva de incentivos fiscais remanescente do exercício de 1992 corrigido, e CR$ 14.835.443,68 provenientes da conta de reserva de incentivos fiscais de exercício findo em 31 de dezembro de 1993, restando nesta conta o saldo de CR$ 885.444,32 que permanecerá à disposição da Assembléia para futuro aumento de capital; 5) Aprovar, em razão de aumento do capital acima referido, nova redação para o artigo 4º "caput" de Estatuto Social que passa a vigorar como segue: "ARTIGO 4º — A Sociedade tem o capital social de CR$ 14.761.000.000,00 (quatorze bilhões, setecentos e sessenta e um milhões de cruzeiros reais) dividido em 312.178 (trezentos e doze mil, cento e setenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; 6) Aprovar a alteração do limite para aumento do capital social, independentemente de reforma estatutária, de CR$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros reais) para CR$ 29.000.000.000,00 (vinte e nove bilhões de cruzeiros reais) passando o Art. 5º de Estatuto Social a ter a seguinte redação: "ARTIGO 5º — A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de CR$ 29.000.000.000,00 (vinte e nove bilhões de cruzeiros reais), mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, por deliberação do Conselho de Administração, sem necessidade de guardar proporção entre ações ordinárias e preferenciais, exceto o limite legal de 2/3 das ações emitidas para estas últimas"; 7) Eleger para compor o Conselho de Administração os Srs.: Marcus Tulio Roberto Sampaio de Melo, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG-1.006.491, IFP-RJ, e de CPF 005.228.647/91, residente no Rio de Janeiro, na Rua Adalberto Aranha, 47 - c/01 - e Ronaldo Milagaya, brasileiro, divorciado, portador do RG 06.519.100-9/IFP-RJ, e do CPF 019.828.777/15 residente na Rua General Pereira da Silva, 87 - apto. 1802 - Icaraí - RJ, em substituição aos Srs. Paulo Fontainha Geyer e Alberto Soares de Sampaio Geyer que renunciaram aos cargos; 8) Fixar a remuneração anual global da Diretoria em até 628.406 URVs; 9) Fixar a remuneração anual global do Conselho de Administração em até 45% (quarenta e cinco por cento) do valor efetivamente pago à Diretoria. 10) Referendar a decisão da 305ª Reunião do Conselho de Administração que aprovou o Acordo de Rateio de Despesas com a PPH Companhia Industrial de Polipropileno. QUORUM DE DELIBERAÇÃO: todas as deliberações foram aprovadas, sem reservas ou restrições, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Foram arquivados os documentos referidos nesta Ata, numerados e vistados pelos membros da mesa. São Paulo, 20 de abril de 1994. Alvaro Fernandes da Cunha Filho, Presidente da Mesa, Carlos Rocha Villela, Secretário. ODEBRECHT QUIMICA S.A. Alvaro Fernandes da Cunha Filho. Declaro que esta é cópia fiel do original. a) Carlos Rocha Villela — Secretário. JUCESP — 25.05.94 — SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA — JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO — CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 70.670/94-8 — JOSÉ EDGARD L. GOMES — Secretário Geral.

A V I S O

TOMADA DE PREÇOS No. 05.003/94

OBJETO : FORMULÁRIOS CONTÍNUOS

Acha-se aberta na COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP, por ordem do Diretor Presidente a TOMADA DE PREÇOS em referência.

O Ato Convocatório relativo à licitação poderá ser retirado no horário das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 16:00h no Departamento de Licitações e DLI da PRODAM-SP, sito nesta Capital, no Pavilhão Engenheiro Armando de Arruda Pereira s/no. Parque Ibirapuera mediante o recolhimento da importância de Cr$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros reais) na Tesouraria, sita no mesmo local.

As propostas deverão ser entregues no endereço acima até às 9 00 horas do dia 16 06 94, quando, então, será realizada a

POLIOLEFINAS S.A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1987

DATA: 29 de maio de 1987. LOCAL E HORA: Sede Social da Companhia à Rua Alexandre Dumas, 2035, Chácara Santo Antonio, São Paulo, Capital, às 9h00 horas. QUORUM DE INSTALAÇÃO: Presença de Acionistas, representando 84% (oitenta e quatro por cento) do Capital Social com direito a voto, conforme se verifica das assinaturas apostas no livro de presença de Acionistas. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Floriano Peixoto Faria Lima; Secretário: Onofre Carlos de Arruda Sampaio. ORDEM DO DIA: 1) alteração do capítulo VII (artigos 14, 17 e 19). DA DIRETORIA, que passará a compor-se de Diretor-Presidente e de 02 Diretores Vice-Presidentes, atribuição de competência a seus membros, bem como definição da forma pela qual a Companhia se obrigará perante terceiros; 2) introdução de mais um parágrafo no artigo 23 do Estatuto Social, conferindo poderes expressos ao Conselho de Administração, para declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; 3) alteração da alínea "i" do artigo 18 do Estatuto Social, adequando-a ao disposto no artigo 35; 4) consolidação do Estatuto Social, incorporando as alterações estatutárias; 5) eleição de membro do Conselho de Administração; 6) outros assuntos de interesse da Sociedade. DOCUMENTOS SUBMETIDOS À ASSEMBLÉIA: Carta de renúncia do Conselheiro HAMILTON SERGIO ALBERTAZZI DRUMMOND, e Avisos de Convocação publicados nos jornais Gazeta Mercantil e Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições de 21, 22 e 23 de maio de 1987. DELIBERAÇÕES: 1) eleger para membro do Conselho de Administração o Sr. SERGIO RODOLFO BARTOLINI SPIELER, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cartaira de identidade R.G. nº 1.321.223, expedida pelo Instituto Félix Pacheco em 06/07/1970, C.P.F. 033.243.907/78, residente à Rua Marechal Hastimphilo de Moura, 138 apto 9-A, Morumbi, São Paulo, que completará o mandato em curso do Conselheiro Hamilton Sérgio Albertazzi Drummond, que renunciou ao cargo; 2) deixar registrado nesta Ata, os agradecimentos pelos serviços prestados pelo Conselheiro renunciante; 3) alterar a redação dos artigos 14, 18 (alínea "f"), 17, 19 e 25 do Estatuto Social e consolidá-lo com as alterações havidas, de forma que passa a vigorar como segue: ESTATUTO SOCIAL DA POLIOLEFINAS S.A. CGC 43.336.944/0001-80 NIRC 35.300.036.174. CAPITULO I — DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO JURIDICO — Artigo 1º — A Sociedade denomina-se POLIOLEFINAS S.A., tem sede e foro jurídico na Capital do Estado de São Paulo e reger-se-á por este Estatuto e pela legislação aplicável. CAPITULO II — OBJETO SOCIAL — Artigo 2º — A Sociedade tem por objeto a produção e o comércio de resinas de plástico, bem como das respectivas matérias-primas, produtos derivados e correlatos, compreendendo a fabricação, processamento, beneficiamento, industrialização, mistura, importação, exportação, compra, distribuição e venda desses produtos assim como a prestação, a terceiros, de serviços de assessoria e consultoria técnica e administrativa, relacionada a essas atividades, e a representação comercial autônoma. § 1º — A Sociedade poderá participar de outras sociedades. § 2º — A Sociedade poderá abrir e fechar fábricas, depósitos, escritórios, sucursais e filiais no país e no exterior. CAPITULO III — DURAÇÃO — Artigo 3º — A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. CAPITULO IV — CAPITAL E AÇÕES — Artigo 4º — A Sociedade tem o capital social de Cz$ 365.500.000,00 (setecentos e cinco milhões e quinhentos mil cruzados), dividido em 250.000.000 (trezentos e cinqüenta milhões) de ações ordinárias, nominativas e endossáveis de valor nominal igual a Cz$ 1,73 (um cruzado, setenta e três centavos) cada uma. § 1º — As ações ordinárias terão direito a voto. § 2º — A Sociedade poderá criar ações preferenciais nominativas, endossáveis ou ao portador, no montante de até 2/3 do capital social. § 3º — As ações preferenciais, que não terão direito a voto, terão prioridade no recebimento de dividendo fixo, não cumulativo, equivalente a 6% ao ano calculado sobre o valor de capital representado por ações preferenciais. § 4º — As ações preferenciais poderão ser resgatadas a qualquer tempo, a critério da Diretoria, mediante deliberação do Conselho de Administração, pelo valor de emissão, atualizado monetariamente com base na variação do BTN Fiscal, ou outro índice que venha a substituí-lo, acrescido de dividendos e juros eventualmente vencidos. § 5º — As ações preferenciais poderão ser convertidas em ações ordinárias, a critério da Diretoria, mediante deliberação do Conselho de Administração, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial. § 6º — Os títulos das ações serão assinados por 02 (dois) Diretores, ou por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) Procurador com poderes especiais. § 7º — Os títulos das ações serão emitidos sob a forma escritural, mantidos em contas de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrada do acionista o custo dos serviços prestados pela instituição depositária, observados os limites fixados pela Comissão de Valores Mobiliários. § 8º — Os titulares de ações ao portador exibirão os respectivos certificados ou documento de depósito em custódia em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários. § 9º — O acionista pode ser representado na Assembléia Geral por Procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, ou ainda, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento representando os condôminos. § 10 — A Assembléia Geral elegerá os membros do Conselho de Administração da Companhia, pelo voto majoritário dos presentes. CAPITULO VI — DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO — Artigo 6º — O Conselho de Administração é composto de nove membros, pessoas naturais, acionistas, residentes no país, eleitos pela Assembléia Geral, com prazo de gestão de 3 (três) anos podendo ser reeleitos. § 1º — O Conselho de Administração terá um Presidente eleito pelos membros de próprio Conselho. § 2º — Os membros do Conselho serão investidos em suas funções, mediante assinatura do termo de posse, no livro de "Atas de Reuniões" do Conselho e permanecerão em seus cargos no exercício pleno de seus poderes, até a posse dos substitutos. § 3º — A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada e revista pela Assembléia Geral. Artigo 10 — Em suas ausências e impedimentos temporários, o membro do Conselho de Administração indicará por escrito, aquele que, dentre os demais, o substituirá ou, se isso não for possível, os Conselheiros remanescentes promoverão a substituição observado que o substituto será sempre um representante do mesmo Acionista que tiver indicado o Conselheiro a ser substituído. § ÚNICO — Ao substituto do Conselheiro caberá exercer cumulativamente as funções e o direito de voto. Artigo 11 — Em caso de vaga definitiva no Conselho de Administração, será convocada uma Assembléia Geral dentro de 30 (trinta) dias, para a eleição do titular que deverá cumprir o restante do mandato, aplicando-se no período de vacância a norma do Artigo 10. Artigo 12 — Compete ao Conselho de Administração: I. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia. II. Aprovar: a) os planos plurianuais de investimento e os esquemas de financiamento, assim como os orçamentos de capital, de operações e financeiro, bem como os planos de produção e a política de comercialização; b) a criação, localização, tipo, especificações e expansão das instalações industriais; c) a participação em outras empresas, inclusive com a aquisição de quotas ou ações, exceto no que tange à aplicação de recursos decorrentes de incentivos fiscais; d) a alienação de bens do Ativo Imobilizado ou a aquisição de bens em geral, quando o valor dos mesmos exceder a 5% (cinco por cento) do Capital Social; e) a oneração a qualquer título de bens móveis ou imóveis, inclusive a prestação de caução, aval ou fiança, quando em garantia de obrigações de terceiros; f) os contratos de qualquer natureza cujo valor seja superior a 5% (cinco por cento) do Capital Social; g) a contratação de auditores independentes da Sociedade; h) a estrutura administrativa da Companhia. III. Convocar, quando julgar necessário, a Assembléia Geral de Acionistas. IV. Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições conforme previsto neste Estatuto. V. Fiscalizar a gestão dos Diretores podendo, a qualquer tempo, examinar livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, assim como sobre outros atos sociais. VI. Deliberar sobre o aumento do Capital Social até o limite autorizado, e a respectiva emissão de ações. VII. Propor à Assembléia Geral, alteração do Estatuto, e o que mais for de interesse social e da competência decisória de Assembléia. VIII. Opinar sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria. IX. Deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto. Artigo 13 — O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por trimestre, no local indicado na convocação. As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho, ou, na sua ausência, pelo Conselheiro que for escolhido entre os presentes. § 1º — As reuniões serão sempre convocadas pelo Presidente do Conselho ou pela maioria dos seus membros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante comunicação escrita encaminhada aos Conselheiros. § 2º — O "quorum" para a instalação das reuniões do Conselho de Administração, considerado o disposto no parágrafo 3º, será de 5 (cinco) membros. § 3º — Os membros do Conselho de Administração poderão fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro membro do Conselho, mediante carta de representação dirigida ao Presidente do Conselho. § 4º — As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente do Conselho, além do seu voto pessoal, o voto de desempate. § 5º — Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas em livro próprio. CAPITULO VII — DA DIRETORIA — Artigo 14 — A Diretoria será composta de 03 (três) membros, sendo 01 (um) Diretor-Presidente e 02 (dois) Diretores Vice-Presidentes, todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos podendo ser reeleitos. § 1º — Os membros da Diretoria serão investidos em suas funções, mediante assinatura do termo de posse, no livro de "Atas de Reuniões da Diretoria", permanecendo em seus cargos no exercício pleno de seus poderes, até a posse dos substitutos. § 2º — A remuneração dos membros da Diretoria será fixada e revista pela Assembléia Geral. Artigo 15 — Em suas ausências e impedimentos temporários, o membro da Diretoria indicará por escrito, aquele que, dentre os demais, o substituirá ou, se isso não for possível, os Diretores remanescentes promoverão a substituição observado que o substituto será sempre um representante do mesmo Acionista que tiver indicado o Diretor a ser substituído. § ÚNICO — Ao substituto de Diretor caberá exercer cumulativamente as funções e o direito de voto. Artigo 16 — Em caso de vaga definitiva na Diretoria, será convocada uma Assembléia Geral dentro de 30 (trinta) dias, para a eleição do titular que deverá cumprir o restante do mandato, aplicando-se no período de vacância a norma do Artigo 15. Artigo 17 — Compete à Diretoria: I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração. II. Elaborar e propor ao Conselho de Administração: a) os planos plurianuais de investimento e os esquemas de financiamento, assim como os orçamentos de capital, de operações e financeiro, bem como os planos de produção e a política de comercialização; b) a criação, localização, tipo, especificações e expansão das instalações industriais; c) a participação em outras empresas, inclusive com a aquisição de quotas ou ações, exceto no que tange à aplicação de recursos decorrentes de incentivos fiscais; d) a alienação de bens do Ativo Imobilizado ou a aquisição de bens em geral, quando o valor dos mesmos exceder a 5% (cinco por cento) do Capital Social; e) a oneração a qualquer título de bens móveis ou imóveis, inclusive a prestação de caução, aval ou fiança, quando em garantia de obrigações de terceiros; f) os contratos de qualquer natureza cujo valor seja superior a 5% (cinco por cento) do Capital Social; g) a contratação de auditores independentes da Sociedade; h) a estrutura administrativa da Companhia. III. Convocar, quando julgar necessário, a Assembléia Geral de Acionistas. IV. Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições conforme previsto neste Estatuto. V. Fiscalizar a gestão dos Diretores podendo, a qualquer tempo, examinar livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, assim como sobre outros atos sociais. VI. Deliberar sobre o aumento do Capital Social até o limite autorizado, e a respectiva emissão de ações. VII. Propor à Assembléia Geral, alteração do Estatuto, e o que mais for de interesse social e da competência decisória de Assembléia. VIII. Opinar sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria. IX. Deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto. Artigo 18 — O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por trimestre, no local indicado na convocação. As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho, ou, na sua ausência, pelo Conselheiro que for escolhido entre os presentes. § 1º — As reuniões serão sempre convocadas pelo Presidente do Conselho ou pela maioria dos seus membros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante comunicação escrita encaminhada aos Conselheiros. § 2º — O "quorum" para a instalação das reuniões do Conselho de Administração, considerado o disposto no parágrafo 3º, será de 5 (cinco) membros. § 3º — Os membros do Conselho de Administração poderão fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro membro do Conselho, mediante carta de representação dirigida ao Presidente do Conselho. § 4º — As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente do Conselho, além do seu voto pessoal, o voto de desempate. § 5º — Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas em livro próprio. CAPITULO VII — DA DIRETORIA — Artigo 19 — A Diretoria será composta de 03 (três) membros, sendo 01 (um) Diretor-Presidente e 02 (dois) Diretores Vice-Presidentes, todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos podendo ser reeleitos. § 1º — Os membros da Diretoria serão investidos em suas funções, mediante assinatura do termo de posse, no livro de "Atas de Reuniões da Diretoria", permanecendo em seus cargos no exercício pleno de seus poderes, até a posse dos substitutos. § 2º — A remuneração dos membros da Diretoria será fixada e revista pela Assembléia Geral. Artigo 20 — Em suas ausências e impedimentos temporários, o membro da Diretoria indicará por escrito, aquele que, dentre os demais, o substituirá ou, se isso não for possível, os Diretores remanescentes promoverão a substituição observado que o substituto será sempre um representante do mesmo Acionista que tiver indicado o Diretor a ser substituído. § ÚNICO — Ao substituto de Diretor caberá exercer cumulativamente as funções e o direito de voto. Artigo 21 — Em caso de vaga definitiva na Diretoria, será convocada uma Assembléia Geral dentro de 30 (trinta) dias, para a eleição do titular que deverá cumprir o restante do mandato, aplicando-se no período de vacância a norma do Artigo 20. Artigo 22 — Compete à Diretoria: I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração. II. Elaborar e propor ao Conselho de Administração: a) os planos plurianuais de investimento e os esquemas de financiamento, assim como os orçamentos de capital, de operações e financeiro, bem como os planos de produção e a política de comercialização; b) a criação, localização, tipo, especificações e expansão das instalações industriais; c) a participação em outras empresas, inclusive com a aquisição de quotas ou ações, exceto no que tange à aplicação de recursos decorrentes de incentivos fiscais; d) a alienação de bens do Ativo Imobilizado ou a aquisição de bens em geral, quando o valor dos mesmos exceder a 5% (cinco por cento) do Capital Social; e) a oneração a qualquer título de bens móveis ou imóveis, inclusive a prestação de caução, aval ou fiança, quando em garantia de obrigações de terceiros; f) os contratos de qualquer natureza cujo valor seja superior a 5% (cinco por cento) do Capital Social; g) a contratação de auditores independentes da Sociedade; h) a estrutura administrativa da Companhia. III. Convocar, quando julgar necessário, a Assembléia Geral de Acionistas. IV. Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições conforme previsto neste Estatuto. V. Fiscalizar a gestão dos Diretores podendo, a qualquer tempo, examinar livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, assim como sobre outros atos sociais. VI. Deliberar sobre o aumento do Capital Social até o limite autorizado, e a respectiva emissão de ações. VII. Propor à Assembléia Geral, alteração do Estatuto, e o que mais for de interesse social e da competência decisória de Assembléia. VIII. Opinar sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria. IX. Deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto. Artigo 23 — A Sociedade será representada ativa e passivamente em Juízo ou fora dele: a) pelo Diretor-Presidente ou seu substituto; b) por 02 (dois) Diretores Vice-Presidentes, em conjunto; c) por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) Procurador com poderes especiais; d) por 02 (dois) Procuradores com poderes especiais; e) por 01 (um) Procurador com poderes especiais, para a prática de atos determinados nos instrumentos de mandato. § 1º — Excepcionalmente, a Sociedade poderá ser representada por um único Diretor e mediante a sua assinatura assumir obrigações, desde que haja, no caso específico, autorização expressa da Diretoria pelo voto unânime dos seus membros. § 2º — Os mandatários "ad negotia" da Sociedade serão sempre constituídos por prazo certo, e com poderes especificados no instrumento de procuração. CAPITULO VIII — DO CONSELHO FISCAL — Artigo 24 — O Conselho Fiscal da Sociedade somente será instalado quando pedido pelos Acionistas, na forma da lei. Artigo 25 — O Conselho Fiscal quando em funcionamento, será composto de 03 (três) membros efetivos e de 03 (três) suplentes, residentes no país, eleitos pela Assembléia que proceder à sua instalação. Artigo 26 — A Assembléia que eleger os membros e instalar o Conselho Fiscal fixará a remuneração dos mesmos. Artigo 27 — O Conselho Fiscal terá as atribuições que a lei lhe confere e das suas reuniões serão lavradas Atas em livro próprio. CAPITULO IX — EXERCICIO SOCIAL — DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS — Artigo 28 — O exercício social da Sociedade encerrar-se-á no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Artigo 29 — No final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração dos resultados do exercício e a demonstração das origens e aplicações dos recursos que serão publicados na forma da lei. § 1º — Do resultado do exercício, após as deduções dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto de renda serão deduzidas as participações dos empregados e dos administradores da Sociedade. § 2º — Do lucro líquido do exercício que resultar após as deduções do parágrafo 1º acima, serão destinados 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, nas condições previstas em Lei. § 3º — Do valor que remanescer, após as deduções referidas nos parágrafos anteriores deste artigo serão pagos: a) prioritariamente, aos detentores de ações preferenciais, sem direito a voto, dividendos fixos, não cumulativos de 6% ao ano.

rior. CAPITULO III — DURAÇÃO—Artigo 3º — A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. CAPITULO IV — CAPITAL E AÇÕES — Artigo 4º — A Sociedade tem o capital social de Cr$ 365.500.000,00 (seiscentos e cinco milhões e quinhentos mil cruzados), dividido em 350.000.000 (trezentos e cinqüenta milhões) de ações ordinárias, nominativas e endossáveis de valor nominal igual a Cr$ 1,73 (um cruzado setenta e três centavos) cada uma. § 1º — As ações ordinárias terão direito a voto. § 2º — A Sociedade poderá criar ações preferenciais nominativas, endossáveis ou ao portador, no montante de até 2/3 do capital social. § 3º — As ações preferenciais, que não terão direito a voto, terão prioridade no recebimento de um dividendo fixo, não cumulativo, equivalente a 6% ao ano calculados sobre o valor do capital representado por ações preferenciais. § 4º — As ações preferenciais poderão ser resgatadas a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Extraordinária dos Acionistas detentores de ações com direito a voto, cabendo à Assembléia determinar as condições e o modo de proceder-se a operação, inclusive realizar sorteio no caso de resgate parcial. § 5º — As ações ordinárias, nominativas ou endossáveis, e as ações preferenciais, nominativas, endossáveis ou ao portador, poderão, respectivamente, ser convertidas de uma forma em outra, à vontade do acionista, mediante o pagamento do custo de substituição do Certificado. § 6º — Os acordos entre os acionistas, sobre a compra e venda das suas ações, preferência para adquiri-las ou sobre o exercício do direito de voto, só serão observados pela Companhia quando arquivados na sua sede, cabendo então à Diretoria cumprir-lhe fazer com que sejam cumpridos. § 7º — As ações ordinárias ou preferenciais, que forem objeto dos acordos de acionistas, arquivados na sede da Sociedade, terão obrigatoriamente a forma nominativa. Artigo 5º — A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária até o limite de Cr$ 940.000.000,00 (novecentos e quarenta milhões de cruzados), mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, por deliberação do Conselho de Administração, sem necessidade de guardar proporção entre ações ordinárias e preferenciais, exceto o limite legal de 2/3 das ações emitidas para estas últimas. Artigo 6º — Em qualquer emissão de ações os Acionistas terão preferência para adquiri-las na proporção das que já possuirem. § UNICO — O direito de preferência previsto neste artigo será exercido no prazo fixado pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, prazo esse que não será inferior a 30 (trinta) dias contados da data da publicação do ato que aprovar a emissão das ações. Artigo 7º — As ações são indivisíveis em relação à Sociedade, podendo ser representadas por certificados de múltiplos ou cautelas, assinados por dois Diretores. § UNICO — Cada ação, com direito a voto, dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais. CAPITULO V — ASSEMBLEIA GERAL — Artigo 8º — A Assembléia Geral terá as atribuições fixadas na lei e neste Estatuto e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos primeiros quatro meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. § 1º — A Assembléia Geral será convocada pelo Conselho de Administração através de seu Presidente, ou ainda de acordo com as disposições da lei. § 2º — Para se fazer presente às Assembléias, as pessoas deverão provar sua qualidade de acionista observadas as seguintes normas: I. Os titulares de ações nominativas exibirão, se exigido, documento hábil de sua identidade. II. Os titulares de ações endossáveis exibirão, além do documento de identidade, se exigido, os respectivos certificados.

autorizado, e a respectiva emissão de ações. VII. Propor à Assembléia Geral, alteração do Estatuto, e o que mais for de interesse social e da competência decisória da Assembléia. VIII. Opinar sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria. IX. Deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto. Artigo 13 — O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por trimestre, no local indicado na convocação. As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho, ou, na sua ausência, pelo Conselheiro que for escolhido entre os presentes. § 1º — As reuniões serão sempre convocadas pelo Presidente do Conselho ou pela maioria dos seus membros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante comunicação escrita encaminhada aos Conselheiros. § 2º — O "quorum" para a instalação das reuniões do Conselho de Administração, considerado o disposto no parágrafo seguinte deste artigo, será de 2/3 (dois terços) dos seus membros, em primeira convocação, e na segunda, que se realizará, no mínimo de 7 (sete) dias após a primeira, de qualquer número de Conselheiros presentes. § 3º — Os membros do Conselho de Administração que não puderem comparecer a determinada reunião poderão encaminhar seu voto por escrito, ou designar, também por escrito, outro Conselheiro para representá-lo. § 4º — As deliberações do Conselho de Administração constarão de Ata lavrada em livro próprio. CAPITULO VII — DA DIRETORIA — Artigo 14 — A Sociedade terá uma Diretoria composta por 03 (três) membros, sendo 01 (um) Diretor-Presidente e 02 (dois) Diretores Vice-Presidentes, sem designação específica, residentes no país, com prazo de gestão de 03 (três) anos, permanecendo no desempenho de suas funções até a posse dos novos Diretores, sendo permitida a reeleição. § 1º — A remuneração individual dos Diretores será fixada e revista pela Assembléia Geral, que poderá delegar tais poderes a uma comissão. § 2º — A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas de Reuniões da Diretoria". Artigo 15 — A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, ao menos uma vez por mês, em dias e horas por ela fixados e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por dois Diretores. § 1º — As reuniões extraordinárias serão convocadas por escrito, com breve exposição da Ordem do Dia. A convocação deverá ser entregue aos Diretores com a antecedência mínima de 03 (três) dias da data da reunião. § 2º — As reuniões da Diretoria poderão se instalar com a presença de 02 (dois) Diretores. § 3º — A Diretoria deliberará por maioria de votos. § 4º — O Diretor que não puder comparecer poderá enviar seu voto por escrito. § 5º — Das reuniões da Diretoria serão lavradas Atas no livro de "Reuniões da Diretoria".
Artigo 16 — Compete à Diretoria, em conjunto: a) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social; b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembléias Gerais, nas Reuniões do Conselho de Administração e nas Reuniões de própria Diretoria; c) deliberar sobre a abertura de filiais, escritórios, sucursais, depósitos ou fábricas no país e no exterior; d) deliberar a respeito da aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais; e) fazer a chamada do capital subscrito; f) propor ao Conselho de Administração o aumento de Capital Social dentro do limite autorizado; g) mandar elaborar, assinar e publicar, no final do cada exercício social e na forma da lei, as demonstrações financeiras da Sociedade; h) encaminhar ao Conselho de Administração a proposta de orçamento anual; i) propor ao Conselho de Administração a distribuição de dividendos nos A[illegible]istas, nas hipóteses previstas nos parágrafos 3º e 6º do artigo 2[illegible]te estatuto. Artigo 17 — Compete ao Diretor-Presidente: a) convocar e presidir as Reuniões da Diretoria; b) re-

ano. Artigo 25 — No final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração dos resultados do exercício e a demonstração das origens e aplicações dos recursos que serão publicados na forma da lei. § 1º — Do resultado do exercício, após as deduções dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda serão deduzidas as participações dos empregados e dos administradores da Sociedade. § 2º — Do lucro líquido do exercício que resultar após as deduções do parágrafo 1º acima, serão destinados 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, nas condições previstas em Lei. § 3º — Do valor que remanescer, após as deduções referidas nos parágrafos anteriores deste artigo serão pagos: a) prioritariamente, aos detentores de ações preferenciais, sem direito a voto, dividendos fixos, não cumulativos de 6% ao ano, calculados sobre o valor do capital representado por essas ações; b) em segundo lugar o se houver saldo, aos detentores de ações ordinárias, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) de lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei. § 4º — O saldo que houver, após o cumprimento do disposto nos parágrafos anteriores deste artigo, será aplicado conforme deliberação da Assembléia Geral. § 5º — Fica facultado à Sociedade o levantamento de balanços semestrais ou correspondentes a períodos menores, observadas as disposições legais, e em havendo lucro líquido em tais balanços, poderá haver distribuição de dividendos por deliberação do Conselho de Administração. § 6º — O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Artigo 26 — Os dividendos atribuídos aos Acionistas não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente, enquanto não procurados pelos mesmos, e se não reclamados no prazo de 03 (três) anos, a contar da data em que forem postos à disposição dos Acionistas, prescreverão em favor da Sociedade. CAPITULO X — DISPOSIÇÕES GERAIS — Artigo 27 — Cada Acionista ou grupo de Acionistas que possuir ações ordinárias representando, no mínimo, 15% (quinze por cento) do capital social, terá o direito de receber, mensalmente, demonstrações financeiras abrangendo balancete e demonstrações da conta de lucros e perdas, na forma adotada pela Sociedade, bem como o direito de receber os demais dados necessários para apreciar as operações sociais. Artigo 28 — A participação dos empregados e dos administradores nos lucros da Sociedade será estabelecida pela Assembléia Geral, de acordo com os critérios aprovados pelo Conselho de Administração. Artigo 29 — A Sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei. § UNICO — Em caso de dissolução da Sociedade a Assembléia Geral estabelecerá o modo de liquidação e nomeará o liquidante e o Conselho Fiscal que passarão a funcionar no período de liquidação. Artigo 30 — São permitidos acordos entre Acionistas, regulando os direitos dos mesmos, na forma prevista na lei, desde que depositados na Sociedade. São Paulo, 29 de maio de 1967. (aa) Floriano Peixoto Faria Lima, Presidente da Mesa; Onofre Carlos de Arruda Sampaio, Secretário da Mesa; PETROBRAS QUIMICA S.A. — PETROQUISA, Geraldo Loyola da Costa; UNIPAR — União de Indústrias Petroquímicas S.A., Floriano Peixoto Faria Lima, Arnold Wolfson; NOVAETILENO S.A., José de Hollanda Caldas Filho, Ruy Lemos Sampaio. Declaro que esta é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. a) Onofre Carlos de Arruda Sampaio. JUCESP. 09.06.67. Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça — JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO — Certifico o registro sob o número 399.000 — a) Rubens Abutara — Secretário Geral.-

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA DE CESSÃO DE CREDITO, NA FORMA ABAIXO :

POLIOLEFINAS DO NORDESTE S.A., por seu advogado abaixo assinado Dr. DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na O.A. SP sob o número 26.283-A, com escritório à Av. Bernardino de Campos n. 327 - 3. andar, conjuntos 31/32, São Paulo - SP, na qualidade de PROMITENTE CEDENTE e TI SENG WONG, brasileiro, viúvo, industrial, residente à Estrada de Jacarepaguá n. 4.710, Rua Imbuia n. 36, portador da carteira de identidade do IFP n. 1571181, CPF n. 029 773 . 627-20, na qualidade de PROMITENTE CESSIONÁRIO, têm justo e acordado, em caráter irrevogável e irretratável o seguinte :

A PROMITENTE CEDENTE é credora de PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LIMITADA, em concordata preventiva, perante o MM. Juízo de Direito da 5a. Vara de Falências e Concordatas do Rio de Janeiro, pela soma total de R$20.721,58 (vinte mil e setecentos e vinte e hum reais e cinquenta e oito centavos), equivalente a 25.004,90 UFIRS., relativa à nota fiscal número 6145.

O valor retro mencionado será pago pelo PROMITENTE CESSIONÁRIO à PROMITENTE CEDENTE em 12 parcelas mensais, iguais, cada qual no valor de R$1,726,79 (hum mil e setecentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos), sendo a primeira delas neste ato, e as demais vencíveis de trinta e trinta dias, a contar desta data, sempre na séde da PROMITENTE CEDENTE ou de seu PROCURADOR, acima indicado , contra recibo, devendo ser atualizadas de acôrdo com as variações da UFIR.

Na hipótese de não pagamento das parcelas vincendas nos seus vencimentos, o presente instrumento perderá sua validade, e a PROMITENTE CEDENTE voltará a ter pleno direito de cobrar o saldo residual de seu débito contra a CONCORDATÁRIA.

O PROMITENTE CESSINÁRIO fica responsável pela boa ou má liquidação do crédito.

Enquanto os pagamentos estiverem sendo feitos o PROMITENTE CESSIONÁRIO poderá renunciar provisòriamente ao recebimento do crédito junto à CONCORDATÁRIA.

VARA DE FALÊNCIAS - CONCORDATAS
1169

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1996

PROMITENTE CEDENTE

PROMITENTE CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS - Maria do Socorro V. Oliveira
Paulo José Leite

EM TEMPO . a 1a. parcela foi paga pelo cheque nº 209103, sacado contra o BANCO DO BRASIL S/A, no valor de R$1.726,79. O valor do saldo será depositado mensalmente na CONTA CORRENTE nº 03022-1 do BANCO ITAU S/A - Agencia 0912 -

ASSINATURAS -

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA DE CESSÃO DE CREDITO, NA FORMA ABAIXO :

P.P.H. COMPANHIA INDUSTRIAL DE POLIPROPILENO, com séde na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, à rua General Vitorino número 77, 4., 5., e 6. andares, inscrita no CGC / MF sob o número 89.56/063/0001/51, por seu advogado abaixo assinado Dr. DOMINGOS GUSTAVO DE SOUZA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na O.A. SP sob o número 26.283-A, com escritório à Av. Bernardino de Campos n. 327 - 3. andar, conjuntos 31/32, São Paulo - SP, na qualidade de PROMITENTE CEDENTE e TI SENG WONG, brasileiro, viúvo, industrial, residente à Estrada de Jacarepaguá n. 4.710, Rua Imbuia n. 36, portador da carteira de identidade do IFP n. 1571181, CPF n. 029 773 627-20, na qualidade de PROMITENTE CESSIONÁRIO, têm justo e acordado, em caráter irrevogável e irretratável o seguinte :

A PROMITENTE CEDENTE é credora de PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LIMITADA, em concordata preventiva, perante o MM. Juízo de Direito da 5a. Vara de Falências e Concordatas do Rio de Janeiro, pela soma total de R$171.191,28 (cento e setenta e hum mil e cento e noventa e hum reais e vinte e oito centavos), equivalente a 206.578,10 UFIRS, e referente às seguintes notas fiscais : 154155 ; 155063 ; 154923 ; 154922 ; 155450 ; 155793 ; 155781 ; 156350 ; 156351 ; 156352 ; 156810 ; 157013.

O valor retro mencionado será pago pelo PROMITENTE CESSIONÁRIO à PROMITENTE CEDENTE em 12 parcelas mensais, iguais, cada qual no valor de R$14.265,94 (quatorze mil e duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), sendo a primeira delas neste ato, e as demais vencíveis de trinta e trinta dias, a contar desta data, sempre na séde da PROMITENTE CEDENTE ou de seu PROCURADOR, acima indicado, contra recibo , devendo ser atualizadas de acôrdo com as variações da UFIR.

Na hipótese de não pagamento das parcelas vincendas nos seus vencimentos, o presente instrumento perderá sua validade, e a PROMITENTE CEDENTE voltará a ter pleno direito de cobrar o saldo residual de seu débito contra a CONCORDATÁRIA.

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1179

O PROMITENTE CESSINÁRIO fica respons[avel pela boa ou ma liquidação do crédito, nada podendo reclamar ou postular de PROMITENTE CEDENTE.

Por estarem de acôrdo, firmam em tres vias de igual valor, teor e forma, para que produza os devidos fins de direito.

Enquanto os pagamentos estiverem sendo feitos o PROMITENTE CESSIONÁRIO poderá renunciar provisòriamente ao recebimento do crédito junto à CONCORDATÁRIA.

Rio de Janeiro, 5/6/1996

PROMITENTE CEDENTE

PROMITENTE CESSIONÁRIO

EM TEMPO - o primeiro pagamento foi feito pelo cheque -TESTEMUNHAS - 209101, sacado contra o BANCO DO BRASIL S/A AGÊNCIA 1855, no valor de R$14.265,94.

As parcelas do saldo deverão ser depositadas no BANCO ITAU S/A - Agência 0912 - conta corrente nº 03823-9 - cada qual no valor de R$14.265,94, com atualizações pela UFIR.

Testemunhas Maria do Socorro F. Oliveira
José Fran

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
172

INSTRUMENTO PARTICULAR DE RENÚNCIA A RECIBIMENTO DE CONCORDATA PREVENTIVA, NA FORMA ABAIXO:

TI SENG WONG, brasileiro, viúvo, industrial, residente à Estrada de Jacarepaguá nº 4.710, Rua Imbuia nº 36, portador da carteira de identidade do IFP nº. 1571181, CPF Nº 029 773 627-20, na qualidade de CESSIONÁRIO dos créditos constantes da RELAÇÃO ANEXA, NA CONCORDATA PREVENTIVA DA PLASBAG MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, vem renunciar ao recebimento dos créditos, referente da CONCORDATA PREVENTIVA, dando à CONCORDATÁRIA plena e irrevogável quitação, nada mais tendo a receber, seja a que título fôr.

A presente manifestação é firmada na presença de duas testemunhas, valendo para herdeiros e sucessores.

Rio de Janeiro, 05 de junho de 1996.

TESTEMUNHAS:

MARCOS VIANA RIBEIRO

ANTONIO AUGUSTO FERNANDES

RELAÇÃO DE CREDITOS QUE SÃO OBJETO DE RENUNCIA
POR PARTE DO CESSIONÁRIO - TI SENG WONG



POLIOLEFINAS S/A

POLIOLEFINAS DO NORDESTE S/A

P. P. H. COMPANHIA INDUSTRIAL DE POLIPROPILENO

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1996

TI SENG WONG

PODER JUDICIÁRIO



REMESSA

Ao Contador

Em 6 de 96

Proc. 8012

8012

1175

PROCESSO Nº 8012/94.
5ª Vara de Falências e Concordatas.

PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA..

Para fazer face ao pagamento da (1ª) primeira PRESTAÇÃO da Concordatas, CORRESPONDENTE AOS 40% dos creditos acrescidos da correção monetária e dos juros de 12% aa, O CONCORDATARIO deverá depositar a seguinte importância; (CORRESPONDENTE A DIFERERENÇA)

Valor de R$ 3.850,25 (tres mil, oitocentes e cinquenta cruzeiros e vinte e cinco centavos), soma dos demonstrativos anexos, assim discriminado;

40% + CM.....R$ 26.485,79
12% juros.....R$ 3.178,40

Total.....R$ 29.664,19

"DEDUZIR"
Valor depositado às fls.998
REFERENTE AO PAGAMENTO DA
1ª Prestação.

.....R$ 25.813,94
"DIFERENÇA".....R$ 3.850,25

Correspondente em UFIR

(4.352,04)

(Obs; Quadro de Credores REMANESCENTES, fls.1141 e 1140).

SUBSTituído

Justiça do Estado do Rio de Janeiro
1a Vara da Capital
5.º Cartório Judicial
Jorge Ribeiro L. Cortez
Resp. pelo Expediente
Oyama Lopes João
Subst. do Responsável

RIO, 02 / agosto / 1994

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOÃO

ASSINADO NEWTON S. CARVALHO
MAT. 01/17992-AUX. CART. DE OFÍCIOS

0.00 CL

34.28 +1
219.21 +1
36.84 +1
212.42 +1
277.31 +1
183.83 +1
24.43 +1
33.56 +1
40.86 +1
108.48 +1
6.60 +1
454.18 +1
25.74 +1
22.72 +1
291.70 +1
21.66 +1
11.31 +1
1 140.43 +1
32.84 +1
3 178.40 +1

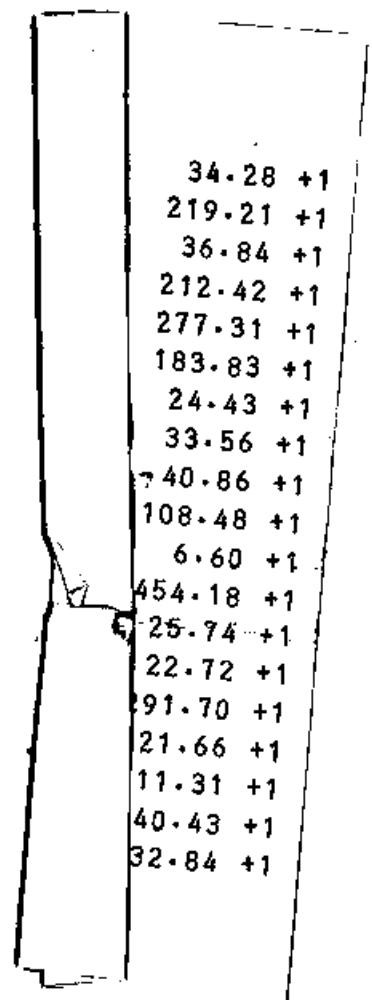
0.00 CL

0.00 CL

0.00 CL

26 485.79 +1
3 178.40 +1
29 664.19 +1

Lwon
12%



34.28 +1
219.21 +1
36.84 +1
212.42 +1
277.31 +1
183.83 +1
24.43 +1
33.56 +1
40.86 +1
108.48 +1
6.60 +1
454.18 +1
25.74 +1
22.72 +1
291.70 +1
21.66 +1
11.31 +1
40.43 +1
32.84 +1

10% C.M.

0.00 CL

0.00 CL

0.00 CL

285.64 +1
1 826.73 +1
306.97 +1
1 770.15 +1
2 310.85 +1
1 531.88 +1
203.51 +1
279.59 +1
340.44 +1
903.99 +1
54.95 +1
3 784.81 +1
214.43 +1
189.32 +1
2 430.78 +1
180.43 +1
94.17 +1
9 503.55 +1
273.60 +1
26 485.79 +1

0.00 CL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO
02

PARA USO DO BANCO
05 N.º DE ORDEM
COD. BCO/AG. 1176

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO,23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

N.º DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

N.º DO PROCESSO
04

N.º DA GUIA DE INFRAÇÃO
06 940

RECOLHIMENTO REFERENTE À DÍVIDA ATIVA
07 N.º DA NOTA DE DÉBITO
08 N.º DA CERTIDÃO

DENOMINAÇÃO DA RECEITA
09 CUSTAS JUDICIAIS

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

N.º DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

RECOLHIMENTOS		
CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10 400.6	43,91	2
11		5
12		1
13		9
14		3
15		7
16		8
17 TOTAL	43,91	4

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BRRERJ00320A139160796**********43,91HRDR

1º VIA(SÉPIA) - SEF - 2ª VIA(SÉPIA) - SEF - FLUXO - 3ª VIA(SÉPIA) - CONTRIBUINTE

TBJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Brasileira Portaria STE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.6 – TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 – TSE – PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 – TAXA JUDICIÁRIA
400.6 – CUSTAS JUDICIAIS
510.3 – EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 – CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 – DÍVIDA ATIVA – ICM
507.0 – DÍVIDA ATIVA – OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 – MORA – OUTRAS
547.9 – MULTAS – OUTRAS
567.3 – CORREÇÃO MONETÁRIA – OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 – ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 – FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 – PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 – UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 – OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 – RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 – ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 – ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 – PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 – SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 – DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO – DIVERSOS
999.7 – OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 – IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE – preenchimento obrigatório
02 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Fazendária
03 – Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 – Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 – NÃO PREENCHER – reservado ao Banco.
06 – Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Estadual competente.
09 – Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 – Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 – Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 – Preencher – total de 10+11+12+13+14+15+16
18 – Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 – Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 – Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) – a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.2) – a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) – a finalidade.

8L./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ — BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534449

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO
5ªV.F.Cr

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A119160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534449

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUIZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

VALOR - R$ 1,78 - 10 - VIA - E CONCORDATA

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[redacted]00320A11916079 6**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfico Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Bordo do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1179
49

Procº n.º 8012 6ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

CONCORDATA

REQUERENTE : Plastag Monoplás Ind. Plásticos Ltda

CREDOR : Allfitas Com. Ind. Ltda.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 421 ..... cR$ 530.263,16

Comarca do ajuizamento até (4/94)
40 % x 3,703274539282141 ÷ 2.750,00 (4/95) R$ 285,64

JUROS : 12% R$ 34,28

SOMA ..... R$ 319,92

Posição (6/4/95)

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUBSECRETARIA DA CAPITAL
RESP. PELO EXPEDIENTE
OYARA LOPES JOÃO

Contador Reg. Custas
tab. XXII
Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
5.ª Contador Judicial
Isaac Newton S. Carvalho
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Contador

Certifico que, na forma do art. 8 letra b do dec. 1.608 de 8.12.1939, foi recolhida à CAIXA com a importância relativa aos tributos incidentes sobre custas contadas até a presente data no valor de R$.....
Rio, ...de.....19.....

Rio de Janeiro, 02 de Agosto 1996
Oyara Lopes João
Subst. da Resp. pelo Expediente

1o.VIA(SÉPIA) - SEF - 2o.VIA(SÉPIA) - SEF - FLUXO - 3o.VIA(SÉPIA) - CONTRIBUINTE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO
02

PARA USO DO BANCO
05 Nº DE ORDEM

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO,23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

Nº DO PROCESSO
04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06

RECOLHIMENTO REFERENTE A DÍVIDA ATIVA
07 Nº DA NOTA DE DÉBITO

DENOMINAÇÃO DA RECEITA
09
CUSTAS JUDICIAIS

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
ALLFITAS COM.IND. LTDA

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

RECOLHIMENTOS

	CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10	400.6	43,91	2
11			5
12			1
13			9
14			3
15			7
16			8
17	TOTAL	43,91	4

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A140160796**********43,91HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 – TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 – TSE – PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 – TAXA JUDICIÁRIA
400.6 – CUSTAS JUDICIAIS
410.3 – EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 – CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 – DÍVIDA ATIVA – ICM
507.0 – DÍVIDA ATIVA – OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 – MORA – OUTRAS
547.9 – MULTAS – OUTRAS
567.3 – CORREÇÃO MONETÁRIA – OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 – ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 – FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 – PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 – UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 – OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 – RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 – ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 – ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 – PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 – SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 – DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO – DIVERSOS
999.7 – OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 – IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE – preenchimento obrigatório
02 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Fazendária
03 – Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 – Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 – NÃO PREENCHER – reservado ao Banco.
06 – Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Estadual competente.
09 – Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 – Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 – Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 – Preencher – total de 10+11+12+13+14+15+16 .
18 – Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 – Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 – Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) – a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) – a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) – a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534500

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
ALLFITAS COM.IND.LTDA

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUIZO E CARTÓRIO
5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30 1181
10	21	31 19
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A12016079 6**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão da Bam Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

—GREC—

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534500

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IÚES PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
ALLFITAS COM.IND.LTDA

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUIZO E CARTÓRIO
5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	*VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB/ (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ000320A120160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - CARTÓRIO - 4ª VIA - ADVOGADO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

FSJ Com. Ind. Gráfico Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 - BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Proc° n.° 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 2

1183

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plasticos Ltda.

CREDOR : Atlanta Quimica Indl.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 424 e R$ 3.391.256,70

40% x 3,1032745928234 ÷ 2650,00 R$ 1.826,13

JUROS : 12% R$ 219,21

SOMA ..... R$ 2.046,94

Substituido

Posição (6/4/95)

OK

Contadoria Reg. Custas
tab. XIII - R$ 2 - R$

Certifico que a notificação da letra b do capítulo 11053 de 8/12/942, foi recolhida a Comarca a título de dívida sôbre custas contadas neste presente.
Rio, aos ... de ... de R$ ...

Rio de Janeiro, 02 de Agosto 1996

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CAPITAL
SUB. RESP. OYAMA LOPES JOÃO

Jorge Ubiratan L. Cortez
Resp. pelo Expediente
Oyama Lopes João

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO
02

PARA USO DO BANCO
05 Nº DE ORDEM

COD. BOCA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO,23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

Nº DO PROCESSO
04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06

RECOLHIMENTO REFERENTE À DÍVIDA ATIVA
07 Nº DA NOTA DE DÉBITO

Nº DA CERTIDÃO

VARA DE FALÊNCIA E CONCORDATAS
1/84
49

DENOMINAÇÃO DA RECEITA

09 CUSTAS JUDICIAIS

RECOLHIMENTOS		
CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10 400.6	43,91	2
11		5
12		1
13		9
14		3
15		7
16		8
17 TOTAL	43,91	4

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
a ATLANTA QUIMICA INDL.

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A141160796**********43,91HRDR

1a.VIA(SEPIA)-SEF. 2a.VIA(SEPIA)-SEF. FLUXO-3a.VIA(SEPIA)

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 — TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 — TSE — PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 — TAXA JUDICIÁRIA
400.6 — CUSTAS JUDICIAIS
410.3 — EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 — CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 — DÍVIDA ATIVA — ICM
507.0 — DÍVIDA ATIVA — OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 — MORA — OUTRAS
547.9 — MULTAS — OUTRAS
567.3 — CORREÇÃO MONETÁRIA — OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 — ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 — FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 — PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 — UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 — OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 — RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 — ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 — ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 — PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 — SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 — INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 — DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO — DIVERSOS
999.7 — OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 — IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE — preenchimento obrigatório
02 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Fazendária
03 — Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 — Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 — NÃO PREENCHER — reservado ao Banco.
06 — Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Estadual competente.
09 — Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 — Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 — Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 — Preencher → total de 10+11+12+13+14+15+16
18 — Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 — Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 — Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) — a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) — a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) — a finalidade.

1

BL./20x3

PARA USD DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G.R.E.C. —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534499

1 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

ATLANTA QUIMICA INDL.

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ºV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

PARA OS FALECIMENTOS CONCORDATA 1985 19

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A12116079600000000004,39HRDR

1ª VIA - BANCO 2ª VIA - CORREGEDORIA 3ª VIA - AUTOS

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 268-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 - BL. 3x5 6-006 BL. 15x5

[redacted]

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

[redacted]

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

27 N.º 01- 534499

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
[redacted]TLANTA QUIMICA INDL.

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO
5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

PARA 1986 E CONCORDATAS

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[redacted]00320A121160796##########4,39##0

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfico Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Proc° n.° 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 3

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS - STE
1187
40

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plasticos Ltda

CREDOR : Brasil Portugal

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 417 ..... CR$ 569.870,00

Substituto do

40% x 3,703274592814 ÷ 2750 ..... R$ 306,97

JUROS : 12% ..... R$ 36,84

SOMA ..... R$ 343,81

Posição (6/4/95)

ok

Contador Reg. Custas
tab. XIII DE JANEIRO
JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL n.º 2 - RJ
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOÃO

Certifico que nos feitos do ofício da Comarca da Capital letra "D" do Judicial
1º vol. da 8-10-1942 foi recolhida a CAAAEG
Taxa no valor de R$ ..... Jorge Librato Fonseca Corrêa
Rio, ... de ..... Resp. pela Expediente
Oyama Lopes João
Subst. do Responsável

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 91/17793-Aux. Cart.-5º Contador

Rio de Janeiro, 02 de agosto 1996

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO

02

PARA USO DO BANCO

05 N.º DE ORDEM

COD. BCO/AG.

118

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO,23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

N.º DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

N.º DO PROCESSO
04

N.º DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06

RECOLHIMENTO REFERENTE À GUIA DE INFORMAÇÃO

07 N.º DA NOTA DE DÉBITO

08

DENOMINAÇÃO DA RECEITA

09
CUSTAS JUDICIAIS

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

N.º DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
BRASIL PORTUGAL

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

RECOLHIMENTOS

	CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10	400.6	43,91	2
11			5
12			1
13			9
14			3
15			7
16			8
17	TOTAL	43,91	4

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

PRINTER00320A142160796**********43,91HRDR

1a.VIA(SÉPIA)-SEF. 2a.VIA(SÉPIA)-SEF.FLUXO-3a.VIA(SÉPIA)-CONTRIBUINTE

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 264-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 – TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 – TSE – PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 – TAXA JUDICIÁRIA
400.6 – CUSTAS JUDICIAIS
410.3 – EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 – CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 – DÍVIDA ATIVA – ICM
507.0 – DÍVIDA ATIVA – OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 – MORA – OUTRAS
547.9 – MULTAS – OUTRAS
567.3 – CORREÇÃO MONETÁRIA – OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 – ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 – FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 – PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 – UTILIZAÇÃO E SERVIÇO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 – OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 – RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 – ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 – ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 – PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 – SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 – DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO – DIVERSOS
999.7 – OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS

01 – IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE – preenchimento obrigatório
02 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Fazendária
03 – Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 – Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 – NÃO PREENCHER – reservado ao Banco.
06 – Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Estadual competente.
09 – Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 – Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 – Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 – Preencher – total de 10+11+12+13+14+15+16
18 – Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 – Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 – Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:

TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) – a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) – a finalidade

Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) – a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534450

81 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

82 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORRATA PREVENTIVA

83 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

84 REU/RECORRIDO
BRASIL PORTUGAL

85 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

86 JUÍZO E CARTÓRIO
5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
87 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
88 CONTADOR	19	29
89 ESCRIVÃO	20	30 1189
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A12216079********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfico Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534450

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORRATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

BRASIL PORTUGAL

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

ENTRE:00320A122160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão da Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Procº n.º 8012 — 15ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 4

1191

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plasticos Ltda.

CREDOR : Copesquimica Com. Prod. Quimicos Ltda.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 428 ..... cR$ 3.286.216,10

40 % x 3,703274592821 4 ÷ 2750 R$ 1.770,15

JUROS : 12% R$ 212,42

SOMA ..... R$ 1.982,57

(Posição 6/4/95)

SUBSTITUÍDO

OK

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - Rº
Certifico que dos cálculos supra, em cumprimento do art. 1º do dec. 1105 de 22/12/70 recolhida a importância de Cr$ 12.000,00 referente custas contadas até o presente data. Nada mais devida pelas custas contadas até o presente data. Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1996

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELA EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOÃO

Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Cartório Judicial
Jorge Cesar Corrêa Cortez
Resp. pela Expediente
Oyama Lopes João
Subst. de Responsável

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO
02

PARA USO DO BANCO
05 Nº DE ORDEM

COD. BCO/AG.

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO,23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

Nº DO PROCESSO
04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06

RECOLHIMENTO REFERENTE A DÍVIDA ATIVA
07 Nº DA NOTA DE DÉBITO
08 Nº DA CERTIDÃO

DENOMINAÇÃO DA RECEITA
09
CUSTAS JUDICIAIS

CÓD. DA RECEITA	VALOR
10 400.6	43,91
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17 TOTAL	43,91

RECOLHIMENTOS

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / / -

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
COPERQUIMICA COM. PROD.

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A143160796**********43,91HRDR

1o.VIA(SÉPIA) - SEF - 2o.VIA(SÉPIA) - SEF - FLUXO - 3o.VIA(SÉPIA) - CONTRI.

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 – TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 – TSE – PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 – TAXA JUDICIÁRIA
400.6 – CUSTAS JUDICIAIS
416.3 – EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 – CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 – DÍVIDA ATIVA – ICM
507.0 – DÍVIDA ATIVA – OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 – MORA – OUTRAS
547.9 – MULTAS – OUTRAS
567.3 – CORREÇÃO MONETÁRIA – OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 – ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 – FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 – PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 – UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 – OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 – RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 – ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 – ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 – PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 – SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 – DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO – DIVERSOS
999.7 – OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 – IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE – preenchimento obrigatório
02 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Fazendária
03 – Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 – Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 – NÃO PREENCHER – reservado ao Banco.
06 – Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Estadual competente.
09 – Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 – Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 – Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 – Preencher – total de 10+11+12+13+14+15+16
18 – Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 – Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 – Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) – a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) – a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) – a finalidade.

L./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534497

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICA LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
COPERQUIMICA COM.PROD

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO
5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO		CONTA DO BANERJ N.º		VALOR - R$	
07	DISTRIBUIDOR	18	003-23989-05	28	
08	CONTADOR	19		29	
09	ESCRIVÃO	20		30	
10		21		31	
11		22		32	
12		23		33	
13		24		34	
14		25		35	
15	SUBTOTAL			36	
16	CAARJ/IAB (10%)	26	003-01973-17	37	4,39
17	TOTAL			38	4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A12316796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534497

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICA LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 RÉU/RECORRIDO

COPERQUIMICA COM.PROD

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[redacted]00320A12316079[redacted]4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Procº n.º 8012 — 5ª Vara

1195
49

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 5

CONCORDATA

REQUERENTE : Plastbag Monoplás Ind. Plásticas Ltda.

CREDOR : Distrib. Resende S/A.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 423 ..... e R$ 4.290.000,00

40 % x 3,703274592821 4 ÷ 2750 R$ 2.310,85

JUROS : 12% R$ 277,31

SOMA ..... R$ 2.588,16

Posição (6/4/95) OK

SUBSTITUÍDO

Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Contador Judicial
Jorge Libratan L. Cortat

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Resp. pelo Expediente
Oyama Lopes João
Subst. do Responsável

Certifico que, nos têrmos do art. 1º desta Lei nº 1161 de 5-12-1950, foi recolhida à CAAEG com a importância devida sôbre custas contadas no presente feito, no valor de R$.....

Rio de Janeiro, 02 de agosto 1996

Rio, ... de ..... 19.....

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5ª Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUBST. RESP. PELO EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOÃO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO
02

PARA USO DO BANCO
05 N.º DE ORDEM

COD. BCO/AG.

N.º DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

N.º DO PROCESSO
04

N.º DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06

RECOLHIMENTO REFERENTE À DECLARATIVA
07 N.º DA NOTA DE DÉBITO
08 N.º DO CERTIDÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRVESSA DO PAÇO,23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

DENOMINAÇÃO DA RECEITA

09
CUSTAS JUDICIAIS

CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10 400.6	43,91	2
11		5
12		1
13		9
14		3
15		7
16		8
17 TOTAL	43,91	4

RECOLHIMENTOS

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

N.º DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
DISTR. RESENDE S/A

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

ERHERJ00320A144160796**********43,91HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 264-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Brasileira Portaria SIE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 – TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 – TSE – PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 – TAXA JUDICIÁRIA
400.6 – CUSTAS JUDICIAIS
410.3 – EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 – CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 – DÍVIDA ATIVA – ICM
507.0 – DÍVIDA ATIVA – OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 – MORA – OUTRAS
547.9 – MULTAS – OUTRAS
567.3 – CORREÇÃO MONETÁRIA – OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 – ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 – FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 – PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 – UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 – OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 – RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 – ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 – ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 – PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 – SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 – DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO – DIVERSOS
999.7 – OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 – IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE – preenchimento obrigatório
02 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Fazendária
03 – Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 – Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 – NÃO PREENCHER – reservado ao Banco.
06 – Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Estadual competente.
09 – Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 – Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 – Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 – Preencher – total de 10+11+12+13+14+15+16
18 – Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 – Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 – Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) – a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) – a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) – a finalidade.

8L./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECIFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534496

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
DISTR.RESENDE S/A

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUIZO E CARTÓRIO
5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CONCORD. PREV. 1997

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A12416079 6**********4,39HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfico Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Bordão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534496

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
DISTR.RESENDE S/A

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO
5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

1198

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[redacted]00320A124160796##########4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEIJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Proc° n.° 8012 — 6ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 6

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plásticos Ltda.

CREDOR : Eucatex Química Ltda.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 421 ..... cR$ 2.843.864,00

40% x 3,703274592823 4 ÷ 2750 R$ 1.531,88

JUROS : 12% R$ 183,83

SOMA ..... R$ 1.715,71

Posições (6/4/95)

OK

SUBST. LUIZ

Contador Partidor
tab. XIII
Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Contador Judicial
Jorge Libratado Cortez

Certifico que por vêrba do Juiz de Direito [illegible] foi recolhida à CAAEG a contribuição devida sôbre custas contadas neste processo na data, no valor de Cr$ Ovata Lopes João

Rio, ... de ..... Subst. da Responsável

Rio de Janeiro, 02 de agosto 1976

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17[illegible]-Aux. Cart.-Sr. Contínuo

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO

02

PARA USO DO BANCO

05 Nº DE ORDEM

COD. BCO/AG.

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
RLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO,23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

Nº DO PROCESSO
04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
05

RECOLHIMENTO REFERENTE A ATIVIDADE

07 Nº DA NOTA DE DÉBITO

08

DENOMINAÇÃO DA RECEITA

09 CUSTAS JUDICIAIS

RECOLHIMENTOS		
CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10 400.6	43,91	2
11		5
12		1
13		9
14		3
15		7
16		8
17 TOTAL	43,91	4

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
EUCATEX QUIMICA LTDA

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A145160796**********43,91HRDR

1a. VIA(SEPIA) - SEF - 2a. VIA(SÉPIA) - SEF-FLUXO - 3a. VIA(SÉPIA) - CONTRIBUINTE

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 — TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 — TSE — PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 — TAXA JUDICIÁRIA
400.6 — CUSTAS JUDICIAIS
410.3 — EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 — CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 — DÍVIDA ATIVA — ICM
507.0 — DÍVIDA ATIVA — OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 — MORA — OUTRAS
547.9 — MULTAS — OUTRAS
567.3 — CORREÇÃO MONETÁRIA — OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 — ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 — FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 — PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 — UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 — OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 — RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 — ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 — ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 — PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 — SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 — INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 — DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO — DIVERSOS
999.7 — OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 — IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE — preenchimento obrigatório
02 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Fazendária
03 — Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 — Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 — NÃO PREENCHER — reservado ao Banco.
06 — Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Estadual competente.
09 — Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 — Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 — Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 — Preencher — total de 10+11+12+13+14+15+16
18 — Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 — Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 — Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) — a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) — a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) — a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534495

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

EUCATEX QUIMICA LTDA

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	
09 ESCRIVÃO	20	
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CONCORDATA - 2ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

120

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A125160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - "AR" (c/AVISO)

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

[redacted]

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

[redacted]

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECIFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534495

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

REU/RECORRIDO

EUCATEX QUIMICA LTDA

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 **4,39**
17 TOTAL		38 **4,39**

VARA DE CONCORDATAS 202

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[redacted]00320A12516079 6**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Procº n.º 3012 — 6ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

1203

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plásticas Ltda.

CREDOR : Exeef Compostos Plásticos.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : Fls. 421 ..... R$ 377.804,41

40 % x 3,703274 59282 14 ÷ 2750 R$ 203,51

JUROS : 12% R$ 24,43

SOMA ..... R$ 227,94

Posição (6/4/95)

OK

SUBSTITUTO

Contador: Reg. Custas

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUBSECRETARIA DA CAPITAL
CONFERE COM O ORIGINAL
OTAVIA LOPES

Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Certifico que, nos têrmos do art. 8 letra b do dec. 1.093 de 28/7/1942: foi recolhida a CAAEG a con. tribuição devida sôbre custas deste processo no valor de R$ .....
Rio, ... de .....
Subst. do Responsável

Fl. 2 — Rubrica
5º Controlador Judicial
Hugo Libiratan L. Cortez
Resp. pelo Expediente
Dyama Lopes João

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Contador

Rio de Janeiro 02 de agosto 19 96

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

3ª VIA (CONTRIBUINTE)

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO
02

PARA USO DO BANCO
05 N.º DE ORDEM

COD. BARRAS

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOBLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO, 23 410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

N.º DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

N.º DO PROCESSO
04

N.º DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06 20

RECOLHIMENTO REFERENTE A DÍVIDA ATIVA
07 N.º DA NOTA DE DÉBITO
N.º DA CERTIDÃO

DENOMINAÇÃO DA RECEITA
09 CUSTAS JUDICIAIS

RECOLHIMENTOS

	CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10	400.6	43,91	2
11			5
12			1
13			9
14			3
15			7
16			6
17	TOTAL	43,91	4

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

N.º DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
EXCEL COMPOSTOS PLASTICOS

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A146160796**********43,91HRDR

1ª VIA (SÉPIA) - SEF - 2ª VIA (SÉPIA) - SEF - FLUXO - 3ª VIA (SÉPIA) - CONTRIBUINTE

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 — TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 — TSE — PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 — TAXA JUDICIÁRIA
400.6 — CUSTAS JUDICIAIS
410.3 — EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 — CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 — DÍVIDA ATIVA — ICM
507.0 — DÍVIDA ATIVA — OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 — MORA — OUTRAS
547.9 — MULTAS — OUTRAS
567.3 — CORREÇÃO MONETÁRIA — OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 — ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 — FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 — PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 — UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 — OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 — RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 — ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 — ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 — PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 — SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 — INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 — DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO — DIVERSOS
999.7 — OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 — IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE — preenchimento obrigatório
02 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Fazendária
03 — Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 — Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 — NÃO PREENCHER — reservado ao Banco.
06 — Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Estadual competente.
09 — Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 — Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 — Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 — Preencher — total de 10+11+12+13+14+15+16
18 — Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 — Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 — Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) — a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) — a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) — a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534493

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

EXCEL COMPOSTOS PLASTICOS

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA OU BANERJ N.º	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A126160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

27 01- N.º 534493

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

EXCEL COMPOSTOS PLASTICOS

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ºV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ / AB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

1206

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[redacted]00320A126160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS 1207

Proc° n.° 8012 — 6ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 8

CONCORDATA

REQUERENTE : Plastag Monoplás Ind. Plásticas Ltda.

CREDOR : Jam Distrib. de Aços

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 429 ..... Cr$ 519.036,00

40 % 3,1032745928214 ÷ 2750 ..... R$ 279,59

JUROS : 12% ..... R$ 33,56

SOMA ..... R$ 313,15

Posições (6/4/95)

OK

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
2º OFÍCIO DE NOTAS
PELO EXPEDIENTE
SUB. JOÃO

Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
6.º Contador Judicial
Jorge Libratag L. Cortez
Chefe de Expediente
Lopes João

Contado e Regº sob o n.º 2 - R$

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-2º Cotias

Certifico que, nos têrmos do art. 8 letra b do dec. 1105 de 22.12.1942: foi recolhida a taxa judiciária devida sôbre custas contadas nesta data, no valor de R$

Rio de Janeiro, 02 de agosto 1996

Rio, ... de ..... 19..... Responsável

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO

02

PARA USO DO BANCO

05 Nº DE ORDEM

COD. BCO/AG.

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO,23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

Nº DO PROCESSO
04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06

RECOLHIMENTO REFERENTE A DÍVIDA ATIVA

07 Nº DA NOTA DE DÉBITO

08 Nº DA CERTIDÃO

DENOMINAÇÃO DA RECEITA

09 CUSTAS JUDICIAIS

RECOLHIMENTOS

	CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10	400.6	43,91	2
11			5
12			1
13			9
14			3
15			7
16			8
17	TOTAL	43,91	4

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

FAM DISTR. DE AÇOS

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A147160796**********43,91HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 264-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RI - Ind. Bras. Portaria SIE n.º 52

1º VIA(SÉPIA) - SEF - 2º VIA(SÉPIA) - SEF - FLUXO - 3º VIA(SÉPIA) - CONTRIBUINTE

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 — TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 — TSE — PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 — TAXA JUDICIÁRIA
400.6 — CUSTAS JUDICIAIS
410.3 — EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 — CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 — DÍVIDA ATIVA — ICM
507.0 — DÍVIDA ATIVA — OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 — MORA — OUTRAS
547.9 — MULTAS — OUTRAS
567.3 — CORREÇÃO MONETÁRIA — OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 — ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 — FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 — PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 — UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 — OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 — RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 — ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 — ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 — PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 — SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 — INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 — DEPÓSITOS DU FIANÇA EM DINHEIRO — DIVERSOS
999.7 — OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 — IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE — preenchimento obrigatório
02 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Fazendária
03 — Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 — Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 — NÃO PREENCHER — reservado ao Banco.
06 — Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Estadual competente.
09 — Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 — Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 — Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 — Preencher — total de 10+11+12+13+14+15+16
18 — Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 — Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 — Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) — a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) — a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO DU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) — a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534492

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
FAM DISTR.DE AÇOS

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUIZO E CARTÓRIO
5ºV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	20
08 CONTADOR	19	21
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

VALENÇA 1209 E CONCORDATA

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A12716079600000000004,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. ■ CGC 42.317.347/0001-02 ■ R. Bardo do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 ■ PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ — BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534492

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
FAM DISTR.DE AÇOS

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO
5ªV.F.Cv.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

VARA DE FALENCIAS 1210 E C

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

GREJ00320A127160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTO - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Procº n.º 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 9

VARA DE FALÊNCIAS - EXTRAVIA E CONCORDATAS
1211

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plásticos Ltda.

CREDOR : GMR Equipamentos Elétricos.

CÁLCULO para apuração do 19 pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 417 e R$ 632.010,00

40 % 3,1032745928214 ÷ 2.150 R$ 340,44

JUROS : 12% R$ 40,86

SOMA ..... R$ 381,30

Posição (6/4/95) OK

Contador: (Reg.) Custas
tab. XII n.º 2 - R$
Certifico que, nos têrmos do art. 8 letra b do dec. 11051 de 8-12-1942: foi cobrada à CAAEC a contribuição devida sôbre custas e emolumentos pela presente data, no valor de R$
Rio, de 19

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-8º Contador

Rio de Janeiro, 02 de agosto 19 96

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO

02

PARA USO DO BANCO

05 Nº DE ORDEM

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL

PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO

TRAVESSA DO PAÇO,23/410

BAIRRO OU DISTRITO

CENTRO

MUNICÍPIO

RIO DE JANEIRO

CEP

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL

03

Nº DO PROCESSO

04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO

06

RECOLHIMENTO REFERENTE A DÍVIDA ATIVA

07 Nº DA NOTA DE DÉBITO

08 Nº DA CERTIDÃO

ALERJ/SVS - 19/12/94 - E. CONFERE

DENOMINAÇÃO DA RECEITA

09 CUSTAS JUDICIAIS

RECOLHIMENTOS

	CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10	400.6	43,91	2
11			5
12			1
13			9
14			3
15			7
16			8
17	TOTAL	43,91	4

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO

18 / / /

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO

19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

GMR EQUIPAMENTOS ELETRICOS

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A148160796**********43,91HRDR

1a. VIA(SÉPIA) - SEF. 2a. VIA(SÉPIA) - SEF. FLUXO - 3a. VIA(SÉPIA) - CONTRIBUINTE

TEIJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 — TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 — TSE — PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 — TAXA JUDICIÁRIA
400.6 — CUSTAS JUDICIAIS
410.3 — EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 — CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 — DÍVIDA ATIVA — ICM
500.9 — DÍVIDA ATIVA — OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 — MORA — OUTRAS
547.9 — MULTAS — OUTRAS
567.3 — CORREÇÃO MONETÁRIA — OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 — ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 — FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 — PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 — UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 — OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 — RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 — ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 — ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 — PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 — SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 — INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 — DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO — DIVERSOS
999.7 — OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 — IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE — preenchimento obrigatório.
02 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Fazendária
03 — Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 — Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 — NÃO PREENCHER — reservado ao Banco.
06 — Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Estadual competente.
09 — Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 — Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 — Preencher com os códigos de acréscimos de receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 — Preencher — total de 10+11+12+13+14+15+16
18 — Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 — Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 — Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) — a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) — a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) — a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534491

81 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

82 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
GNR EQUIPAMENTOS ELETRICOS

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUIZO E CARTÓRIO
5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
87 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
88 CONTADOR	19	29
89 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

VARA DE FALÊNCIAS 1213 - E CONCORDATAS

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A128160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534491

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

04 RÉU / RECORRIDO

GMR EQUIPAMENTOS ELETRICOS

05 COMARCA / TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ª V. F. C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	
09 ESCRIVÃO	20	
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

JUSTIÇA FALÊNCIAS - RJ - É CÓPIA 1214

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A12816079600000000004,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1215
10

Proc° n.° 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 10

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plásticas Ltda.

CREDOR : IBF - Ind. Bras. de Filmes

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 420 ..... cR$ 1.678.224,14

40 % 3,7032 7459 28214 ÷ 2760 R$ 903,99

JUROS : 12% R$ 108,48

SOMA ..... R$ 1.012,47

Posição (6/4/95) OK

Contador: Rubens Custódio da Silva
tab. XIII
Comarca da Capital
5ª Cível
Consultor Judicial
Jorge Ubiratan L. Cortez
Exercício Especial
Portaria Lotação

Certifico que sobre o crédito de que trata a letra b do dec. 71051 de 6-12-1972 foi recolhida a importância de Cr$ ..... de contribuição devida sôbre custas contadas nesta data, no valor de R$ .....

Rio, ... de ..... 19.....

Subst. do Responsável

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Cível

Rio de Janeiro, 02 de agosto 1996

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO
02

PARA USO DO BANCO
05 Nº DE ORDEM
COD. AGÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO? 23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

Nº DO PROCESSO
04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06 216

RECOLHIMENTO REFERENTE A QUOTA ATIVA
07 Nº DA NOTA DE DÉBITO
08 MOEDA CORRENTE

DENOMINAÇÃO DA RECEITA
09 CUSTAS JUDICIAIS

RECOLHIMENTOS		
CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10 400.6	43,91	2
11		5
12		1
13		9
14		3
15		7
16		8
17 TOTAL	43,91	4

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
IBF-IND. BRAS. DE FILMES

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BAMERJ00320A149160796**********43,91HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 – TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 – TSE – PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 – TAXA JUDICIÁRIA
400.6 – CUSTAS JUDICIAIS
410.3 – EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 – CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 – DÍVIDA ATIVA – ICM
507.0 – DÍVIDA ATIVA – OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 – MORA – OUTRAS
547.9 – MULTAS – OUTRAS
567.3 – CORREÇÃO MONETÁRIA – OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 – ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 – FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 – PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 – UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 – OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 – RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 – ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 – ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 – PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 – SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 – DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO – DIVERSOS
999.7 – OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 – IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE – preenchimento obrigatório
02 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Fazendária
03 – Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 – Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 – NÃO PREENCHER – reservado ao Banco.
06 – Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Estadual competente.
09 – Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 – Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 – Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 – Preencher – total de 10+11+12+13+14+15+16
18 – Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 – Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 – Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) – a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) – a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) – a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534490

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

IBF- IND.BRAS.DE FILMES

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPIWAL

06 JUIZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A129160796**********4,39HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Bardo de Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/67 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ — BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534490

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 RÉU/RECORRIDO

IBF- IND.BRAS.DE FILMES

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

VARA DE FALÊNCIAS - E CONCORDATAS 12 19

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

SANERJ00320A129160796##########4,39HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Proc° n.° 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1219
40

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plásticas Ltda.

CREDOR : Interon Com. Plásticos

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 42a ..... Cr$ 102.000,00

40 % 3,703274592 8214 ÷ 2750 ..... R$ 54,95

JUROS : 12% ..... R$ 6,60

SOMA ..... R$ 61,55

Posição (6/4/95)

OK

Comp. de Reg. Custas
tab. XIV n.° 2 - R$.....

Certifico que, nos têrmos do art. 8 letra b do dec. 11051 de 8-12-1942: foi recolhida à CAAEG a contribuição devida sôbre custas contadas até a presente data, no valor de R$.....

Rio, ... de .....

Justiça Federal do Rio de Janeiro
Jorge [illegible] L. Portes
Resp. pelo Expediente

Rio de Janeiro, 08 de agosto 1996

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-8º Ofício

Oyama Lopes João
Subst. de Responsável

1o.VIA(SÉPIA) - SEF - 2o.VIA(SÉPIA) - SEF - FLUXO - 3o.VIA(SÉPIA) - CONTRIBUINTE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO
02

PARA USO DO BANCO
05 Nº DE ORDEM
COD. BCO/AG.

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAMESSA DO PAÇO,23/410
Nº

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

Nº DO PROCESSO
04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06

RECOLHIMENTO REFERENTE À DÍVIDA ATIVA
07 Nº DA NOTA DE DÉBITO
08 CERTIDÃO

DENOMINAÇÃO DA RECEITA
09 CUSTAS JUDICIAIS

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
INTERCOM COM. PLASTICOS

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

RECOLHIMENTOS

	CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10	400.6	43,91	2
11			5
12			1
13			9
14			3
15			7
16			8
17	TOTAL	43,91	4

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BNERJ00320A150160796**********43,91HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 — TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 — TSE – PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 — TAXA JUDICIÁRIA
400.6 — CUSTAS JUDICIAIS
410.3 — EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 — CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 — DÍVIDA ATIVA – ICM
507.0 — DÍVIDA ATIVA – OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 — MORA – OUTRAS
547.9 — MULTAS – OUTRAS
567.3 — CORREÇÃO MONETÁRIA – OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 — ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 — FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 — PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 — UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 — OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 — RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 — ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 — ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 — PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 — SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 — INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 — DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO – DIVERSOS
999.7 — OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 — IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE — Preenchimento obrigatório
02 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Fazendária
03 — Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 — Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 — NÃO PREENCHER — reservado ao Banco.
06 — Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Estadual competente.
09 — Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 — Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 — Preencher com os códigos da acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 — Preencher — total de 10+11+12+13+14+15+16
18 — Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 — Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 — Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) — a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) — a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) — a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534489

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

INTERCOM COM.PLASTICOS

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

V.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS 1221 19

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A130160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.342/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534489

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

INTERCOM COM.PLASTICOS

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUIZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

VARA DE FALÊNCIAS - C. F. CONCORDATAS
1222
49

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

B00320A130160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-005 BL. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

1223

Proc° n.° 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 12

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR : Ipiranga Com. Quimica

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrecido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : Fls. 420 ..... Cr$ 7.026.350,96

40 % 3,703274592821 4 % 2750 R$ 3.784,81

JUROS : 12% R$ 454,18

SOMA ..... R$ 4.238,99

Posição (6/4/95) OK

SUBSTITUIDO

Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Contador: Reg. Custas da Capital
tab. XIII nº 2 R$ Contador Judicial
Resp. Taxa Fiscalização

Certifico que, nos têrmos do art. 3 letra b do decreto 4051 de 8-12-1942: foi recolhida a CLASSE ... tribuição devida sôbre custas ... data, no valor de R$.....

Rio, ...de.....19.....

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Contador

Rio de Janeiro, 02 de agosto 1996

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO

02

PARA USO DO BANCO

05 N.º DE ORDEM

COD. BCO/AG.

FALÊNCIA 1224 10 CONCORDATA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO,23§ 410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

N.º DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

N.º DO PROCESSO
04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06

RECOLHIMENTO REFERENTE À DÍVIDA ATIVA

07 N.º DA NOTA DE DÉBITO

08 N.º DA CERTIDÃO

DENOMINAÇÃO DA RECEITA

09 CUSTAS JUDICIAIS

RECOLHIMENTOS		
CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10 400.6	43,91	2
11		5
12		1
13		9
14		3
15		7
16		8
17 TOTAL	43,91	4

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

N.º DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

IPIRANGA COM. QUIMICA

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A151160796**********43,91HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STB n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 – TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
240.0 – TSE – PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 – TAXA JUDICIÁRIA
400.6 – CUSTAS JUDICIAIS
410.3 – EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 – CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 – DÍVIDA ATIVA – ICM
507.0 – DÍVIDA ATIVA – OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 – MORA – OUTRAS
547.9 – MULTAS – OUTRAS
567.3 – CORREÇÃO MONETÁRIA – OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 – ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 – FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 – PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 – UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 – OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 – RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 – ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 – ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 – PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 – SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 – DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO – DIVERSOS
999.7 – OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 – IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE – preenchimento obrigatório
02 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Fazendária
03 – Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 – Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 – NÃO PREENCHER – reservado ao Banco.
06 – Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 – NÃO PREENCHER – reservado à Repartição Estadual competente.
09 – Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 – Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 – Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 – Preencher – total de 10+11+12+13+14+15+16
18 – Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 – Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 – Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) – a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) – a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade; etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) – a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534488

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
IPIRANGA COM.QUIMICA

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO
5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO		CONTA DO BANERJ N.º		VALOR - R$
07	DISTRIBUIDOR	18	003-23989-05	20
08	CONTADOR	19		29
09	ESCRIVÃO	20		30
10		21		31
11		22		32
12		23		33
13		24		34
14		25		35
15	SUBTOTAL			36
16	CAARJ/IAB (10%)	26	003-01973-17	37 4,39
17	TOTAL			38 4,39

FALÊNCIAS - CONCORDATAS
VARA 225

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A131160796**********4,39HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534488

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
IPIRANGA COM.QUIMICA

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO
5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 1226

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

00320A131160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1227
910

Proc° n.° 8012 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 13

CONCORDATA

REQUERENTE : Plastag Monoplás Ind. Plásticos Ltda.

CREDOR : Mea Maps. e Abrasivos.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 418 ..... Cr$ 398.080,40

SUBSTITUÍDO

40 % 3,70327459282 14 ÷ 2.750 R$ 214,43

JUROS : 12% R$ 25,74

SOMA ..... R$ 240,17

Posição (6/4/95) OK

Contador: Justiça do Estado do Rio de Janeiro
tab. XIII - n.° 2 - Cartório da Capital
5.° Contador Judicial
Jorge Cortez
Chefe, CAARC - Cart. Dpto. Expediente
Ofa. e Lopes João
Subst. de Responsável

Certifico que, nos têrmos do art. 6 letra b do Dec-Lei 1051 de 8-12-1942: foi recolhida a contribuição devida sôbre custas contadas até a presente data, no valor de Cr$.....

Rio, ...de.....

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17783-Aux. Cart.-6º Ofício

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1996

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO
02

PARA USO DO BANCO
05 Nº DE ORDEM

COD. BCO/AG. 1228

FALÊNCIAS - VARA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO,33/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

Nº DO PROCESSO
04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06

RECOLHIMENTO REFERENTE A DARJ Nº
07 Nº DA NOTA DE DÉBITO
08

DENOMINAÇÃO DA RECEITA

09 CUSTAS JUDICIAIS

RECOLHIMENTOS		
CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10 400.6	43,91	2
11		5
12		1
13		9
14		3
15		7
16		6
17 TOTAL	43,91	4

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
MACA MAQS. E ABRASIVOS

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A152160796**********43,91HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

1a.VIA(SÉPIA)-SEF - 2a.VIA(SÉPIA)-SEF-FLUXO - 3a.VIA(SÉPIA)-CONTRIBUINTE

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 — TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 — TSE – PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 — TAXA JUDICIÁRIA
300.6 — CUSTAS JUDICIAIS
410.3 — EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 — CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 — DÍVIDA ATIVA – ICM
507.0 — DÍVIDA ATIVA – OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 — MORA – OUTRAS
547.9 — MULTAS – OUTRAS
567.3 — CORREÇÃO MONETÁRIA – OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 — ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 — FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 — PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 — UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 — OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 — RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 — ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 — ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 — PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 — SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 — INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 — DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO – DIVERSOS
999.7 — OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 — IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE — Preenchimento obrigatório
02 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Fazendária
03 — Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 — Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 — NÃO PREENCHER — reservado ao Banco.
06 — Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Estadual competente.
09 — Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 — Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 — Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 — Preencher — total de 10+11+12+13+14+15+16
18 — Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 — Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 — Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) — a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) — a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) — a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECIFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534487

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
MECA MAQS. KABRASIVOS

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO
5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 T O T A L		38 4,39

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
229

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ 00320A13216079********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 015/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECIFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534487

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

[illegible]ECA MAQS. ABRASIVOS

05 [illegible]RCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUIZO E CARTÓRIO

5ºV.F.Cv

DISCRIMINAÇÃO		CONTA DO BANERJ N.º		VALOR Cr$
07	DISTRIBUIDOR	18	003-23989-05	28
08	CONTADOR	19		29
09	ESCRIVÃO	20		30
10		21		31
11		22		32
12		23		33
13		24		34
14		25		35
15	SUBTOTAL			36
16	CAARJ/IAB (10%)	26	003-01973-17	37 4,39
17	TOTAL			38 4,39

1230

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]00320A13216079[illegible]4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUT[illegible]S - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Proc° n.° 3012 — 5ª Vara

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
123/96

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 14

C O N C O R D A T A

REQUERENTE : Plastbag Monoplás Ind. Plásticas Ltda.

CREDOR : Processo Industrial

CÁLCULO para apuração do 13 pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 423 ..... cR$ 351.454,62

40 % 3,703274592821 4 ÷ 2 750 R$ 189,32

JUROS : 12% R$ 22,72

SOMA ..... R$ 212,04

Posição (6/8/96) OK

SUBSTITUTO

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
ESP. PED. EXPEDIENTE
Contador: Selo n.º 2

Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
5.º Contador Judicial
Jorge Libaratan L. Cortez
Diretor da Secretaria

Certifico que nos têrmos do art. 2º letra b do dec. 11.636 de 14-12-1942; foi recolhida a importância de Cr$ ..... Rio de Janeiro, 02 de agosto 1996
tribuição devida sôbre custas contadas até o presente
data, no valor de R$ .....
Rio, ... de .....

Lopes João
Chefe da Secretaria

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Contador

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO

02

PARA USO DO BANCO

05 N.º DE ORDEM

COD. BCO/AG.

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO,23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

N.º DA INSCRIÇÃO ESTADUAL

03

N.º DO PROCESSO

04

N.º DA GUIA DE INFORMAÇÃO

06

RECOLHIMENTO REFERENTE A DÍVIDA ATIVA

07 N.º DA NOTA DE DÉBITO

08 N.º DA CERTIDÃO

DENOMINAÇÃO DA RECEITA

09 CUSTAS JUDICIAIS

CÓD. DA RECEITA	RECOLHIMENTO (VALOR)	
10 400.6	43,91	2
11		5
12		1
13		9
14		3
15		7
16		8
17 TOTAL	43,91	4

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

N.º DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

PROCESSO INDUSTRIAL

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

GNREP00320A153160796**********43,91HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

1ª VIA(BRANCA) - 2ª VIA(SÉPIA) - 3ª VIA(SÉPIA) - SEF - FLUXO - 3ª VIA(SÉPIA) - CONTRIBUINTE

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 — TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 — TSE — PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 — TAXA JUDICIÁRIA
400.6 — CUSTAS JUDICIAIS
410.3 — EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 — CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 — DÍVIDA ATIVA — ICM
507.0 — DÍVIDA ATIVA — OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 — MORA — OUTRAS
547.9 — MULTAS — OUTRAS
567.3 — CORREÇÃO MONETÁRIA — OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 — ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 — FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 — PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 — UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 — OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 — RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 — ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 — ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 — PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 — SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 — INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 — DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO — DIVERSOS
999.7 — OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 — IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE — preenchimento obrigatório
02 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Fazendária
03 — Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO"
04 — Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 — NÃO PREENCHER — reservado ao Banco.
06 — Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Estadual competente.
09 — Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 — Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 e 16 — Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 — Preencher — total de 10+11+12+13+14+15+16
18 — Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 — Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 — Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) — a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) — a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) — a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534448

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

PROCESSO INDUSTRIAL

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO		CONTA DO BANERJ N.º		VALOR - R$
07	DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28	1233
08	CONTADOR	19	29	
09	ESCRIVÃO	20	30	
10		21	31	
11		22	32	
12		23	33	
13		24	34	
14		25	35	
15	SUBTOTAL		36	
16	CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37	4,39
17	TOTAL		38	4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A133160796**********4,39HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Bordo do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534448

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

PROCESSO INDUSTRIAL

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º		VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28	
08 CONTADOR	19	29	
09 ESCRIVÃO	20	30	
10	21	31	
11	22	32	
12	23	33	
13	24	34	
14	25	35	
15 SUBTOTAL		36	
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37	4,39
17 TOTAL		38	4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[redacted]00320A13316079[redacted]4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Bordo do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Proc° n.° 3012 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 15

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plásticas Ltda.

CREDOR : Pesquisa Com. Ind. Prod.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 420 ..... Cr$ 4.512.650,40

40 % + C.M. = 3,703274592824÷2750 Cr$ 2.430,18

JUROS : 12% Cr$ 291,70

SOMA ..... Cr$ 2.722,48

Posição (6/4/95) OK

Contador
tab. XIII

Certifico que, em cumprimento ao disposto no art. 8 letra b do dec. 11051 de 8-9-1942, foram recolhidas a GAAEG as custas devidas pelo presente trabalho e as custas contadas no Expediente data, no valor de Cr$ Uva Lopes João

Rio, ... de .....

Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
Contador Judicial
Isaac Newton S. Carvalho
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Ofício

Rio de Janeiro, 02 de agosto 19 95

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Ofício

Assinatura do Responsável

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO
02

PARA USO DO BANCO
05 Nº DE ORDEM

COD. BCO/AG.

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO,23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

Nº DO PROCESSO
04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06

RECOLHIMENTO REFERENTE A DÍVIDA ATIVA
07 Nº DA NOTA DE DÉBITO
08 Nº DA CERTIDÃO

FAZENDA - RJ - E. CONCORDATA

DENOMINAÇÃO DA RECEITA
09 CUSTAS JUDICIAIS

RECOLHIMENTOS		
CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10 400.6	43,91	2
11		5
12		1
13		9
14		3
15		7
16		8
17 TOTAL	43,91	4

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
proquisa com. ind. prod.

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A154160796**********43,91HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 — TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 — TSE — PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 — TAXA JUDICIÁRIA
400.6 — CUSTAS JUDICIAIS
410.3 — EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 — CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 — DÍVIDA ATIVA — ICM
507.0 — DÍVIDA ATIVA — OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 — MORA — OUTRAS
547.9 — MULTAS — OUTRAS
567.3 — CORREÇÃO MONETÁRIA — OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 — ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 — FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 — PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 — UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 — OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 — RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 — ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 — ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 — PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 — SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 — INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 — DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO — DIVERSOS
999.7 — OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 — IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE — Preenchimento obrigatório
02 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Fazendária
03 — Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 — Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 — NÃO PREENCHER — reservado ao Banco.
06 — Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Estadual competente.
09 — Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 — Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 — Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 — Preencher — total de 10+11+12+13+14+15+16
18 — Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 — Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 — Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) — a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) — a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.
DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) — a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECIFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534447

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
PROQUISA COM.IND.PROD.

05 COMARCA/TRIBUNAL
CAPITAL

06 JUIZO E CARTÓRIO
5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO		CONTA DO BANERJ N.º		VALOR - R$	
07	DISTRIBUIDOR	18	003-23989-05	28	
08	CONTADOR	19		29	
09	ESCRIVÃO	20		30	
10		21		31	
11		22		32	
12		23		33	
13		24		34	
14		25		35	
15	SUBTOTAL			36	
16	CAARJ/IAB (10%)	26	003-01973-17	37	4,39
17	TOTAL			38	4,39

1234 - E CONCORDA

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A13416079600000000004,39HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

27 01 834447

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

PROQUISA COM.IND.PRODS

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO		CONTA DO BANERJ N.º		VALOR R$
07	DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28	
08	CONTADOR	19	29	
09	ESCRIVÃO	20	30	
10		21	31	
11		22	32	
12		23	33	
13		24	34	
14		25	35	
15	SUBTOTAL		36	
16	CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37	4,39
17	TOTAL		38	4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[redacted]0320A13416079[redacted]4,39HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5/G.006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Proc° n.° 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

1239

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 16

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR : Skelf - Ind. e Com. Facas.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 423 R$ 334.950,00

40 % 3,1032745928214 ÷ 2750 R$ 180,43

JUROS : 12% R$ 21,66

SOMA ..... R$ 202,09

Posição (6/4/95)

OK

Contadoria Custas
tab. XIII n° 2.

Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
5.º Contador Judicial
Jorge Cortez
Escrevente

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

Certifico que, nos termos do art. 1º, letra b do dec. 1.608 de 3-12-1942: foi recolhida à CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS a importância devida sôbre custas constantes do presente feito no valor de R$ Cyana Lopes João
Rio de Janeiro, ... de ..... 19 .....
Subst. do Responsável

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793 - Aux. Cart. - 5º Contador

Rio de Janeiro, 02 de agosto 1996

...RIO DE JANEIRO
...ARIA DE ESTADO DE FAZENDA
...DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO
02

PARA USO DO BANCO
05 Nº DE ORDEM

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

RAZÃO SOCIAL
06 BAG MONOPDAS IND.PLASTICAS LTDA

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

Nº DO PROCESSO
04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
08 19

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO, 23 410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

RECOLHIMENTO REFERENTE A DÍVIDA ATIVA
07 Nº DA NOTA DE DÉBITO
08 Nº DA CERTIDÃO

DENOMINAÇÃO DA RECEITA
09 CUSTAS JUDICIAIS

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
STEEL -IND. E COM. FACAS

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

RECOLHIMENTOS

	COD. DA RECEITA	VALOR	
10	400.6	43,91	2
11			5
12			1
13			9
14			3
15			7
16			8
17	TOTAL	43,91	4

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ 00320A155160796**********43,91HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

1o.VIA(SÉPIA) - SEF - 2o.VIA(SÉPIA) - SEF-FLUXO - 3o.VIA

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 — TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 — TSE — PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 — TAXA JUDICIÁRIA
400.6 — CUSTAS JUDICIAIS
410.3 — EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 — CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 — DÍVIDA ATIVA — ICM
507.0 — DÍVIDA ATIVA — OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 — MORA — OUTRAS
547.9 — MULTAS — OUTRAS
567.3 — CORREÇÃO MONETÁRIA — OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 — ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 — FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 — PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 — UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 — OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 — RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 — ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 — ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 — PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 — SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 — INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 — DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO — DIVERSOS
999.7 — OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIM

CAMPOS 01 — IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBU chimento obrigatório
02 — NÃO PREENCHER — reservado à zendária
03 — Preencher, se inscrito no Cadastro do contrário, preencher com "NÃO INSCRI
04 — Sendo pagamento vinculado a processo, inc nº do mesmo.
05 — NÃO PREENCHER — reservado ao Banco.
06 — Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Estadual competente.
09 — Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 — Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 — Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 — Preencher — total de 10+11+12+13+14+15+16
18 — Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 — Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 — Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) — a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) — a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) — a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GRÊC —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

27 01- 534...

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAGF MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDTA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

STEEL -IND.E COM.FACAS

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUIZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BARRER00320A135160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 /Bl. 15x5

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534446

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAGF MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA,OU DO RECURSO

CONCORDTA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

STEEL -IND.E COM.FACAS

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUIZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO		CONTA DO BANERJ N.º		
07	DISTRIBUIDOR	18	003-23989-05	28
08	CONTADOR	19		29
09	ESCRIVÃO	20		30
10		21		31
11		22		32
12		23		33
13		24		34
14		25		35
15	SUBTOTAL			36
16	CAARJ/IAB (10%)	26	003-01973-17	37 4,39
17	TOTAL			38 4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

00320A1351607960000000004,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfico Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 81. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Proc° n.° 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 17

1243

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plásticas Ltda.

CREDOR : Transliden Transp. Rod.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 419 — R$ 174.808,72

40 % x 3,7032745928214 ÷ 2750 R$ 94,17

JUROS : 12% R$ 11,31

SOMA ..... R$ 105,48

Posições (6/4/95) OK

Contadoria — Custas
tab. XIII

Certifico que, nos têrmos do art. 8 letra b do dec. L. 1351 de 8.12.1939, foi recolhida à CAIXA E. como contribuição devida sôbre custas contadas hoje, a importância de data, no valor de R$.....

Rio, ... de .....

Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
5ª Vara Cível
Subst. do Responsável

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
RECEBIDO PELO ESCREVENTE
JOAQUIM LOPES DA SILVA

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17798-Aux. Cart.-5ª Cível

Rio de Janeiro, 02 de agosto 1996

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO

02

PARA USO DO BANCO

05 Nº DE ORDEM

COD. BCO/AG.

1249

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO

TRAVESSA DO PAÇO,23/410

BAIRRO OU DISTRITO

CENTRO

MUNICÍPIO

RIO DE JANEIRO

CEP

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL

03

Nº DO PROCESSO

04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO

06

RECOLHIMENTO REFERENTE A DÍVIDA ATIVA DA SECRETARIA

07 Nº DA NOTA DE DÉBITO

08

DENOMINAÇÃO DA RECEITA

09 CUSTAS JUDICIAIS

RECOLHIMENTOS

	CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10	400.6	43,91	2
11			5
12			1
13			9
14			3
15			7
16			8
17	TOTAL	43,91	4

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO

18 / /

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO

19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

TRANSLIDER TRANSP. ROD.

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A156160796**********43,91HRDR

1a.VIA(SÉPIA) - SEF - 2a.VIA(SÉPIA) - SEF - FLUXO - 3a.VIA(SÉPIA) - CONTRIBUINTE

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 — TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 — TSE — PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 — TAXA JUDICIÁRIA
400.6 — CUSTAS JUDICIAIS
410.3 — EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 — CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 — DÍVIDA ATIVA — ICM
507.0 — DÍVIDA ATIVA — OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 — MORA — OUTRAS
547.9 — MULTAS — OUTRAS
567.3 — CORREÇÃO MONETÁRIA — OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 — ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 — FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 — PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 — UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 — OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 — RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 — ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 — ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 — PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 — SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 — INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 — DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO — DIVERSOS
999.7 — OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 — IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE — preenchimento obrigatório
02 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Fazendária
03 — Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO".
04 — Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 — NÃO PREENCHER — reservado ao Banco.
06 — Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Estadual competente.
09 — Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 — Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 — Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 — Preencher — total de 10+11+12+13+14+15+16
18 — Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 — Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 — Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) — a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) — a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) — a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534445

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICA LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

TRANSLIDER TRANSP.ROD:

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	16 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29 1245
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A136160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA
.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Procº n.º 8012 — 59 Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 18

1246 E CONCORDATA

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plasticos Ltda.

CREDOR : Votorantim Celulose.

CÁLCULO para apuração do 10 pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : Lu.424 ..... R$ 17.643.004,13

40 % x 3,703274592821 ÷ 2.750 R$ 9.503,55

JUROS : 12% R$ 1.140,43

SOMA ..... R$ 10.643,98

Posição (6/4/95)

OK

Contador: Reg. Custas
tab. XIII

Certifico que, na forma do art. 5º letra b do dec. 11051 de 30-8-1940, foi recolhida a quantia de Cr$ ..... como tributação devida sôbre custas contadas até o presente.
Rio, ... de ..... de 19.....
Subst. do Responsável

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
5º Contador Judicial
Jorge Augusto Carter
Resp. pelo Expediente
Oyama Lopes João

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMARCA DA CAPITAL SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE OYAMA LOPES JOÃO

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Contador

Rio de Janeiro, 02 de agosto 1996

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO

NÃO EFETUAR PAGAMENTO DE ICM NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO
02

PARA USO DO BANCO
05 Nº DE ORDEM

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO,23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL
03

COD. RGO/AG.

Nº DO PROCESSO
04

Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
06

RECOLHIMENTO REFERENTE À DÍVIDA ATIVA
07 Nº DA NOTA DE DÉBITO

CERTIDÃO

DENOMINAÇÃO DA RECEITA
09 CUSTAS JUDICIAIS

RECOLHIMENTOS		
CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10 400.6	43,91	2
11		5
12		1
13		9
14		3
15		7
16		6
17 TOTAL	43,91	4

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

DATA DE VENCIMENTO
18 / /

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO
19

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
VOTORANTIN CELULOSE

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BRNERJ00320A157160796**********43,91HRDR

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

RELAÇÃO DOS CÓDIGOS E DENOMINAÇÃO DAS RECEITAS

ITBI — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

100.7 — IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

200.3 — TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS
210.0 — TSE — PRESERVAÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
300.0 — TAXA JUDICIÁRIA
400.6 — CUSTAS JUDICIAIS
410.9 — EMOLUMENTOS DE REGISTRO DE COMÉRCIO
420.0 — CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

DÍVIDA ATIVA

500.2 — DÍVIDA ATIVA — ICM
507.0 — DÍVIDA ATIVA — OUTROS

ACRÉSCIMOS

517.7 — MORA — OUTRAS
547.9 — MULTAS — OUTRAS
567.3 — CORREÇÃO MONETÁRIA — OUTRAS

OUTRAS RECEITAS

601.7 — ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS
602.5 — FOROS E LAUDÊMIOS
603.3 — PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS
604.1 — UTILIZAÇÃO E SERVIDÃO DE USO DE BENS PRÓPRIOS ESTADUAIS
699.8 — OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
700.5 — RECEITAS INDUSTRIAIS
801.0 — ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
802.8 — ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
803.6 — PRODUTO DA REMISSÃO DE FORO
901.6 — SALÁRIO EDUCAÇÃO ESTADUAL
902.4 — INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
909.1 — DEPÓSITOS OU FIANÇA EM DINHEIRO — DIVERSOS
999.7 — OUTRAS RECEITAS

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

CAMPOS 01 — IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE — preenchimento obrigatório
02 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Fazendária
03 — Preencher, se inscrito no Cadastro do ICM. Caso contrário, preencher com "NÃO INSCRITO"
04 — Sendo pagamento vinculado a processo, indicar o nº do mesmo.
05 — NÃO PREENCHER — reservado ao Banco.
06 — Sendo pagamento vinculado a Guia de Informação, indicar o nº da Guia.
07 e 08 — NÃO PREENCHER — reservado à Repartição Estadual competente.
09 — Preencher com a denominação da receita, conforme relação ao lado.
10 — Preencher com o código e o valor correspondentes à receita indicada no campo 09.
11 a 16 — Preencher com os códigos de acréscimos da receita indicada no campo 09 e com os valores correspondentes.
17 — Preencher — total de 10+11+12+13+14+15+16
18 — Preencher com a data limite para pagamento sem acréscimo.
19 — Sendo pagamento vinculado a AUTO DE INFRAÇÃO, indicar o número do mesmo.
20 — Preencher com informações complementares ao recolhimento. Preenchimento obrigatório nos seguintes casos:
TAXA JUDICIÁRIA (Cód. 300.0) — a finalidade
TAXA DE SERVIÇOS ESTADUAIS (cód. 200.3) — a finalidade
Exemplo: Carteira de Identidade, etc.

DEPÓSITO OU FIANÇA EM DINHEIRO (Cód. 909.1) — a finalidade.

BL./20x3

PARA USO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534444

01 • NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDTA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

VOTORANTIN CELULOSE

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR EM R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

1247

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A137160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - USUÁRIO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 81. 15x5

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECIFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534444

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDTA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO

VOTORANTIN CELULOSE

05 COMARCA/TRIBUNAL

CAPITAL

06 JUIZO E CARTÓRIO

5ªV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR AR$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29 1249 10
09 ESCRIVÃO	20	30
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A13716079600000000004,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CAR. UNAJ - 5ª VIA - [illegible]

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15 x 5

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA

.....º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO:
SUBSTITUTO:

Proc° n.° 8012 — 6ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 19

1250 40

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plasticos Ltda.

CREDOR : Zimfel Transportes Ltda.

CÁLCULO para apuração do 10 pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sôbre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO : fls. 424 ..... Cr$ 507.910,57

40 % 3,703274592821 4 ÷ 2.750 R$ 213,60

JUROS : 12% R$ 32,84

SOMA ..... R$ 306,44

Posição (6/4/95)

OK.

Contadores, Reg. Cartório
Tabelião
Escrivão
Oficial

Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Comarca da Capital
5.º Contador Judicial

Certifico que, nos têrmos do art. 6º, letra "b" Portaria [illegible] de 18-1-1968, foi recebida a GAAEO e os autos conclusos hoje. Dou fé. Em [illegible]
Nenhuma dúvida sôbre custas. Contadas até a presente valor de Cr$ Oyama Lopes João
de
Oficial de Responsável

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB-REGISTRO EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOÃO

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1996

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-8º Contador

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - DARJ

ATENÇÃO
NÃO EFETUAR PAGAMENTO
COM CHEQUE NESTE DARJ

PARA USO DA REPARTIÇÃO

PARA USO DO BANCO
05 Nº DE ORDEM

1ª VIA (SÉPIA) - SEF - 2ª VIA (SÉPIA) - SEF - FLUXO - 3ª VIA (SÉPIA) - CONTRIBUINTE

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

01 NOME, FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
TRAVESSA DO PAÇO, 23/410

BAIRRO OU DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
RIO DE JANEIRO

CEP

03 Nº DA INSCRIÇÃO ESTADUAL

COD. BCO/AG.

04 Nº DO PROCESSO

06 Nº DA GUIA DE INFORMAÇÃO
1251

RECOLHIMENTO REFERENTE A DÍVIDA ATIVA
07 Nº DA NOTA DE DÉBITO
08 Nº DA CERTIDÃO

DENOMINAÇÃO DA RECEITA
09
CUSTAS JUDICIAIS

- PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.
- OBSERVAR AS INSTRUÇÕES CONTIDAS NO VERSO.

18 DATA DE VENCIMENTO
/ /

19 Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO

20 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
ZINFEL TRANSPORTES LTDA

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

RECOLHIMENTOS

	CÓD. DA RECEITA	VALOR	
10	400.6	43,91	2
11			5
12			1
13			9
14			3
15			7
16			8
17	TOTAL	43,91	4

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

ERJ00320A158160796**********43,91HRDR

TEIJU Com. Ind. Gráfica Ltda. - Rua Barão de Bom Retiro, 424 - Tel. 261-2750 - CGC 42.317.347/0001-02 - RJ - RJ - Ind. Bras. Portaria STE n.º 52

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534443

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 REU/RECORRIDO
ZINFEL TRANSPORTES LTDA

05 COMARCA/TRIBUNAL
CPITAL

06 JUIZO E CARTÓRIO
S•V.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30 1252
10	21	31 CONCORDATAS
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]00320A138160796**********4,39H010

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEIJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.347.347/0001-02 • R. Bordo do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G.006 Bl. 15x5

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

ESPECÍFICA PARA A COMARCA DA CAPITAL

N.º 27 01- 534443

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR/RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND.PLASTICAS LTDA

04 RÉU/RECORRIDO
ZINFEL TRANSPORTES LTDA

05 COMARCA/TRIBUNAL
CPITAL

06 JUÍZO E CARTÓRIO
5ºV.F.C.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ N.º	R$
07 DISTRIBUIDOR	18 003-23989-05	28
08 CONTADOR	19	29 1253
09 ESCRIVÃO	20	30 10
10	21	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 SUBTOTAL		36
16 CAARJ/IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,39
17 TOTAL		38 4,39

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ00320A138160796**********4,39HRDR

1ª VIA - BANCO - 2ª VIA - CORREGEDORIA - 3ª VIA - AUTOS - 4ª VIA - CARTÓRIO - 5ª VIA - PARTE/ADVOGADO

TEJU Com. Ind. Gráfica Ltda. • CGC 42.317.347/0001-02 • R. Barão do Bom Retiro, 424/Tel.: 261-2750 • PORTARIA SEAR Nº 013/87 BL./3x5 G-006 Bl. 15x5

PODER JUDICIÁRIO



JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, petição que se segue.

Rio, 7 de ... de 1996

O Escrivão

Eduardo Antonio Kalache — *Manoel Marques da Costa Braga Neto* — *Luiz Sergio Chame*
Roberto de Gayoso e Almendra — *Edna Dinis da Costa Braga* — *Ana Cláudia Correa*
Rodrigo Kalache de Paiva — *Tony Lo Bianco Mahet* — *Rafaela Faroni Ganem*

A D V O G A D O S

Yamba Souza Lanna — *Andié Alves Almeida Chame* — *Julieta Diniz Cuquejo*

E S T A G I Á R I O S

Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 5a. Vara de Falências e Concordatas do Rio de Janeiro

1.º E 5.º
FALÊNCIAS E CONCORDATAS
19 JUL 1996
RIO DE JANEIRO

2ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS - RJ
1255

PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA, em concordata preventiva, em curso perante o esse MM. Juízo, vem, por seu advogado abaixo assinado, apresentar as inclusas CESSÕES DE CRÉDITOS, esclarecendo que o CESSIONÁRIO renunciou ao recebimento do crédito, em documento existente nos autos.

Por outro lado, a CONCORDATÁRIA apresenta a RELAÇÃO DOS CREDORES PENDENTES DE RECEBIMENTO da 1a. PARCELA DA CONCORDATA.

P. Deferimento

Rio de Janeiro, 4 de julho de 1996

EDUARDO ANTÔNIO KALACHE
O A B - 15.018

PODER JUDICIÁRIO - RJ
CORREGEDORIA
18 JUL 1750 96 047338
PROGER

Travessa do Paço, 23 - Gr. 410 - Tels.: PABX 533-7768 - 533-4644 - FAX: 533-7769

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA DE CESSÃO DE CREDITO, NA FORMA ABAIXO:

VARA CONCORDATAS 1256 49

POLIALDEN PETROQUIMICA S/A, com séde à rua Geraldo Pausino Gomes nº 78 - 8º andar, Broklin Novo - São Paulo - CEP 04575-060, inscrita no CGC sob o número 13.545.769.0001-37, representada por seu procurador IDERALDO JOSÉ SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, com endereço à Av. Prestes Maia nº 199 - Diadema, São Paulo, na qualidade de PROMITENTE CEDENTE e TI SENG WONG, brasileiro, viúvo, industrial, residente à Estrada de Jacarepaguá nº 4.710, rua Imbuia nº 36 - portador da carteira de identidade do IFP nº 1571181, CPF nº 029 773 627-20, na qualidade de PROMITENTE CESSIONÁRIO, têm justo e acordado, em caráter irrevogável e irretratável, o seguinte :

1. A PROMITENTE CEDENTE é credora de PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LIMITADA, em concordata preventiva, perante o MM. Juízo de Direito da 5a. vara de Falências e Concordatas do Rio de Janeiro, pela soma total de R$21.153,05 (vinte e hum mil e cento e cinquenta e tres reais e cinco centavos), referente às notas fiscais ns. 59860, emitida em 29.03.1994 ; 59861 emitida em 29.03.1994 e 59876, emitida em 30.03.1994.

2. O valor retro mencionado será pago pelo PROMITENTE CESSIONÁRIO em duas parcelas, sendo a primeira no valor de R$ - - 10.653,05 (dez mil e seiscentos e cinquenta e tres reais e cinco centavos) representada pelo cheque 639679, sacado contra o BANCO DO BRASIL S/A - Ag. Presidente Antonio Carlos (1855) e a segunda no valor de R$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), representada pelo cheque 639680, sacado contra o mesmo Banco e Agência, para pagamento nos dias 10 de julho e agôsto de 1996, respectivamente.

3. Na hipótese de não pagamento das parcelas acima, o presente instrumento perderá sua validade , e a PROMITENTE CEDENTE voltará a ter pleno direito de cobrar o saldo residual de seu débito contra a CONCORDATÁRIA.

4. O PROMITENTE CESSIONÁRIO fica responsável pela boa ou má liquidação do crédito, nada podendo reclamar ou postular contra a PROMITENTE CEDENTE.

Por estarem justos e contratados, firmam em tres vias de igual valor, teor e forma, para que produza os devidos fins de direito.

Enquanto os pagamentos estiverem sendo feitos o PROMITENTE CESSIONÁRIO poderá renunciar provisòriamente ao recebimento do crédito junto à CONCORDATÁRIA.

Rio de Janeiro,

PROMITENTE CEDENTE

PROMITENTE CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS -

-

CONTRATO No. PC 859/94

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA QUE ENTRE SI CELEBRAM: CIQUINE COMPANHIA PETROQUÍMICA, POLIALDEN PETROQUÍMICA S/A E RECOVER ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

(071) 832-12[illegible]
598-7172

CIQUINE COMPANHIA PETROQUÍMICA inscrita sob o nº **13.788.120/0001-47** no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, **POLIALDEN PETROQUÍMICA S/A** inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº **13.645.769/0001-37**, ambas com sede à Rua João Ursulo, n. 1.261, na cidade de Camaçá/BA, doravante denominadas **CIQUINE/POLIALDEN**, e a firma **RECOVER - ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**, inscrita no mencionado cadastro sob o **No 62.283.544/0001-85**, com com sede à Estrada do Alvarenga, 903, na cidade de São Paulo/SP, designada **RECOVER**, *através de seus representantes legais "in fine" assinados*..... de representantes legais "in fine" assinados..... têm entre si ajustado o presente CONTRATO, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1 **O presente CONTRATO tem por objetivo a prestação de serviços de cobrança para a CIQUINE CIA PETROQUÍMICA e POLIALDEN PETROQUÍMICA S/A.,**

CLÁUSULA SEGUNDA - CARACTERÍSTICAS

2.1 **RECOVER terá exclusivamente somente nas contas confiadas mediante borderô de cobrança e/ou autorizações de cobrança por escrito, ficando ressalvada sua devolução, a pedido da CIQUINE/POLIALDEN, também por escrito. E, desde que não tenha ocorrido nenhuma das hipóteses da cláusula 4.1, ficará isenta de qualquer taxa.**

2.2 **A RECOVER reserva-se o direito de demandar as contas de forma amigável, podendo propor acordos, tentar, mas não se obriga a receber o valor acrescido de juros de mora, taxas bancárias, comissões de permanência, despesas administrativas.**

2.2.1 **Os acordos propostos pela RECOVER deverão ter prévia anuência, por escrito, da CIQUINE/POLIALDEN.**

2.2.2 **Todas e quaisquer despesas das demandas de cobrança, ocorrerão por conta exclusiva da RECOVER, que neste ato reserva-se o direito de tentar o ressarcimento junto ao devedor.**

2..2.3 **Sobre os valores recebidos a RECOVER poderá dar quitação e proceder o devido recebimento.**

2.3 **A RECOVER após exaurir todos os meios de que dispunha, sem contudo ter conseguido o recebimento amigável da conta, submeterá relatório à apreciação da CIQUINE/POLIALDEN, que previamente autorizará, por escrito, a entrega para cobrança judicial a Escritórios de Advocacia contratados, legalmente habilitados, com os quais já opera em casos de outros clientes.**

2..4 **Quando do início da cobrança judicial, habilitações de créditos em concordatas e falências ou qualquer outra medida judicial, a taxa constante da cláusula 4.1 do presente contrato, tornar-se-á sem efeito, ficando a CIQUINE/POLIALDEN responsável pela custas processuais e, mais 20% (vinte por cento) de comissão. Já incluso os honorários advocatícios, pagos após o recebimento dos créditos.**

2.5 A RECOVER reserva-se o direito de endossar para os depósitos, exclusivamente em contas corrente da CIQUINE/POLIALDEN, cheques recebidos em seu nome. Os valores serão recebidos sempre transferidos à CIQUINE/POLIALDEN dentro do menor tempo útil possível, após as deduções autorizadas por esse CONTRATO. A RECOVER não será responsável por atrasos de remessas de créditos e valores que venham a ocorrer por parte de Bancos e outros meios que se prestem a este fim.

2.6 Se a RECOVER esgotar os meios de que disponha sem conseguir receber o crédito em cobrança e não houver viabilidade de bom êxito, mediante ação judicial, a esse respeito será elaborado relatório a CIQUINE/POLIALDEN, e devolverá a conta sem ônus, além dos já assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZOS/RESILIÇÃO

3.1 O presente CONTRATO vige por prazo indeterminado, a contar da data de sua assinatura, podendo ser resilido por uma das partes mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇOS

4.1 A RECOVER receberá da CIQUINE/POLIALDEN, o percentual de 06 (seis) por cento, atitulo de comissões, incidentes sobre o total do valor recebido; sobre o total do valor recebido diretamente; sobre o total do valor do bem devolvido em acordo e outros, sempre tendo como referência o valor da dívida e após (05) cinco dias úteis da apresentação da fatura.

4.1.1 Seguirá em anexo à prestação de contas, cópia do recibo fornecido ao devedor, comprovando a data efetiva do recebimento e valor.

4.2 Se os custos dos serviços prestados vierem a ser aumentados, por força de determinações legais ou regulamentares que neles, direta ou indiretamente repercutam, a tabela de taxa e honorários dos escritórios de Advocacia contratados, poderão ser revistos, facultado a CIQUINE/POLIALDEN a opção de continuar, ou não, com o CONTRATO nas bases revistas.

4.3 A RECOVER responsabiliza-se integralmente por sua organização, bem como pelo recolhimento de todos os encargos, como impostos, taxas e demais contribuições, devidas pelo exercício de suas atividades.

4.4 Toda e qualquer alteração dos preços acima estipulados, só poderá ocorrer quando houver mútuo acordo, escrito, pelas partes.

4.5 Deverá constar nas faturas o número deste CONTRATO.

CLÁUSULA QUINTA - RESCISÃO

5.1 Se a rescisão for solicitada por parte da CIQUINE/POLIALDEN ou pela RECOVER, é assegurado um prazo à RECOVER de 60 (sessenta) dias, para a devolução das contas ainda não cobradas e ajuizadas. Após a rescisão, a CIQUINE/POLIALDEN deverá indicar no prazo de 10 (dez) dias o nome do Advogado de sua confiança para que os advogados da RECOVER substabeleçam ou renunciem à procuração outorgada. A partir daquela data a RECOVER e os Advogados não terão obrigações de dar seguimentos nos processos e nem serão responsabilizados pela paralização dos mesmos.

5.2 Este CONTRATO poderá ser rescindido, a critério da CIQUINE/POLIALDEN, independente de interpelação ou notificação judicial ou extra-judicial, sem que assista à RECOVER,qualquer direito a reclamação, nos seguintes casos:

5.2.1 inadimplemento de qualquer cláusula ou condição deste CONTRATO

5.2.2 Falência, dissolução, liquidação judicial ou extra-judicial ou concordata preventiva da RECOVER, requerida, homologada ou decretada.

CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA TRABALHISTA

6.1 A RECOVER poderá realizar atividades previstas no objeto do CONTRATO, utilizando profissionais especializados, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento a toda Legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase nas áreas tributária, civil, previdenciária e trabalhista. Outrossim, a RECOVER obriga-se a reembolsar a CIQUINE/POLIALDEN de todas as despesas que estas tiverem decorrente de:

6.1.1 Reconhecimento judicial do vínculo empregatício de empregados seus e seus sub-rogados com a CIQUINE/POLIALDEN

6.1.2 Reconhecimento judicial de solidariedade da RECOVER, no cumprimento de suas e de seus sub-rogados, obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias;

CLÁUSULA SÉTIMA - FORO

7.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, que será competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste CONTRATO e sua execução renunciando ambas as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam os contratantes diante das testemunhas abaixo, o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma de 03 (três) folhas cada.

Camaçari, 01 de novembro de 1994.

CIQUINE/POLIALDEN

Diretor

Diretor

RECOVER

Recover Assessoria Empresarial Ltda.

Recover Assessoria Empresarial Ltda.

TESTEMUNHAS

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITO

CEDENTE - MULTIPACK PRODS. QUÍMICOS INDS E COM. LTDA.
Rua Itajubá, 581 - Cidade Satélite de Cumbica
Guarulhos - SP.
CGC - 48.909.675/0001-84

CESSIONÁRIO - MARCOS VIANA RIBEIRO
Rua Aperibe, 231 - Taquara
Id. 04641929-7
CPF. 528.0034.657/87

OBJETO DA CESSÃO - O objeto da presente cessão de crédito é a importância de CR$ 2.841.000,00 (Dois Milhões. Oitocentos e Quarenta e Um Mil Cruzeiros Reais) correspondente a duplicata nº 24320 com vencimento em: 07/04/94 de responsabilidade da Firma PLASBAG-MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em concordata preventiva, perante o MM. Juízo de Direito da 5ª Vara De Falência e Concordata, sendo que o valor de crédito cedido está devidamente relacionado na lista de credores da Firma concordatária.

Nestas condições, pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, o cedente cede e transfere ao cessionário o crédito que detém nos autos do processo de concordata preventiva da empresa denominada PLASBAG-MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., cuja concordata preventiva tramita perante o juízo da 5ª Vara de Falência e Concordata, ficando o cessionário responsável pela boa ou má liquidação do crédito, nada mais podendo reclamar ou pleitear do cedente, no presente ou no futuro, seja a que título for.

Por estarem justos e contratados, firma o presente instrumento em 3 (três) vias de igual valor, teor e forma, para que produza os devidos fins de direito.

Rio de Janeiro, 24 de Junho de 1996.

CEDENTE : _____

CESSIONÁRIO: _____

TESTEMUNHA: _____

TESTEMUNHA: _____

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇAO CONTRATUAL DE:

"MULTIPACK PRODUTOS QUIMICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA"

Pelo instrumento particular de alteração de contrato social, JURANDYR PUSCHNICK, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade R.G.n. 1.600.740/SP e C.P.F. numero 019.381.268-15, ROSEMIA MUSARRA PUSCHNICK, brasileira, casada, industrial, portadora da cédula de identidade R.G.n. 4.105.559/SP e C.P.F.n. 021.560.238-24, residentes e domiciliados em São Paulo, Capital, à Rua José Logulo, n.162, VALERIA PUSCHNICK, brasileira, solteira, maior, industrial, portadora da cédula de identidade R.G.n. 9.474.361/SP e C.P.F.n. 049.113.598-03, residente à Rua José Logulo, n.162-Mooca-São Paulo, Capital, SANDRA PUSCHNICK LOURENÇO, brasileira, casada, industrial, portadora da cédula de identidade R.G.n. 9.474.460/SP e C.P.F.n. 049.113.618-83, residente à Rua Embuaçava, n.465-Mooca-São Paulo, Capital, únicos sócios componentes da sociedade industrial por quotas de responsabilidade limitada denominada "MULTIPACK PRODUTOS QUIMICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA" com sede à Rua Itaiubá, n.581-Cidade Industrial Satélite de Cumbica, Municipio de Guarulhos, neste Estado de São Paulo, inscrita no C.G.C. sob n. 48.909.675/0001-84, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n. 927.315, em sessão de 24 de Junho de 1977 e número de inscrição no Registro do Comércio (NIRC) 35.201.053.526, de 04 de Junho de 1982 e posteriores alterações, a última arquivada sob n. 198.322-91/4 de 1991, tem justo e avançado o que dispõe as cláusulas a seguir:

1º- O Capital social, de Cr$ 7.000.000,00 (Sete milhões de cruzeiros reais), atualmente convertido em R$ 2.545,45 (Dois mil quinhentos e quarenta e cinco Reais e quarenta e cinco centavos), consoante determinação da Medida Provisória nº 542, de 30/06/94, Artº 1º para R$ 90.000,00 (Noventa mil Reais), referido no montante de R$ 87.454,55 (Oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais, e cinquenta e cinco centavos), é integralizado mediante a capitalização de R$ 161.652,71 (Sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos), correspondendo a Cr$ 169.544.958,36 (Cento e sessenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e oito cruzeiros reais e trinta e seis centavos), da Conta "Correção Monetária do Capital" e

(segue)

R$ 25.801,84 (Vinte e cinco mil, oitocentos e um reais, e oitenta e quatro centavos), correspondendo a Cr$ 70.955.060,00 (Setenta milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, e sessenta cruzeiros reais), da Conta "Lucros Acumulados" conforme Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 1.993, permanecendo o saldo desta conta à disposição dos sócios quotistas para posterior deliberação. As quotas resultantes do presente aumento de capital serão distribuídas aos quotistas, sem ônus, na mesma proporção das quotas atualmente por eles possidas.

2º- Em razão da alteração acima, o capital social ... social de R$ 90.000,00 (Noventa mil reais), dividido em 90.000.. (Noventa mil), quotas no valor nominal de R$ 1,00 (Um real), cada uma, passa a ser assim distribuídas entre os sócios:

- JURANDYR PUSCHNICK	- 45.000	- quotas -	R$	45.000,00
- ROSEMIA MUSARRA PUSCHNICK	- 27.000	- quotas -	R$	27.000,00
- VALÉRIA PUSCHNICK	- 9.000	- quotas -	R$	9.000,00
- SANDRA PUSCHNICK	- 9.000	- quotas -	R$	9.000,00
Total	90.000	- quotas -	R$	90.000,00

3.- A responsabilidade dos sócios será em qualquer tempo e .. eventualidade limitada à totalidade do Capital social nos termos.. do artigo 2. "in fine", do Decreto n. 3.708.

4.- As demais cláusulas do contrato social não alteradas por este instrumento ou por anteriores, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem assim justos e avençados, lavraram o presente instrumento em três vias de igual forma e teor, assinadas pelas.. partes juntamente com duas testemunhas a tudo presente.

GUARULHOS, 16 de Outubro de 1.994

JURANDYR PUSCHNICK

ROSEMIA MUSARRA PUSCHNICK

VALÉRIA PUSCHNICK

SANDRA PUSCHNICK LOURENÇO

Testemunhas

GENIAL FRANCISCO

MARIA ANTONIETA ROMANO

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA
DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO
170.625/94-1

JOSÉ EDGARD L. GOMES
SECRETÁRIO GERAL

CONTRATO N.º 286/96

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITO

CEDENTE : DU PONT DO BRASIL S/A
Alameda Itapicuru, 506 - Alphaville
Barueri / São Paulo
C.G.C. 61.064.929/0001-79

CESSIONÁRIO : MARCOS VIANA RIBEIRO
Rua Aperibe, 231 - Taquara
ID. 04641929-7
CPF. 528.034.657/87

OBJETO DA CESSÃO : Os objetos da presente cessão de crédito são: a importância de CR$1.649.414,62 (Hum milhão, seiscentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e catorze cruzeiros reais e sessenta e dois centavos) correspondente a duplicata nº 18144994-1, com vencimento em 11 Abril 94 e a importância de CR$ 1.452.444,89 (Hum milhão, quatrocentos e cinqüenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros reais e oitenta e nove centavos) correspondente a duplicata nº 18146128-1, com vencimento em 26 Abril 94. Ambas de responsabilidade da firma PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA, em concordata preventiva, perante o MM. Juízo de Direito da 5 ª Vara de Falência e Concordata, sendo que o valor de crédito cedido está devidamente relacionado na lista de credores da firma concordatária.

Nestas condições, pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, o cedente cede e transfere ao cessionário o crédito que detém nos autos do processo de concordata preventiva da empresa denominada PLASBAG-MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., cuja concordata preventiva tramita perante o juízo da 5ª Vara de Falências e Concordata, ficando o cessionário responsável pela boa ou má liquidação do crédito, nada mais podendo reclamar ou pleitar do cedente, no presente ou no futuro, seja a que título for.

Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual valor, teor e forma, para que produza os devidos fins de direito.

Barueri, 04 de Junho de 1996 .

CEDENTE : _____

CESSIONÁRIO : _____

TESTEMUNHA : _____

TESTEMUNHA : _____

13º CIRCUNSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL
SAINT'CLAIR DA SILVA PAIXÃO
Reconheço a firma por semelhança Marco
Vieira Ribeiro Pinto e
Joaquim Ribeiro Alberto
Rio - RJ. 15 de 07 de 1996
Em testemunho da verdade
SAINT'CLAIR DA SILVA PAIXÃO
Oficial e Tabelião
Selo: 01/4194
JUSTAS - TAB. VIII

1º Tabelionato de Notas

Bel. Geraldo Lupo
Oficial

Bel. Geraldo L. Júnior
Substituto Designado

Bel. Wanderval Borges Jacinto
ESCREVENTE

Comarca de Barueri
Estado de São Paulo
Brasil

RUA CRISTAL, 44 - JARDIM DOS CAMARGOS

Lº 63 - FLS. 019/021.-

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: DU PONT DO BRASIL S/A

1264

S A I B A M quantos este público instrumento de Procuração bastante virem que, aos vinte e sete (27) dias do mês de Fevereiro (02), do ano de mil novecentos e noventa e seis (1996), nesta cidade e Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, em Cartório, perante mim Escrevente e do Tabelião que esta subscreve, compareceu como **OUTORGANTE**, **DU PONT DO BRASIL S/A.**, com séde à Alameda Itapicuru, nº 506, Alphaville, nesta cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CGC/MF. sob nº 61.064.929/0001-79, com seus documentos de Constituição arquivados na JUCESP. sob nº 11.822, em sessão de 10-08-1937, o qual fica arquivado nestas notas, sob nº 15, na pasta própria nº 01/91, neste ato representada, conforme o disposto em seus Estatutos Sociais, por seu Diretor Vice-Presidente, Sr. **RUBENS APPROBATO MACHADO JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG. nº 4.594.595-SSP/SP. e CPF/MF. nº 178.299.938-64, domiciliado profissionalmente no endereço da outorgante, reconhecido e identificado como o próprio de que trato, através dos documentos apresentados, do que dou fé.- Em seguida, por ela Outorgante, na forma representada me foi dito que, por este público Instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitue seus bastantes PROCURADORES, **CHARLES GERRAL BROWNE**, norte-americano, casado, engenheiro, RNE nº 0006692-3 e CPF/MF. nº 147.476.438-74; **HENRIQUE HERBERT UBRIG**, brasileiro, casado, administrador, RG. nº 4.421.988 e CPF/MF. nº 113.068.408-30; **GILBERTO PEREZ**, brasileiro, casado, engenheiro quimico, RG. nº 3.118.379-7 e CPF/MF. nº 331.094.008-04; **EDUARDO WANDERLEY WANICK DE SOUZA**, brasileiro, casado, administrador, RG. nº 3.118.069-IFP-RJ. e CPF/MF. nº 030.076.988-12; **NILSON SARAMELLA BOETA**, brasileiro, casado, administrador, RG. nº 6.956.767 e CPF/MF. nº 147.738.588-69; **PAUL RUSSELL**, norte-americano, casado, químico, RNE nº V-139.812-D e CPF/MF. nº 200.945.538-07; **INGRID WAHLE**, brasileira, solteira, publicitária, RG. nº 4.712.663 e CPF/MF. nº 021.736.608-29; **ACHILLES ANTONIO CLEMENT**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, RG. nº 2.932.703 e CPF/MF. nº 150.270.908-20; **RONILDO DA SILVA MACHADO**, brasileiro, casado, engenheiro de minas, CREA-RJ. nº 16.945-D e CPF/MF. nº 075.318.186-04; **BARTOLOME MUNUERA REYES**, espanhol, casado, engenheiro, RNE nº W-57877-E e CPF/MF. nº 618.686.638-68; **RICARDO DE ARNALDO SILVA VELLUTINI**, brasileiro, casado, engenheiro químico, RG. nº 5.505.088 e CPF/MF. nº 147.738.548-71; **OSNI DE LIMA**, brasileiro, casado, RG. nº 04.387.089 e CPF/MF. nº 055.378.008-53 e **PEDRO FRANCISCO SARTORATO**, brasileiro, casado, administrador, RG. nº 7.996.945 e CPF/MF. nº 755.545.778-48, todos com domicilio profissional no endereço da outorgante, à quem confere os mais amplos e ilimitados poderes para, **quaisquer dois dos outorgados, agindo sempre em conjunto, ou qualquer um deles separadamente em conjunto com um Diretor Estatutário, ou em conjunto com outro procurador legalmente constituido e autorizado**, observando sempre as disposições dos Estatutos Sociais da Sociedade e da Lei, representá-la perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, entidades autárquicas, paraestatais e de

economia mista, sociedades civis, comerciais ou industriais, cartórios em geral e perante terceiros em geral, podendo, para tanto, praticar os seguintes atos: prestar e requerer informações, fazer provas e declarações, juntar e desentranhar papéis e documentos; nomear prepostos, pagar impostos, taxas, multas e emolumentos, recorrer dos indevidos ou pagos a maior, recebê-los e dar quitação; receber notificações, correspondências, registradas ou não, com ou sem valor, vales postais, reembolsos e collis posteaux; transmitir e receber posse, domínio, direito e ação; assinar instrumentos públicos ou particulares de compra e venda de bens imóveis, bem como as respectivas escrituras públicas e todo e qualquer documento necessário à lavratura de escritura de imóveis; requerer registros, averbações, cadastros, cancelamentos, inscrições, desistências e recadastramentos; assinar promissórias; endossar cheques, exclusivamente para depositá-los em conta-corrente da Outorgante; autorizar débito em conta-corrente da Outorgante, exclusivamente para quitação de dívidas e obrigações contraidas pela Outorgante; emitir cheques contra as contas-correntes da Outorgante em bancos, casas bancárias ou estabelecimentos congêneres, exclusivamente para quitação de débitos e obrigações da Outorgante; receber pagamento de quaisquer quantias devidas à Outorgante, desde que os pagamentos sejam efetuados, exclusivamente, através de cheques nominativos à Outorgante, ou por meio de depósitos efetuados pelos respectivos devedores em conta-corrente da Outorgante; dar quitação dos débitos efetivamente pagos, de acordo com o Artigo 940, do Código Civil; receber em hipoteca imóveis de propriedade de devedores da Outorgante, podendo assinar instrumentos públicos e todos os demais documentos necessários, requerer registros, inscrições, averbações, cancelamentos e desistências; receber como dação em pagamento bens imóveis e móveis de propriedade de terceiros devedores da Outorgante, podendo assinar todo e qualquer instrumento público e particular necessário, inclusive escrituras e contratos de compra e venda, requerer registros, inscrições e averbações; assinar contratos de novação de dívida, de limite de crédito rotativo e de cessão de crédito; assinar contratos de empréstimos ou de financiamentos celebrados com qualquer estabelecimento bancário, instituição financeira ou estabelecimento congênere ou suas coligadas, podendo ajustar montantes, prazos e condições, bem como constituir garantias a esses contratos, podendo inclusive emitir notas promissórias ou letras de câmbio, representativas ou para garantia dos débitos contraídos; efetuar aplicações no mercado financeiro em títulos nominativos, podendo assinar contratos e demais documentos necessários; firmar instrumentos públicos e particulares de confissão e novação de dívida com qualquer devedor da Outorgante, podendo fixar preços, modos e condições de pagamento, taxas de juros, multas, sinal, foro, concordar com cláusulas contratuais que eles acreditem convenientes, receber preços, sinal, em pagamento e juros, dando quitação; firmar instrumentos públicos ou particulares de cessão de crédito; receber, em nome da Outorgante, bens imóveis e semoventes e, garantia de pagamento de dívida, podendo assinar documentos públicos e particulares, confessar, novar dívidas; firmar instrumentos particulares de contratos de qualquer natureza, de

pedidos de compra, contanto que o objeto de referidos instrumentos se destinem à consecução dos objetivos da Outorgante, e tudo o mais praticar para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, ficando estabelecido que os poderes conferidos ficarão automaticamente revogados quando ocorrer rescisão do contrato de trabalho firmado entre a Outorgante e qualquer dos outorgados; assinar, em nome da Outorgante, planilha de cálculo e/ou título de crédito para formalização de fechamento de operações de financiamentos a clientes da Outorgante, integrante de contratos de abertura de linha de crédito e promessa de financiamento ("Vendor") celebrados entre a Outorgante, cliente e banco, ficando estabelecido que a referida planilha e/ou título de crédito deverá estar em estrita conformidade com os termos do contrato acima mencionado; a Outorgante substabelece, por este instrumento, os poderes que lhe são conferidos por seus clientes nos respectivos contratos de abertura de linha de crédito e promessa de financiamento ("Vendor"), celebrados entre a Outorgante, cliente e banco, ficando os Outorgados autorizados a assinar planilha de cálculo e/ou título de crédito, por conta e em nome dos respectivos clientes, integrante do referido contrato, ficando estabelecido que a referida planilha e/ou título de crédito deverá estar em estrita conformidade com os termos do contrato acima mencionado; conceder fiança constituindo garantia a contratos de empréstimos ou de financiamentos celebrador por clientes da Outorgante destinados a operações de crédito rural e captação de capital de giro, desde que referidas operações se destinem, exclusivamente, à aquisição de produtos da Outorgante, ficando estabelecido que a fiança limitar-se-á ao montante total dos produtos adquiridos; solicitar e autorizar a abertura de cartas de crédito destinadas, exclusivamente, a operações de câmbio, estabelecendo-se sempre o valor máximo da quantia autorizada.- A presente procuração entrará em vigor no dia 28 de fevereiro de 1996 e será válida até 28 de fevereiro de 1997, ficando vedado o seu substabelecimento total ou parcial.- Assim o disse e dou fé.- A pedido da outorgante, lavrei este instrumento, o qual depois de feito e lhe sendo lido, achou-o em tudo conforme, outorga, aceita e assina, sem as testemunhas instrumentárias, dispensada pela parte, nos termos do item 24, Seção II, Cap. XIV, das NSCGJ-SP.- Dou fé.- Eu, (a.) Wanderval Borges Jacinto, Escrevente, a escrevi.- Eu, (a.) Geraldo Lupo, Tabelião, a subscrevi.- (a.) RUBENS APPROBATO MACHADO JUNIOR ///
(Devidamente selada) NADA MAIS.- Trasladada em seguida.- Dou fé.- Eu, Geraldo Lupo (GERALDO LUPO), Tabelião, subscrevo e assino em público e raso.-

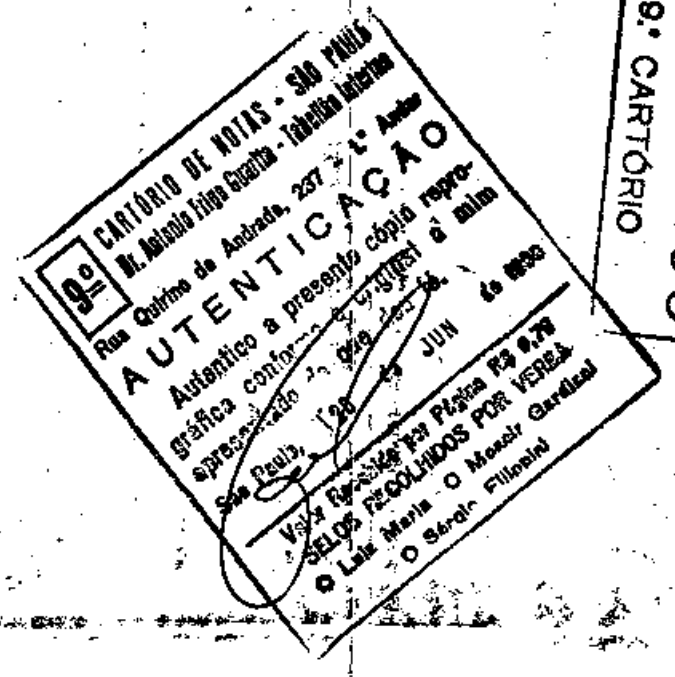
EM TESTº DA VERDADE

Geraldo Lupo

GERALDO LUPO
TABELIÃO

EM BRANCO

9.º CARTÓRIO



DU PONT DO BRASIL S/A.

C.G.C.M.F. nº 61.064.929/0001-79

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1990 (LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO)

DATA, HORÁRIO E LOCAL: dia 30 de agosto de 1990, às 10:00 horas, na sede social da empresa, na Alameda Itapicuru, 506, Alphaville, Barueri, Estado de São Paulo. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: convocação dispensada, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei 6.404/76, em virtude de presença da totalidade dos acionistas, de acordo com o Livro de Presença de Acionista. MESA: Presidente, Jorge Nelson Rosas; Secretária Cristina Rezende da Silva. ORDEM DO DIA: (a) discutir e votar proposta da Diretoria da Sociedade de aumento do capital social, mediante capitalização de investimento de capital, proveniente de operação de conversão de dívida; (b) deliberar sobre a eleição de Diretor Vice-Presidente, sem designação específica, para ocupar o cargo atualmente vago na Diretoria da Sociedade; (c) consolidar os Estatutos Sociais da Companhia. DELIBRAÇÕES: (a) foi aprovada, por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, a Proposta da Diretoria para aumento do capital social, mediante capitalização de investimento de capital, proveniente de operação de conversão de dívida externa brasileira, em conformidade com o disposto no Regulamento aprovado pela Resolução nº 1.460, de 1º de fevereiro de 1988, do Banco Central do Brasil, no valor correspondente a 51% (cinquenta e um por cento) do valor da operação efetuada no montante de US$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil dólares norte-americanos), que convertidos em cruzeiros à taxa de câmbio de moeda de venda para importação e exportação, no valor equivalente a Cr$ 72,095, no dia 23 de agosto de 1990, monta em Cr$ 55.152.675,00 (cinquenta e cinco milhões, cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e cinco cruzeiros). Em vista da deliberação acima, foi aprovado, por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, aumento do capital social da sociedade de Cr$ 459.317.351,33 (quatrocentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e dezessete mil, trezentos e cinquenta e um cruzeiros e trinta e três centavos) para Cr$ 514.470.026,33 (quinhentos e catorze milhões, quatrocentos e setenta mil, vinte e seis cruzeiros e trinta e três centavos), mediante a emissão de 155.429.929 (cento e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, novecentas e vinte e nove) ações ordinárias de uma só classe, sem valor nominal. O Sr. Presidente convidou os Senhores Acionistas presentes a se manifestarem sobre o exercício da preferência na subscrição do aumento aprovado, sendo que o representante legal da acionista Du Pont Farmacêutica Ltda., renunciou expressamente ao direito de preferência de subscrição. A Srta. Cristina Rezende da Silva pediu a palavra para declarar que lhe fora outorgada uma procuração pela acionista E.I. du Pont de Nemours and Company, entregue à Mesa no início dos trabalhos, na qual a referida acionista lhe confere poderes para subscrever, em seu nome, a totalidade do aumento do capital. Aprovadas, por unanimidade, a subscrição e a forma de integralização, o Sr. Presidente solicitou o preenchimento e assinatura do boletim de subscrição, que segue anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante. Ficou aprovada, igualmente por unanimidade, a nova redação do Artigo 5º dos Estatutos Sociais, como segue: "ARTIGO 5º — O capital social é de Cr$ 514.470.026,33 (quinhentos e catorze milhões, quatrocentos e setenta mil, vinte e seis cruzeiros e trinta e três centavos), dividido em 1.449.866.938 (hum bilhão, quatrocentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, novecentas e trinta e oito) ações ordinárias de uma só classe, sem valor nominal."; (b) foi eleito, por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, para ocupar o cargo atualmente vago de Diretor-Vice Presidente, sem designação específica, o Sr. STEPHEN MOSS GRIMBLE, norte-americano, casado, economista, residente e domiciliado na Rua Jericó, 39, apto. 61, São Paulo, Capital, portador da cédula de identidade RNE nº W688108-1 e inscrito no CPF/MF sob o nº 068.632.538-32, cujo mandato encerrar-se-á em 31.05.1991, juntamente com os dos demais Diretores eleitos na Assembléia Geral Extraordinária de 11.05.1990, arquivada na JUCESP sob o nº 939.394, em sessão de 23.05.1990. O Diretor ora eleito será investido em seu cargo, mediante assinatura do Termo de Posse no Livro de Registro de Atas de Reunião de Diretoria. Fica, ainda, registrado em ata a declaração do Diretor de não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que o impeça de exercer a atividade mercantil; (c) os acionistas resolveram, unanimamente, consolidar os Estatutos Sociais da Companhia, a fim de refletir as últimas alterações ocorridas em seu texto, passando o mesmo a ter a seguinte redação: "ESTATUTOS SOCIAIS DA DU PONT DO BRASIL S.A. — CAPÍTULO I — DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO — ARTIGO 1º — Sob a denominação de DU PONT DO BRASIL S.A., opera a sociedade anônima que se rege pelos presentes Estatutos Sociais e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. ARTIGO 2º — A sociedade tem sede e foro no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Itapicuru, 506, Alphaville, CEP 06400, podendo ser criadas e encerradas filiais, escritórios, depósitos ou representações em qualquer localidade do Território Nacional, quando as conveniências sociais o indicarem, a juízo e por deliberação da Diretoria, observadas as exigências legais. ARTIGO 3º — A Sociedade tem por objeto: (a) a indústria e o comércio de produtos químicos em geral e artigos correlatos; de tintas e vernizes; de aparelhos, filmes, equipamentos e acessórios de radiologia e fotografia; de instrumentos científicos e acessórios para detonação; de produtos eletrônicos; de fibras têxteis e de defensivos agrícolas; (b) a indústria e o comércio, por conta própria ou de terceiros, de tecidos e peças do vestuário em geral, bem como de utensílios domésticos; (c) importar e exportar as mercadorias acima referidas, bem como outras [illegible] manufaturados, agrícolas ou matérias-primas minerais ou não, quer sejam mercadorias, cuja conveniência as condições do mercado indicarem, eventualmente processando-as ou embalando-as, assim como importar e exportar serviços; (d) representar firmas nacionais e estrangeiras; (e) participar de outras empresas como sócia quotista ou acionista; (f) prestar serviços técnicos e/ou administrativos relacionados com os objetivos referidos nos itens anteriores. ARTIGO 4º — O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. CAPÍTULO II — DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES — ARTIGO 5º — O capital social é de Cr$ 514.470.026,33 (quinhentos e catorze milhões, quatrocentos e setenta mil, vinte e seis cruzeiros e trinta e três centavos), dividido em 1.294.437.009 (hum bilhão, duzentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e sete mil e nove) ações ordinárias de uma só classe, sem valor nominal. ARTIGO 6º — As ações terão a forma nominativa ou ao portador, à vontade do acionista, que poderá, a qualquer tempo, solicitar sua conversão de uma forma para outra. ARTIGO 7º — Cada ação dá direito a um voto nas resoluções da Assembléia Geral, respeitadas as disposições legais. ARTIGO 8º — A Sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representam. ARTIGO 9º — Os certificados ou títulos das ações serão assinados por dois diretores, sendo um deles o Presidente ou quem legalmente o estiver substituindo. ARTIGO 10 — O aumento ou redução do capital social, bem como a emissão de outras categorias de ações e de obrigações compete à Assembléia Geral, nos termos da legislação aplicável. Os acionistas pré-existentes terão assegurado o seu direito de preferência, na forma da lei. CAPÍTULO III — DA ADMINISTRAÇÃO — ARTIGO 11 — A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de um máximo de 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembléia Geral, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 4 (quatro) Diretores Vice-Presidentes, sem designação específica. ARTIGO 12 — O mandato dos Diretores será de 1 (hum) ano, sendo permitida a reeleição. PARÁGRAFO ÚNICO — Os Diretores cujo mandato tenha terminado, permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores. ARTIGO 13 — Compete ao Diretor Presidente: (a) representar a Sociedade ativa ou passivamente em suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, observado o disposto no Artigo 19 dos presentes Estatutos; (b) convocar e presidir as Assembléias Gerais; (c) coordenar o exercício das atividades da Diretoria; (d) supervisionar os negócios sociais, tomando as deliberações que se fizerem necessárias, observado o Artigo 19 dos presentes Estatutos. ARTIGO 14 — Compete aos Diretores Vice-Presidentes, sem designação específica exercer as funções que lhes sejam atribuídas pela Diretoria. ARTIGO 15 — Na ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, competirá à Diretoria indicar, dentre seus membros, o substituto pelo tempo de ausência ou impedimento. No caso de vaga de algum cargo, a Diretoria designará, dentre seus membros, o substituto que preencherá o referido cargo até a primeira Assembléia Geral que vier a realizar. ARTIGO 16 — A Diretoria terá os poderes e atribuições que a lei e estes Estatutos lhe conferem para assegurar o funcionamento regular da Sociedade, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e realizações de todas as operações que se relacionarem com o objeto da sociedade e que não forem de competência privativa da Assembléia Geral. A Diretoria fixará a orientação geral dos negócios da Sociedade e zelará pela observância da lei destes Estatutos e das deliberações tomadas nas Assembléias dos Acionistas e em suas próprias reuniões. ARTIGO 17 — A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer Diretor, instalando-se a reunião com a presença de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo as deliberações tomadas pelo voto da maioria. Em caso de empate, prevalecerá o voto do Diretor Presidente. PARÁGRAFO ÚNICO — O Diretor indicado nos termos do Artigo 15, para substituir o Diretor Presidente, terá o voto de desempate nas reuniões em que o Diretor Presidente estiver ausente. ARTIGO 18 — A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, obedecidas as disposições legais. ARTIGO 19 — Observado o disposto nestes Estatutos, a Sociedade obrigar-se-á validamente pela assinatura de (a) quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto; (b) um Diretor conjuntamente com um procurador, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; (c) dois procuradores, em conjunto, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; (d) por um Diretor ou um procurador, individualmente, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem, ficando estabelecido, todavia, que a representação da Sociedade nessas condições será limitada aos atos de representação da Sociedade em juízo, inclusive perante a Justiça do Trabalho, Previdência Social e Sindicatos, órgãos da Secretaria da Receita Federal, repartições públicas, autarquias federais, estaduais e municipais, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Banco Central do Brasil, bem como à assinatura da correspondência, inclusive a dirigida aos bancos, e o endosso em cheques para depósito bancário das respectivas importâncias em nome da Sociedade, emissão ou endosso de duplicatas para desconto, caução ou cobrança, protesto de títulos e duplicatas, receber e dar quitação de créditos da Sociedade. PARÁGRAFO 1º — [illegible] de bens imóveis de qualquer valor [illegible] aprovação prévia da Assembléia Geral. PARÁGRAFO 2º — As procurações em nome da Sociedade poderão ser assinadas isoladamente por um Diretor. As procurações "ad negotia" vedarão o substabelecimento e terão prazo de validade de 1 (hum) ano e, se porventura omissas quanto ao prazo de validade serão consideradas automaticamente expiradas ao final do exercício em que forem outorgadas. CAPÍTULO IV — ASSEMBLÉIA GERAL — ARTIGO 20 — As Assembléias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias serão convocadas, instaladas e realizadas para os fins e na forma prevista na lei, tomando-se as deliberações com os quoruns igualmente previstos na lei. PARÁGRAFO ÚNICO — A Assembléia Geral será presidida pelo Diretor Presidente e, em sua ausência, por um dos Diretores, que convidará, entre os presentes, o Secretário. CAPÍTULO V — CONSELHO FISCAL — ARTIGO 21 — A Sociedade terá um Conselho Fiscal de 3 (três) membros efetivos e suplentes de igual número, que, entretanto, não funcionará em caráter permanente, instalando-se apenas nos exercícios sociais em que seu funcionamento for pedido por acionistas na forma e condições previstas em lei, quando então serão eleitos os seus membros. CAPÍTULO VI — EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO — ARTIGO 22 — O exercício social terá início em 01 de janeiro de cada ano e encerrar-se-á em 31 de dezembro do mesmo ano, quando a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei. ARTIGO 23 — Do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, serão destinados, antes de qualquer outra dedução, 5% (cinco por cento) para a reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. ARTIGO 24 — A Assembléia Geral deliberará a respeito da formação das reservas previstas em lei. ARTIGO 25 — Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será destinado, "ad referendum" da Assembléia Geral o percentual de 5% (cinco por cento) para ser distribuído aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório. PARÁGRAFO ÚNICO — Os dividendos atribuídos não vencerão juros e, uma vez não reclamados após 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, reverterão em benefício da Sociedade. ARTIGO 26 — A Sociedade levantará, obrigatoriamente, balanços semestrais, e poderá, a critério da Assembléia Geral, levantar balanços de períodos menores, podendo declarar, por deliberação da Diretoria, "ad referendum" da Assembléia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nestes balanços. CAPÍTULO VII — TRANSFORMAÇÃO — ARTIGO 27 — Por deliberação de acionistas representando dois terços do capital social com direito a voto, a Sociedade poderá alterar a sua forma societária para qualquer outra, observadas as disposições legais. CAPÍTULO VIII — DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO — ARTIGO 28 — A Sociedade dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos e na forma previstos em lei."; ENCERRAMENTO: o Sr. Presidente colocou a palavra à disposição para quem dela quisesse fazer uso, não havendo, contudo, qualquer manifestação. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Barueri, 30 agosto de 1990. (aa) Jorge Nelson Rosas, Presidente; Cristina Rezende da Silva, Secretária da Mesa; P.p. E.I. du Pont de Nemours and Company, Cristina Rezende da Silva; p. Du Pont Farmacêutica Ltda., Mario de Salles Oliveira Malta Júnior. BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO: de 155.429.929 (cento e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, novecentas e vinte e nove) ações ordinárias de uma só classe, sem valor nominal, da Du Pont do Brasil S.A. [illegible] aumento de capital de Cr$ 55.152.675,00 (cinquenta e cinco milhões, cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e cinco cruzeiros), conforme deliberação da Assembléia instalada em 30 de agosto de 1990, mediante capitalização de investimento de capital, proveniente de operação de conversão da dívida externa brasileira, ações essas subscritas e integralizadas pela Acionista E.I. du Pont de Nemours and Company. (as) Jorge Nelson Rosas, Presidente; P.p. E.I. du Pont de Nemours and Company, Cristina Rezende da Silva. É cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. a) CRISTINA REZENDE DA SILVA — Secretária da Mesa. SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA JUSTIÇA — JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 1.015.512, SESSÃO DE 14.09.90. a) LUIZ DE ALMEIDA MORAES — SECRETÁRIO GERAL.

PARÁBOLA PASTORIL S.A. - C.G.C. nº 59.791.699/0001-06

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às diposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1989. A Diretoria permanece à disposição dos acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais.

São Paulo, Agosto de 1990 — A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1989

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante		Patrimônio Líquido	
Disponível		Patrimônio	
Bancos Conta Movimento		Capital Social	
Banco Bradesco S.A.	68,81	Capital Subscrito	2.000,00
Total Bancos Conta Movimento	68,81	Capital a Integralizar	(1.800,00)
Total Disponível	68,81	Total Capital Social	200,00
Total Ativo Circulante	68,81	Reservas de Capital	
		Correção Monetária do Capital	6.138,00
		Total Reservas de Capital	6.138,00
		Lucros ou Prejuízos Acumulados	
		Lucros ou Prejuízos Acumulados	(3.174,00)
		Lucros ou Prejuízos do Exerc.	(3.095,19)
		Total Lucros ou Prejuízos Acumulados	(6.269,19)
		Total Patrimônio	68,81
		Total Patrimônio Líquido	68,81
Total Ativo	68,81	Total Passivo	68,81

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ANALÍTICO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1989

Despesas Administrativas	
Despesas de Expediente	(13,79)
Impres. e Matl. de Escritório	(117,40)
Total Despesas Administrativas	(131,19)
Correção Monetária	
Correção Monetária Ativa	2.973,44
Correção Monetária Passiva	(5.937,44)
Total Correção Monetária	(2.964,00)
Resultado Líquido antes do I.R.	(3.095,19)
Provisão para o I.R. [illegible]	0,00
Resultado Líquido do Exercício	(3.095,19)

Reconhecemos e aprovamos a exatidão do presente Balanço Patrimonial realizado e encerrado nesta data.

São Paulo, 31 de dezembro de 1989

J.M.M. do Amaral Gurgel - Diretor; Antonio Marcolino Sobrinho - Diretor; Antônio Carlos do Amaral Gurgel - Diretor; Ricardo Bernardes Ferreira Junior - Téc. Cont. CRC SP 143.320; Parábola Pastoril S.A.

SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - C.D.H.U.

AVISO DE LICITAÇÕES

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - C.D.H.U., comunica às empresas regularmente cadastradas em orgãos do Governo do Estado de São Paulo, que fará realizar a seguinte Tomada de Preços:

TOMADA DE PREÇOS Nº	MUNICÍPIO	OBJETO		ABERTURA DATA	HORA
[illegible]/90	Bastos	Terraplenagem e Habitação	91 casas	09/10/90	09:00
[illegible]	Jaguariúna	Terraplenagem e Habitação	70 casas	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Populina	Terraplenagem e Habitação	70 casas	[illegible]	[illegible]
[illegible]	São José da Bela Vista	Terraplenagem e Habitação	80 casas	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Teodoro Sampaio	Terraplenagem e Habitação	89 casas	[illegible]	[illegible]
		TOTAL	400 casas		

Fornecimento de Editais a partir de 24/09/90 até 02/10/90, no horário das 10:00 às 12:30 e das 14:00 às 16:00 horas, na Av. Paulista, 2240 - 14º andar. Valor da Pasta Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros). A Documentação e as Propostas deverão ser entregues no endereço e na data acima.

São Paulo, 17 de setembro de 1990

MARCO ANTONIO BIASI
Diretor Presidente

(18-19-20)

AUTENTICAÇÃO — 8º Tabelião — Rua Conselheiro de Andrade, 237 - 1º Andar — Emília Irton Gazal, Tabeliã — São Paulo — Autentico a presente cópia reprográfica, conforme o original, que dou fé. São Paulo, 16 de JUL. — SELOS RECOLHIDOS POR VERBA — O Escrevente

EM BRANCO
9.º CARTÓRIO

QUALITRON TECNOLOGIA S.A.
C.G.C./MF Nº 55.142.814/0001-52 – NIRC Nº 35300109317
SUMÁRIO DA ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CUMULATIVAMENTE REALIZADAS EM 24 DE ABRIL DE 1995

Data, Hora e Local: 24 de abril de 1995; 11:00 horas; na sede social, à Rua Anhembi, 226, na cidade de São Paulo - Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no "Livro de Presença de Acionistas", bem como os administradores da Sociedade. **Mesa Diretora:** Presidente: Sr. Nemer Iskandar Saliba. Secretário: Sr. Nestor de Mattos Cunha Junior, representante da acionista Sid Informática S.A. **Ordem do Dia:** I. Exame e discussão do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.94; II. Aprovação da correção da expressão monetária do capital realizado; III. Eleição dos membros da Diretoria; IV. Proposta da Diretoria para: 1. Adaptar o capital social à moeda corrente; e, 2. Aumentar o capital social, sem emissão de ações, mediante o aproveitamento de parte da referida correção, com a consequente alteração do "caput" do artigo 5º do Estatuto Social; e, V. Outros assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberações:** Por unanimidade, com as abstenções legais, foi decidido: I. Aprovar o Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1.994, publicados no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", e no Jornal "O Estado de São Paulo", no dia 11 de abril do corrente ano, considerando sanada a falta de publicação dos anúncios, bem como a inobservância dos prazos de que trata o artigo 133 § 3º da Lei nº 6404/76, conforme faculta o § 4º do citado dispositivo legal; II. Aprovar a correção monetária do capital realizado, cujo resultado atingiu o valor de R$ 3.048.234,90 (três milhões, quarenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa centavos) que adicionado ao saldo anterior não capitalizado de R$ 2,32 (dois reais e trinta e dois centavos), alcançou o montante de R$ 3.048.237,22 (três milhões, quarenta e oito mil, duzentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos) e foi incluído no Balanço Patrimonial sob a rubrica "Reserva de Capital"; III. a. Reeleger, com mandato de um ano, para Diretor-Presidente o Sr. Nemer Iskandar Saliba, brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado em São Paulo - Estado de São Paulo, à Av. das Corujas, 481, RG nº 3.337.399 e CPF nº 620.142.348-68; e, para Diretor sem designação especial o Sr. Nestor de Mattos Cunha Junior, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em São Paulo - Estado de São Paulo, à Rua Virgilio de Carvalho Pinto, 306 - apto 163, RG nº 4.461.714 e CPF nº 527.579.278-68; e, b. Deixar de instalar o Conselho Fiscal no presente exercício; e, VI. Aprovar proposta da Diretoria, cujo teor é o seguinte: "Proposta da Diretoria. Senhores Acionistas. Esta Diretoria propõe: 1. A adaptação do capital social à nova moeda corrente; e, 2. O aumento do capital social de R$ 336.727,27 para R$ 3.384.000,00 (três milhões, trezentos e oitenta e quatro mil reais), mediante a incorporação de parte da referida Reserva de Capital, no valor de R$ 3.047.272,73 (três milhões, quarenta e sete mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e três centavos), sem modificação do número de ações emitidas, ficando o saldo de R$ 964,49 (novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), para oportuna capitalização, conforme faculta o § 2º do artigo 167 da Lei 6404/76. Uma vez aprovado o aumento ora proposto, necessário se tornará alterar o "caput" do artigo 5º do Estatuto Social, o qual mantidos inalterados os demais parágrafos passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social, inteiramente realizado, é de R$ 3.384.000,00 (três milhões, trezentos e oitenta e quatro mil reais), dividido em 4.608.000 (quatro milhões, seiscentas e oito mil) ações, sendo 1.536.000 (hum milhão, quinhentas e trinta e seis mil) ordinárias e 3.072.000 (três milhões e setenta e duas mil) preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal." São Paulo, 20 de abril de 1995. Nemer Iskandar Saliba e Nestor de Mattos Cunha Junior. **Encerramento:** Leitura, aprovação e assinatura da presente ata. Nemer Iskandar Saliba - Presidente. Nestor de Mattos Cunha Junior - Secretário. Acionistas: p/Sid Informática S.A. - Nemer Iskandar Saliba e Nestor de Mattos Cunha Junior. p/União de Comércio e Participações Ltda - Durval Silvério e Dorival Antonio Bianchi. Júlio Vicari Neto. Rosemari Soares de Oliveira. Getúlio Kasue Akabane. Antonio de Pádua Prado Santos. Roberto Vicente Lupetti. Thomaz Naotaque Yokoyama. Hidehito Tsurumaki. Cópia autêntica da ata lavrada no livro próprio. Nestor de Mattos Cunha Junior - Secretário. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. JUCESP. Certifico o Registro sob o nº 74.707/95-4 em 15.05.95. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

SINTREVESP - Sindicato de Trabalhadores, Prestadores de Serviços e Temporários em Feiras, Congressos, Promoções e Eventos em Geral do Estado de São Paulo - Edital de Resultado - Comunicamos que em AGE, realizada em 13/05/95, das 10:00 hs às 18:00 hs, na sede deste Sindicato à Av. Prestes Maia, 242 - 5º andar-SP-capital, foram eleitos os seguintes associados para integrarem a Lista Tríplice para Indicação de Juízes Classistas Temporários, representante dos empregados à Junta de Conciliação e Julgamento de Tietê do TRT da 15ª Região - Titulares: José Carlos Biscalchim, José Zacarias dos Reis, José Carlos Salles. Suplentes: José Carlos Biscalchim, José Zacarias dos Reis, José Carlos Salles. São Paulo, 18 de Maio de 1995. Edno Oliveira de Arruda - Presidente.

BORGES LAGOA S.A.
C.G.C. Nº 27.910.793/0001-32
NIRC Nº 35300116861

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO EM SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1995.

(Lavrada sob a forma de sumário, como autoriza o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei 6.404, de 15/12/76)

1. Dia, hora e local: 18 de abril de 1995, às 14 horas, na sede social, na Rua Borges Lagoa nº 1.328, - 1º andar, São Paulo.
2. Presença: a totalidade dos acionistas, dispensada assim a convocação.
3. Mesa: Presidente: Mauro Bento Dias Salles; Secretário: Paulo Cesar Antunes Salles.
4. Deliberações adotadas por unanimidade:
4.1. Aprovados a transformação da Companhia em sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que girará sob a denominação de Borges Lagoa Ltda., e os termos do contrato social da sociedade constituída por transformação, assinado por todos os sócios, contrato social este que, anexo à presente ata, dela fax parte integrante. O capital da sociedade limitada, no valor de R$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais), se divide em 210.306.597 (duzentos e dez milhões, trezentas e seis mil, quinhentas e noventa e sete) quotas no valor nominal de R$ 0,064191995 cada uma, as quais são atribuídas aos acionistas da sociedade transformada na proporção de uma quota para cada ação da sociedade transformada por eles detida.
4.2. Aprovados os atos e contas dos diretores da companhia transformada e outorgada a eles a competente quitação.
5. Presença dos acionistas: Mauro Bento Dias Salles, Paulo Cesar Antunes Salles, Apolonio Jorge Faria Salles Filho, Maria Beatriz Salles Faria de Paula e Maria Cristina Salles de Mello.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da sociedade.

São Paulo, 18 de abril de 1995. a.a.) Mauro Bento Dias Salles - Presidente da Mesa; Paulo Cesar Antunes Salles - Secretário da Mesa.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - Certifico e registro sob o número 72.227/95-3 em 10/5/95 - José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

DU PONT DO BRASIL S.A.
C.G.C.M.F. nº 61.064.929/0001-79
Ata da Assembléia Geral Ordinária
Realizada em 20 de Abril de 1995
(Lavrada sob a Forma de Sumário)

Data, Horário e Local: dia 20 de abril de 1995, às 14:00 horas, na sede social da empresa, na Alameda Itapicuru, 506, Alphaville, Barueri, Estado de São Paulo. **Convocação e Presença:** convocação dispensada, nos termos do § 1º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da totalidade dos acionistas, de acordo com registro no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente, Jorge Nelson Rosas; Secretária, Cristina Rezende da Silva. **Ordem do Dia:** (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1994; (b) aprovar a correção da expressão monetária do capital social apurado no exercício de 1994; (c) aumentar o capital social, mediante capitalização da reserva de correção monetária; (d) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; (e) deliberar sobre a eleição da Diretoria da Sociedade; (f) fixar a remuneração da Diretoria. **Deliberações:** (a) foram aprovados, por unanimidade, os seguintes documentos, que foram devidamente autenticados pela Mesa: (1) Relatório da Diretoria; (2) Balanço Patrimonial; (3) Demonstração de Resultados do Exercício; (4) Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos do Exercício e (5) Demonstração do Movimento nas Contas do Patrimônio Líquido, que foram devidamente publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na "Gazeta Mercantil", em 20 de abril de 1995, conforme o disposto na Lei nº 6.404/76; (b) foi unanimemente aprovada a correção monetária do capital, constituída por ocasião do balanço de 31 de dezembro de 1994; (c) foi, aprovado, por unanimidade, aumento do capital social, mediante capitalização da Reserva da Correção Monetária do capital no valor de R$ 69.236.194,39 (sessenta e nove milhões, duzentos e trinta e seis mil, cento e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos), passando o capital social de R$ 7.647.168,95 (sete milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos), para R$ 76.883.363,33 (setenta e seis milhões, oitocentos e oitenta e três mil, trezentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos). Foi, ainda, aprovada a nova redação do Artigo 5º dos Estatutos Sociais, como segue: "**Artigo 5º**: O capital social é de R$ 76.883.363,33 (setenta e seis milhões, oitocentos e oitenta e três mil, trezentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos), dividido em 10.392.599.028 (dez bilhões, trezentos e noventa e dois milhões, quinhentos e noventa e nove mil e vinte e oito) ações ordinárias, de uma só classe, sem valor nominal."; (d) foi aprovada, igualmente por unanimidade a Proposta da Diretoria no sentido de destinar o lucro líquido do exercício de 1994, como segue: à conta de Reserva Legal: R$ 3.198.042,09 (três milhões, cento e noventa e oito mil, quarenta e dois reais e nove centavos), à conta de Lucros Acumulados: R$ 63.960.841,92 (sessenta e três milhões, novecentos e sessenta mil, oitocentos a quarenta e um reais e noventa e dois centavos), deixando-se para posterior deliberação o destino a ser dado ao saldo apresentado pela conta de Lucros Acumulados; (e) foi aprovada, por unanimidade, a eleição da Diretoria da Sociedade, como segue: para Diretor Presidente: **Jorge Nelson Rosas**, argentino, casado, doutor em química, residente e domiciliado na Rua Oscar Freire, 74, 12º andar, São Paulo, Capital, portador da Cédula de Identidade RNE nº W324796-X e inscrito no CPF/MF sob o nº 348.345.257-04; para Diretor Vice-Presidente, sem designação específica: **Rubens Approbato Machado Júnior**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, residente e domiciliado na Avenida Jurucê, 878, 13º andar, São Paulo, Capital, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.594.595 e inscrito no CPF/MF sob o nº 178.299.638-94, e para Diretor Vice-Presidente, sem designação específica: **Mario de Salles Oliveira Malta Júnior**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua Comandante Ismael Guilherme, 373, São Paulo, Capital, inscrito na OAB/SP sob o nº 36.580 e no CPF/MF sob o nº 765.782.248-15. Os Diretores ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse no Livro de Registros de Atas de Reunião de Diretoria, cujo mandato será de 1 (um) ano. Fica, ainda, registrado em ata a declaração dos Diretores de não estarem inclusos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeça de exercer a atividade mercantil; (f) os Senhores Acionistas decidiram, por unanimidade, fixar a remuneração global da Diretoria no valor máximo permitido pelo Art. 226 do Regulamento do Imposto de Renda. **Encerramento:** o Sr. Presidente colocou a palavra à disposição para quem dela quisesse fazer uso, não havendo, contudo, qualquer manifestação. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Barueri, 20 de abril de 1995. (aa) Jorge Nelson Rosas, Presidente da Mesa; Cristina Rezende da Silva, Secretária da Mesa; P.p. E.I. du Pont de Nemours and Company, Cristina Rezende da Silva; Jorge Nelson Rosas e Mario de Salles Oliveira Malta Júnior. É cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. Cristina Rezende da Silva - Secretária da Mesa. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o Registro sob o nº 78.961/95-2 em 22.05.95. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S/A - CGC/MF nº 52.311.347/0001-59 - Extrato da Ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada no dia 29 de Abril de 1995. I - Data, Hora e Local: 29 de abril de 1995, às 09:00 horas na sede social à Av. Baldan, nº 1500 - Matão - Estado de São Paulo; II - Quorum e Mesa dos Trabalhos - Compareceram acionistas representando 84,2174570% do Capital Social, sendo Oscar Baldan - Presidente e Vilmer Baldan - Secretário; III - Publicações - Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado e no Jornal da Manhã em suas edições de 21, 22 e 23 de março de 1995 e assim redigido; - Baldan Implementos Agrícolas S/A - CGC/MF nº 52.311.347/0001-59 - Convocação - São convocados os Senhores Acionistas para a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 29 de abril de 1995, às 09:00 horas em sua sede social, onde serão tratados os seguintes assuntos: a) Votação e aprovação das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 1994; b) Alteração do Estatuto Social e elevação do Capital Social mediante aproveitamento de reservas; c) Outros assuntos de interesse social. Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6404/76. Matão, 20 de março de 1995. Oscar Baldan - Presidente do Conselho de Administração. As Demonstrações Financeiras foram publicadas no Diário Oficial do Estado e no Jornal da Manhã em suas edições de 25 de abril de 1995; IV- Deliberações Tomadas: As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelos presentes; O Capital Social foi elevado para R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), mediante o aproveitamento de R$ 16.383.636,37 (dezoito milhões, trezentos e sessenta e três mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos), do saldo parcial da Conta de Reservas de Capital, passando o artigo 5º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O Capital Social totalmente integralizado é de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), representado por 1.000.000.000 (hum bilhão) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal"; Não foi eleito Conselho Fiscal para o presente exercício financeiro; Os honorários da administração serão os atualmente pagos com os reajustes legais; Os Títulos Múltiplos das ações face a mudança do padrão monetário serão atualizados mediante carimbo; V - Quorum das Deliberações: Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade, exceto onde se tornavam necessárias as abstenções legais; VI - Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado foi lavrada a presente ata em sua íntegra, a qual está assinada pelo Senhor Secretário, pelo Senhor Presidente e por todos os acionistas presentes. aa) Vilmer Baldan - Secretário; Oscar Baldan - Presidente. Acionistas: Serafin Baldan, Pedro Baldan, Oscar Baldan, Walter Baldan, Vilmer Baldan e Elza Baldan Mastropietro; VII - Registro: Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Certifico o Registro sob nº 74510/95-2 em sessão de 15.05.1995 - José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

E. XAVIER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A
C.G.C/MF Nº 51.566.875/0001-96
NIRC - 35.300.004.985
Ata da Assembléia Geral Ordinária
Realizada em 27 de abril de 1995

Data, Hora, Local: 27 de abril de 1995, às 11:30 horas, na sede social à Rua Sergipe nº 120 - 4º andar, sala 42, nesta Capital. **Quorum:** Presentes o usufrutuário da maioria absoluta das ações da Sociedade, que também são as que dão direito a voto e a maioria absoluta dos demais Acionistas convocados regularmente por editais publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal O Dia, nos dias 28, 29 e 30 de março de 1995, os quais assinaram o "Livro de Presença". Assumiu a presidência da reunião, o Sr. Edmundo de Azevedo Xavier, que convidou a mim; Laura June Xavier, para servir como Secretária, ficando assim constituída a mesa. Iniciando os trabalhos, deliberaram sôbre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.1994; b) Destinação do lucro líquido apurado em 31.12.1994 e distribuição de dividendos; c) Aprovação da correção da expressão monetária do Capital Social. Ato contínuo, submeteu o Sr. Presidente a apreciação dos presentes os documentos elencados na letra "a" da ordem do dia, os quais estiveram a disposição dos Senhores Acionistas na sede da empresa, conforme comunicado publicado em conjunto com a convocação para esta Assembléia e que após seu exame, foram aprovados por unanimidade de votos. Passando para o item seguinte, letra "b", foi aprovada pela unanimidade dos votos, a destinação do lucro líquido de R$ 1.672.623,85 (hum milhão, seiscentos e setenta e dois mil, seiscentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos) apurado no encerramento do Balanço Geral em 31.12.1994, que corrigido até a presente data, monta em R$ 1.745.292,89 (hum milhão, setecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e oitenta e nove centavos) da seguinte forma: 1) para complementação de Reserva Legal, o valor de R$ 87.265,00 (oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais) corrigido até esta data pela variação da UFIR; 2) para complementação de Reserva para Lucros a Realizar, o valor de R$ 1.658.027,89 (hum milhão, seiscentos e cinquenta e oito mil, vinte e sete reais e oitenta e nove centavos) corrigido até esta data pela variação da UFIR. Foi também aprovada por unanimidade dos votos presentes, uma distribuição de dividendos aos Acionistas no valor de R$ 346.351,54 (trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta e hum reais e cinquenta e quatro centavos) corrigido até esta data pela variação da UFIR, mediante utilização de reserva de lucros existente em 31.12.1994, mais precisamente na conta de Reserva para Lucros a Realizar, constituída na Assembléia Geral Ordinária realizada em 27.04.1993, dos quais, R$ 55.537,20 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e trinta e sete reais e vinte centavos) corrigidos até esta data pela variação da UFIR já foram distribuídos nos meses de janeiro a abril de 1995 a título de dividendos intermediários e que são agora referendados, restando ainda a distribuir R$ 290.814,34 (duzentos e noventa mil, oitocentos e quatorze reais e trinta e quatro centavos) durante o restante dêste ano, corrigidos pela variação da UFIR ou pelo índice que vier a substituí-lo em caso de sua extinção, a serem declarados juridicamente a disposição da conveniência do Acionista usufrutuário Sr. **Edmundo de Azevedo Xavier**. Apreciado o último item da ordem do dia, letra "c", foi em consequência, aprovada a correção da expressão monetária do Capital Social, mediante incorporação de R$ 1.393.369,37 (hum milhão, trezentos e noventa e três mil, trezentos e sessenta e nove reais e trinta e sete centavos) existentes na conta de Reserva de Correção Monetária do Capital em 31.12.1994, restando R$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) para aproveitamento futuro. Assim sendo, o Capital Social, que era de CR$ 423.281.732,00 (quatrocentos e vinte e três milhões, duzentos e oitenta e hum mil, setecentos e trinta e dois cruzeiros reais) e que em função da mudança da moeda para Reais foi alterado para R$ 153.920,63 (cento e cinquenta e três mil, novecentos e vinte reais e sessenta e três centavos), passa a ser expresso pelo valor de R$ 1.547.290,00 (hum milhão, quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa reais). Em consequência, o Art. 6º do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: "**Artigo 6º**: O Capital Social é de R$ 1.547.290,00 (hum milhão, quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa reais) totalmente integralizado, representado por 460.000.000 (quatrocentas e cinquenta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Único**: A Sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações, podendo os mesmos serem agrupados ou desdobrados, à opção do Acionista, os quais serão assinados por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) dêles o Diretor Presidente". **Encerramento**: Em seguida, o Sr. Presidente franqueou a palavra e como ninguém dela quisesse fazer uso, suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura desta Ata, a qual lida e aprovada, foi por todos assinada, esclarecendo-se desde já que abstiveram-se de votar as deliberações os legalmente impedidos. São Paulo, 27 de abril de 1995. aa) Edmundo de Azevedo Xavier - Presidente/Acionista: aa) Laura June Xavier - Secretária/Acionista; aa) Mônica Xavier/Acionista. Declaro esta ser cópia fiel da ata transcrita no Livro próprio. São Paulo, 27 de abril de 1995. Laura June Xavier - Secretária/Acionista. Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o Registro sob o nº 70.290/95-7 em 08.05.95. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S/A - CGC/MF Nº 55.539.555/0001-05 - Extrato da Ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada no Dia 29 de Abril de 1995. I- Data, Hora e Local: 29 de abril de 1995, às 10:00 horas na sede social, à Av. Baldan, 1.500 - Matão - Estado de São Paulo; II - Quorum e Mesa dos Trabalhos - Compareceram acionistas representando 81,929370% do Capital Social, sendo eleitos; Oscar Baldan como Presidente e Vilmer Baldan como secretário; III - Publicações - Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado e no Jornal da Manhã em suas edições de 21, 22 e 23 de março de 1995 e assim redigido: "Transbia Transportes Baldan S/A - CGC/MF nº 55.539 555/0001-05 - Convocação - São convocados os Senhores Acionistas para a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 29 de abril de 1995, às 10:00 horas na sede social, onde serão tratados os seguintes assuntos: a) Votação e aprovação das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 1994; b) Alteração do Estatuto Social e elevação do Capital Social mediante o aproveitamento de Reservas; c) Outros assuntos de interesse social. Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6404/76. Matão, 20 de março de 1995. Vilmer Baldan- Diretor Presidente. As Demonstrações Financeiras foram publicadas no Diário Oficial do Estado e no Jornal da Manhã em suas edições de 25 de abril de 1995; IV - Deliberações Tomadas - As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelos presentes; O Capital Social foi elevado para R$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais), mediante o aproveitamento de reservas existentes na sociedade e o artigo 5º do Estatuto Social, passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O Capital Social totalmente integralizado é de R$ 1.000.000,00 (Hum milhão de Reais), representado por 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal". Os honorários da administração foram fixados e os seus valores deverão ser referendados pela próxima Assembléia Geral que tratar de matéria; Foi dispensada a eleição do Conselho Fiscal para o corrente exercício. Os Títulos Múltiplos das ações, face a mudança do padrão monetário serão atualizados mediante carimbo; V - Quorum das Deliberações: Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade, exceto onde se tornavam necessárias as abstenções legais; VI - Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado foi lavrada a presente ata, na íntegra, a qual está assinada por mim, secretário, pelo Senhor Presidente e por todos os acionistas presentes; aa) Vilmer Baldan- Secretário; Oscar Baldan - Presidente. Acionistas: Serafin Baldan, Pedro Baldan, Oscar Baldan; Walter Baldan, Vilmer Baldan e Elza Baldan Mastropietro; VII - Registro: Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Certifico o registro sob nº 74.498/95-2 em sessão de 15.05.1995. José Edgard L. Gomes - Secretário Geral.

...RIBAIBA-SP.
RUA SUZANA DIAS, 533 ... 6241133-

23 MAI 96

AUTENTICO A PRESENTE COPIA EXTRAIDA
NESTAS NOTAS, A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL
DOU FÉ

...AURISTELA RIBEIRO ...RIBAIBA
Escrevente ...

EM BRANCO

1268

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITO

CEDENTE: KOPPOL FILMS S/A
Av. Ayrton Senna da Silva, 2400 - Jd. Oratório-Mauá/SP
CGC/MF nº 59.682.583/0001-20

CESSIONÁRIO: MARCOS VIANA RIBEIRO
Rua Aperibe, 231 - Taquara - Rio de Janeiro/RJ
ID 04641929-7 e CPF nº528.034.657-87

OBJETO DA CESSÃO: O objeto da presente cessão de crédito é a importância de R$6.966,89 (seis mil novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e nove centavos) equivalentes CR$19.158.952,68 (dezenove milhões cento e cinquenta e oito mil novecentos e cinquenta e dois cruzeiros reais e sessenta e oito centavos) que correspondem a 12/14(doze quatorze avos) das duplicatas nº9534 - 9582 - 9693, com vencimentos em 12.04.94, 15.04.94, 27.04.94, de responsabilidade da empresa PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA, em processo de Concordata Preventiva em trâmite perante o M.M. Juizo de Direito da 5º Vara da Falências e Concordatas da Comarca de Rio de Janeiro - Estado RJ, sendo que o valor do crédito cedido está devidamente relacionado na lista de credores da firma concordatária.

Nestas condições, pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, o cedente cede e transfere ao cessionário o crédito supra referido que detém nos autos do processo de concordata preventiva da empresa denominada PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA, que tramita perante o Juízo da .5º Vara de Falências e Concordatas, ficando o cessionário responsável pela boa ou má liquidação do crédito, nada mais podendo reclamar ou pleitear do cedente, no presente ou no futuro, seja a que título for.

Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3(três) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos fins de direito.

São Paulo, 19 de Junho de 1996

CEDENTE----------

CESSIONÁRIO----------

TESTEMUNHA----------

TESTEMUNHA----------

KOPPOL JURÍDICO

13.º CIRCUNSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL
SAINT'CLAIR DA SILVA PAIXÃO
Reconheço a(s) firma(s) por semelhança
Rio de Janeiro, 16 JUL 1996
Em testemunho da verdade
SAINT'CLAIR DA SILVA PAIXÃO
Oficial e Tabelião
Matr. 01/4194

12º SERVICO NOTARIAL - HOMERO SANTI - TABELIAO
Al. Santos, 1470 - Fone: 288-6277 Nº 960702111057
Reconheço por semelhança as firmas: ERNESTO TEIXEIRA WEBER, RUI SARP
AR MOUCO, as quais confere com os padrões depositados em Cartório.
São Paulo, 02 de Julho de 1996
Em testemunho _____ da verdade.
Dulce Bernardes Perico - Esc. Autorizada
Valores|Firma:R$ 0,80|Proc.dados:R$ 0,80|Total:R$ 1,60

12º CARTÓRIO DE NOTAS
AL. SANTOS, 1470
Dulce Bernardes Périco
Escrevente Autorizada

CONCORDATA PREVENTIVA - PLASBAG

RELAÇÃO DOS CREDORES PENDENTES DE RECEBIMENTO DA PRIMEIRA PARCELA DA CONCORDATA PREVENTIVA

BASE: 06/04/94
DATA: 06/04/95

ALLFITAS COM. IND. LTDA
ATLANTA QUIMICA INDL.
BRASIL PORTUGAL
COPERQUIMICA COM. PROD.
DISTRIB. RESENDE S/A
EUCATEX QUIMICA LTDA
EXCEL COMPOSTOS PLÁSTICOS
FAM DISTRIB. DE AÇOS
GMR EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS
IBF-IND. BRAS. DE FILMES
INTERCON COM. PLÁSTICOS
IPIRANGA COM. QUIMICA
MECA MAQS. E ABRASIVOS
PROCESSO INDUSTRIAL
PROQUISA COM. IND. PROD.
STEEL-IND. E COM. FACAS
TRANSLIDER TRANSP. ROD.
VOTORANTIN CELULOSE
ZINFEL TRANSPORTES LTDA

1270

INSTRUMENTO PARTICULAR DE RENÚNCIA A RECEBIMENTO DE CONCORDATA PREVENTIVA, NA FORMA ABAIXO:

MARCOS VIANA RIBEIRO, brasileiro, casado, administrador, residente à Rua Aperibé, nº 231 - Taquara - Jacarepagua, portador da carteira de identidade de IFP nº. 04641929-7, CPF Nº 528.034.657-87, na qualidade de CESSIONÁRIO dos créditos constantes da RELAÇÃO ANEXA, NA CONCORDATA PREVENTIVA DA PLASBAG MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, vem renunciar ao recebimento dos créditos, referente da CONCORDATA PREVENTIVA, dando à CONCORDATÁRIA plena e irrevogável quitação, nada mais tendo a receber, seja a que título fôr.

A presente manifestação é firmada na presença de duas testemunhas.

Rio de Janeiro, 17 de Julho de 1996.

TESTEMUNHAS:

JOSUÉ ARQUIMEDES DE CASTRO

ANTONIO AUGUSTO FERNANDES

1271

RELAÇÃO DE CLIENTES QUIROGRAFÁRIOS:

KOPPOL FILMES S/A - (POLIDERIVADOS S/A)

DU PONT DO BRASIL S/A

Atenciosamente,

PODER JUDICIÁRIO

TRASLADO

1272

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Dr. Juiz Luiz Fernando R. de Carvalho

Rio, 8 de 8 de 96

O Escrivão

Proc - 8012

Processo nº 8012

Ao Comissário e, após, ao M.P.

Em, 13/01/96

Cart. Jud. de Lit.

RECEBIDO, nesta data estes autos com despacho -

Rio, 15 de 8 de 96

O Escrivão

VISTAS

Faço vista destes autos ao

Dr. 1º Liquidante Judicial

Rio, 16 de 8 de 96

O Escrivão

Proc. 8012

LIQUIDANTE JUDICIAL
RECEBIDO
DATA 20-08-96
Lº 02 FLS: 33
1ª VARA PROC 810/95

Mm. Dr. Juiz:

Tendo em vista as cessões de fls. 1256 | 1271, apresentadas posteriormente aos cálculos de fls. 1175, a Comissão opina pela retorno dos autos ao contador do Juízo.

Rio, 03.09.96

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante judicial em exercício
Mat. 01/0400 nomeado pelo ato

RECEBIDO, nesta data estes autos com petição
Rio, 5 de 9 de 1996
O Escrivão

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

VARA DE FALÊNCIAS CONCORDATAS
1273

VISTAS

Faço vista destes autos ao
Procurador de Massa
Rio, 6 de 9 de 1996

O Escrivão

Proc. 8012

MM. Juiz,
Nada a opor ao(s) requerimento(s) da Sra. Curadoria (fls. 1272v), aberudo-se, após, vista ao M.P. de todos os volumes.
Em, 10/09/96

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Dr Juiz despacho, digo, promoção
Rio, 13 de 9 de 1996

O Escrivão

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, a(s) petição(ões) que se segue(m)
Rio, 13 de 9 de 1996

O Escrivão

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA MMª. 5.ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DO FORO DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO - RS.

REF. PROC. Nº
CONCORDATA DE PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIA PLASTICA LTDA.





COPERQUÍMICA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA., já qualificada nos autos do processo em epígrafe, Concordata Preventiva de **PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIA PLÁSTICA LTDA.**, por seu procurador signatário, com procuração nos autos, vem, respeitosamente, perante V. Exa., face ao depósito da 1ª (primeira) parcela da concordata referida, requerer seja tal valor depositado na conta corrente nº 7.738-0 Agência 0010-8, do Banco do Brasil S/A, ou conta corrente nº 141380-5, agência 324-7 do Banco Bradesco S/A, em nome de Opitz, Flores & Cia. Ltda., procuradores da autora, evitando-se, assim, tenham os mesmos que requerer a expedição de alvará para levantamento dos valores, bem como de se deslocarem até esta comarca para levantar tais valores. Requer ainda, a juntada do substabelecimento em anexo.

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento.

De Porto Alegre, RS, para Rio de Janeiro, RJ,
04 de setembro de 1996.

Mário Opitz
OAB/RS nº 25.591

Jacques Vianna Xavier
OAB/RS 36.145.



SUBSTABELECIMENTO.

Eu, **MÁRIO OPITZ,** brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/RS sob o nº **25.591**, com escritório em Porto Alegre, RS, sito à Trav. Eng. Acylino de Carvalho, nº 33, conj. 52, **substabeleço**, com reservas, os poderes a mim concedidos conforme Instrumento de Mandato de Procuração outorgado, em defesa dos direitos e interesses do mandante, ao Dr. **JACQUES VIANNA XAVIER,** brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/RS sob o nº 36.145, com escritório em Porto Alegre, RS, sito a Trav. Engº. Acylino de Carvalho, nº 33, conj. 52, para em conjunto, ou separadamente, atuar no supra referido processo.

PORTO ALEGRE, 23 de agosto de 1996.

Mário Opitz
OAB/RS nº 25.591

PODER JUDICIÁRIO

VARA DO TRABALHO
1276
JUNDIAÍ

CONCLUSOS neste data. estes autos
ao MM. Dr. Sergio Wazzenberg
Rio, 17 de 9 de 1996
O Escrivão

Proc. 8012

Fls 1274. Ao Liquidante
e após ao MP.

SERGIO WAZZENBERG
Juiz do Trabalho
Mat 17759
18/9/96

RECEBIDO, nesta data estes autos com
despacho
Rio, 18 de 9 de 1996
O Escrivão

VISTAS

Faço vista destes autos ao Dr. Judicial
Dr. 1º Liquidante
Rio, 19 de 9 de 1996
O Escrivão

Proc. 8012

1.º LIQUIDANTE JUDICIAL
RECEBIDO
DATA 24-09-96
Lº 25 FLS: 61
5ª VARA PROC. 30/0194

Exmº Drª Juíza:

1. A Liquidanda ratifica seu parecer de fls. 1272 v.º;

2. Quanto à fls. 1274/1275, após as contas do liquidador e com os cálculos relativos ao crédito, a Liquidanda não se oporá ao pagamento do crédito, se devido.

Rio, 24.9.96

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.ª Liquidante Judicial em Exercício
Mat. n.º 01/3436

RECEBIDO, nesta data estes autos com petição

Em 26 de 9 de 1996

O Escrivão

PODER JUDICIÁRIO

1277

VISTAS

Faço vista destes autos

Dr. Procurador da Fazenda

Rio, 27 de 9 de 1996

O Escrivão

Proc. 8012

Ao MM. Juiz

Ratifico fls 1273, após o que dirá quanto à fls 1274.

RECEBIDO, nesta data estes autos com promoção

Rio, 2 de 10 de 1996

O Escrivão

CONCLUSOS, nesta data, estes autos ao MM. Dr. Juiz Sergio Wajzenberg

Rio, 3 de 10 de 1996

O Escrivão

Proc. 8012

Proc. nº 8012

Ao Contador Judicial. Fls 1272 v.

RJ, 18 / 10 / 96

SERGIO WAJZENBERG
Juiz de Direito

7535-651-0292

5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

Recebi estes autos com despacho

RJ, 21 / 10 / 96 O ESCRIVÃO

CERTIDÃO

Certifico que cumprimento ao r. despacho de fls. 6950 do proc. 8162 apensei a este o referido processo.

O referido é verdade e dou fé.

Rio, 21 de 10 de 1996

O Escrivão

REMESSA

Faço os autos conclusos ao

5º Contador

Rio, 13 de 12 de 96

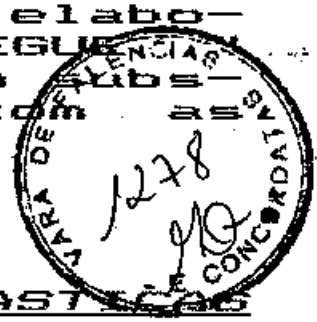
Proc. 8012

5º CONTADOR JUDICIAL

Autos RECEBIDOS nesta data.

Rio, 14/01/97

Obs. O ESPELHO de fls.1175, bem como os cálculos de fls.1179 até 1250, foram, por equivoco, elaborados, COM ERRO. Assim " SEGUEM " novo ESPELHO e cálculos, em substituição aos referidos, com as devidas " RETICAÇÕES ".



PROCESSO Nº 8012/94.
5ª Vara de Falências e Concordatas.

PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICOS LTDA..

Para fazer face ao pagamento da (1ª) primeira PRESTAÇÃO da Concordatas, CORRESPONDENTE AOS 40% dos creditos acrescidos da correção monetária e dos juros de 12% aa, O CONCORDATARIO deverá depositar a seguinte importância; (CORRESPONDENTE A DIFERERENÇA)

Valor de R$ 2.763,62 (DOIS MIL, SETECENTOS E SESSENTA E TRES REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS), soma dos demonstrativos anexos em número de 19, assim discriminado;

40% + CM.....R$ 25.497,73
12% juros.....R$ 3.059,83

Total.....R$ 28.557,56

"DEDUZIR"
Valor depositado às fls.998
REFERENTE AO PAGAMENTO DA
1ª Prestação.

.....R$ 25.813,94
"DIFERENÇA".....R$ 2.763,62

Correspondente em UFIR

(3.913,92)

(Obs; Quadro de Credores REMANESCENTES, fls.1141 e 1140 fls. 1269).

RIO, 28 / janeiro / 1997.

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Contador

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta



Proc. N.º 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

C O N C O R D A T A

REQUERENTE : Plasbag Monoplas Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR: Oll fitas Com. Ind. Ltda.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl. 1179 CR$ 530.263,16

Correção do ajuizamento 6/4/94 (UFIR = 544,66)
até data do deposito ABRIL/95 (UFIR = 0,7061)
40 % fator 3,565123 1961 ÷ 2750 CR$ ~~R$ 274,98~~

JUROS: 12% CR$ ~~R$ 33,00~~

SOMA CR$ R$ 307,98

Posição (6/4/95)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio, de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5ª Contad.

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

1280
10

Proc. N.º 3012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

2

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplas Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR: Atlanta Quimica Ind.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 45 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fls. 1183 — CR$ 3.391.256,70

40% — CR$ R$ 1.758,59

fator 3,56512319613 2.750

JUROS: 12% — CR$ R$ 211,04

SOMA — CR$ R$ 1.969,63

Posição (6/4/95)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793 Aux. Cart -5ª Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
CIVIL LEITE JOÃO

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

1281/90

Proc. N.º 8012 — 6ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

3

C O N C O R D A T A

REQUERENTE : Plasbag Manepfes Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR: Brasil Portugal

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: f. 1187 — CR$ 569.870,00

40 % — CR$ R$ 295,52

fator 3,565/231961 = 2,450

JUROS: 12% — CR$ R$ 35,47

SOMA — CR$ R$ 330,99

Posição (6/4/95)

↑

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOÃO

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

Proc. N.º 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 4

CONCORDATA

REQUERENTE : Plastbag Monoplas Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR: Copenquimica Com. Prod. Quimicos Ltda.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: f. 1191 — CR$ 3.286.216,10

40 % — CR$ R$ 1.704,12

fator 3,565123196 ÷ 2,750

JUROS: 12% — CR$ R$ 204,50

SOMA — CR$ R$ 1.908,62

Posição (6/4/95)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CAMPELLO
Mat. 01/12793-Aux. Cart.-5º Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
GYAMA LOPES JOÃO

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS 1283 10

Proc. N.º 8012 — 6ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 5

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplas Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR: Distrib. Resende S/A.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl 1135 — CR$ 4.290.000,00

40 % — CR$ R$ 2.224,64

fator 3,563/2,3961 ÷ 2,750

JUROS: 12% — CR$ R$ 266,96

SOMA — CR$ R$ 2.491,60

Posição (6/4/95)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON A. CARVALHO
Mat. 01/17793 Aux. Cart.-8º Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOÃO

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1284

Proc. N.º 8012 — 6ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 6

C O N C O R D A T A

REQUERENTE : Plasbag Monoplas Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR: Eucatex Quimica Ltda.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl. 1199 CR$ 2.843.864,00

40 % CR$ R$ 1.474,73

fator = 3,565123196 ÷ 2750

JUROS: 12% CR$ R$ 176,97

SOMA CR$ R$ 1.651,70

Posição (6/4/95)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON DE CARVALHO
Mat. 01/17780-Aux. Cart.-2º Ofício

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOÃO

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

Proc. N.º 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS 1285

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplas Ind. Plasticos Ltda.

CREDOR: Exeef Compostos Plasticos.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl. 1203 — CR$ 377.804,41

40 % — CR$ R$ 195,92

foton 3,565123/1961 ÷ 2.750

JUROS: 12% — CR$ R$ 23,52

SOMA — CR$ R$ 219,44

Posição (6/4/97)

Contador: ~~Reg. Custas~~
tab. XIII - ~~n.º 2~~ - Cr$____

Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 19 97

ISAAC NEWTON S. VALENTE
Mat. 01/17793 Aux. Cartório Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOÃO

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1286
19

Proc. N.º 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

8

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplas Ind. Plasticos Ltda.

CREDOR: Fam Distrib. de Aços

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl. 1207 — CR$ 519.036,00

40% — CR$ R$ 269,16

fator 3,565231961 ÷2750

JUROS: 12% — CR$ R$ 32,30

SOMA — CR$ R$ 301,46

Posição (6/4/95)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17798 Aux. Cart. 8º Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOAO

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

Proc. N.º 8012 — 6ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

9

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS 1287

C O N C O R D A T A

REQUERENTE : Plasbag Monoplas Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR: G.M.R. Equip. Eletricos

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl. 1211 — CR$ 632.010,00

40 % — CR$ R# 327,74

fator 3,565123196 1÷2750

JUROS: 12% — CR$ R# 39,33

SOMA — CR$ R# 367,07

Posição (6/4/95)

↑

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17703 - Aux. Cart. - 8º Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOÃO

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

Proc. N.º 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

10

1288 / 10

C O N C O R D A T A

REQUERENTE : Plasbag Monoplas Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR: I.B.F. Ind. Bras. de Filmes.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl. 1215 — CR$ 1.678.224,14

40% — CR$ R$ 870,27

fator = 3,565123196 ÷ 2750

JUROS: 12% — CR$ R$ 104,44

SOMA — CR$ R$ 974,71

Posição (6/4/95)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$____

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793 Aux. Cart.-5º Contad.

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
DYANA LOPES JOÃO

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

Proc. N.º 8012 — 6ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

1219
910

11

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplas Ind. Plasticos Ltda.

CREDOR: Intercom Com. Plasticos

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: f. 1219 — CR$ 102.000,00

40 % — CR$ R$ 52,90

fator • 3,566123 1961 ÷ 2150

JUROS: 12% — CR$ R$ 6,35

SOMA — CR$ R$ 59,25

Posição (6/4/95)

↑

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793 - Aux. Cart. - 6º Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta



Proc. N.º 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplas Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR: Ipiranga Com. Quimica

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl. 1223 — CR$ 7.026.350,96

40 % — CR$ R$ 3.643,61

fator=3,5651231961 ÷ 2750

JUROS: 12% — CR$ R$ 437,24

SOMA — CR$ R$ 4.080,85

Posição (6/4/95)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-5º Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
DIANA LOPES JOÃO

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS 1291 19

Proc. N.º 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

13

C O N C O R D A T A

REQUERENTE : Plasbag Monoplas Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR: Meca Mags e Abrasivos

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl. 1227 — CR$ 398.080,40

40% — CR$ R$ 206,43

fator = 3,565123961 ÷ 2750

JUROS: 12% — CR$ R$ 24,78

SOMA — CR$ R$ 231,21

Posição (6/4/35)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17792 Aux. Cart. 5º Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
OXAMA LOPES JOAS

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

Proc. N.º 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

14

1292
10

C O N C O R D A T A

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR: Processos Industriais

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: f. 1231 — CR$ 351.454,62

40 % — CR$ R$ 182,26

fator 3,565123196 1 ÷ 2750

JUROS: 12% — CR$ R$ 21,88

SOMA — CR$ R$ 204,14

Posição (6/4/95)

↑

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793 Aux Cart. 5ª Contad.

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
RESP. PELO EXPEDIENTE

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

Proc. N.º 3012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

15

1293

C O N C O R D A T A

REQUERENTE : Ploskag Monoplás Ind. Plasticos Ltda.

CREDOR: Proquisa Com. Ind. Prod.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl. 1235 — CR$ 4.512.650,40

40 % — CR$ R$ 2.340,10

fator 3,565123 1961 ÷ 2750

JUROS: 12% — CR$ R$ 280,82

SOMA — CR$ R$ 2.620,92

Posição (6/4/95)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Contador

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

1294

Proc. N.º 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 16

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plasticas

CREDOR: Steef - Ind. e Com. Facas

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl. 1239 CR$ 334.950,00

40 % CR$ R$ 173,70

fator 3,56512319 61 ÷ 2.750

JUROS: 12% CR$ R$ 20,85

SOMA CR$ R$ 194,55

Posição (6/4/95)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-SP

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUP. RESP. PELO EXPEDIENTE
DIANA LOPES JOÃO

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

Proc. N.º 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

17

CONCORDATA

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plasticas

CREDOR: Transliden Transp. Rod.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl. 1243 — CR$ 174.808,72

40% — CR$ R$ 90,65

faton 3,565123196 ÷ 2 750

JUROS: 12% — CR$ R$ 10,88

SOMA — CR$ R$ 101,53

Posição (6/4/95)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793-Aux. Cart.-2º Ofício

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
JR. RESP. PELO EXPEDIENTE
OXANA LOPES JOIA

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

VARA DE FALÊNCIAS - S. 1296 49

Proc. N.º 8012 — 6ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS

18

C O N C O R D A T A

REQUERENTE : Plasbag Monoplás Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR: Sotocantim Celulose

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl. 1246 — CR$ 17.643.004,13

40% — CR$ R$ 9.149,02

fator 3,565123196 ÷ 2.750

JUROS: 12% — CR$ R$ 1.097,89

SOMA — CR$ R$ 10.246,91

Posição (6/4/95)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17793

7º OFÍCIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOÃO

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ZULEIDE SERRA DA SILVA TRINDADE
5.º Contador Judicial

CLEIDE RESENDE PASSOS
Substituta

Proc. N.º 8012 — 5ª Vara

FALÊNCIAS E CONCORDATAS 19

1297 19

C O N C O R D A T A

REQUERENTE : Plasbag Monoplas Ind. Plasticas Ltda.

CREDOR: Zimfel Transportes Ltda.

CÁLCULO para apuração do 1º pagamento a ser efetuado pela Concordatária ao credor em epígrafe na forma proposta, — 40 % sobre o valor do crédito habilitado acrescido dos juros de 12 % ao ano.

CRÉDITO: fl. 1250 — CR$ 507.910,57

40% — CR$ R$ 263,39

fator 3,565231961 ÷ 2750

JUROS: 12% — CR$ R$ 31,61

SOMA — CR$ R$ 295,00

Posição (6/4/95)

Contador: Reg. Custas
tab. XIII - n.º 2 - Cr$____

Rio de Janeiro, 28 de JANEIRO de 1997

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
MAT. 01/17993-Aux. Cart.-2ª [illegible]

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
SUB. RESP. PELO EXPEDIENTE
OYAMA LOPES JOÃO

PODER JUDICIÁRIO



5ª VARA DE FALENCIAS E CONCORDATAS
Recebi estes autos com ~~ciente~~
conta.

RJ, 30 / 1 / 97 O ESCRIVÃO

JUNTADA
Junto a estes autos a petição
RJ, 30 / 1 / 96
O ESCRIVÃO

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
DR. HUGO GOLDEMBERG

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 5ª Vara de Falências e Concordatas do Rio de Janeiro/RJ.

Processo nº.: 8012/94
Escrevente : Maria José

1.ª E 5.ª VARAS FALÊNCIAS E CONCORDATAS 23 JAN 1997 RIO DE JANEIRO

PROGER

PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA

Ação : CONCORDATA PREVENTIVA
Concordatária: PLASBAG MONOPLÁS IND.PLÁST.
Credor : TRANSLIDER TRANSP.ROD.LTDA

TRANSLIDER TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, nos autos da ação em epígrafe, por seu advogado infra-assinado, tendo em vista, já estar depositado o valor relativo a 1ª parcela do crédito da habilitante, vem requerer a V.Exa., seja expedido mandado de levantamento em nome do patrono que ora subscreve, Dr.Hugo Goldemberg, inscrito na OAB/RJ sob o nº 19.532.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1997.

HUGO GOLDEMBERG
OAB/RJ - 19.532

Rua Capitão Félix, nº. 110, sobrelojas 1-4, Benfica, CEP 20920-310, Rio de Janeiro/RJ.
TELEFONES: (021) 284-8898 Fax (021) 567-3551

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO

Certifico que encerrei o 5º volume destes autos às fls.

7535-651-0253

Destinação Final:
☐ Guarda permanente
☐ Amostragem
☐ Eliminar em ____ / ____ / _____

CÓDIGO DE BARRAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

6-VOL

0031671-49.1994.8.19.0001 (1994.001.037211-0) (Tombo: 8012) 06/04/1994 4º Ofício Reg Sort.

Cartório da 5ª Vara Empresarial - Empresarial

Falência de Empresários, Socied. Empresárias, Microempresas e Empresas de Peq. Porte - Requerimento - Requerimento de Falência / Recuperação Judicial e Falência

M Fal: PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA
Falido: FRED WONG
Falido: WELLINGTON ISIDÓRIO DAS NEVES
Adv: Luci Carvalho Bittencourt (RJ001034b)
Admis Jud: PRIMEIRO LIQUIDANTE JUDICIAL
Adv:

ETIQUETA DE DISTRIBUIÇÃO
COLE AQUI

JUIZ ..... Dr. .....

JUIZA - MARIA DA PENHA NOBRE MAURO

ESCRIVÃ- BARBARA TALIA GONÇALVES DE FREITAS

Etiqueta PESSOA IDOSA

TJERJ - 27/08/2019 12:33:42 - Volume: 6 de 13
Guia: 20190006751 - CNJ: 0031671-49.1994.8.19.0001
0130061120501.01-45

A

DATA DA AUTUAÇÃO: 06 / 04 / 1994

REG. DE SENT.: LIVRO ..... FLS. .....

JUSTIÇA GRATUITA: SIM ☐ NÃO ☐

7535-651-1503

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO

Certifico que nesta data organizei o 6º volume destes autos as fls. 1300.

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 24 de 03 de 1998

O Escrivão

7535-651-0253

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1300

C O N C L U S Ã O

Faço estes autos conclusos ao M.M.
Dr. Juiz SÉRGIO WAJZENBERG
RJ, 18 / 2 / 97 O ESCRIVÃO

Proc. nº 8012

Atenda o cartório a promoção ministerial de fls. 1277 item ——, retornando-se-lhe os autos após.

Sérgio Wajzenberg
Juiz de Direito

RJ 24/02/97 Juiz ~~de Direito~~

Proc. nº 8012

5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

RECEBI estes autos com despacho

RJ, 24/2/97 O ESCRIVÃO

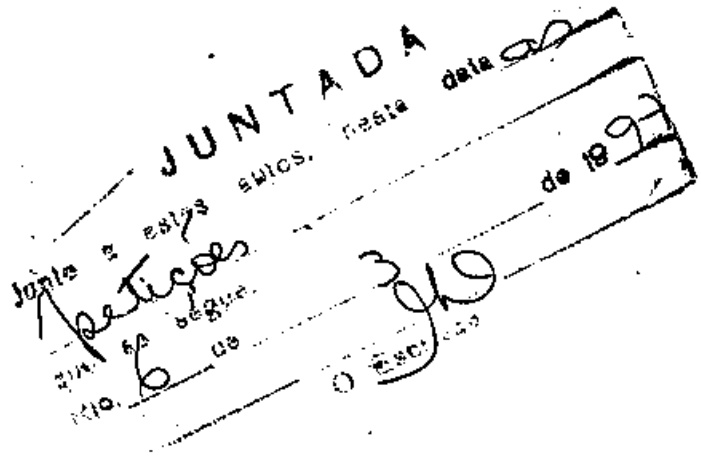
CERTIDÃO

Certifico que em 3.3.97 decorreu
in albis.

O referido é verdade e dou fé.
Rio, 3 de 3 de 19 97

O Escrivão

7535-651-0253


JUNTADA
Junte a estes autos, nesta data
Petições
Fls. 56 segue.
Rio, 6 de
de 1897
O Escrivão

...lache Manoel Marques ta Costa Braga Neto Luiz Sergio Chame

Roberto de Gayoso e Almendra — Edna Dinis da Costa Braga — Ana Cláudia Correa
Rodrigo Kalache de Paiva — Tony Lo Bianco Mahet — Rafaela Faroni Ganem

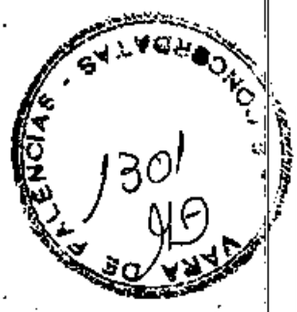
A D V O G A D O S

Yamba Souza Lanna — André Alves Almeida Chame — Julieta Diniz Cuquejo
Juliana Dinis da Costa Braga — André Dinis Angelo

E S T A G I Á R I O S

Exmo.Sr.Dr.Juíz de Direito da 5ª Vara de Flências e Concordatas.





PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA, em Concordata Preventiva perante este MM.Juízo, por seu procurador infra assinado, vem requerer a V.Exa. se digne de determinar a juntada aos autos da guia inclusa.

Termos em que,

P.Juntada

Rio de Janeiro, 6 de março de 1997.

MANOEL MARQUES DA COSTA BRAGA NETO
OAB 29.801

BANERJ

DEPÓSITO JUDICIAL

Nº 011060

DJ

01 CÓD. OPERAÇÃO

COLAR ETIQUETA OU ESCREVER

02 NÚMERO DA CONTA (NOVO) — AGÊNCIA | SEQÜENCIAL | DIG. — 03 SUB-CONTA

09500179381 7

04 NÚMERO DA CONTA (ANTIGO) — AGÊNCIA | SEQÜENCIAL | TIPO | DIG.

05 CTA IDENT.

06 CTA ESPEC.

07 VARA: 005

08 JUÍZO: VFCO

09 TIPO DA AÇÃO: CONCOR

10 PROCESSO — NÚMERO: 801294 | ANO

11 DATA DA ABERTURA — DIA | MÊS | ANO

12 NOME DO AUTOR (OU TITULAR)

PLASBAG MONOPLAS IND PLASTICOS LTDA

13 NOME DO RÉU

RECIBO - CARTÓRIO (ANEXAR AO PROCESSO)

14 ATIVA/ INATIVA

15 VALOR DO DEPÓSITO: 2.763,62

16 OUTROS VALORES

17 DIAS DE BLOQUEIO

NOME DO DEPOSITANTE: PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICOS LTDA

QUANDO PAGO EM CHEQUE PREENCHER OS CAMPOS A SEGUIR

BANCO: 341 | Nº DO CHEQUE: 513695 | VALOR DO CHEQUE: 2.763,69

MOD. ZR-7 — 2ª via — CARTÓRIO

NOME COMPLETO DO JUÍZO: 5ª V. FAL. E CONCORDATAS

PREENCHIDO POR: SYLVIO

MUNICÍPIO: Rio DATA: 03.03.92

ASSINATURA DO ESCRIVÃO E CARIMBO DO CARTÓRIO

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

BANERJ0920BA026060397********2.763,62JRCR

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

VARA DE FALÊNCIAS - SVP
1303
FONOGRAFIA

V I S T A

Nesta data, faço vista destes autos ao Dr. Curador de Massas Falidas.

RJ, 7 / 3 / 97 O ESCRIVÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO
5ª Curadoria de Massas Falidas
RECEBIDOS EM
10 / 03 / 1997

1) PLS. 1299/1302 - Requeiro vista à Comissária.

2) PLS. 1278/1297 - Requeiro vistas à Comissária e a Concordatária.

Rio, 17/3/97

João Carlos B. Barros
Promotor de Justiça
Mat. 810.099-2

7535-651-0291

5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

Recebi estes autos com promoção

RJ, 19 / 3 / 97 O ESCRIVÃO

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao M.M. Dr.

Juiz em exercício ROBERTO LUIS FELINTO DE OLIVEIRA

RJ, 19 / 3 / 97 O ESCRIVÃO

Proc. nº 8012

1) Diga a Concordatária. Publique-se.

2) Após, à Comissária e ao M.P.

RJ 26 / 3 / 97 Juiz de Direito

Roberto Luis Felinto de Oliveira
Juiz de Direito

5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

Recebi estes autos com ~~vista~~ despacho

RJ, 26 / 3 / 97 O ESCRIVÃO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1304

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que enviei notícia do despacho de fls. 1303 ao Diário Oficial do Rio de Janeiro.
Rio 02 de 04 de 1997.

O ESCRIVÃO

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que o despacho de fls. 1303v° foi publicado no Diário Oficial de 7-4-97 às fls. 102.

RJ, 7 / 4 / 97

O ESCRIVÃO

Junte-se petição de fls. 1308/1309 nesta data.
Em 8/4/97
O Escrivão

7535-651-0291

Eduardo Antonio Kalache | Manoel Marques da Costa Braga Neto | Luiz Sergio Chame

Roberto de Gayoso e Almendra | Edna Dinis da Costa Braga | Ana Cláudia Correa
Rodrigo Kalache de Paiva | Tony Lo Bianco Mahet | Rafaela Faroni Ganem
Yamba Souza Lanna | André Alves Almeida Chame | Julieta Diniz Cuquejo

ADVOGADOS

Juliana Dinis da Costa Braga | André Dinis Angelo | Mª. Leticia Ribeiro de Castro Kertl

ESTAGIÁRIOS

Exmo.Sr.Dr.Juíz de Direito da 5ª Vara de Flências e Concordatas.

esc.: Maria José

1.ª E 5.ª VARAS FALÊNCIAS E CONCORDATAS
08 ABR 1997
RIO DE JANEIRO

PROGER

026109 OAB 97 07 15 44

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ELIANE DA MOTTA SILVA
Téc. Jud. 2.º Inst.
Mat. 01/10198

PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIA PLASTICAS LTDA, em Concordata Preventiva perante este MM. Juízo, por seu procurador infra assinado, vem, em cumprimento ao r. despacho de fls., dizer a V.Exa. que já tomou ciência do cálculo elaborado pelo Sr. Contador tendo, inclusive, conforme se apreende da guia de fls., recolhido a diferença lá apontada.

Termos em que,

P.deferimento.

Rio de Janeiro, 07 de abril de 1997

MANOEL MARQUES DA COSTA BRAGA NETO
OAB 29.801 adv. inscr.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1306

VARA DE FALÊNCIAS CONCORDATAS

VISTAS

Faço vista destes autos ao
Dr: 1º Liquidante Judicial
Rio, 11 de 4 de 1997
O Escrivão

Proc. 8012

1.º LIQUIDANTE JUDICIAL
RECEBIDO
DATA 22-04-97
Fls: 31 FLS: 22
5ª VARA CRIM 1º

MM. Dr. Juiz,

Petição em separado.

Rio de Janeiro, 06/05/97

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial
Matr. n.º 01/3436

CARTÓRIO DO 1º LIQUIDANTE
JUDICIAL DA COMARCA
DA CAPITAL
Avenida Braga, 115 - Sala 107
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

FALÊNCIAS 1307 90

EXMO.SR.DR.JUIZ DE DIREITO DA 5a VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS.

1.ª E 5.ª VARAS
FALÊNCIAS E CONCORDATAS
08 MAI 1997
RIO DE JANEIRO

A 1a LIQUIDANTE JUDICIAL DA COMARCA DA CAPITAL, Comissária da Concordata Preventiva de PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., vem, respeitosamente, nos respectivos autos, dizer a V.Exa o seguinte:

I. ESCLARECE:

1. Ciente dos cálculos de fls. 1278/1297 , relativa a 1a parcela do favor legal.

2. Ciente do depósito do valor da diferença apontado (fls. 1302).

3. O valor correspondente a 2a parcela já se encontra depositado às fls. 1145, porém o ilustre Contador do Juízo não efetuou o cálculo correspondente à mesma (60%), para verificação de sua correção.

II. REQUER:

1. Que os autos voltem ao ilustre Contador para cálculo da 2a parcela.

2. Que a Concordatária junte, em 72 horas, os balancetes relativos ao meses de fevereiro/96 a dezembro/96 e janeiro/97 a abril/97, bem como os balanços relativos a 1995 e 1996.

Nestes termos,
Pede deferimento.
Rio de Janeiro (RJ), 06 de maio de 1997.

7535-651-0291
TFP/

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial

RECEBIDO, nesta data estes autos (ou)
petição
Rio, 9 de 5 de 19 97

O Escrivão

JUNTADA

Juntei a estes autos a petição supra
que se segue.
Rio, 9 de 5 de 19 97

O Escrivão

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1308
304

VISTA

Nesta data faço vista destes autos ao
Dr. Curador de Massas
Rio, 9 de 5 de 97

Escrivão

Proc. 8012.

Proc. nº 8012

MM. juiz,

- Fls. 1307 - sem oposição.

Em 14/05/97.

P.J.

Proc. nº

RECEBI ESTES AUTOS COM DESPACHO.

EM 26.5.97

O Escrivão

7535-651-0253

Proc. nº

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz Dr. SERGIO WAJZENBERG

RJ, 27/5 /97 O Escrivão

Segue despacho em (1) lauda(s).

Rio, 27/5/1997.

Juiz de Direito

Sérgio Wajzenberg
Juiz de Direito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VARA C. FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1309
1308

COMARCA DA CAPITAL
JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

Proc. nº 8012

D E S P A C H O

1) Remetam-se os autos ao Contador para cálculo da 2ª parcela;

2) Deve a Concordatária, apresentar em 72 horas os balancetes relativos aos meses de fevereiro/96 a dezembro/96 e janeiro/97 a abril/97, bem como os balanços de 1995 e 1996.

3) Publique-se.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1997.

Sérgio Wajzenberg
Juiz de Direito

SERGIO WAJZENBERG
Juiz de Direito

Proc. nº
RECEBI ESTES AUTOS COM DESPACHO EM 03/6/97.
O Escrivão

CÓDIGO 7535-651 0139

REMESSA

Proc. nº _____

Faço remessa destes autos ao Contador fls.

RJ, 11/7/97

O ESCRIVÃO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
5º CONTADOR JUDICIAL

Av. Erasmo Braga, 115 sala 104-A - CENTRO - RJ
RESP. P/ EXPEDIENTE: JORGE UBIRATAN LOUREIRO CORTEZ
SUBSTITUTO DO RESP: OYAMA LOPES JOÃO

5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1310

Processo nº. 238/97.
5ª. Vara de Falências e Concordatas.
Concordata Preventiva de:

PLASBAG MONOPLAS IND.PLÁSTICAS LTDA.

M.M.Drº. Juiz,

P.V., esta contadoria para informar, tendo em vista o que consta determinado na Resolução nº 06/97, de 27 de janeiro de 1997, que modificou a Resolução nº.01/94 da Egrégia Corregedoria, dando nova redação ao Artº. 238 do C.N.C., o **recolhimento das custas, devidas para a elaboração dos cálculos,** conforme requerido pelo Drª. COMISSÁRIA (1ª.LIQUIDANTE), fls.1.307, ***deve por parte do Concordatário, em Cartório, ser comprovado.***

É o que nos cumpre informar.
V.Exa., determinará.
Rio, 02 de SETEMBRO de 1997.

Poder Judiciário
5º Contador Judicial
Resp. p/ Exp. Mat. 017797
Dr. Jorge Ubiratan Cortez

RECEBIMENTO
RECEBI estes autos com ( )o r. despacho,
(X)a cota, ( )a conta retro.
RJ, 03 / 09 /97 O ESCRIVÃO

CÓDIGO 7535-651-0138

JUNTADA

Nesta data junto.

Petições

03/09

Em

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
[illegible]

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 865
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1311

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de abril de 1997, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 maio de 1997

Plasbag – Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MES DE ABRIL DE 1997

1ª E 5ª VARAS FALÊNCIAS E CONCORDATAS
29 JUL 1997
RIO DE JANEIRO

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 278.497,37
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	180.661,24
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	21.310,22
Financeiras	16.381,30
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	172.496,88

Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 565
CAMPO GRANDE - CEP 23.6[illegible]
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 565
CAMPO GRANDE — RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAP 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.055
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAP 40701036 VAN 64

1313

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de maio de 1997, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 junho de 1997

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

ARQUIVO

1314

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE MAIO DE 1997

5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
29 JUL 1997
RIO DE JANEIRO

0323123 JUL 97 2 4 08

PROGER

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 320.730,94
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	198.850,64
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	25.658.48
Financeiras	16.777,34
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	185.418,72

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 865
CAMPO GRANDE - CEP 23.080
RIO DE JANEIRO - RJ

MARIA HELENA CORREA PIRES
Liquidante JUCERJA
Mat. n.º 01/0438

David Wong
Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues
Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 865
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAP 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ESTR. LAMEIRÃO PEQUENO, 000
CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ESTR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAF 40701036 MUN 64

PARA OS FALECIDOS
CONCORDATAS
1315

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de junho de 1997, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 julho de 1997

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.
David Wong

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE JUNHO DE 1997

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 336.522,85
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	224.314,60
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	26.841.83
Financeiras	14.691,90
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	197.958,82

Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 888
CAMPO GRANDE - CEP 23.844
RIO DE JANEIRO - RJ

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 888
CAMPO GRANDE - CEP 23.844
RIO DE JANEIRO - RJ

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.080
RIO DE JANEIRO - RJ

82 303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ESTR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036 MUN 64

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de fevereiro de 1996, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 março de 1996

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.
David Wong

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 1996

1ª e 5ª VARAS
29 JUL 1997
RIO DE JANEIRO

RECEITAS

Vendas de Mercadorias ..... R$ 349.445,49

DESPESAS

Custo dos Produtos Vendidos..... 273.917,80

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS

Administrativas..... 37.010,46
Financeiras 8.732,30

COMERCIALIZAÇÃO

Compras Efetuadas no Período 200.211,09

MARIA HELENA CORREA PIRES
1º Liquidante Judicial
Mat. nº 01/2439

David Wong
Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues
Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.060
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036 MUN 64

1ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1319

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei nº 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de março de 1996, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 abril de 1996

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.
David Wong

5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1320

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

032409

JUL 97 28

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1996

29 JUL 1997
RIO DE JANEIRO

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 441.331,54
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	341.031,35
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	38.863,14
Financeiras	9.386,00
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	262.782,39

Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.095
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23,000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAF 40701036 MUN 64

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1321

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei nº 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de abril de 1996, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 maio de 1996

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.
David Wo-g

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE ABRIL DE 1996

FALÊNCIAS E CONCORDATAS
29 JUL 1997
RIO DE JANEIRO

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 368.140,52
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	329.665,75
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	35.557,18
Financeiras	10.431,37
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	228.986,89

Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial
Mat. n.º 01/3438

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAIS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.080
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 6417
CAE 40701036 MUN 64

PARA OS FALÊNCIAS E CONCORDATAS 323

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de maio de 1996, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 junho de 1996

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

5ª VARA DE FALÊNCIAS
1324

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

Renato Marinho Rocha
Téc. Judiciário
032411
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JUL 97 28 14 03

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE MAIO DE 1996

PODER
FALÊNCIAS E CONCORDATAS
29 JUL 1997
RIO DE JANEIRO

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 390.172,77
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	303.359,61
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	35.801,31
Financeiras	12.554,46
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	202.430,88

David Wong
Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues
Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.060
RIO DE JANEIRO - RJ

MARIA HELENA CORREA PIRES
Jª Liquidante Judicial
Mat. nº 01/3438

82.303.391
PLASBAG-MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ESTR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036
MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 000
CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036 MUN 64

1º VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1324

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de junho de 1996, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 julho de 1996

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.
David Wong

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE JUNHO DE 1996

29 JUL 1997
RIO DE JANEIRO

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 297.796,22
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	282.224,08
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	20.875,42
Financeiras	10.954,73
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	218.811,59

Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.060
RIO DE JANEIRO - RJ

82 303 391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO P QUENO, 365
CAMPO GRANDE — RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64



PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de julho de 1996, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 agosto de 1996

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1328

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
0328413 JUL.97 28 14 03

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MES DE JULHO DE 1996

PROCESSOS
28 JUL 1997
RIO DE JANEIRO

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 374.162,77
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	291.603,14
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	38.212,99
Financeiras	14.320,28
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	179.968,34

Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLASTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 355
CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO - RJ

MARIA HELENA CORRÊA PIRES
Mat. nº 01/3428

82 303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLASTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 355
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF. 64.17
CAE 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.040
RIO DE JANEIRO - RJ

82 303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
A329

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de agosto de 1996, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 setembro de 1996

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.
David Wong

1ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1330

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE AGOSTO DE 1996

1ª E 5ª VARAS
FALÊNCIAS E CONCORDATAS
29 JUL 1997
RIO DE JANEIRO
032414 JUL 97 28 4 PROGER
TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 419.756,49
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	315.421,87
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	35.247,62
Financeiras	14.549,66
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	296.201,51

David Wo-g
Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues
Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

MARIA HELENA CORTEA PIRES
1.º Liquidante Judicial
Matr. n.º 01/3453

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.595
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.040
RIO DE JANEIRO - RJ

82 303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365,
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

1331

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de setembro de 1996, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 outubro de 1996

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

1ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1332

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

0324465 JUL 97 28 04

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MES DE SETEMBRO DE 1996

1.º E 5.º VARAS
29 JUL 1997
RIO DE JANEIRO

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 280.960,55
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos	355.734,45
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas	38.797,38
Financeiras	14.830,51
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	197.144,18

David Wo-y
Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues
Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.865
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036 MUN 64

MARIA HELENA COSTA PIRES
Liquidante Judicial
Matr. 3.º 01/3436

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23,000
RIO DE JANEIRO - RJ

82 303 391

PLASBAG MONOPLÁS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036 MUN 64

1333

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de outubro de 1996, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 novembro de 1996

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MES DE OUTUBRO DE 1996

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 321.994,18
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	320.576,50
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	38.232,33
Financeiras	14.601,80
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	194.942,16

Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.090
RIO DE JANEIRO - RJ

82 303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 6417
CAE 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.040
RIO DE JANEIRO - RJ

82 303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de novembro de 1996, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 dezembro de 1996

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1337

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1996

JUSTIÇA FEDERAL
JUÍZO DE 5ª VARA
29 JUL 1997
1337
RIO DE JANEIRO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JUL 97 28 0324117 4 05
PODER

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 283.071,90
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	321.568,60
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	36.655,10
Financeiras	16.548,50
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	159.067,94

David Wang
Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues
Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.060
RIO DE JANEIRO - RJ

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial
Mat. n.º 01/2000

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036
MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.060
RIO DE JANEIRO - RJ

82 303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036 MUN 64

4377

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de dezembro de 1996, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 janeiro de 1997

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MES DE DEZEMBRO DE 1996

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 308.516,13 .
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	349.744,43 .
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	64.372,12 .
Financeiras	15.465,25 .
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	211.356,64 .

David Wong
Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues
Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.040
RIO DE JANEIRO - RJ

82 303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 6417
CAE 40701036 MUN 6

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ESTR. LAMEIRÃO PEQUENO, 000
CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAF 40701036 MUN 64

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE FAZENDA
1329

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de janeiro de 1997, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 fevereiro de 1997

Plasbag Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

2ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1340

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MES DE JANEIRO DE 1997

1ª e 5ª VARAS
29 JUL 1997
RIO DE JANEIRO
PROGER

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
032419 JUL 97 2 1 4 05

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 299.882,48
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	213.789,16
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	38.147,73
Financeiras	15.056,49
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	143.633,10

David Wong
Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues
Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial
Mat. 1.º 01/3429

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.040
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
Cad 40701036 MUN 64

2.º VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1341

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de fevereiro de 1997, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 março de 1997

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

1342

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MES DE FEVEREIRO DE 1997

1º E 5º VARAS
29 JUL 1997
RIO DE JANEIRO

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 316.198,99
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	248.910,20
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	29.862,30
Financeiras	16.289,20
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	195.749,25

Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial
Mat. nº 01/3439

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ESTR. LAMEIRÃO PEQUENO, 368
CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 368
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAP 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 000
CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAT 40701036 MUN 64

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referentes ao mês de março de 1997, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 abril de 1997

Plasbag Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MES DE MARÇO DE 1997

1º e 5º VARAS
29 JUL 1997
RIO DE JANEIRO

032421 JUL 97 28 2 4 9

RECEITAS	
Vendas de Mercadorias	R$ 421.452,80
DESPESAS	
Custo dos Produtos Vendidos.....	273.912,60
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS	
Administrativas.....	31.932,90
Financeiras	15.381,30
COMERCIALIZAÇÃO	
Compras Efetuadas no Período	214.376,55

David Wong
Plasbag-Monoplas Inds. Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues
Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.090
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAP 40701036 MUN 64

MARIA HELENA COMPRA PIRES
Mat. 8.º

1344

ALOISIO CORDEIRO DE FARIA
advogado

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DESTA CAPITAL

Proc.: 8012/94
Escrevente - Hélio

1ª E 5ª VARAS CÍVEIS E COMERCIAIS
17 JUL 1997
RIO DE JANEIRO

PROGER

IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S.A.., estabelecida com sede na Rua Antonio Carlos, 434 - 4° andar, na Cidade do Estado de São Paulo, inscrita no CGC-MF sob n° 62.227.509/0001-29, por seu advogado infra-firmado,constituído na forma do incluso instrumento de mandato (docs. 1 a 3)), nos autos da CONCORDATA em tramite perante esse r. Juízo de PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIA PLÁSTICA LTDA., tendo em vista que encontra-se devidamente habilitada, constando seu crédito na lista de credores de fls. 65 e 1111, requer se digne determinar a expedição do respectivo mandado de pagamento de seu crédito.

Requer, ainda, que caso já esteja liberado o pagamento da segunda parcela, seja também determinada a expedição do mandado de pagamento da segunda parcela.

Nestes Termos,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 16 de Julho de 1997

ALOISIO CORDEIRO DE FARIA
OAB/RJ 868-B

Av. Rio Branco 156, sala 2212 - Centro - Rio de Janeiro- RJ.
CEP: 22.043-900 Tele/Fax: 262-9161 Telefone: 220-6250

Doc. 1

2º VARA DO PALÁCIO DA JUSTIÇA
1349
CONCORDATAS

INSTRUMENTO PARTICULAR DE SUBSTABELECIMENTO

OUTORGANTE

Nome: **RUBENS LUIZ GEORJÃO**
Procurador CPF/MF: 923.408.308-34 OAB/SP: 57.853

OUTORGADOS

Nome: **ALOÍSIO CORDEIRO DE FARIA**
Nacionalidade: Brasileiro Est. Civil: Casado
Profissão: Advogado OAB/RJ nº: 868-B

Nome: **FÁTIMA BRAGA GUEDES DOS SANTOS**
Nacionalidade: Brasileira Est. Civil: Divorciada
Profissão: Advogada OAB/RJ nº: 62.807

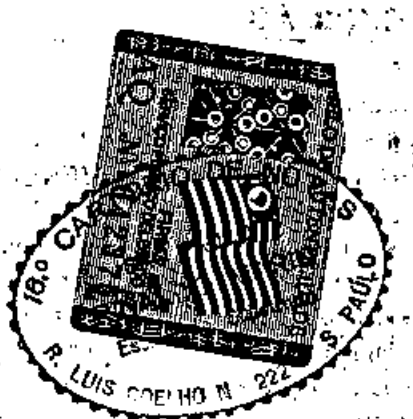
PODERES

A quem substabelece os poderes que lhe foram outorgados através do Instrumento Particular de Procuração datado de 08 de janeiro de 1997, pela **IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S.A.**, com sede na Rua Antonio Carlos, 434 - 4º andar, na cidade de São Paulo - SP, inscrita no CGC/MF sob o nº 62.227.509/0001-29, para defender os direitos e interesses da Outorgante, perante qualquer Vara, Tribunal ou Instância, repartições públicas federais, estaduais, municipais, entidades autárquicas e paraestaduais, podendo para tanto, ISOLADAMENTE, receber, dar quitação, transigir, fazer acordo, levantar dinheiro depositado judicialmente, requerer falência ou outra medida judicial, desistir, assinar termos e compromissos, enfim, praticar todos os atos para o bom e fiel desempenho do presente mandato, que deverá ser exercido especificamente contra **"PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIA PLÁSTICA LTDA."**, sendo-lhes vedado substabelecer.

2º CARTÓRIO CONFERIDO

São Paulo, 25 de junho de 1997.

RUBENS LUIZ GEORJÃO
OAB/SP 57.853



16o CARTORIO DE NOTAS DE SAO PAULO
ATUAL-> 16o SERVICO DE NOTAS - S.P.

WALTER CABRAL BENINI - TABELIAO INTERINO
RUA LUIS COELHO, 214/222
RECONHECO POR SEMELHANCA A(S)FIRMA(S)DE:
RUBENS LUIZ GEORJAO
SAO PAULO 26/JUNHO/1997
EM TEST. _____ DA VERDADE

RINALDO MARIN - ESCREVENTE SUBSTITUTO
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
CUSTA POR FIRMA 0,83
Total das Custas R$ 0,83

AUTENTICIDADE:5141927124891029384756

Doc 2

IPIRANGA QUÍMICA

17_Ja

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

Nome: **IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S.A.**
Endereço: Rua Antonio Carlos, 434 - 4º. andar
Cidade: São Paulo CEP: 01309.905
CGC/MF: 62.227.509/0001-29

REPRESENTADA POR

Nome: **FERNANDO RAFAEL ANSELMO ABRANTES**
Cargo: Diretor CPF: 315.532.060-53 RG: 2.011.159.528

Nome: **ROBERTO DORA FERNANDES**
Cargo: Diretor CPF: 182.108.727-53 RG: 5069665346-SSP/RS

OUTORGADOS

Nome: **RUBENS LUIZ GEORJÃO**
Nacionalidade: Brasileiro Estado Civil: Solteiro
Profissão advogado CPF: 923.408.308-34 OAB/SP: 57.853
Domicílio: São Paulo - SP

Nome: **PAULO PIRES DO CANTO**
Nacionalidade: Brasileiro Estado Civil: Solteiro
Profissão: Advogado CPF: 143.855.848-18 OAB/SP: 114.686
Domicílio: São Paulo - SP

PODERES

Ao qual outorga poderes da cláusula "ad-judicia" para defenderem seus direitos e interesses perante qualquer Vara, Tribunal ou Instância, repartições públicas federais, estaduais, municipais, entidades autárquicas e paraestatais, podendo para tanto, em conjunto ou separadamente, independente da ordem de nomeação, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho de sua missão, inclusive, receber, dar quitação, transigir, fazer acordo, levantar dinheiro depositado judicialmente, requerer falência, desistir, assinar termos e compromissos, podendo substabelecer. O presente mandato revoga o anterior datado de 28 de junho de 1996.

São Paulo, 08 de janeiro de 1997.

IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S.A.

judicia

VARA DO FORO CENTRAL CÍVEL 1350 SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE
1º SERVIÇO DE NOTAS - SP. WALTER C. GEORJÃO AUTENTICAÇÃO
- 1 JUL. 9
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
I. Q. S/A. Depto. Jurídico

16o CARTORIO DE NOTAS DE SAO PAULO
(ATUAL-) 16o SERVICO DE NOTAS - S.P.

WALTER CABRAL BENIKI - TABELIAO INTERINO
RUA LUIS COELHO, 214/222
RECONHECO POR SEMELHANCA A(S)FIRMA(S)DE:
FERNANDO RAFAEL ANSELMO ABRANTES
ROBERTO BORA FERNANDES
SAO PAULO 1/ABRIL/1997
EM TEST. DA VERDADE

DOMINGOS ZOLINO CAVALCANTI ESC. SUBST.
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
CUSTA POR FIRMA 0,84
Total das Custas R$ 1,68
AUTENTICIDADE141144152931029384756

SELO DE AUTENTICIDADE
AD Nº 91503[illegible]
FIRMA
SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO A
DOMINGOS ZOLINO CAVALCANTI
Escrevente Substituto
16º SERVIÇO DE NOTAS - SÃO PAULO
R. LUIS COELHO, 222 - S. PAULO

CONFERE C/O ORIGINAL
SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
- 1 ABR 97
16º SERVIÇO DE NOTAS-SP
WALTER CABRAL BENIKI
TABELIÃO INTERINO

16º SERVIÇO DE NOTAS - SÃO PAULO
RONALDO ROBERTO ZARATIN
Escrevente Substituto
R. LUIS COELHO, 222 - S. PAULO

IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S.A.

CGC nº 62.227.509/0001-29

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1996.

1. DATA, HORA E LOCAL - Dia 30 (trinta) de setembro de 1996, às 15:00 (quinze) horas, na sede social da Companhia, na Rua Antônio Carlos nº 434/4º andar - parte, São Paulo, Estado de São Paulo. **2. COMPOSIÇÃO DA MESA** - Presidente: ROBERTO BASTOS TELLECHEA FILHO; Secretário: SÉRGIO ROBERTO WEYNE FERREIRA DA COSTA. **3. PRESENÇAS** - Acionistas representando a totalidade do Capital Social e, ainda, o Sr. Gilberto Grandolpho, inscrito no CRC-SP sob o nº 139.572 representante da Coopers & Lybrand Biedermann, Bordasch Auditores Independentes, inscrita no CRC-SP sob o nº 8599. **4. CONVOCAÇÃO** - Anúncios de convocação da Assembléia não foram publicados, entretanto, a Assembléia estava se realizando de forma regular, em face do que dispõe o § 4º do artigo 124, da Lei nº 6404/76. **5. DELIBERAÇÕES - Primeira Parte da Ordem do Dia - Aumento de Capital** - Aprovados por unanimidade: 1 - Proposta da Diretoria para aumento do capital social de R$ 10.589.398,39 (dez milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos) para R$ 61.118.256,38 (sessenta e um milhões, cento e dezoito mil, duzentos e cinqüenta e seis reais e trinta e oito centavos), por subscrição particular, para integralização em bens e direitos, com a emissão de 164.020.600.000 (cento e sessenta e quatro bilhões, vinte milhões e setecentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, tendo sido fixado em R$ 0,43 (quarenta e três centavos) por lote de mil ações, o preço de emissão das ações, devendo a integralização das ações ser efetuada no ato de subscrição. Em seguida os acionistas Sérgio Silveira Saraiva, João Pedro Gouvêa Vieira Filho, Bolivar Baldisserotto Moura, Carlos Alberto Martins Bastos, Roberto Bastos Tellechea Filho, Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga e Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S/A., declararam expressamente que renunciavam a seu direito de preferência à subscrição das novas ações e serem emitidas; 2 - A acionista Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A. declarou que subscreveria totalmente o aumento de capital e integralizaria dito aumento de capital com bens e direitos aos quais atribui o valor de R$ 70.528.868,00 (setenta milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais), bens e direitos esses que constam do Laudo de Avaliação que, independentemente de transcrição, constitui o Anexo I da presente ata, Laudo esse elaborado pela empresa especializada Coopers & Lybrand Biedermann, Bordasch Auditores Independentes; 3 - Foi ratificada a nomeação de Coopers & Lybrand Biedermann, Bordasch Auditores Independentes, inscrita no CRC-SP sob o nº 8599, para proceder o Laudo de Avaliação dos bens e direitos que seriam conferidos para integralização do aumento de capital; 4 - O Laudo de Avaliação dos bens e direitos a serem conferidos para integralização do aumento de capital, no valor de R$ 70.528.868,00 (setenta milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais), sendo este o valor de aumento do capital aprovado; 5 - Tendo sido totalmente subscrito e integralizado pela acionista Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A. o aumento de capital, o capital da Companhia passa a ser de R$ 81.118.256,38 (oitenta e um milhões, cento e dezoito mil, duzentos e cinqüenta e seis reais e trinta e oito centavos), representado por 188.652.600.598 (cento e oitenta e oito bilhões, seiscentos e trinta e dois milhões, seiscentas mil, quinhentas e noventa e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, tendo os acionistas decidido, por unanimidade, que a nova redação do artigo 5º do Estatuto Social, seria transcrita após deliberação da Proposta de Diretoria que seria apreciada na 2ª parte da ordem do dia desta Assembléia. **Segunda Parte da Ordem do Dia - Reestruturação da Administração da Companhia e alteração do Estatuto da Sociedade** - Aprovados por unanimidade: 1 - Proposta da Diretoria para reorganização da estrutura de administração da Companhia, mediante a criação do Conselho de Administração, alteração do Estatuto Social da Companhia, que passava a vigorar com a seguinte redação, sendo que a redação do artigo 5º do Estatuto já reflete o novo capital da Companhia, consoante aumento que vinha de ser aprovado: "ESTATUTO SOCIAL DA IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S/A: **CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO: Artigo 1º** - A Sociedade se denomina IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S/A. e se regerá pelo presente Estatuto e legislação em vigor. **Artigo 2º** - A Sociedade tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e poderá abrir, manter e fechar agências, sucursais e escritórios em qualquer parte de território nacional, ou no exterior, a juízo do Conselho de Administração. **Artigo 3º** - A sociedade tem por objetos: a) a distribuição, comercialização e industrialização de solventes derivados do petróleo e de indústrias petroquímicas, de óleos de processo de ceras e outros insumos derivados de petróleo; b) a importação, exportação, o comércio e indústria de produtos químicos a petroquímicos em geral e de seus derivados; c) a prestação de serviços de assistência técnica e de armazenagem no ramo químico; d) a prestação de serviços administrativos e de processamento de dados; e) a representação comercial em geral; f) a participação em outras sociedades, especialmente na área química, como sócia quotista ou acionista. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL: Artigo 5º** - O Capital Social é de R$ 81.118.256,38 (oitenta e um milhões, cento e dezoito mil, duzentos e cinqüenta e seis reais e trinta e oito centavos) dividido em 188.652.600.598 (cento e oitenta e oito bilhões, seiscentos e trinta e dois milhões, seiscentas mil, quinhentas e noventa e seis) ações ordinárias, sem valor nominal. § 1º - As ações serão nominativas, podendo ser representadas por títulos simples ou múltiplos, emitidos com todas as formalidades legais. § 2º - Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais. **Artigo 6º** - Os títulos ou certificados de ações, assim como as cautelas, serão assinados por dois Diretores. Parágrafo Único - Os títulos ou certificados de ações bonificadas, resultantes de aumento de capital, serão distribuídos aos acionistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação de ata de Assembléia Geral que aprovar o aumento. **CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO: Artigo 7º** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Parágrafo Único - Os Conselheiros e Diretores receberão mensalmente os honorários fixados pela Assembléia Geral. **Artigo 8º** - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será de três anos, permitida a reeleição. **Artigo 9º** - O Conselho de Administração será composto de 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. § 1º - Em caso de vaga no Conselho de Administração os Conselheiros restantes escolherão um acionista para ocupar o cargo interinamente competindo à Assembléia Geral fazer a nomeação definitiva na primeira reunião que se seguir. § 2º - Havendo impedimento temporário de algum membro do Conselho, este achando do interesse social, poderá convocar um acionista para exercer as suas funções, enquanto durar o impedimento. **Artigo 10º** - O Conselho de Administração reunir-se-á mediante convocação feita pelo seu Presidente ou por dois Conselheiros, fixando dia, hora e local de reunião. **Artigo 11** - A reunião do Conselho de Administração instalar-se-á, com a presença de, pelo menos, 03 (três) de seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes. **Artigo 12** - Compete ao Conselho de Administração: I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II - eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispõe o Estatuto; III - fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos; IV - convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; V - manifestar-se sobre o relatório de administração e as contas de diretoria; VI - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos não contemplados nos orçamentos anuais de investimento; VII - autorizar a compra e a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de fiança ou de outras garantias e obrigações de terceiros; VIII - decidir sobre a abertura, manutenção ou fechamento de filiais; IX - escolher e destituir os auditores independentes; X - submeter à Assembléia Geral proposta de aumento de capital da Companhia. Parágrafo Único - Das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração lavrar-se-á a competente ata em livro próprio que será assinado por todos os presentes. **Artigo 13** - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado na forma estabelecida pelo Art. 10º deste Estatuto. **Artigo 14** - O Conselho de Administração na sua primeira reunião, após a eleição dos seus membros, escolherá o seu Presidente e o seu Vice-Presidente. Parágrafo Único - Competirá ao Presidente presidir as reuniões do Conselho e assinar em nome deste os avisos de convocação das Assembléias Gerais e ao Vice-Presidente substituí-lo em suas faltas ou impedimentos. **Artigo 15** - A Diretoria será composta por um mínimo de 02 (dois) e até 04 (quatro) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Superintendente e os demais sem denominação especial. § 1º - Em caso de vaga ou impedimento temporário de qualquer Diretor, compete ao Conselho de Administração deliberar acerca de nomeação de seu substituto. § 2º - Por ocasião da eleição dos Diretores, o Conselho de Administração designará entre os eleitos aquele que exercerá a função de Diretor Superintendente. **Artigo 16** - A Diretoria fica investida dos poderes necessários para praticar os atos de gestão, relativos ao funcionamento normal da sociedade. § 1º - A Diretoria, mediante prévia autorização do Conselho de Administração, poderá transigir, renunciar direitos, prestar fianças, adquirir, permutar, alienar e onerar de qualquer forma, bens e direitos da sociedade. § 2º - As deliberações da Diretoria, sem prejuízo do disposto nos arts. 20, letra "b", 23 parte final e 24 deste estatuto, serão executadas por dois Diretores. **Artigo 17** - A Diretoria, para validamente deliberar sobre qualquer assunto, deverá se reunir com a presença de, pelo menos, dois de seus membros, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor Superintendente e as decisões serão tomadas por maioria de votos, podendo os Diretores ausentes se fazer representar por um outro Diretor. **Artigo 18** - A Diretoria reunir-se-á quando necessário, mediante convocação de qualquer um de seus membros. **Artigo 19** - Das deliberações tomadas pela Diretoria lavrar-se-á a competente ata em livro próprio que será assinada por todos os presentes. **Artigo 20** - Compete ao Diretor Superintendente, além das atribuições que lhe forem atribuídas especificamente pelo Conselho de Administração: a) orientar a Diretoria em relação às deliberações tomadas pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Administração; b) representar pessoalmente ou em caso de impedimento, por diretor ou mandatário que indicar, a Sociedade nas Assembléias de acionistas de companhias de qual ela faça parte. **Artigo 21** - Compete igualmente ao Diretor Superintendente, além das atribuições que lhe forem atribuídas, especificamente pelo Conselho de Administração: a) executar e fazer executar o Estatuto, as deliberações de Assembléia Geral e do Conselho de Administração; b) ordenar a atividade dos outros Diretores sem denominação especial; c) superintender todas as operações da empresa, acompanhando seu andamento. **Artigo 22** - Compete aos outros Diretores que venham a ser eleitos, além de tomar parte nas reuniões da Diretoria, exercer as funções e as atribuições que lhe forem atribuídas pela mesma. **Artigo 23** - Todos os contratos, escrituras, títulos de crédito e demais documentos que importem em responsabilidade para a Sociedade, inclusive correspondência, terão obrigatoriamente, para serem válidos, a assinatura de dois Diretores, ou de um Diretor quando esta vier a ser especificamente designado pelo Conselho de Administração. **Artigo 24** - A Diretoria poderá conceder procuração a um ou mais procuradores, Diretores ou não da Sociedade para assinar isoladamente ou em conjunto, com um Diretor ou um outro procurador, os documentos de que trata o Art. 23. A procuração será assinada por dois Diretores designados pelo Conselho de Administração e conterá os poderes que a Diretoria lhes outorgar e conferir. **Artigo 25** - A Companhia será representada em Juízo pelo Diretor Superintendente, ou por outro Diretor por ele designado. **CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL: Artigo 26** - A Sociedade terá um Conselho Fiscal que somente funcionará nos exercícios sociais, em que for instalado a pedido de acionistas que representem um décimo das ações. O pedido de instalação do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembléia Geral, ainda que a matéria não conste no anúncio de convocação. Essa mesma Assembléia Geral procederá: a) à eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes e à fixação da remuneração dos Conselheiros Fiscais que exercerem suas funções; b) à instalação do Conselho Fiscal, cujo funcionamento terminará na primeira Assembléia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação. § 1º - O Conselho Fiscal será composto de três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não e a função de seus membros é indelegável. § 2º - Somente receberá remuneração o Conselheiro Fiscal que efetivamente exercer suas funções e sua remuneração será proporcional ao tempo de funcionamento. **Artigo 27** - As atribuições e os poderes do Conselho Fiscal são os definidos em lei. **CAPÍTULO V - DA ASSEMBLÉIA GERAL: Artigo 28** - A Assembléia Geral, como órgão soberano da Sociedade tem como atribuições as definidas em Lei. **Artigo 29** - Anualmente nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social reunir-se-á a Assembléia Geral Ordinária para: I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II - deliberar sobre a destinação de lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; III - eleger os administradores e membros do Conselho Fiscal, quando for o caso. **Artigo 30** - As Assembléias Gerais Extraordinárias realizar-se-ão nos casos e nas formas previstas em Lei e neste Estatuto. **Artigo 31** - As Assembléias Gerais serão convocadas com a antecedência de oito dias, no mínimo, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio. Não se realizando a Assembléia, será publicado novo anúncio de segunda convocação, com a antecedência mínima de cinco dias. Parágrafo Único - Os anúncios serão publicados no órgão oficial do Estado e em outro jornal de grande circulação editado na localidade da Sede da Sociedade. **Artigo 32** - Os avisos de convocação conterão além do local, data e hora da Assembléia, a Ordem do Dia. No caso de reforma de Estatuto, o aviso conterá também a indicação da matéria a ser discutida. **Artigo 33** - A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto que convocará um acionista para Secretário. Na falta do Presidente ou quem a substitua, a Assembléia Geral elegerá seu Presidente. **CAPÍTULO VI - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Artigo 34** - O exercício social terá duração de um ano terminando no dia 31 de dezembro. **Artigo 35** - Terminado o exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Sociedade, as seguintes demonstrações financeiras, exprimindo com clareza a situação do patrimônio da empresa e as mutações ocorridas no exercício. I - balanço patrimonial; II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III - demonstração de resultado do exercício; IV - demonstração das origens e aplicações de recursos. **Artigo 36** - Do resultado apurado, após a dedução dos prejuízos acumulados - se houver - e de provisão para o Imposto de renda, será retirado o percentual de 3% (três por cento) sobre o lucro da Atividade Operacional, para ser distribuído como participação nos lucros entre os empregados da Companhia. § 1º - Para efeitos da participação prevista no "caput", o Lucro de Atividade Operacional será apurado com a exclusão dos resultados decorrentes de Investimentos Societários, registrados no Demonstrativo de Resultados como renda ou despesa per: Equivalência Patrimonial, Amortização de Ágio ou Deságio e Alienação ou Baixa de Investimentos Societários. § 2º - O montante de participação nos lucros previsto no "caput" será distribuído entre os empregados com base em percentual da folha de pagamento do mês do balanço e que se referir a participação, fixando a Diretoria os critérios e aplicar aos empregados admitidos durante o exercício e aos inativos. § 3º - O montante de participação nos lucros prevista no "caput" será deduzido de qualquer outro pagamento sob o mesmo título, estabelecido em instrumento coletivo de trabalho, na forma que vier a ser definida pela Diretoria ou pelo respectivo instrumento coletivo. § 4º - O resultado de exercício que remanescer, após a dedução de participação mencionada neste artigo, constituirá o lucro líquido de exercício, do qual será retirada uma parcela de 5% (cinco por cento) para Constituição da Reserva Legal, destinada à assegurar a integridade do capital social, até que a mesma atinja a 20% (vinte por cento) do referido capital. O saldo ficará à disposição da Assembléia Geral, que o aplicará ou distribuirá baseada na Proposta do Conselho de Administração, observado o disposto no Art. 37 deste Estatuto. **Artigo 37** - A Sociedade distribuirá anualmente entre todos os seus acionistas, como dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido definido no Art. 36 deste Estatuto, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: I - quota destinada à constituição de reserva legal respeitados os limites estabelecidos em lei; II - quota destinada à formação de reservas de contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; III - lucros à realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva, que tenham sido realizados no exercício. Parágrafo Único - A Assembléia Geral, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, pode deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, nos termos deste artigo, ou retenção de todo o lucro. **Artigo 38** - A Companhia poderá proceder, por sugestão de Diretoria e deliberação do Conselho de Administração, à distribuição de lucro apurado no balanço levantado em 30 de junho, observado o disposto nos artigos 36 e 37 deste Estatuto. Parágrafo Único - Nos trimestres encerrados em 31 de março e 30 de setembro, a Companhia poderá proceder, por sugestão de Diretoria e deliberação do Conselho de Administração, a levantamento de balanço intermediário, com a finalidade de distribuição do lucro apurado, observado o disposto nos artigos 36 e 37 deste Estatuto. **CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO: Artigo 39** - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei. Parágrafo Único. Compete à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger os liquidantes e o Conselho Fiscal que funcionará durante a liquidação." 2. A eleição como membros do Conselho de Administração, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a se realizar em 1999, dos acionistas SÉRGIO SILVEIRA SARAIVA, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 4008202421B - SSP/RS e CPF nº 001.488.060-15, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; JOÃO PEDRO GOUVÊA VIEIRA FILHO, brasileiro, casado, advogado, portador de Carteira de Identidade nº 1502728 - IFP/RJ e CPF nº 008.583.207-49, residente e domiciliado na cidade de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro; BOLIVAR BALDISSEROTTO MOURA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 4006233144 - SSP/RS e CPF nº 004.822.420-00, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul; CARLOS ALBERTO MARTINS BASTOS, brasileiro, casado, leiloeiro rural, portador de Carteira de Identidade nº 1018519625 - SSP/RS e CPF nº 131.203.790-34, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e ROBERTO BASTOS TELLECHEA FILHO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 8005732601- SSP/RS e CPF nº 190.713.700-97, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; 3 - Proposta de acionista Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A., para que a remuneração global e mensal dos Administradores de Companhia, seja fixada em R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) para o mês de outubro de 1996, e que, no mesmo mês e nos meses subseqüentes, ocorrendo aumento salarial para o nível gerencial, de caráter geral, a qualquer título, essas honorários globais e mensais sejam reajustados nas mesmas épocas e nos mesmos índices e condições dos reajustes concedidos aos Gerentes, até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 1997, cabendo ao Conselho de Administração dividir a seu critério, esse remuneração global e mensal entre os seus membros e os Diretores de Sociedade devendo a remuneração dos Administradores que sejam também funcionários de Companhia lhes ser paga, sem prejuízo da seus salários como empregados. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia, sendo lavrada a presente ata que vai assinada pelo Presidente e Secretário de mesa, e por todos os acionistas presentes como segue: ROBERTO BASTOS TELLECHEA FILHO - Presidente; SÉRGIO ROBERTO WEYNE FERREIRA DA COSTA - Secretário; COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA, pp. Sérgio Roberto Weyne Ferreira da Costa; DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO IPIRANGA S/A., pp. Sérgio Roberto Weyne Ferreira da Costa ; SÉRGIO SILVEIRA SARAIVA; JOÃO PEDRO GOUVÊA VIEIRA FILHO; BOLIVAR BALDISSEROTTO MOURA; CARLOS ALBERTO MARTINS BASTOS e REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S/A., pp. Sérgio Roberto Weyne Ferreira da Costa. Certifico que a presente é cópia fiel do original transcrita no "Livro de Atas das Assembléias Gerais". IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S/A. SÉRGIO ROBERTO WEYNE FERREIRA DA COSTA - Secretário - advogado (OAB/RJ nº 45.697). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o número 181.500/96-6 em 31.10.96. Antonio Carlos Guido - Secretário Geral.

SELO DE AUTENTICIDADE
AUTENTICAÇÃO
TABELIÃO PÚBLICO DE NOTAS
DS Nº 151399

16º SERVIÇO DE NOTAS-SP.
WALTER C. BENINI-TAB. INTª
AUTENTICAÇÃO
22 MAI 97
CONFERE C/ O ORIGINAL, DOU FÉ. VÁLIDO
SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S.A. Ipiranga

CGC nº 62.227.509/0001-29

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1996. Aos trinta dias do mês de setembro de 1996, às 18:00 (dezoito) horas, reuniram-se na sede da Sociedade, na Rua Antônio Carlos nº 434, 4º andar - parte, São Paulo-SP, os membros do Conselho de Administração da IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S/A., abaixo assinados e resolveram: a) escolher como Presidente e Vice-Presidente do mesmo Conselho, respectivamente os Srs. SÉRGIO SILVEIRA SARAIVA, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 4006204218 - SSP/RS e CPF nº 001.488.060-15, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e JOÃO PEDRO GOUVÊA VIEIRA FILHO, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 1502729 - IFP/RJ e CPF nº 008.563.207-49, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; b) que tendo em vista a renúncia coletiva dos Diretores da Sociedade, eleger Diretores da Companhia, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 1999, os Srs. EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 2.043.242 IFP/RJ e CPF nº 008.564.287-87, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; FERNANDO RAFAEL ANSELMO ABRANTES, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 2011159528 - SSP/RS e CPF nº 315.532.060-53, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; ROBERTO DORA FERNANDES, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 5069665346 - SSP/RS e CPF nº 182.108.727-53, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e WILSON KOJI MATSUMOTO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 5978221-3-SSP/SP e CPF nº 831.653.048-15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo o primeiro para ocupar o cargo de Diretor Superintendente. Nada mais havendo e tratar foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada é assinada pelos Conselheiros presentes. Ass.: SÉRGIO SILVEIRA SARAIVA; JOÃO PEDRO GOUVÊA VIEIRA FILHO; BOLIVAR BALDISSEROTTO MOURA; CARLOS ALBERTO MARTINS BASTOS; ROBERTO BASTOS TELLECHEA FILHO. Certifico que a presente é cópia fiel do original transcrito no "Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração". IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S/A. João Pedro Gouvêa Vieira Filho - Secretário. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o número 181.490/96-1 em 31.10.96. Antonio Carlos Guido - Secretário Geral.

...seus direitos e obrigações. Assim notificados por este Edital, os Acionistas por si ou representados poderão comparecer à Assembléia Extra que se realizará com acionistas representando pelo menos 90% do Capital. Os que não comparecerem, terão todos os seus direitos garantidos, depositados na Tesouraria da nova Sociedade, o que constará do Contrato Social. Relação dos Acionistas adiante indicada. Este Edital publicado no Diário Oficial do Estado e no Jornal da Manhã, em 3 dias, sendo a primeira a 20 dias antes da data indicada neste Edital. Construtora Navarro Ltda. - Itarumã S.A. - Lupercio Torres Ltda. - Achille Marmirolli - Aloysio Martins - Antonio Cesar Bonamics - Antonio Smolka - Antonio P. Silva - Carlos M. Barreto - Casério B. Ceschin - Cicero J. Frahco - Comelio L. Cançado - Edson Queiroz - Geraldo F. Ziviani - José Carlos H. Santos - José Fernando B. Sampaio - José C. Aranha Neto - Julio Cesar S. Siqueira - Katuyoshi Utiyama - Lamartine Navarro Jr. - Luiz Fernando S. Navarro - Mircea T. Manolescu - Regina Helena V. Lahoz - Ricardo L. Junqueira - Theodoro Carvalho. (19, 20, 21)

COMPANHIA TRUZZI DE AUTOMOVEIS - CGC 43.462.068/0001-03 **AGO/AGE de 30/04/96 - Data, hora e Local:** 30/04/96 às 14:00 hs, na Sede Social. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social; **Mesa:** Presidente: Valdir Francisco Jesus Truzzi, Secretário: Euclides Edwin Truzzi. **Deliberações em AGO:** Todas aprovadas por unanimidade; a) Relatório da Diretoria e das contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31/12/95; b) Que o Lucro Líquido do Exercício de R$ 13.012,30 foi utilizado para absorção de prejuízos anos anteriores, portanto não haverá Distribuição de Dividendos aos Acionistas; c) A Capitalização da Reserva de Correção Monetária do Capital num montante de R$ 90.412,88; d) Reeleição da Diretoria para o mandato e se vencar em até 30/04/99; **Presidente:** Valdir Francisco Jesus Truzzi; **Diretor Superintendente:** Euclides Edwin Truzzi; **Diretor Administrativo:** Luis Hermínio Dimões Galdi; **Diretor Gerente:** Hildes Ovidio Truzzi; **Diretor Comercial:** Marcos Truzzi Orlandi; **Diretor Tesoureiro:** Luis Gonzaga Truzzi; que foram imadiatamente empossados em seus cargos. Os Diretores eleitos, declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de axercar atividade marcantil. A Assembléia deliberou deixar de instalar o Conselho Fiscal no corrente exercício de 1996. **Deliberações em AGE:** a) Aprovado por unanimidade o aumento de Capital Social de R$ 515.800,00 para R$ 605.400,00 cujo valor irá atetiver um aumento no Capital Social de R$ 89.600,00, conforme decreto Lei nº 1598/77. Assim sendo passará a vigorar com a seguinte redação. **Artigo 5º:** O Capital Social totalmente integralizado é de R$ 605.400,00, dividido em 605.400 Ações Ordinária ou Comuns, todas nominativas e de valor nominal de R$ 1,00 cada uma. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e Ata foi lavrada, lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes. Amparo (SP), 30/04/1996. Presidente: Valdir Francisco Jesus Truzzi, Secretário: Euclides Edwin Truzzi. A presente e resumo da original lavrada em livro próprio. JUCESP nº 84.132/96, em 04/06/96, Antonio Carlos Guido - Secretário Geral.

GRAVIGRÁFICA E EDITORA LTDA. torna público que

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA PAULISTA - Assembléia Geral Ordinária - Edital de Convocação - Nos termos dos Estatutos convoco os senhores associados do Sindicato a se reunirem em **Assembléia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia 29 de novembro de 1996, às 17:00 horas, em primeira convocação, e às 19:00 horas, em segunda convocação, na subsede do Sindicato, em Cordeirópolis, à Rua 7 de Setembro, nº 463, a fim de deliberarem sobre a seguinte: **Ordem do Dia: a)** Leitura, discussão e votação da Proposta Orçamentária para o ano de 1997 com parecer do Conselho Fiscal; b) Suplementação de Verbas para o exercício de 1996; c) Assuntos diversos. Só poderão tomar parte na referida Assembléia os associados em gozo de todos os direitos sindicais e que disso fizerem prova no ato de entrada para o recinto da Assembléia, ficando estabelecido também que todas as deliberações serão tomadas nas condições estatutárias. Campinas, 20 de novembro de 1996. **As) Waldemar Raffa - Diretor Presidente.**

S/A. VILA CURUÇA DE SÃO MIGUEL - C.G.C. Nº 60.943.909/0001-05 - **Assembléia Geral Ordinária - Convocação.** Ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, em sua sede social à Rua Ivoturucaia nº 252, nesta capital, às 10:00 horas do dia 09 de dezembro de 1.996, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: A) Apreciar e votar as Demonstrações Financeiras correspondente ao Exercício de 1.995; B) Aumento de Capital Social; C) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 18 de novembro de 1.996. Ilesio Fernandes Machado - Diretor Presidente. (19,20,21)

Indústria e Comércio de Móveis P. F. Ltda torna público que obteve da CETESB a Lic. de Instalação Ampliação Nº 112133 e solicitou a Licença de Funcionamento p/ produção de armários, na R. Alexandre Fernandes, 221 e 223 - Jd. Grimaldi-SP

ALTINO MAZZO E STELA ZANETTI MAZZO
LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Torna público que requereu junto a CETESB LICENÇA PARA INSTALAÇÃO de desmembramento de área denominada DESMEMBRAMENTO ALTINO MAZZO, situado na Avenida Prefeito Washington Luiz, bairro Castelo, município de Batatais-SP.

Batatais, 14 de novembro de 1.996

ALTINO MAZZO E STELA ZANETTI MAZZO
proprietários

S.S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. Torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação nº 006554 para Desmembramento, situado na Área 6 - Sítio Bertioga - Bairro Bertioga, Varzea Paulista/SP.

CARNEVALLI & CIA, torna público que requereu à **CETESB** a Licença de funcionamento para a atividade de **Extração de Argila**, situada

IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S.A.

CGC nº 62.227.509/0001-29

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 1996.

1. DATA, HORA E LOCAL - Dia 30 (trinta) de dezembro de 1996, às 15:00 (quinze) horas, na sede social da Companhia, na Rua Antônio Carlos nº 434/4º andar - parte, São Paulo, Estado de São Paulo. 2. COMPOSIÇÃO DA MESA - Presidente: ROBERTO DORA FERNANDES; Secretário: SÉRGIO ROBERTO WEYNE FERREIRA DA COSTA. 3. PRESENÇAS - Acionistas representando a totalidade do Capital Social e, ainda, o Sr. Gilberto Grandolpho, inscrito no CRC-SP sob o nº 139.572 representante da Coopers & Lybrand Biedermann, Bordasch Auditores Independentes, inscrita no CRC-SP sob o nº 8.599. 4. CONVOCAÇÃO: Anúncios de convocação da Assembléia não foram publicados, entretanto, a Assembléia estava se realizando de forma regular, em face do que dispõe o § 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404/76; 5. DELIBERAÇÕES - Aprovados por unanimidade: 1 - Proposta do Conselho de Administração para aumento do capital social de R$ 81.118.256,38 (oitenta e um milhões, cento e dezoito mil, duzentos e cinqüenta e seis reais e trinta e oito centavos), para R$ 84.590.500,24 (oitenta e quatro milhões, quinhentos e noventa mil, quinhentos reais e vinte e quatro centavos), por subscrição particular, para integralização em bens, ou por compensação com créditos de acionistas para com a Companhia, com a emissão de 8.074.985.721 (oito bilhões, setenta e quatro milhões, novecentas e oitenta e cinco mil, setecentas e vinte e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, devendo a integralização das ações ser efetuada no ato de subscrição. Em seguida os acionistas Sérgio Silveira Saraiva, João Pedro Gouvêa Vieira Filho, Bolivar Baldisserotto Moura, Carlos Alberto Martins Bastos, Roberto Bastos Tellechea Filho, Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga e Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A., declararam expressamente que renunciavam a seu direito de preferência à subscrição das novas ações a serem emitidas; 2) A acionista Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. declarou que subscreveria totalmente o aumento de capital e integralizaria parte do aumento de capital no valor de R$ 2.092.668,16 (dois milhões, noventa e dois mil, seiscentos e cinqüenta e oito reais e dezesseis centavos) por compensação com créditos que a mesma tem para com a Companhia, e efetuaria o restante de integralização com bens aos quais atribui o valor de R$ 1.379.585,70 (um milhão, trezentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos), bens esses que constam do Laudo de Avaliação que, independentemente de transcrição, constitui o Anexo I da presente ata, Laudo esse elaborado pela empresa especializada Coopers & Lybrand Biedermann, Bordasch Auditores Independentes, sendo que os bens a serem conferidos no aumento de capital correspondem à participação societária que a Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. detém no capital social da Isatec - Pesquisa, Desenvolvimento e Análises Químicas Ltda.; 3 - Foi ratificada a nomeação da Coopers & Lybrand Biedermann, Bordasch Auditores Independentes, inscrita no CRC-SP sob o nº 8.599, para proceder o Laudo de Avaliação dos bens a serem conferidos para integralização do aumento de capital; 4 - O Laudo de Avaliação dos bens a serem conferidos para integralização de parte do aumento de capital, bens esses que, conforme apurado no aludido Laudo de Avaliação correspondem ao valor de R$ 1.379.585,70 (um milhão, trezentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos); 5 - Tendo sido totalmente subscrito e integralizado pela acionista Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. o aumento de capital, os acionistas aprovaram, por unanimidade, que fosse alterada a redação do "caput" do artigo 5º do Estatuto Social, passando o referido dispositivo a ter a seguinte redação, mantida a redação de seus parágrafos: "Artigo 5º - O Capital Social é de R$ 84.590.500,24 (oitenta e quatro milhões, quinhentos e noventa mil, quinhentos reais e vinte e quatro centavos) dividido em 196.707.586.317 (cento e noventa e seis bilhões, setecentos e sete milhões, quinhentas e oitenta e seis mil, trezentas e dezessete) ações ordinárias, sem valor nominal.". Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia, sendo lavrada a presente ata que vai assinada pelo Presidente e Secretário da mesa, e por todos os acionistas presentes como segue: ROBERTO DORA FERNANDES - Presidente; SÉRGIO ROBERTO WEYNE FERREIRA DA COSTA - Secretário; COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA, pp. Sérgio Roberto Weyne Ferreira da Costa; DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A., pp. Sérgio Roberto Weyne Ferreira da Costa; SÉRGIO SILVEIRA SARAIVA, p.p. Sérgio Roberto Weyne Ferreira da Costa; JOÃO PEDRO GOUVÊA VIEIRA FILHO, pp. Sérgio Roberto Weyne Ferreira da Costa; ROBERTO BASTOS TELLECHEA FILHO, pp. Roberto Dora Fernandes; BOLIVAR BALDISSEROTTO MOURA, pp. Roberto Dora Fernandes; CARLOS ALBERTO MARTINS BASTOS, pp. Roberto Dora Fernandes e REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A., pp. Sérgio Roberto Weyne Ferreira da Costa. Certifico que a presente é cópia fiel do original transcrito no "Livro de Atas das Assembléias Gerais". IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S.A. SÉRGIO ROBERTO WEYNE FERREIRA DA COSTA - Secretário - advogado (OAB/RJ nº 45.687). Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o número 11.368/97-4 em 29.01.97. Romano Cristiano - Secretário Geral.

RHODIA S.A.

CGC/MF Nº 57.507.626/0001-06 - **ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA** - **Data:** 27/01/97. **Horário:** 10:00 hs. **Local:** Sede social da Cia. **Presença:** Maioria dos membros. **Mesa:** José Carlos Alcântara - Presidente, Riquio Uemura - Secretário. **DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS:** Em virtude das alterações ocorridas no capital social durante o ano de 1996, o mesmo, a partir desta data, fica assim distribuído entre os estabelecimentos da empresa:

ESTABELECIMENTOS	CAPITAL ATRIBUÍDO EM R$
SEDE Av. Maria Coelho Aguiar nº 215, Bl. B, Jardim São Luis, São Paulo-SP - CEP 05804-902, CGC/MF nº 57.507.626/0001-06	44.509.189,71
USINA QUÍMICA DE PAULÍNIA Fazenda São Francisco s/nº, Paulínia-SP - CEP 13140-000, CGC/MF nº 57.507.626/0006-10	231.728.230,56
ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO Setor Comercial Sul, SCS-Q.07, Bl A, cj 1207, Edifício Executivo Tower, Brasília-DF - CEP 70300-911, CGC/MF nº 57.507.626/0007-00	1.220,00
ESCRITÓRIO DE CONTATO COM CLIENTES Rua Barão do Rio Branco nº 63, 18º, sala 1811, Curitiba-PR - CEP 80010-160, CGC/MF nº 57.507.626/0041-01	1.220,00
USINA QUÍMICA DE CUBATÃO Estrada Piaçaguera s/nº, Km 4, Cubatão-SP - CEP 11553-000, CGC/MF nº 57.507.626/0096-39	19.404.921,13
USINA QUÍMICA SANTO ANDRÉ Av. Antonio Cardoso nº 319, Santo André-SP - CEP 09260-750, CGC/MF nº 57.507.626/0109-26	76.986.423,67
ESCRITÓRIO ADM. DE ASSISTÊNCIA À DIRETORIA Rua Marechal Floriano nº 19, 13º Pavimento, Rio de Janeiro-RJ - CEP 20060-003, CGC/MF nº 57.507.626/0114-93	1.220,00
USINA SÃO BERNARDO DO CAMPO Estrada Galvão Bueno nº 5505, São Bernardo do Campo-SP - CEP 09842-060, CGC/MF nº 57.507.626/0118-17	54.505.664,23
ESTAÇÃO DE ESPERA DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS Rod. Pe. Manoel da Nóbrega Km 67 - Samaritê, São Vicente-SP - CEP 11301, CGC/MF nº 57.507.626/0121-12	1.220,00
ESCRITÓRIO DE CONTATO COM CLIENTES Av. das Nações Unidas nº 22428 - Santo Amaro, São Paulo-SP - CEP 04795, CGC/MF nº 57.507.626/0122-01	1.220,00
ESTAÇÃO DE ESPERA DE LIXOS INDUSTRIAIS Estrada do Rio Preto Km 09 - B. Zona Rural, Itanhaém-SP - CEP 11740, CGC/MF nº 57.507.828/0128-99	1.220,00
COMÉRCIO ATACADISTA DE TERMOPLÁSTICOS GRANULADOS Rua do Comércio nº 715, Gaipão Teixeiro - Centro, Portão-RS - CEP 93180-000, CGC/MF nº 57.507.626/0129-70	1.220,00
USINA FILTER TOW Avenida Henri Sannejouand nº 6 - Centro, Santo André-SP - CEP 09210-560, CGC/MF nº 57.507.626/0130-03	25.194.734,42
ESCRITÓRIO DE CONTATO COM CLIENTES, EXPOSIÇÕES E DESFILES Avenida Brasil nº 948 - Jardim América, São Paulo-SP - CEP 01430-000, CGC/MF nº 57.507.626/0131-94	1.220,00
ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO Avenida Nove de Abril nº 1760 - Centro, Cubatão-SP - CEP 11510-000, CGC/MF 57.507.626/0132-75	1.220,00
TOTAL	452.340.143,72

Assinaturas: José Carlos Alcântara, José Carlos G. Filho, Carlos Fernando A. Lima e Antonio Carlos A. Palazzi. Jucesp registrado sob nº 18.026/97-4 em 13/02/97. Romano Cristiano - Secretário Geral.

BCN Leasing Arrendamento Mercantil SA

COMPANHIA ABERTA
CGCMF Nº 92.868.302/0001-33

AVISO AOS ACIONISTAS

1º SERVIÇO DE NOTAS-SP
WALTER C. DENNY TAB. INTR
AUTENTICAÇÃO
18 JUL 97
CONFERE C/ O ORIGINAL. DOU FÉ. VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
SELO DE AUTENTICIDADE
DS Nº 1619119

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

2ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
1354

Proc. nº

C O N C L U S Ã O

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz Dr. SERGIO WAJZENBERG

RJ, 04/9 /97 O Escrivão

Proc. nº 8012

Cumpra-se o despacho de fls. 1309, item 1, diligenciando a Conab dando o respectivo preparo.

RJ, 04/09/97. Juiz de Direito

Sérgio Wajzenberg
Juiz de Direito

R E C E B I M E N T O

RECEBI estes autos com o r. despacho, ( )a cota, ( )a conta retro.

RJ 05/9 /97 O ESCRIVAO

C E R T I D A O

Certifico e dou fé que ENVIEI NOTICIA do r.despacho de fls. 1314 ao DO, em 04/09/97, e que o mesmo foi publicado em 09/9/97

RJ 09/08/97 O ESCRIVAO

JUNTADA

صفحة 97

22

Eduardo Antonio Kalache **Manuel Marques da Costa Braga Neto** **Luiz Sergio Chame**

Roberto de Gayoso e Almendra — Edna Dinis da Costa Braga — Ana Cláudia Correa
Rodrigo Kalache de Paiva — Tony Lo Bianco Mahet — Rafaela Faroni Ganem
Yamba Souza Lanna — André Alves Almeida Chame — Juliana Diniz Cuquejo

A D V O G A D O S

Juliana Dinis da Costa Braga **André Dinis Angelo** **Mª. Leticia Ribeiro de Castro Kerti**

E S T A G I Á R I O S

Exmo.Sr.Dr.Juíz de Direito da 5ª Vara de Falências e Concordatas.

esc.: Hélio

1ª VARA FALÊNCIAS E CONCORDATAS
135

1.ª E 5.ª VARAS FALÊNCIAS E CONCORDATAS
16 SET 1997
RIO DE JANEIRO

PROGER

PODER JUDICIÁRIO - RJ
CORREGEDORIA
16 SET 97 012070

PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA, em CONCORDATA PREVENTIVA perante este MM. Juízo, por seu procurador infra assinado, vem, em cumprimento ao r. despacho de fls., requerer a V.Exa. se digne de determinar a juntada aos autos das guias inclusas, comprobatórias do recolhimento das custas devidas ao Sr. Contador.

Termos em que,

P. juntada.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1997.

YAMBA SOUZA LANNA
OAB 93.039

Travessa do Paço, 23 – Gr. 410 – Tels.: PABX: 533-4644 – 533-7768 – FAX: 533-7769

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03- 067169

1 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREV.

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1276
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 48,67
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,56
17	TOTAL	38 53,53

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205A0291209978**********53,53HRDR

[illegible]18205A0291209978**********53,53HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORMULÁRIOS PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03



BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03- 067169

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREV.

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUIZO E CARTÓRIO
5ª V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 43,62
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 4,56
17	TOTAL	38 53,53

1350,00

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]205A029120997**********53,53HRUK

[illegible]205A029120997**********53,53HRUK

1ª VIA-FETJ 2ª VIA-AUTOS 3ª VIA-CAARJ 4ª VIA-CARTÓRIO 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORMULÁRIOS PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 09

[redacted]

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

[redacted]

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 **03- 076604**

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
Plasbra Manufatura Ind. Plast. Ltda

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
Conc. Prev.

03 AUTOR / RECORRENTE
Plasbra Manufatura Ind. Plast. Ltda

04 COMARCA / TRIBUNAL
Capital

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5ª V. F. C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Valor da contadoria

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR — R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37
17	TOTAL	38 39,27

P. PAGA DA CONTADORIA
135,50
SELO DE FISCALIZAÇÃO
351 0

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
[redacted]18205A046120997**********39,27NRDR
[redacted]18205A046120997**********39,27NRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ — BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
— GREC —

Nº 27 03- 076604

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
Plaza Mon...
Ind. Plast. Ltda

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
Com. Prev.

03 AUTOR / RECORRENTE
Plaza Mon...
Ind. Plast. Ltda

04 COMARCA / TRIBUNAL
Capital

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Valor da causa

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28 1350
08 CONTADOR	19	29 1350
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 2,57
17	TOTAL	38 38,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1ª VIA-FE/... 2ª VIA-CLIENTE - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE+ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
— GREC —

Nº 27 03- 067213

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º J.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS JUDICIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205404712099**********39,27HRDK

[illegible]18205404712099**********39,27HRDK

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ — BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03- 067213

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONTRAFAÇÃO PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º J.T.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CTAS S/ DICTA/S

DISCRIMINAÇÃO		CONTA DO BANERJ Nº		VALOR - R$	
07	DISTRIBUIDOR	18		28	1334,80
08	CONTADOR	19		29	
09	ESCRIVÃO	20		30	
10	FUNDO ESPECIAL T J	21	003-03097-19	31	35,70
11		22		32	
12		23		33	
13		24		34	
14		25		35	
15			SUBTOTAL	36	
16	CAARJ / IAB (10%)	26	003-01973-17	37	3,57
17			TOTAL	38	39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

ORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
— GREC —

Nº 27 03- 067214

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONSIGNATÓRIA PREJUDICIAL

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5ª V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS JUDICIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL T J	21 003-03097-19	31 3,57
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25 SUBTOTAL	35
15		36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17 TOTAL		38 39,27

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205A04512099**********39,27HRDR

[illegible]18205A04512099**********39,27HRDR

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

Nº 27 03- 067214

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONSIGNATÓRIA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5ª V.T.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CTAS JUDICIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1334,80
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205004512099[illegible]39,27HRDR

[illegible]18205004512099[illegible]39,27HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 - ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 09

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
— GREC —

N.º 27 03- 067215

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS JUDICIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

PAGA EM PARCELA ÚNICA 4360 SELOS JUDICIAIS

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
18205A044120997**********39,27HRDR
18205A044120997**********39,27HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

GREC

Nº 27 03- 067215

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.T.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS JUDICIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,20
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,77

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

[redacted]

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

[redacted]

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03- 076605

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
Plassag Mompolas Ind. Plast. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
Comc. Prev.

03 AUTOR / RECORRENTE
Plassag Mompolas Ind. Plast. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
Capital

05 JUÍZO E CARTÓRIO
[redacted] 5 e V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Custas de Contador

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR -
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[redacted]18205A043120997**********39,27HRDR

[redacted]18205A043120997**********39,27HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

[redacted]

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

[redacted]

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

N.º 27 **03- 076605**

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASTAG MONOPLA. IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
COM. PREV.

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASTAG MONOPLA IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
S E V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE 10 + 10%

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28 136,50
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 5,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 1,57
17	TOTAL	38 13,77

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[redacted]1820A04312097[redacted]39,27HRDR

[redacted]1820A04312097[redacted]39,27HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

N.º 27 03- 067225

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
Plastag Monoplas Ind. Plast. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
Com. Pver.

03 AUTOR / RECORRENTE
Plastag Monoplas Ind. Plast. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
Capital

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Custas de Londres

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1362 0
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205A042120997**********39,27HKDR

[illegible]18205A042120997**********39,27HKDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03- 067225

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
Plaza Mon Plas. Ind Plas. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
Com. Pyer.

03 AUTOR / RECORRENTE
Plaza Monoplas Ind Plast LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
Capital

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5ª V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Custas de Lançado.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28 1360 1820
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,20
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]205A04212099********39,27NRDR

[illegible]205A04212099********39,27NRDR

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

N.º 27 03- 067228

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREV.

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR.

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 = 1363.0
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (1,0%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205A041120997**********39,27NRDR

[illegible]18205A041120997**********39,27NRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

[redacted]

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

[redacted]

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03ª 067228

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREV.

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1363
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ/AJAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[redacted]18205A041120997**********39,27HRDR

[redacted]18205A041120997**********39,27HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 - ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 09

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03- 067226

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL T J	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1820540401209978**********39,27HRDR

1820540401209978**********39,27HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03 067226

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR
07 DISTRIBUIDOR	18	28 136,50
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER À MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.487.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 - ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 02-067227

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREV.

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5ª V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1365
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL T J	21 003-03097-19	31 35,20
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 38,77

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER À MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205A039120997**********39,27HRDR

[illegible]18205A039120997**********39,27HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ASIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

GREC

Nº 27 03-067227

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREV.

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUIZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1365
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35 20
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3 57
17	TOTAL	38 38 77

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1ª VIA-TETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ÁBIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 09

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
— GREC —

N.º 27 03- 067229

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREV.

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1760
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205A03812099**********39,27MRUK

[illegible]18205A03812099**********39,27MRUK

1ª VIA - FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03-067229

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREV.

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1760
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35 20
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205A03812099[illegible]39,27HRDR

[illegible]18205A03812099[illegible]39,27HRDR

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

1ª VIA-AUTOS - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE/ADVOGADO

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03- 067168

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREV.

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUIZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205A036120997**********39,27HRDR

[illegible]18205A036120997**********39,27HRDR

1ª VIA - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / PROCURADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 09

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

Nº 27 03- 067168

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREV.

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1.354,70
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1ª VIA - AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.457.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 - ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
— GREC —

N.º 27 03- 067212

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREV.

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

2º TABELIONATO DE NOTAS 1346 CENTRAL DE MANDADOS

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA, OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205A037120997**********39,27HRDR
[illegible]18205A037120997**********39,27HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-TJOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 08

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03- 067212

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONC. PREV.

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28 1,35
08 CONTADOR	19	29 1,36
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 25,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 34,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]820503712099[illegible]34,27RDR

[illegible]820503712099[illegible]34,27RDR

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03- 067216

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASCAO MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONSIGNATÓRIA PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASCAO MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS JUDICIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1369
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14 1	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

VARA DOS FEITOS DE FAZENDA PÚBLICA

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

18205A035120997**********39,27NRDR

18205A035120997**********39,27NRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª A-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ — BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03- 067216

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO	PLASCAO NOVOPLAS IND. PLAST. LTDA
02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO	CAUTELAR PREVENTIVA
03 AUTOR / RECORRENTE	PLASCAO NOVOPLAS IND. PLAST. LTDA
04 COMARCA / TRIBUNAL	CAPITAL
05 JUÍZO E CARTÓRIO	5º U.J.C.
06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	CUSTAS JUDICIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1.368,76
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,79
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 1.408,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

0000001829503512099700000000039,27NKUR

0000001829503512099700000000039,27NKUR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CARTÓRIO - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

N.º 27 03- 067218

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE

PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL

CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO

5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CUSTAS JUDICIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205A034120997**********39,27HRUK

[illegible]18205A034120997**********39,27HRUK

1ª VIA-FETJ · 2ª VIA-AUTOS · 3ª VIA-CAAR · 4ª VIA-CARTÓRIO · 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 09

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
— GREC —

Nº 27 03- 067218

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASPAC MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASPAC MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
S.V.T.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS JUDICIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28 1320,00
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL - TJ	21 003-03097-19	31 55,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 57
17	TOTAL	38 3 5 7 7

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1ª VIA-FETJ ; 2ª VIA-AUTOS ; 3ª VIA-[illegible] ; 4ª VIA-CARTÓRIO ; 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 09

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03- 067219

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG. MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1371
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 25,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

18205A03312099?**********39,27HRDR
18205A03312099?**********39,27HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-BANERJ - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 09

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

Nº 27 03- 067219-

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 *134,10
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 5,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,54
17	TOTAL	38 39,24

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 08

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-BANERJ - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO ORIGINAL

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

N.º 27 03- 067220

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
S.V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 . 1372 .
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15 /	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

PAGO VALOR R$ 39,27 CONCORDATA

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205A03212099********39,27HRDR

[illegible]18205A03212099********39,27HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - PARTE/ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G.R.E.C. —

Nº 27 03- 067220

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5ª V.T.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1372
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL T.J.	21 003-03097-19	31 35,10
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3 57
17	TOTAL	38 39 27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]8205A03212097[illegible]39.27HBDR

[illegible]8205A03212097[illegible]39.27HBDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - PARTE/ADVOGADO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-48 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 09

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
— GREC —

N.º 27 03- 067230

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5.º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

FISCAL PAGO

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
[illegible]18205A031120997**********39,27HRDR
[illegible]18205A031120997**********39,27HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE - VOVOGABO

IMPRESSOS PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
— GREC —

N.º 27 03- 067230

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
CONCORDATA PREVENTIVA

03 AUTOR / RECORRENTE
PLASBAG MONOPLAS IND. PLAST. LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
CAPITAL

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5.º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
CUSTAS DE CONTADOR

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28 17,20
08 CONTADOR	19	29 17,20
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 34,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARA VOCÊ

FORMULÁRIOS PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 09

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— GREC —

N.º 27 03- 067170

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
Plasbra Mondial Ind. Plástica LTDA

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
Cons. Prov.

03 AUTOR / RECORRENTE
Plasbra Mondial Ind. Plástica LTDA

04 COMARCA / TRIBUNAL
Capital

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5 : V. F. C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
multa de contador

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

1ª PARA O VALOR DE R$ 0,34

DESCONTADO

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]18205A030120997**********39,27HRDR

[illegible]18205A030120997**********39,27HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVO

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 03

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

— G R E C —

Nº 27 03- 067170

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO

Plastmo Mono [illegible]
Ind. Plástica Ltda

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO

Cons. Prev. Jud.

03 AUTOR / RECORRENTE

Plastmo Mono [illegible]
Ind. Plástica Ltda

04 COMARCA / TRIBUNAL

Capital

05 JUÍZO E CARTÓRIO

5 - V. F. C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Custas de Contador

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR - R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28 1379
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-10	31 25,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25 SUBTOTAL	35
15		36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17 TOTAL		38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]829540301209978[illegible]39,27NRDR
[illegible]829540301209978[illegible]39,27NRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADV

FORTAN PADRONIZADOS - RUA DO LIVRAMENTO, 109 - C.G.C. 42.467.233/0001-49 - TEL.: (021) 253-7393 * ABIGRAF AUTORIZAÇÃO N.º 09

BANERJ BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
— GREC —

Nº 27 03- 067201

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO
Plastag Moplas Ind. Plasticas Ltda

02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO
Conc. Prev.

03 AUTOR / RECORRENTE
Plastag Moplas Ind. Plásticas Ltda

04 COMARCA / TRIBUNAL
Capital

05 JUÍZO E CARTÓRIO
5º V.F.C.

06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Custas de contadoria

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29 1.375
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL T J	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36 —
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1820500641209970000000039,27HRDR

1ª VIA-FETJ - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

7ADOS - P. 4 DO L

393. ABIGRAF AUT[illegible]ZAÇÃO N.º 01

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS

GREC

Nº 067201

01 NOME DE QUEM FAZ O RECOLHIMENTO: Pl[illegible] Monteiro		
02 NATUREZA DA CAUSA OU DO RECURSO: [illegible]		
03 AUTOR / RECORRENTE: [illegible]		
04 COMARCA / TRIBUNAL: [illegible]		
05 JUÍZO E CARTÓRIO: [illegible]		
06 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: [illegible]		

DISCRIMINAÇÃO	CONTA DO BANERJ Nº	VALOR R$
07 DISTRIBUIDOR	18	28
08 CONTADOR	19	29
09 ESCRIVÃO	20	30
10 FUNDO ESPECIAL TJ	21 003-03097-19	31 35,70
11	22	32
12	23	33
13	24	34
14	25	35
15	SUBTOTAL	36
16 CAARJ / IAB (10%)	26 003-01973-17	37 3,57
17	TOTAL	38 39,27

CARIMBO DA AGÊNCIA BANCÁRIA

PREENCHER A MÁQUINA OU EM LETRAS DE FORMA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

[illegible]39,27

[illegible]39,27

1ª VIA-TETI - 2ª VIA-AUTOS - 3ª VIA-CAARJ - 4ª VIA-CARTÓRIO - 5ª VIA-PARTE / ADVOGADO

TAN PADRÃO [illegible] - RUA DO [illegible] 109 - C.G.C. 42.497.208/0001-49 - TIGRAF AUTO CAGC N.R.09

V I S T A Contadora

Nesta data, faço VISTA dos autos ao
( ) ~~CURADOR DE MASSAS FALIDAS~~ ou ( ) ~~1o. LIQUIDANTE JUDICIAL~~.

RJ 23/9/97 O ESCRIVÃO

5ª CONTADOR JUDICIAL

Autos RECEBIDOS nesta data.

Rio 23/9/97

Devolvo a Sara de origem o presente feito, para que seja apensado todos os Volumes desta Reclamatória.

Rio, 30/outubro/97

ISAAC NEWTON S. CARVALHO
Mat. 01/17783-Aux. Cart.-5ª Contador

RECEBIMENTO

RECEBI estes autos com (o) (a) ( )r. despacho
(X)cota ( )conta retro.

RJ 03/11/97 O ESCRIVÃO

Proc. nº

V I S T A Contadora

Nesta data, faço VISTA destes autos ao
( ) ~~CURADOR DE MASSAS FALIDAS~~ ou ( ) ~~1o. LIQUIDANTE JUDICIAL~~.

RJ 04/11/97 O Escrivão

1376

PLANILHA

para verificação do valor a ser depositado referente a 2ª PARCELA da Concordata Preventiva de:

PLASBAG-MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA.

Data início da Correção Monetária, ajuizamento da Concordata 06/04/94
valor da UFIR em 06/04/94 = 544,66

Limite da C.M., data do deposito realizado em 08/04/96
valor da UFIR em 08/04/96 = 0,8287

Taxa dos Juros devidos na Concordata 12%aa. (Lei de Falências e Concordatas).

CREDORES (nominal)	Crédito originário	60% do credito.	Em Ufir 06/04/94 (544,66)	Em Real. 08/04/96 (0,8287)	Juros 1%a.m.
ALLFITAS COM. IND. LTDA.	530.263,16	318.157,89	584,14	R$ 484,07	R$ 116,17
ATLANTA QUIMICA INDL.	3.391.256,70	2.034.754,02	3.735,82	R$ 3.095,87	R$ 743,00
BRASIL PORTUGAL.	569.870,00	341.922,00	627,77	R$ 520,23	R$ 124,85
COPERQUIMICA COM.PROD.	3.286.216,10	1.971.729,66	3.620,11	R$ 2.999,98	R$ 719,99
DISTRIB.RESENDE S/A.	4.290.000,00	2.574.000,00	4.725,88	R$ 3.916,33	R$ 939,91
EUCATEX QUIMICA LTDA.	2.843.864,00	1.706.318,40	3.132,81	R$ 2.596,15	R$ 623,07
EXCEL COMPOSTOS PLAST.	377.804,41	226.682,64	416,19	R$ 344,89	R$ 82,77
FAM DISTRIB.DE AÇOS.	519.036,00	311.421,60	571,77	R$ 473,82	R$ 113,71
GRM EQUIP. ELETRICOS	632.010,00	379.206,00	696,22	R$ 576,95	R$ 138,46
IBF IND. BRAS. DE FILMES.	1.678.224,14	1.006.934,48	1.848,73	R$ 1.532,04	R$ 367,68
INTERCON COM. PLASTICOS.	102.000,00	61.200,00	112,36	R$ 93,11	R$ 22,34
IPIRANGA COML.QUIMICA.	7.026.350,96	4.215.810,57	7.740,26	R$ 6.414,35	R$ 1.539,44
MECA MAQQS. E ABRASIVOS.	398.080,40	238.848,24	438,52	R$ 363,40	R$ 87,21
PROCESSO INDUSTRIAL.	351.454,62	210.872,77	387,16	R$ 320,83	R$ 76,99
PROQUISA COM.IND. PROD.	4.512.650,40	2.707.590,24	4.971,15	R$ 4.119,59	R$ 988,70
STEEL-IND.E COM. FACAS.	334.950,00	200.970,00	368,98	R$ 305,77	R$ 73,38
TRANSLIDER TRANSP.ROD.	174.808,72	104.885,23	192,57	R$ 159,58	R$ 38,29
VOTORANTIN CELLUSE.	17.643.004,13	10.585.802,47	19.435,61	R$ 16.106,29	R$ 3.865,50
ZINFEL TRANSPORTES LT.	507.910,57	304.746,34	559,51	R$ 463,66	R$ 111,27
	CR$ 49.169.754,31		totais.....	R$ 44.886,91	R$ 10.772,73

Total de 60% dos créditos + Correção em 08/04/96.....R$ 44.886,91
Juros de 12% a.a. no período de 06/04/94 até 08/04/96.....R$ 10.772,73

TOTAL devido em data de 08/abril/96 data da realização do deposito 2ª.parcela.....R$ 55.159,80

Deduzir deposito efetuado em 08/04/96.....no valor de.....R$ 42.542,40
DIFERÊNÇA EM 08/04/96.....R$ 12.617,40

Diferença correspondente em quantidade de UFIR (0,8287)08/04/96.....(15.225,53)

Diferença Corrigida para a data atual (agosto/ 97)..... ***R$ 13.867,42***
Correspondente em UFIR (15.225,53)

Rio, 05 de dezembro de 1997.

5º Contador Judicial
Oyama Lopes João
Sub. Resp. Exp. Mat. 01/17796

PODER JUDICIÁRIO

137

V I S T A

Nesta data, faço VISTA dos autos ao ~~Dr. Perito~~ ~~CLAUDIO VILLELA BARCELLOS~~ 1º liquidante

RJ 25/01/98 O ESCRIVÃO

1º LIQUIDANTE JUDICIAL
RECIBO

DATA: 29/01/98 FLS: 138
LIVRO: 33 PROC: 8012/94
5ª VARA Fco

5º Volume

MM. DR. JUIZ

PETICAO EM SEPARADO.

RIO DE JANEIRO, 30.1.98

MARIA HELENA CORREA PIRES
1º Liquidante Judicial
Matr. nº 01/3499

1º LIQUIDANTE JUDICIAL
AV. ERASMO BRAGA, 115 sala 207-B - CENTRO
RIO DE JANEIRO / RJ
CEP: 20.026-900

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1348

EXMO.SR.DR.JUIZ DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS-RJ.

29-01-98

A PRIMEIRA LIQUIDANTE JUDICIAL, DA COMARCA DA CAPITAL, Comissária na Concordata Preventiva de PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIA PLÁSTICAS LTDA., vem, respeitosamente, nos respectivos autos, dizer e requerer a V.Exa o seguinte:

1. Ciente dos balancetes de abril/97 (fls.1312), maio/97 (fls.1314), junho/97 (fls.1316), fevereiro de 1996 (fls.1318), março/96 (fls.1320), abril/96 (fls.1322), maio/96 (fls.1324), junho/96 (fls.1326), julho/96 (fls.1328), agosto/96 (fls.1330), setembro/96 (fls.1332), outubro/96 (fls - 1334), novembro/96 (fls.1336), dezembro/96 (fls.1338), janeiro de 1997 (fls.1340), fevereiro/97 (fls.1342), março/97 (fls.1344 todas rubricadas nesta data.

2. Ciente do pedido de levantamento de fls.1348.

3. Ciente dos cálculos de fls.1376, requer a Comissária a intimação do Concordatário para que efetue o depósito da diferença de 15.225,53 UFIR'S.

4. Requer, mais, que sejam juntos aos autos os balanços de julho a dezembro/97.

Nestes termos.
Pede deferimento.
Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1998.

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial
Matr. n.º 01/3436

RECEBIMENTO

RECEBI estes autos com o(a) ( )r. despacho
(X)cota ( )conta retro.

RJ, 2/2/98 O ESCRIVAO

VISTA

Nesta data, abro VISTA destes autos ao ( )1º LIQUIDANTE JUDICIAL (X)CURADOR DE MASSAS FALIDAS

RJ, 3/2/98. O ESCRIVAO

MINISTÉRIO PÚBLICO
5ª Curadoria de Massas Falidas
RECEBIDOS EM
04/02/1998

1. Vista ao Dr. Curador de Massas Falidas
2. Após, conclusos.
Em 5-2-98

TALMA P. CASTELO BRANCO JR.
Promotor de Justiça
Mat. 288.133-8

RECEBIMENTO

RECEBI estes autos com (o) (a) ( )r. despacho
(X)cota ( )conta retro.

RJ 06/02/98 O ESCRIVAO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1379

C O N C L U S Ã O

NESTA DATA, FAÇO ESTES AUTOS CONCLUSOS AO MM DR JUIZ.
Rio, 09/08/98. O ESCRIVÃO

Proc. nº 8012

Fls. 1378 - A Concordatária para atender no prazo de 05 dias. Publique-se.
RJ, 09/02/98
Juiz de Direito

R E C E B I M E N T O

RECEBI estes autos com (o) (a) (x)r. despacho ( )cota ( )onta retro.
RJ, 10/02/98 O ESCRIVÃO

C E R T I D Ã O

CERTIFICO E DOU FÉ QUE, O R. DESPACHO/SENTENÇA RETRO FOI PUBLICADO NO D.O. DE 09/03/98, AS FLS 110.
RJ, 09/03/98. O ESCRIVÃO

J U N T A D A

JUNTO aos presentes autos a (s) peça (s) que se segue(m) às fls. 1380/1392
RJ, 09/03/98 O ESCRIVÃO

7535-651-0291

1380

Eduardo Antônio Kalache Manoel Marques da Costa Braga Neto Luiz Sergio Chame

Roberto de Gayoso e Almendra
Rodrigo Kalache de Palva
Yamba Souza Lanna

Edna Dinis da Costa Braga
Tony Lo Bianco Mabet
André Alves Almeida Chame

Ana Cláudia Correa
Rafaela Faroni Ganem
Julieta Diniz Cuquejo

A D V O G A D O S

Juliana Dinis da Costa Braga André Dinis Angelo Mª. Leticia Ribeiro de Castro Kerti

E S T Á G I Á R I O S

Exmo.Sr.Dr.Juíz de Direito da 5ª Vara de Falências e Concordatas.
esc.: Hélio

1ª E 5ª VARAS FALÊNCIAS E CONCORDATAS
04 MAR 1998
RIO DE JANEIRO

PODER JUDICIÁRIO - RJ
CORREGEDORIA
26 FEV 98 15:59 031834
P R O G E R

PLASBAG - MONOPLÁS INDDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA, em Concordata Preventiva perante este MM. Juízo, por seu procurador infra assinado, vem requerer a V.Exa. se digne de determinar a juntada aos autos dos documentos inclusos.

Termos em que,

P.Deferimento.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1998

LUIZ SERGIO CHAME
OAB 18.777

Travessa do Paço, 23 - Gr. 410 - Tels.: PABX: 533-4644 - 533-7768 - FAX: 533-7769

1381

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23,000
RIO DE JANEIRO - RJ

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referente ao mês de dezembro de 1997, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1998

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

1382

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1997

RECEITAS
Vendas de Mercadorias .....R$ 434.813,08

DESPESAS
Custo dos Produtos Vendidos.....R$ 170.842,96

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS
Administrativas .....R$ 48.682,90
Financeiras .....R$ 17.758,62

COMERCIALIZAÇÃO
Compras efetuadas no Período .....R$ 120.841,16

Plasbag-Monoplás Inds.Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11.721-2

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO P QUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 6417
CAE 40701036 MUN 64

33.619.925/0001-74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23,000
RIO DE JANEIRO - RJ

1383

82 303.391

PLASBAG MONOPLÁS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.080
RIO DE JANEIRO - RJ

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referente ao mês de novembro de 1997, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1997

Plasbag - Mopoplás Indústrias Plásticas Ltda.

1384

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1997

RECEITAS
Vendas de Mercadorias ..... R$ 450.175,75

DESPESAS
Custo dos Produtos Vendidos..... R$ 180.931,40

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS
Administrativas ..... R$ 40.682,65
Financeiras ..... R$ 25.225,92

COMERCIALIZAÇÃO
Compras efetuadas no Período ..... R$ 139.202,64

82.303.391

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23,000
RIO DE JANEIRO - RJ

Plasbag-Monoplás Inds.Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11.721-2

1385

82.303.391

PLASBAG MONOPLÁS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO P QUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
- CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO - RJ

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referente ao mês de outubro de 1997, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1997

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

1386

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1997

RECEITAS
Vendas de Mercadorias .....R$ 376.676,23

DESPESAS
Custo dos Produtos Vendidos.....R$ 164.285,76

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS
Administrativas .....R$ 30.692,40
Financeiras .....R$ 24.309,59

COMERCIALIZAÇÃO
Compras efetuadas no Período .....R$ 130.836,06

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

Plasbag-Monoplas Inds.Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11.721-2

33 619 925/0001-74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.055
RIO DE JANEIRO - RJ

1387

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO P QUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23,000
RIO DE JANEIRO - RJ

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referente ao mês de setembro de 1997, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1997

Plasbag - Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

1388

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 1997

RECEITAS
Vendas de Mercadorias .....R$ 442.876,62

DESPESAS
Custo dos Produtos Vendidos.....R$ 175.630,30

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS
Administrativas .....R$ 34.781,90
Financeiras .....R$ 22.247,11

COMERCIALIZAÇÃO
Compras efetuadas no Período .....R$ 110.583,68

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

Plasbag-Monoplás Inds.Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11.721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.080
RIO DE JANEIRO - RJ

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO P. QUEND, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23,000
RIO DE JANEIRO - RJ

1389

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referente ao mês de agosto de 1997, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1997

Plasbag – Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

1390

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE AGOSTO DE 1997

RECEITAS
Vendas de Mercadorias ..... R$ 346.392,51

DESPESAS
Custo dos Produtos Vendidos ..... R$ 171.342,89

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS
Administrativas ..... R$ 36.686,30
Financeiras ..... R$ 11.477,81

COMERCIALIZAÇÃO
Compras efetuadas no Período ..... R$ 112.535,51

ESTER HELENA CORREA PEREIRA
Lº Liquidante Judicial
Mat. nº 01/3439

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR LAMEIRÃO P QUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64 17
CAE 40701036 MUN 64

Plasbag-Monoplás Inds.Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11.721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG-MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.000
RIO DE JANEIRO - RJ

1391

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 · MUN 64

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS
PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23,060
RIO DE JANEIRO - RJ

PLASBAG-MONOPLÁS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., em Concordata Preventiva, por esse Egrégio Juízo em obediência ao disposto no Art. 169 do Item V - Decreto Lei n* 7661 de 21 de Junho de 1945, vem mui respeitosamente requerer a juntada da Conta discriminada das Receitas e Despesas referente ao mês de julho de 1997, após o visto do Sr. Comissário.

N.TERMOS
P.DEFERIMENTO

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1997

Plasbag – Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

1392

JUIZO DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATA

CONCORDATA PREVENTIVA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

REFERENTE AO MÊS DE JULHO DE 1997

RECEITAS
Vendas de Mercadorias .....R$ 469.432,77

DESPESAS
Custo dos Produtos Vendidos.....R$ 197.202,14

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS
Administrativas .....R$ 35.224,86
Financeiras .....R$ 12.891,23

COMERCIALIZAÇÃO
Compras efetuadas no Período .....R$ 127.567,89

MARIA HELENA CORREA PIRES
2.º Liquidante Judicial
Mat. n.º 01/2439

82.303.391
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

Plasbag-Monoplas Inds.Plásticas Ltda.

Ezequiel Rodrigues - Contador
CRC-RJ 11.721-2

33 619 925 / 0001 - 74
PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
EST. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - CEP 23.060
RIO DE JANEIRO - RJ

1393

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

C E R T I D Ã O

Certifico que expedi guia para
depósito no valor de
R$ 14.633,25.

O referido é verdade e dou fé.
Rio de Janeiro, em 10 de 03 de 1998.

O Escrivão

Recebi a guia para depósito
em 10/03/98

J U N T A D A

JUNTO aos presentes autos a (s) peça (s) que se segue(m) às fls.____.

RJ, 16/3/98

O ESCRIVÃO

ALOISIO CORDEIRO DE FARIA
advogado

1394

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DESTA CAPITAL

Proc.: 8012
Escrevente - Hélio

1ª E 5ª VARAS
FALÊNCIAS E CONCORDATAS
12 MAR 1998
1355
RIO DE JANEIRO

CGJ-RJ LGS FC05 1998-0012159 09/03/98 13:47:3225858

IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S/A., por seu advogado infra-firmado, nos autos da **CONCORDATA** de **PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIA PLÁSTICAS LTDA.**, tendo em vista que a primeira liquidante às fls. 1378 declarou ciente quanto ao pedido da ora Requerente de fls. 1348, requer se digne determinar a expedição do mandado de pagamento, referente a primeira parcela da importância depositada pela Concordatária.

Entende que o pedido formulado, por se referir a primeira parcela, não há qualquer impedimento a que seja imediatamente liberado o pagamento, não havendo necessidade de se aguardar o cumprimento do deposito requerido na petição de fls. 1378, vez que o deposito pleiteado é relativo a segunda parcela.

Nestes Termos,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 6 de Março de 1998

ALOISIO CORDEIRO DE FARIA
OAB/RJ 868-B

Av. Rio Branco 156, sala 2212 - Centro - Rio de Janeiro- RJ.
CEP: 22.043-900 Tele/Fax: 262-9161 Telefone: 220-6250

Eduardo Antonio Kalache **Manoel Marques da Costa Braga Neto** **Luiz Sergio Chame**

Roberto de Gayoso e Almendra — Edna Dinis da Costa Braga — Ana Cláudia Correa
Rodrigo Kalache de Paiva — Tony Lo Bianco Mahet — Rafaela Faroni Ganem
Yamba Souza Lanna — André Alves Almeida Chame — Julieta Diniz Cuquejo

A D V O G A D O S

Juliana Dinis da Costa Braga — André Dinis Angelo — Mª. Leticia Ribeiro de Castro Kerti

E S T A G I Á R I O S

1395

Exmo.Sr.Dr.Juíz de Direito da 5ª Vara de Falências e Concordatas.

esc.: Hélio

proc.: 94.001.037211-0

1ª E 5ª VARAS
FALÊNCIAS E CONCORDATAS
16 MAR 1998
1357
RIO DE JANEIRO

PLASBAG - MONOPLAS INDÚSTRIA PLÁSTICA LTDA, em CONCORDATA PREVENTIVA perante este MM. Juízo, vem, por seu procurador infra assinado, requerer a V.Exa. se digne de determinar a juntada aos autos da guia inclusa, comprobatória do depósito da difença da segunda parcela apurada no cálculo de fls..

Termos em que,

P.juntada.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1998

MANOEL MARQUES DA COSTA BRAGA NETO
OAB 29.801 adv. inscr.

CGJ-RJ LGS FC05 1998-0023865 11/03/98 17:47:23259108

Travessa do Paço, 23 — Gr. 410 — Tels.: PABX: 533-4644 — 533-7768 — FAX: 533-7769

Banco do Brasil S.A.
AGÊNCIA MINISTÉRIOS - RIO (RJ)

GUIA DE DEPÓSITO À ORDEM DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1396

⇒ Guia para primeiro depósito

Recebimento em qualquer Agência do Banco do Brasil

Conta / Depósito no RDO	Cód. Mod.	Código I.R.	Conta anterior no Banerj	Valor R$
4010028	521-5	ø	095.00179381-7	14.633,25

Nº da Vara	Tipo de ação	Nº do Processo
5ª	Concordata Preventiva	8012/94

Nome do Autor	CPF / CGC do Autor
Plastag Mondolas Ind. Plasticas Ltda	33.619.925/0001-74

Nome do Réu	CPF / CGC do Réu

Nome completo do Juízo
5ª Vara Falências e Concordatas

Depositada por
Plastag Mondolas Ind. Plasticas Ltda Jul: 5336110

Instruções para recebimento:
Depósito efetuado na Ag. Ministérios — Rio (RJ) — Receber ON-LINE c/c 31550.0500-0 - Enviar a via II para a SUPORTE JUDICIAL.
Depósito efetuado em outra agência: Receber ON-LINE AG 2860-6 c/c 31017.003-6 e transmitir cópia p/ fax (021) 262-4395 encaminhando a via II para Ag. Ministérios (RJ) — SUPORTE JUDICIAL

Município Rio de Janeiro Data 10 / 3 / 94

MARIO DA CRUZ NUNES
Substituto Matrícula

Assinatura do Escrivão e carimbo do cartório

RDO — Série A1 ss 2360010034 110398 14.633,25R 33410

3ª via — Cartório

Autenticação mecânica

1397

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

V I S T A

Nesta data, faço VISTA dos autos ao
( ) CURADOR DE MASSAS FALIDAS ou (X) 1o. LIQUIDANTE JUDICIAL.

RJ, 17/3/98 O ESCRIVAO

1.º LIQUIDANTE JUDICIAL
RECEBIDO
DATA 19 03 98
Lº 34 FLS: 52
5 VARA PROC. 8012/84

Ao e nos autos do agravo

MM. DR. JUIZ:

PETIÇAO EM SEPARADO.

RIO DE JANEIRO, 20/03/98

MARIA HELENA CORREA PIRES
1º Liquidante Judicial
Matr. n.º 01/3436

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1º LIQUIDANTE JUDICIAL
AV. ERASMO BRAGA, 115 sala 207-B - CENTRO
RIO DE JANEIRO / RJ
CEP: 20.026-900

1398

EXMO.SR.DR.JUIZ DE DIREITO DA 5a VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS.

1.ª E 5.ª VARAS
FALÊNCIAS E CONCORDATAS
23 MAR 1998
RIO DE JANEIRO

A 1a LIQUIDANTE JUDICIAL DA COMARCA DA CAPITAL, Comissária da Concordata Preventiva de PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA., vem, respeitosamente, nos respectivos autos, dizer a V.Exa o seguinte:

I. E S C L A R E C E:

1. Ciente dos balancetes de dezembro/97 a julho/97 (fls. 1381/1392), hoje rubricados.

2. Ciente do depósito da diferença apontada pelo Contador às fls. 1376, por guia do BANCO DO BRASIL de fls 1396.

3. Ciente do acrescido.

II. R E Q U E R:

1. Seja aberto o 6º volume do feito, eis que a certidão cartorária não foi preenchida.

2. Sejam remetidos à Comissária todos os créditos e impugnações de créditos, julgados ou não, para apresentação do Quadro Geral de Credores e para apresentação do Relatório do artigo 169, X, da Lei de Falências.

3. Seja oficiado ao BANERJ-SEJUD, para que informe o saldo da conta da Massa Falida naquele estabelecimento.

Nestes termos,
Pede deferimento.
Rio de Janeiro (RJ), 20 de março de 1998.

MARIA HELENA CORRÊA PIRES
1.ª Liquidante Judicial

7535-651-0291
TFP/

1399

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

RECEBIMENTO
RECEBI estes autos com o(a) ( )r. despacho/
decisorio (X)cota ( )conta retro.
RJ 24/03/98 O ESCRIVÃO

Junto a estes autos
cópia do of. nº 665/98,
que se segue.
RJ 30/3/98

JUÍZO DE DIREITO DA QUINTA VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DA CAPITAL - RUA DOM MANUEL, 29 - 4º ANDAR

1400

OF. Nº 665 /98-H
RESPOSTA URGENTE

Rio, 26.03.98.

Senhor Gerente

A fim de instruir os autos da Falência de **PLASBAG MONOPLAS IND. PLASTICAS LTDA** determino a V. Sª. providências no sentido de informar a este Juízo, o saldo atualizado da conta da Massa Falida **095.00179381.7** ou outra eventualmente existente.

Atenciosas Saudações,

JUIZ DE DIREITO

Ilmo. Sr.
Gerente do
BANERJ-DEJUD

CÓDIGO 7535-851-0252

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1401

Apensação

Apenso a estes autos os seguintes procs:

- Restituição nº 8162 - Distribuidora Rezende S/A Comércio e Indústria
- Impugnação nº 8111 - Poliolefinas SA
- " nº 8112 - PPH - Companhia Industrial de Polipropileno.
- H.C.R. nº 8163 - Distribuidora Rezende S/A Com. e Ind.
- H.C.R. nº 8892 - Banco do Brasil S/A
- H.C.R. nº 8889 - Banco do Brasil S/A.
- H.C.R. nº 8154 - Banco Bradesco S/A, (em apenso Impug. Crédito nº 8064)
- H.C.R. nº 8890 - Banco do Brasil S/A
- H.C.R. nº 8893 - Banco do Brasil S/A
- Restituição nº 8186 - Plas. Cor Ind. Com. de Plásticos.

Rj. 04/05/98

7535-651-0253

1402

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

V I S T A

Nesta data, faço VISTA dos autos ao
( ) CURADOR DE MASSAS FALIDAS ou (X) 1o. LIQUIDANTE JUDICIAL em 06 vols. e 10 aps.
RJ, 05/05/98 O ESCRIVÃO

1.º LIQUIDANTE JUDICIAL
RECEBIDO
DATA 06-05-98
L.º 35 FLS: 08
5ª VARA PROC 8012/94

6 vols e 10 apensos

MM. DR. JUIZ;

PETIÇÃO EM SEPARADO.

RIO DE JANEIRO, 8.5.98

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial,
Mat. n.º 01/3436

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1403

EXMO.SR.DR.JUIZ DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS-RJ.



A PRIMEIRA LIQUIDANTE JUDICIAL DA COMARCA DA CAPITAL, Comissária na Concordata Preventiva de PLASBAG MONO - PLAS INDÚSTRIAS PLASTICAS LTDA., vem, respeitosamente, nos respectivos autos, dizer e requerer a V.Exa o seguinte:

Ciente do acrescido.

R E Q U E R:

1. A juntada do anexo Quadro Geral de Credores, e sua publicação por 2 vezes consecutivas no D.O.

2. Seja aberta vista ao Perito CLAUDIO DE VILLEMOR SALGADO para apresentação do Laudo Pericial que acompanhará o Relatório do art. 169, X, da Lei de Falências.

3. Seja dado andamento nas Habilitações de Crédito constante das observações do Quadro Geral de Credores.

4. Com a resposta do ofício de fls.1400 e o Laudo Pericial Contábil, nova vista com todos os volumes apensados.

Nestes termos.
Pede deferimento
Rio de Janeiro, 8 de maio de 1998.

MARIA HELENA CORREA PIRES
1. ª Liquidante Judicial,
Mat. n.º 01/3436

7535-651-0291

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1º LIQUIDANTE JUDICIAL
AV. ERASMO BRAGA, 115 sala 207-B - CENTRO
RIO DE JANEIRO / RJ
CEP: 20.026-900

1404

MM.JUIZO DE DIREITO DA 5a VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS.

CONCORDATA PREVENTIVA DE: PLASBAG MONOPLAS IND.PLÁSTICAS LTDA.

QUADRO GERAL DE CREDORES:

CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS:

01. DISTRIBUIDORA RESENDE S/A COM. E IND.
(proc. 8163/94) ---------- CR$ 1.290.000,00

02. P.P.H. CIA. INDUSTRIAL DE POLIPROPILENO
(proc. 8112/94) ---------- CR$ 110.687.870,94

OBSERVAÇÕES:

Os processos de nºs 8111/94, 8154/94, 8162/94, 8889/96, 8890/96, 8892/96, 8893/96, 8186(4 encontram-se pendentes de julgamento.

RIO DE JANEIRO (RJ), 07 DE MAIO DE 1998.

Dra SINDICA

MARIA HELENA CORREA PIRES
1.º Liquidante Judicial
Mat. n.º 01/3436

MM.Dr.JUIZ

RECEBIMENTO
RECEBI, nesta data, os autos com o(a) ( )r. despacho /decisório (X)cota ( )conta.

RJ, 13/5 /98.

O ESCRIVÃO

VISTA

Nesta data, abro VISTA destes autos ao
( )1º Liq.Judicial (X)Curador de Massas

RJ, 14/5/98. O ESCRIVÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO
5ª Curadoria de Massas Falidas
RECEBIDOS EM
18/05/1998

M. Juiz,

Fls.: 1.403 - Itens 1, 2, 3 e 4 -

Nada a opor.

RJ, 18/05/98.

LUIZ ROLDÃO DE F. G. FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA
MATR. 1.297-1

RECEBIMENTO

RECEBI estes autos com o(a) ( )r. despacho/
decisorio (X)cota ( )conta retro.

RJ, 19/05/98 O ESCRIVÃO

PODER JUDICIÁRIO

1405

CONCLUSÃO
Nesta data, faço os autos conclusos ao M.M.
Dr. JUIZ DE DIREITO.
RJ, 19/5/98 O ESCRIVÃO

1) Ao Perito;
2) Venham a conclusão as HC pendentes de julgamento;
3) Defere fls 400. Prazo de cinco dias p/ resposta

Sérgio Wajzenberg
Juiz de Direito
19/5/98

RECEBIMENTO
RECEBI, nesta data, os autos com o(a) ( )r. despacho /decisório ( )cota ( )conta.
RJ 21/5/98. O ESCRIVÃO

V I S T A

Nesta data, faço VISTA dos autos, ao Dr. Perito CLAUDIO VILLEMOR SALGADO.

RJ, 21/5/98 O ESCRIVÃO

J U N T A D A

JUNTO aos presentes autos ( ) a( ) peça(s) que se segue as fls:_____ ( ) o AR.

RJ, 15/5/98 O ESCRIVÃO

9406

BANERJ **BANCO BANERJ S/A**

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1998.

1ª E 5ª VARAS
FALÊNCIAS E CONCORDATAS
21 MAI 1998
RIO DE JANEIRO

SEJUD - 1690/98

Exmo. Sr.
Dr. Juiz de Direito da
5ª Vara de Falências e Concordatas
NESTA

Ref.: Ofício nº: 665/98-H, de 26/03/98
Nosso protocolo nº: 034763, de 14/04/98

Meritíssimo:

- Conta nº: 095.00179381.7
- Em nome de: PLASBAG MONOPLAS IND. PLÁSTICAS LTDA.
- Saldo atualizado de: R$ 96.755,75, em 01/05/98.

Sendo o que nos cumpre informar, subscrevemo-nos,

Respeitosamente.

DIRETORIA DE CONTROLES ESPECIAIS
Seção de Depósitos Judiciais

SARA COPPOLO DO REGO
Gerente de Departamento
mnc

SONIA CONTI PEREIRA
Chefe de Setor

CGJ-RJ CSD FC05 1998-0218679 19/05/98 17:04:29159879

1406

CONCLUSÃO
Nesta data, faço os autos conclusos ao M.M.
Dr. JUIZ DE DIREITO.
RJ, 26/5/98 O ESCRIVÃO

fls 1405 - cumpra-se integralmente

Ofício ao Juiz

26/5/98

RECEBIMENTO
RECEBI estes autos com o(a) ( )r. despacho/
decisório ( )cota ( )conta retro.
RJ 27/05/98 O ESCRIVÃO

VISTA
Nesta data, faço VISTA dos autos ao Dr. Perito
CLAUDIO VILLEMOR SALGADO
RJ 28/5/98 O ESCRIVÃO.

R.H. 07/10/98

CERTIDÃO

Certifico que até a presente data não recebi petição do perito.

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, em 04 de 11 de 98

O Escrivão

CONCLUSÃO

Faço, nesta data, os presentes autos conclusos ao MM. DR. JUIZ DE DIREITO

Rio, 05/11/98.

Escrivão

Proc. nº 80/2

Despacho em separado com 1 lauda(s) digitadas(s).

Juiz de Direito

RJ. 5/11/98

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1407

CERTIDÃO

COMARCA DA CAPITAL
JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS

DESPACHO

Proc. nº 8012

O deferimento do pedido do Requerente de fls. 1348, não pode ainda ser conhecido, vez que não estão presentes os pressupostos respectivos, isto é, a existência de sentença concessiva da concordata respectiva (após a publicação do Q.G.C. e a apresentação do laudo do perito da Comissária), cabendo assim ao Requerente aguardar o momento próprio. Publique-se.

Dê-se vista ao Perito.

Publique-se.

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1998.

SERGIO WAJZENBERG
Juiz de Direito

RECEBIMENTO
RECEBI, nesta data, os autos com o(a) (X)despacho/ decisório ( )cota ( )conta.
RJ, 06/11/98 O ESCRIVÃO

CÓDIGO 7535-651-0138

CERTIDÃO

Certifico que o r. despacho foi publicado no D.O. de 11/11/98 às fls 118.

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 98

O Escrivão

V I S T A

Nesta data, faço VISTA dos autos ao Dr. Perito CLAUDIO VILLENOR SALGADO

RJ 11/11/98 O ESCRIVÃO.

J U N T A D A

JUNTO aos presentes autos ( ) a( ) peça(s) que se segue as fls:_____ ( ) o AR.

RJ, 18/11/98 O ESCRIVÃO

Homero Batista Filho
A. Pimenta Soares
Eraldo José Brandão
Daniela Figueiredo
Clóvis P. Santos Filho

1408

Escritório de Advocacia

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5a. VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DO RIO DE JANEIRO-RJ

Proc. nº 8162

5ª VARA FALÊNCIAS E CONCORDATAS 11/35 RIO DE JANEIRO

DISTRIBUIDORA REZENDE S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA, nos autos da Concordata Preventiva impetrada por PLASBAG MONOPLSD INDS. DE PLÁSTICOS LTDA., vem, com elevação, por seu advogado infra assinado, requerer a V.Exa. se digne de mandar expedir o competente mandado de pagamento, em nome do advogado que esta subscreve, para o levantamento do quantum pertinente à sua HABILITAÇÃO NA CONCORDATA em tela, mais os acréscimos legais.

Termos em que
P. deferimento

RIO DE JANEIRO, 03 de Novembro/1.998

ERALDO JOSÉ BRANDÃO - adv/
OAB/RJ 66445

CGJ-RJ SLB FC05 1998-0730658 04/11/98 13:22:11156289

RIO DE JANEIRO
Rua Assembléia,10
Grupo 1703-Centro
Tel.: (021) 531-2343

SALVADOR
Rua V. Damásio,15
2º andar
Tel.: (071) 243-6881

BRASÍLIA
SDN CNB
Grupo 4092
Tel.: (061) 228-6414

SÃO PAULO
Av. Brigadeiro Luiz Antonio,317- 4º andar
Tel.: (011) 35-5062

DUQUE DE CAXIAS
Rua Marechal Deodoro, 629
Grupo 201
Tel.: (021) 671-2787

PODER JUDICIÁRIO

J U N T A D A

JUNTO aos presentes autos ( ) a(X) peça(s) que se seguem as fls: 1410 ( ) o AR.

R.J, 25/11/98 O ESCRIVÃO

1410

Claudio De Villemor Salgado
Perito

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 5ª Vara de Falências e Concordatas

Processo Nº 8012/94

Concordata Preventiva de
Plasbag Monoplás Indústrias Plásticas Ltda.

5ª VARA FALÊNCIAS E CONCORDATAS RIO DE JANEIRO

CGJ-RJ FER FC05 1998-0780752 18/11/98 16:48:30158595

Claudio De Villemor Salgado, Contador, inscrito no CRC/RJ sob o nº 40.219-0, Perito indicado pelo Sr. 1º Liquidante Judicial para elaborar o **Laudo Pericial Contábil** da Concordata em epígrafe, tendo encerrado suas diligências, vem informar a V.Exa. que já fez a entrega de seu trabalho ao Sr. Síndico, bem como a devolução dos autos em Cartório.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1998

Claudio De Villemor Salgado
Perito Contador
CRC/RJ Nº 40.219-0

PODER JUDICIÁRIO

141

Proc. nº 8032

C O N C L U S Ã O

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz Dr. SERGIO MAJZENBERG.

RJ, 26 /11/98 O Escrivão

Ao Comissário e MP

Sérgio Majzenberg
Juiz de Direito

26/11/98

R E C E B I M E N T O

RECEBI, nesta data, os autos com o(a) ( )despacho/ decisário ( )cota ( )conta.

RJ, 27/11/98 O ESCRIVÃO

V I S T A

Nesta data, abro VISTA destes autos ao
(X) 1º Liquidante Judicial
( ) Curador de Massas
RJ, 30/11/98 O ESCRIVÃO

1.º LIQUIDANTE JUDICIAL
R E C E B I D O
DATA: 03/12/98
LIVRO: 56 FLS: 40
5ª VARA FALÊNCIAS

(6º vol)

7535-651-0292

M. M. Juiz-

Requeiro que o Cartório certifique sobre às fls. 1410.

Após, protesto por nova vista, com todos os volumes.

Rio, 14/12/98

WB
Wanderlin Tavares Biridiba
1º LIQUIDANTE JUDICIAL
Mat 01 / 2866

RECEBIMENTO

RECEBI, nesta data, os autos com o(a) ( )despacho/ decisário ( )cota ( )outro

RJ, 18/12/98 O ESCRIVÃO

JUNTADA

JUNTO aos presentes autos ( ) a( ) peça(s) que se seguem as fls:_____ ( ) o AR.

RJ, 05/01/99 O ESCRIVÃO

ALOISIO CORDEIRO DE FARIA
advogado

1412

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DESTA CAPITAL.

CBJ-RJ HPE FC05 1998-0804202 25/11/98 16:27:2315399

Ref.: Proc. nº 8012
Escrevente - Patrícia

IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S/A, por seu advogado infra-firmado, nos autos da **CONCORDATA de PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIA PLÁSTICAS LTDA.,** tendo tomado conhecimento do despacho de fls. 1407, vem expor, para ao final requerer o que se segue:

1 - **O levantamento requerido refere-se a primeira parcela do valor depositado pela concordatária**, do qual aos demais credores foi concedido idêntico tratamento, sendo de ser destacado que a Requerente chegou a receber ofício desse Juízo solicitando as providências para que fosse realizado o mencionado levantamento.

2 - Não se trata, portanto, do pagamento da segunda parcela.

3 - Em vista do exposto, requer a reconsideração da decisão de fls. 1407, de forma a autorizar que seja expedido mandado de levantamento em favor da ora Requerente, relativo a parte do seu crédito decorrente ao valor do deposito judicial da primeira parcela da concordata.

4 - Requer, ainda, seja assinado prazo e determinada a intimação do perito da comissária, para apresentação de seu laudo, visando não retardar o desfecho desta concordata, em prejuízo aos credores.

Nestes Termos,
P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 25 de Novembro de 1998

ALOISIO CORDEIRO DE FARIA
OAB/RJ 868-B

Av. Rio Branco 156, sala 2212 - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
CEP: 20.043-900 Tele/Fax: 262-9161 Telefone: 220-6250
e-mail: faria@bridge.com.br

1413

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

M.M. Dr. Juiz

Tendo duvidas em cumprir a 1ª parte da cota do Sr. Sindico. Decidirá V. Exª o que for de direito. R.J. 05/01/99

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao M.M. Juiz Dr. SERGIO WAJZENBERG.

Rio, 07/01/99 Escrivão

Ao Comissário e MP

11/1/99

RECEBIMENTO

RECEBI, nesta data, os autos com o(a)
( )despacho/decisorio ( )conta
( )cota.
RJ, 14/01/99. O ESCRIVAO

7535-661-0253

VISTA

Nesta data, abro VISTA destes autos ao
(X) 1º Liquidante Judicial
( ) Curador de Massas
RJ, 22/01/99 O ESCRIVÃO

1.º LIQUIDANTE JUDICIAL
RECEBIDO
DATA: 29/01/99
LIV O: 36 FLS: 53
5ª VARA FEC: 3012.

Mm. Dr. Juiz:

Requeiro a V. Exca que seja juntado a estes autos o laudo Pericial.

Após, protesta por nova vista, com todos os volumes.

(Sem efeito WVB.

Rio, 19/02/99

WVB

Wanderlin Tavares Birdiba
1º LIQUIDANTE JUDICIAL
Mat. 01 / 2866

MM. DR. JUIZ

PETICAO EM SEPARADO.

RIO DE JANEIRO. 24/02/99

Wanderlin Tavares Birdiba
1ºLIQUIDANTE JUDICIAL
Mat. 01 / 2866

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1414

Exmº Sr. Juiz de Direito da 5a. Vara de Falências e Concordatas da Comarca da Capital do Rio de Janeiro.

Proc. nº 8012/94
C.P. de Plasbag Monoplas Indústrias Plásticas Ltda.

O 1º Liquidante Judicial, Comissário da concordata preventiva em epígrafe, vem requerer a V.Exa. o que' segue:

1) Desconsideração do pronunciamento oferecido pelo signatário às fl. 1413.

2) Apensação, por linha, de todas habilitações de crédito constantes da observação do QGC de fl. 1.404, objetivando-se seu aditamento.

3) Publicação do referido QGC.

4) Após, nova vista para os fins do relatório que trata o artº 169, X, da Lei Regente.

Rio, 24/fevereiro/1994

Wanderlin Tavares Bindoba
1ºLIQUIDANTE JUDICIAL
Mat. 01/2866

RECEBIMENTO

RECEBI, nesta data, os autos com o(a)
( )despacho/decisorio ( )conta
( )cota.
RJ 31 / 3 /99. O ESCRIVÃO

JUNTADA

JUNTO aos presentes autos a peça que
se segue as fls. .
RJ. 04 /99 O ESCRIVÃO

Eduardo Antônio Kalache **Manoel Marques da Costa Braga Neto** **Luiz Sergio Chame**

Roberto de Gayoso e Almendra **Edna Dinis da Costa Braga** **Ana Cláudia Correa**
Rodrigo Kalache de Paiva **Tony Lo Bianco Mahet** **Rafaela Faroni Ganem**
Yamba Souza Lanna **André Alves Almeida Chame** **Julieta Diniz Cuquejo**

A D V O G A D O S

Juliana Dinis da Costa Braga **André Dinis Angelo** **Mª. Leticia Ribeiro de Castro Kert**
Rafael Rodrigues Giraud **Patricia Schroter Kalache** **Rodrigo Barbosa Leite**

E S T Á G I Á R I O S

1415

Exmo.Sr.Dr. Juiz de Direito da 5ª Vara de Falências e Concordatas.

esc.: Patrícia

proc.: 94.001.037211-0



PLASBAG MONOPLÁS INDÚSTRIA PLÁSTICA LTDA, em CONCORDATA PREVENTIVA perante este MM. Juízo, por seu procurador infra assinado, vem requerer a V.Exa. se digne de determinar a juntada aos autos das quitações fiscais inclusas, para que, preenchidos que estão todos os demais requisitos, seja CONCEDIDO o presente Favor Legal e, ato contínuo julgado CUMPRIDO, na forma da lei.

Termos em que,

P.juntada e deferimento.

Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1999

EDUARDO ANTONIO KALACHE
OAB 15.018

CGJ-RJ CFR FC05 1999-0023449 12/01/99 17:30:00157813

CND emitida por Sistema Corporativo Informatizado - 17494265

MPAS

Ministério da Previdência e Assistência Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria de Arrecadação e Fiscalização

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND

① SÉRIE I | Nº 494265

② PCND Nº 018?0/98 17.609.001

CGC / CEI 33.619.925/0001-74

③ DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME: PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIA PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO): ESTRADA DO LAMEIRAO PEQUENO 365, RIO DO PRATA

BAIRRO OU DISTRITO: CAMPO GRANDE | CEP: 23.017-320 | MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO | UF: RJ

④ FINALIDADE (PERMITIDO O PREENCHIMENTO DE APENAS UMA OPÇÃO)

☐ Averbação do imóvel a seguir especificado: ##########

########## | ÁREA CONSTRUÍDA / DEMOLIDA M²

☒ LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITÍCIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NÃO IMPLIQUE EM ALIENAÇÃO OU ONERAÇÃO, A QUALQUER TÍTULO, DE BEM MÓVEL OU IMÓVEL OU DIREITO A ELES RELATIVO.

☐ NO REGISTRO OU ARQUIVAMENTO, NO ÓRGÃO PRÓPRIO, DE ATO RELATIVO À BAIXA OU REDUÇÃO DO CAPITAL DE FIRMA INDIVIDUAL, REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL, CISÃO TOTAL OU PARCIAL, TRANSFORMAÇÃO OU EXTINÇÃO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL E TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DE COTAS DE SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

☐ QUAISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO AS DA LEI Nº 8.870, DE 15 DE ABRIL DE 1994, EXCETO PARA AS FINALIDADES PREVISTAS NAS QUADRÍCULAS 01 E 03 DESTE DOCUMENTO.

OBSERVAÇÕES: Se emitida para CGC, válida para matriz e filiais

##########

##########

CND NAO VALIDA PARA FINS DE BAIXA EM REPARTICOES COMPETENTES

CERTIFICO, na forma do disposto na Lei nº 8.212/91, e suas alterações, que inexiste débito impeditivo à expedição desta certidão em nome do contribuinte acima identificado, ressalvado ao INSS o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Posto de Arrecadacao e Fiscalizacao
17.609.001
RJ-CAMPO GRANDE
CARIMBO DO EMITENTE

RIO DE JANEIRO, 16 de Dezembro de 1998

Rita [illegible] dos Santos
ASSINATURA / CARIMBO
Chefe do Posto Arrecadação e Fiscalização - Campo Grande
17.609.001 - Mat. 0.920.650

INSS

Cópia desta CND só terá validade se conferida com o original. A CND para averbação só é válida no original.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL POR 6 MESES

CALCOGRAFIA BARROSO

ME - 4007

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Nº.: E - 2.231.732

CERTIDAO POSITIVA DE TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, COM EFEITOS DE NEGATIVA.
(ART. 206 DA LEI NO. 5.172, DE 25/10/66)

CGC: 33.619.925/0001-74
PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA
EST LAMEIRAO PEQUENO 365 CAMPO GRANDE
CEP: 20000-000 RIO DE JANEIRO RJ

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI NRO 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966, (CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL), ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS EFEITOS DA CERTIDAO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO REFERIDO CODIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO SOMENTE DEBITOS EM RELACAO AOS TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS NA CONDICAO ABAIXO ESPECIFICADA:

A EXIGIBILIDADE ESTA SUSPENSA NOS TERMOS DO ART. 151 DO CTN:
- CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO:
COFINS
- MEDIDA JUDICIAL:
COFINS, PIS/PASEP
PARCELAMENTO DE DEBITO:
COFINS, IPI

ESTA CERTIDAO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUACAO DO CONTRIBUINTE NO AMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NAO CONSTITUINDO, POR CONSEGUINTE, PROVA DE INEXISTENCIA DE DEBITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA DA UNIAO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL.

VALIDADE ATE 08/06/1999 - EMITIDA EM 08/12/1998

ESTA CERTIDAO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO

EXPEDIDA GRATUITAMENTE

CARIMBO / ASSINATURA

MF / SRF / DRF / RJ
CAC - CAMPO GRANDE
Em 08/12/98
JOÃO BATISTA MELO ANTONIO
Matr. SIPE - 21934
CHEFE DO CAC

15:22 08/12/98 000213 CAC CGC DRF/RJ 07.1-07.00.3

Aprovado pela IN/SRF nº 80/97

G 0043153

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E FINANÇAS

1ª VIA

NÚMERO 184/98

82.303.391

PLASBAG-MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.
ETR. LAMEIRÃO PEQUENO, 365
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
ISF 64.17
CAE 40701036 MUN 64

CARIMBO OFICIAL PADRONIZADO

CERTIDÃO NEGATIVA
IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE (ESTABELECIMENTO PRINCIPAL OU ÚNICO)

NOME OU RAZÃO SOCIAL
PLASBAG-MONOPLAS INDUSTRIAS PLÁSTICAS LTDA.

ENDEREÇO
EST. DO LAMEIRÃO PEQUENO, 365 - CAMPO GRANDE - RIO

CGC
33.619.925/0001-74

REQUERIMENTO

O contribuinte acima identificado pede seja mandado passar, por certidão, a quitação em relação ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para fazer prova junto a (ao): JUIZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FALENCIA E CONCORDATA

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1998
Local e Data:

David Wong
ASSINATURA DO CONTRIBUINTE OU SEU REPRESENTANTE LEGAL

ESTABELECIMENTOS DEPENDENTES

INSCRIÇÃO	ISF/AF	INSCRIÇÃO	ISF/AF	INSCRIÇÃO	ISF/AF	INSCRIÇÃO	ISF/AF

NOTAS DE DÉBITO

NÚMERO	DATA	FASE ATUAL

CÓD. DA INF-DAT | DATA, ASSINATURA E MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO

APURAÇÃO DE DÉBITOS DO ICMS

NÚMERO DOS REG. DE APURAÇÃO VERIFICADOS
RAICMS nº 10

INSCRIÇÃO FACULTATIVA: DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 7.º DA RES. SEF 214/77 (ASSINALAR COM "X" EM CASO AFIRMATIVO) [ ]

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

ÓRGÃOS FAZENDÁRIOS EMITENTES

OBSERVAÇÕES

DAM R$ 8,06 - Banerj 27-11-98. 0193

CARIMBO DA RECEPÇÃO

RECEBIDO
0 3 DEZ 1998
CRF-6 - CAPITAL
ISF: 64.17

Licio Herbert Saucedo
Fiscal de Rendas
Mat. 0119442-7

Certifico que até a presente data, não há débito apurado, com referência ao ICMS, contra a firma requerente.

Esta certidão não tem caráter homologatório de lançamento, nem de créditos porventura não verificados.

DATA, ASSINATURA E MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL

Carlos José Costa Chamberlain
Fiscal de Rendas
Mat. 0 030 843-8

VISTO E CARIMBO DO TITULAR DA REPARTIÇÃO

Licio Herbert Saucedo
Fiscal de Rendas
Mat. 0119442-7

SIGA - Serv. Ind. GRÁFICOS ALVORADA Ltda. - Av. Suburbana, 3.376 Del Castilho - PABX 201-8622 - RJ - CGC(MF) 33.603.266/0001-41 - Insc. Est. 81.977.718
FLUXO: 1ª Via → CONTRIBUINTE; 2ª Via → ÓRGÃO EMISSOR; - Nº de VIAS: 2 (DUAS)
Portaria SEAR Nº 177
CÓD. 1-72

À ISF 64.17
Não consta débito inscrito em nome do requerente
Rio de Janeiro 30 de 11 de 1998

Mat. 174.085-9 Fiscal da DRI / ISF

O prazo de validade é de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da sua expedição. Resolução 379/79 alterado pela Resolução 618/80.

PESQUISADO POR

ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTA DÉBITO NO SETOR DE CADASTRO DESTA ISF.
ISF - 64.17 Em 03/12/98

Fernando Luiz Teixeira Silva
Mat. 190.564-0

Sr. INSPETOR SECCIONAL - ISF 64.17
Em nome da requerente não consta parcelamento. EM ATRASO, ESTÁ EM DÍA
ISF 64.17 - Parc. 03/12/98

FUNCIONÁRIO E CARIMBO
Sebastião Ribeiro Brum
Agente Administrativo
Mat 292.685-5

1419
93
0971077

OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

Serviço Registral - Capital - RJ

Av. Rio Branco, 120, 10º andar, 1007 - RJ - Tel.: (021) 507-5444

CENTRAL DE CERTIDÕES - AV. ALMIRANTE BARROSO, 90 - 2º ANDAR

O OFICIAL DO 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI, CERTIFICA com referência aos assuntos abaixo mencionados e DA FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros de registro, fichários, arquivos e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

I - Interdições e/ou Indisponibilidade de Bens, previstas pela Lei 6024 de 13/03/74, que trata da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda;

II - Execuções fiscais de competência estadual, tais como ICM, Imposto de Transmissão, multas diversas e outras;

III - Execuções fiscais de competência municipal, tais como Imposto Predial, Territorial, sobre Serviços, multas diversas e outras;

IV - Execuções de tarifas de água e esgoto da CEDAE, antiga ESAG, anteriormente SURSAN;

V - Execuções de débitos de taxa de lixo e multas diversas da COMLURB;

VI - Ações e Medidas Cautelares distribuidas pela C.G.J.R.J. às VARAS DA FAZENDA PÚBLICA, tais como: Ordinárias, Sumaríssimas, Desapropriações, Despejos, Possessórias, Notificações, Produção Antecipada de Provas, Protestos, Interpelações, Cartas Precatórias e outras;

VII - Ações distribuidas ao Cartório da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro;

VIII - Ações distribuidas ao Cartório da Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro, DESDE Vinte e Quatro de Novembro de Um Mil Novecentos e Setenta e Oito Até Vinte e Quatro de Novembro de Um Mil Novecentos e Noventa e Oito, nada consta, em nome de**********
PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA**********
Rio de Janeiro, 01 de DEZEMBRO de 1998**********
Finalidade declarada pelo requerente: JUNTA COMERCIAL ********
Custas: 10.97**********
Eu, Oficial a assino.**********

CONTADORIA GERAL DA JUSTIÇA RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
Nº ABX 71321

ASCOAL D'ANGELO
Substituto
Ofício do Registro de Distribuição
CPS nº 0526S / 130 RJ

Protocolo: 1998-085617 Busca e Emissao: MARCOS

NAS TRANSLAÇÕES DE DOMÍNIO É INDISPENSÁVEL A APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES DE ÔNUS, PESSOAL E REAL DESTA SERVENTIA, A TEOR DOS ARTIGOS 44, 415 E 440 DO CÓDIGO DE NORMAS DA C.G.J.

QUALQUER RASURA SEM RESSALVA NESTA CERTIDÃO É CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO

Filiado ao Sindicato de Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro - SINOREG - RJ

1420

CBJ-RJ APW FC05 1999-0262715 29/03/99 17:30:00161408

Exmo.Sr.Dr.Juiz de Direito da 5ª Vara de Falências e Concordatas.

esc.: Patrícia

proc.: 94.001.037211-0

5ª VARA FALÊNCIAS E CONCORDATAS 30/03/99 RIO DE J NEIRO

PLASBAG MONOPLAS INDÚSTRIAS PLÁSTICAS LTDA, em CONCORDATA PREVENTIVA perante este MM. Juízo, vem, complementando a documentação já acostada, requerer a V.Exa. se digne de determinar a juntada aos autos das certidões inclusas, comprobatórias da inexistência de débitos fiscais.

Termos em que,

P.juntada.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1999

PLASBAG MONOPLAS IND. PLÁSTICAS LTDA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FGTSFGTSFGTS

N.º do Protocolo	Válido até	N.º
	25 / 04 / 1999	3620568

NOME DA EMPRESA

PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA

ENDEREÇO

ESTR LAMEIRÃO PEQUENO, 365 - CAMPO GRANDE -
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP:20000 - 000

MATRÍCULA	AGÊNCIA DA CAIXA EM	CGC ou CPF
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	FREIRE ALEMÃO/RJ	33619925/0001-74

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO — CRS

O presente certificado não servirá de prova contra cobrança de qualquer débito que vier a ser reclamado por empregado da empresa ou levantado pela fiscalização do IAPAS, relativo a depósitos que não tenham sido efetuados.

Certifico de acordo com o disposto na NS 594/88, que a empresa acima identificada está em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.

RIO DE JANEIRO, 26 de MARÇO de 1999
Local

Maria Inês O. Seabra
MARIA INÊS DE O SEABRA
Gerente
Mat 017 104-9

Gerente

3465P1098

40 317

OBS.: ESTA DECLARAÇÃO É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS E AS CÓPIAS SOMENTE TERÃO VALIDADE MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO ORIGINAL.

080399

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
COORDENADORIA DO ISS, IVVC, E TAXAS

Nº 058596
Orgão : FCIS4
Controle : ****5/99

NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO

PLASBAG MONOPLAS INDUSTRIAS PLASTICAS LTDA
ETR DO LAMEIRAO PEQUENO No.: 000365
CAMPO GRANDE RIO DE JANEIRO CEP: 23017 RJ

1422

INSC. NO C.G.C. (M.F.) 33.619.725/0001-74

INSC. MUNICIPAL Antiga: 0.289.733-001 Nova: 0121598-1

CERTIDAO DE NAO CONTRIBUINTE DO IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA - Modelo 4

CERTIFICO que, em relacao a pessoa JURIDICA acima identificada, nao ha debito apurado do Imposto Sobre Servicos de Qualquer Natureza, ate a presente data. Fica, entretanto, assegurado ao Municipio o direito de cobranca de qualquer debito que vier a ser verificado posteriormente, sujeitando-se, ainda, o requerente, se for o caso, as penalidades cabiveis e previstas na legislacao em vigor. A presente Certidao e valida apenas em relacao ao estabelecimento acima referido, para a fazer prova junto a qualquer orgao publico ou particular.

Validade: 180 dias da data da sua Expedicao

Rio de Janeiro 03 de fevereiro de 1999.

Antonio Carlos F. Trajan
FISCAL DE RENDAS
Mat. 10/[illegible]-4

Visto do Diretor

Antonio Carlos F. Trajan
Fiscal de Rendas
Mat. 10/[illegible]-4

Assinatura e Carimbo do Fiscal de Rendas

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1423

V I S T A
Nesta data, abro VISTA destes autos ao
( ) ___ Liquidante Judicial
(X) Curador de Massas
RJ, 13/4/99 O ESCRIVÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO
6º Curadoria de Massas Falidas
RECEBIDOS EM
14/04/1999

8012/94

Vista:

Sem opinião em razão do i. Liquidante (fl. 1414)

14.4.99

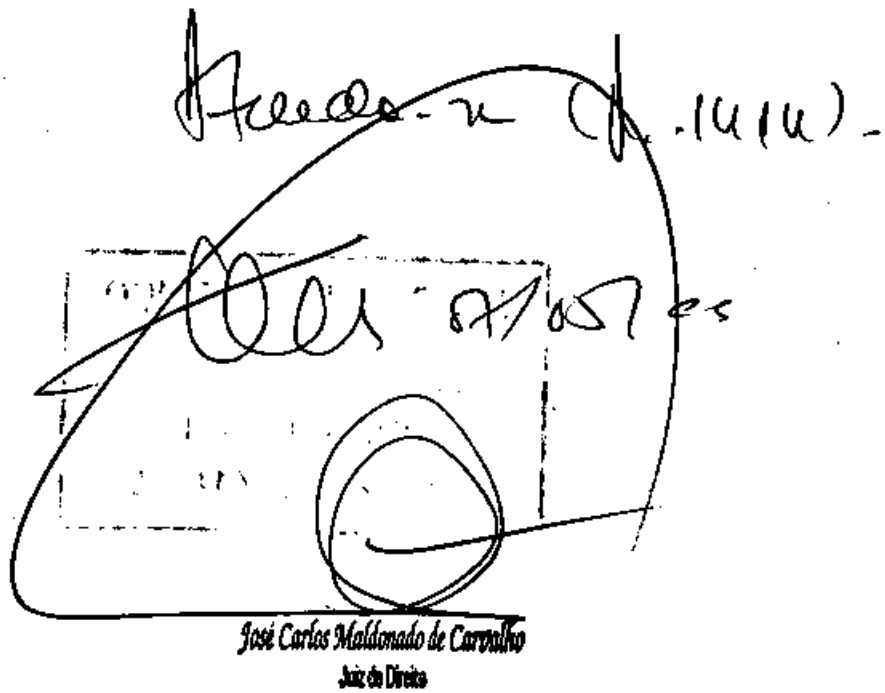
TAMAR F. CASTELLO BRANCO JR.
Promotor de Justiça
Mat. 288.108-8

R E C E B I M E N T O
RECEBI, nesta data, os autos com o(a)
( )despacho/decisorio ( )conta
(X)cota.
RJ, 23/04/99. O ESCRIVÃO

CONCLUSAO

Faco, nesta data, os presentes autos conclusos ao MM. JUIZ DR. JOSE CARLOS MALDONADO DE CARVALHO.

Rio, / /99. Escrivao.



José Carlos Maldonado de Carvalho
Juiz de Direito

RECEBIMENTO.

RECEBI, nesta data, os autos com o (a)
( )despacho/decisorio
( )Cota
Rio, 10/5 /99. Escrivao.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

8ª VARA DA FALÊNCIAS E CONCORDATAS
FLS 1424

Certidão

01- Certifico que, em cumprimento ao R. despacho retro, apensei nesta data os processos mencionados na observação do DGC de fls. 1404, conforme especificado:

Proc. 8892 - Banco do Brasil s/A. - HCE
Proc. 8890 - Banco do Brasil s/A - HCE
Proc. 8889 - Banco do Brasil s/A - HCE
Proc. 8893 - Banco do Brasil s/A - HCE

Proc. 8111 - Poliolefinas s/A - Impugnação.
Proc. 8186 - Plas-Coe Ind. e Com. de Plast. - Restituição
Proc. 8162 - Dietrich. Rezende s/A - Restituição.

02- O Processo 8154 - Banco Bradesco s/A, encontra-se com (CO) o 1º Liquidante Judicial.

03- Informo ainda a existência do Processo 8041, não mencionado anteriormente. Trata-se de um Pedido de Restituição em nome de Petroquímica Triunfo S.A, no valor de CR$ 31.729.802,89 - julgado procedente em 23.01.95. O processo encontra-se arquivado (H.555) desde 09/10/97.

Rio, 17.05.99

7535-651-0253

VISTA
Nesta data, abro VISTA destes autos ao
(X) 1º Liquidante Judicial
( ) Curador de Massas
R.J. 12/5/99 O ESCRIVÃO

1º LIQUIDANTE JUDICIAL
RECEBIDO
DATA: 21/05/99
LIVRO: 37 FLS: 10
5ª VARA PROC. 8012

Nada mais foi:
- Ciente dos autos.

Requerer o que de direito:

1) Juntada aos autos do 1º aditamento do Q.G.C. protestado por sua publicação na forma da lei.

2) Pelo prosseguimento das incidentes em apenso nos nºs 8162, 8166, 8889, 8890 e 8893.

3) Desarquivamento do último processo noticiado na certidão retro.

4) Nova vista dos autos processado com todos seus volumes a fim de elaborar o apresentado o relatório do art. 169, I

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1425

Exmº Sr. Juiz de Direito da 5a. Vara de Falências e Concordatas da Comarca da Capital-RJ.

Proc. nº 8012/94

C.P. de PLASBAG MONOPLÁS IN. PLÁSTICAS LTDA.

QUADRO GERAL DE CREDORES.

(1º aditamento-fl.1404)

BANCO DO BRASIL SA.

(Proc. nº 8892/92) _____ R$4.083,09

POLIOLEFINAS SA.

(Proc. nº 8111/94) _____ Cr$14.045.012,00

Rio, 20/julho/1999

Síndico _____

Edson Rocha da Silva
Liquidante Judicial
Mat 01/8284

Juiz de Direito _____

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO

1426

R E C E B I M E N T O

RECEBI, nesta data, os autos com o(a)
( )despacho/decisorio ( )conta
( )cota.
RJ, 26 / 7 /99. O ESCRIVAO

J U N T A D A

JUNTO aos presentes autos a peça que se segue as fls.
RJ, 04 / 8 /99 O ESCRIVAO